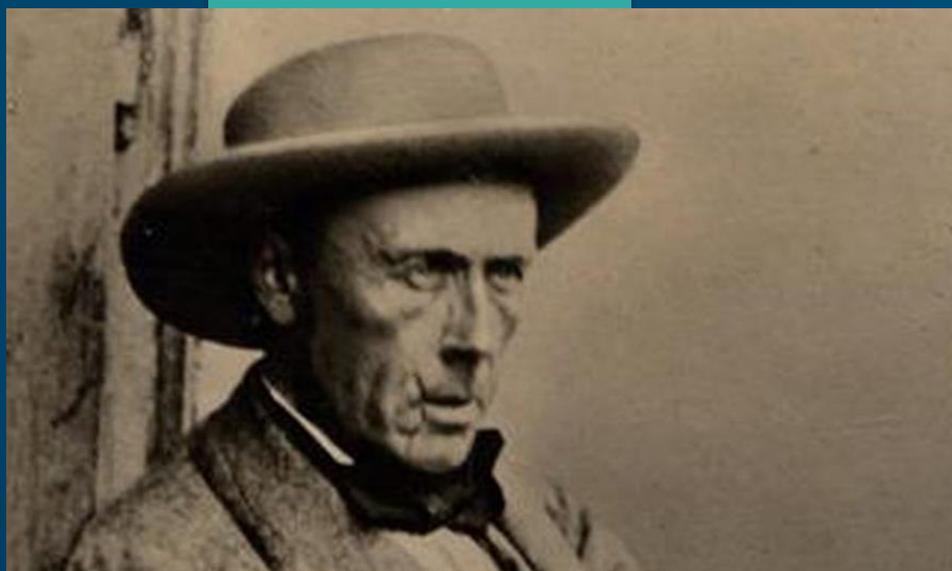


**TOMO I ANTOLOGIA**

# **Textos inéditos de Alexandre Herculano**



**João  
Bartolomeu  
Rodrigues**

**2021**

Título: Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano

Editor: Mundis – Associação Cívica de Formação e Cultura

Autor: João Bartolomeu Rodrigues

Organizador: João Bartolomeu, Elsa Morgado, Levi Leonido

Prefaciador: João Bartolomeu Rodrigues

Designer: Levi Leonido

Classificação THEMA - Nível 1: D - Biografia, Literatura & estudos literários

Classificação THEMA - Nível 2 | DN - Biografia & prosa não ficcional

Data de edição: outubro de 2021

ISBN: 978-989-53386-1-0

ICS - Centro de Estudos Comunicacao e Sociedade

**Nota:** Projeto financiado pelo PAAC (Programa de Apoio a Agentes Culturais) da Delegação Regional de Cultura do Norte.

## ÍNDICE

- Prefácio* [3]  
*Introdução ou o Elogio da Leitura* [6]  
*A Arquitetura Gótica* [10]  
*A Educação Física* [15]  
*História Natural* [18]  
*Do Cargo de Almirante* [21]  
*Sonah Wallah* [23]  
*Acerca da Classificação dos Animais* [27]  
*Origens do Teatro Moderno - Teatro Português até aos fins do Século XVI* [31]  
*Biografia Literária - Diogo de Paiva de Andrade [Tio]* [36]  
*Diogo de Paiva de Andrade [sobrinho]* [38]  
*Madrid* [40]  
*Judeus em Portugal* [45]  
*Papel e Pergaminho* [51]  
*Cortes Portuguesas* [54]  
*Cemitérios e Ritos Fúnebres na Turquia* [57]  
*Inquisição do Estado de Veneza* [60]  
*A Catedral de Lamego* [66]  
*Origem da Tipografia – Tipografia Portuguesa - 1.º Origem da Tipografia* [68]  
*Origens da Tipografia - 2.º Tipografia Portuguesa* [76]  
*A Resposta Heroica dos Lusitanos a Décio Junio Brutos* [83]  
*A Baleia – e a sua Pesca* [84]  
*Instrução Popular* [93]  
*Homero* [96]  
*Descrição de Macau* [98]  
*A morta viajando* [103]  
*Roma* [104]  
*Classes da Antiga Nobreza de Portugal* [112]  
*Os Bucaneiros* [117]  
*Cálculo dos roubos cometidos em Londres em 1831* [121]  
*Veneza* [122]  
*Galicismos* [130]

*Quadros da História Portuguesa - 1- Morte do Conde Andeiro e do Bispo de Lisboa (1383)* [134]

*Os Alquimistas e a pedra filosofal* [140]

*Odivelas* [143]

*O Leite dos Animais e suas Propriedades* [146]

*O Cão do Louvre* [151]

*Tarambola e o Crocodilo* [153]

*A Peça de Diu* [154]

*Educação Materna* [158]

*Novo Esquentador de Banho* [162]

*Artes* [165]

*Alhambra* [166]

*Amor do trabalho* [170]

*Os Primeiros Reis Portugueses – Antigas - Dissensões com Roma I* [172]

*Primeiros Reis Portugueses - Antigas Dissensões com Roma – II* [175]

*Os Jacarés, ou Caimães [Caimões]* [178]

*Tasso* [183]

*Prodigiosa* [185]

*Templos subterrâneos da Índia* [186]

*Templo de Keylas* [192]

*Particularidades relativas às cores* [194]

*O Avestruz* [196]

*Casamentos na jura* [201]

*Cabelo de Judas* [203]

*A Bula* [204]

## PREFÁCIO

No ano de 2010, publicámos uma *Antologia de Textos Pedagógicos*, resultantes da investigação que conduziu ao nosso doutoramento. O conteúdo dessa publicação compreendia o levantamento e recolha de textos de carácter pedagógico, extraídos do Jornal “O Panorama” (1837-1868). No texto de apresentação dessa publicação, caracterizámos o jornal, e, entre outras coisas, enunciámos as seguintes anotações: Alexandre Herculano foi o fundador do jornal e respetivamente diretor e principal redator da referida publicação, entre os anos de 1836 e 1839. Enquanto principal redator, Herculano assumiu o compromisso, por força do contrato que assinou com a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, empresa proprietária de “O Panorama”, de escrever cinco das oito páginas do jornal. Uma das marcas indeléveis desta publicação refere-se ao anonimato que a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis impôs aos seus colaboradores, prática que só começou a ser timidamente abandonada a partir de 1843 (Rodrigues, 2010).

Desde muito cedo percebemos a importância capital que Alexandre Herculano teve, enquanto diretor, não só na definição da matriz que o jornal viria a adotar, mas, sobretudo, enquanto principal redator de um semanário que visava mudar o quadro mental português. Os seus pressupostos ideológicos, as suas conceções de religião e de educação, a sua forma de escrever e sobretudo o uso *sui generis* da pontuação, ajudaram-nos, desde muito cedo, a distinguir com clareza os textos de Alexandre Herculano dos procedentes de outras penas.

Por isso, conscientes da impotência de levar a cabo este trabalho de identificar e divulgar os escritos de Alexandre Herculano, publicados na sombra do anonimato no jornal *O Panorama*, entre 1837 e 1839, deixámos a seguinte promessa: “Não é o fim – estamos certos – de uma obra acabada, mas o ponto de partida para um futuro trabalho que reclama ser continuamente aperfeiçoado e exaustivamente estudado”. A presente publicação - *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano – Tomo I* – surge, não como o cumprimento integral da referida promessa, mas como amostra do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e o prenúncio de que em breve novos tomos serão dados à estampa.

Esse trabalho foi sendo gradualmente facilitado não só pelo facto das traduções a que o jornal recorria (particularmente do inglês *Penny Magazine* e do francês *Musée des Familles*) estarem identificadas, mas sobretudo pela conexão que foi possível

estabelecer entre os textos: o primeiro artigo de cada número, o correspondente ao editorial das publicações actuais, era invariavelmente da responsabilidade do Diretor; outros artigos faziam referência a textos anteriores, ou anunciavam, antecipadamente, a aparição de futuros artigos, estabelecendo assim correlações significativas, quer de conteúdo, quer de autoria, entre variados conjuntos de textos – processo complexo que nos conduziu inexoravelmente à pena de Herculano.

Nas transcrições textuais, procedemos, em nome da unidade da língua, à actualização ortográfica do texto: ela se impõe em tudo o que não seja documento de um estágio linguístico geral ou dialectal importante. Conservámos, todavia, as formas latinas ou alatinadas.

A deteção das variações de critério ortográfico, não só de artigo para artigo, mas do próprio Herculano seria tarefa inglória, tendo presente que parte das discrepâncias poderão ser da responsabilidade dos tipógrafos e não dos jornalistas (Baptista 1997, p. 117)<sup>1</sup>. Resistimos, por isso, à tentação de mexer na pontuação, conservando-a tal qual nos aparece no original. A tomada de decisão a favor deste critério apoia-se em dois artigos de Alexandre Herculano retirados de *O Panorama*, no primeiro dos quais, Herculano queixa-se que “uma das coisas em que maiores incorrecções e incertezas aparecem, no comum dos escritos, é a pontuação” (Pan 1838, p 219)<sup>2</sup>. Por tudo isso, manteremos a cadência da pontuação existente, tendo-se, no entanto, efectuado a actualização ortográfica de todos os vocábulos. Este critério parece-nos sensato, no entanto, no que à pontuação diz respeito, ele é perturbado por uma constação de última hora: há uma ligeira variação na pontuação entre a versão digital que se encontra na emeroteca de Lisboa e a versão usada, que corresponde ao exemplar que existe, em suporte de papel, no Arquivo Distrital de Vila Real. Será que num dos casos se trata da versão original e no outro temos a versão corrigida, com a resposta à queixa de Herculanos, contra o abuso dos tipógrafos? Por agora, limitamo-nos a assinalar o problema/questão na esperança que futuras investigações encontrem resposta para a questão aqui levantada.

A sequência dos textos na presente *Antologia* respeita a ordem pela qual aparecem n’*O Panorama*, ou seja, o respeito pela ordem cronológica. Excepcionalmente, desrespeitaremos este critério, sempre que a publicação de um artigo esteja repartido

---

<sup>1</sup> BAPTISTA, Jacinto – *Alexandre Herculano Jornalista*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 117.

<sup>2</sup> Pan 1838, p 219.

por mais do que um número, mantendo assim indivisa a peça jornalística. Este primeiro tomo contém 52 artigos publicados no ano de 1837. Desse conjunto há alguns que já foram identificados e publicados, na *Antologia* acima referida, particularmente os três que dizem respeito à temática da educação. Apesar disso preferimos mantê-los, para que se concretize o objetivo da presente publicação: divulgar todos os escritos procedentes da pena de Herculano, escondidos na capa do anonimato. A opção de manter alguns textos que não são da autoria de Herculano justifica-se porque O Diretor de *O Panorama* partiu deles para escrever os artigos que se seguiram imediatamente: retirá-los, seria descontextualizar os textos de Herculano. Num dos casos “O cão do Louvre”, trata-se de uma poesia que Alexandre Herculano traduziu, noutra, trata-se de uma poesia sobre a cidade de Roma, sobre a qual ele escreve e ainda noutra trata-se tão-somente de uma epígrafe, da autoria de Camões, com que Herculano introduz o artigo “Veneza”. Em todos os casos a autoria desses artigos estão devidamente sinalizados. Há outras situações – poucas – em que Herculano abusa das citações, mas este tem o cuidado de referir as fontes.

A última nota serve para justificar a opção de publicarmos algumas imagens: o facto de ser *O Panorama* a introduzir, em Portugal, a arte de Daguer, justificaria *per se* que publicássemos algumas imagens para assinalar o marco dessa inovação tecnológica. Refira-se, a propósito, que a primeira fotografia publicada em Portugal foi, justamente, no dia 6 de maio de 1837: no primeiro número de *O Panorama*, puderam os seus leitores contemplar o interior da Igreja do Carmo, estampado na página três deste jornal, fotografia que aqui reproduzimos, apesar da sua falta de qualidade. Mas a principal razão que nos leva a publicar algumas fotografias, prende-se com o facto de alguns textos remeterem o leitor para determinados pormenores das imagens que ilustram o jornal.

*João Bartolomeu Rodrigues*

## INTRODUÇÃO

ou o Elogio *da Leitura*<sup>1</sup>

De todas as coisas que se oferecem ao Homem para lhe criar momentos de ócio, é a leitura talvez a mais aprazível, e seguramente a mais proveitosa. Sem quebrar o seu repouso doméstico, sem vaguear pelas ondas do oceano ou trilhar peregrino as direções e desvios de países remotos, diante de seus olhos se corre o pano à cena do mundo passado e presente, e do mundo da ciência e da arte: trava conversação com as personagens mais distintas de todas as épocas e com os mais nobres engenhos de todas as idades: trata as inteligências dos diversos países, e bebe a largos tragos na taça da sabedoria. Cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século, só o Homem dado à leitura pode com verdade dizer que para ele foi o Universos criado.

Os antigos inventaram uma grande variedade de jogos públicos, para neles gastarem as horas que não consagravam aos negócios do estado, ou aos interesses privados. Nasceram assim os combates do circo, os teatros, os combates, as naumaquias, e tantos outros espetáculos que atraíam a atenção do povo desocupado. Faltava aos antigos a leitura; porque, ignorando a arte de multiplicar as cópias dos livros, estes não podiam ser populares, e ficavam só ao alcance dos abastados, ou dos sábios, que faziam do estudo o emprego da sua vida. Por esta razão a civilização grega e romana foi muito diferente da que hoje encontramos no meio das nações modernas da Europa. Nos dois grandes povos da antiguidade a polícia era mais aparente do que íntima; mais tendente a embelezar, por assim dizer, o especto da sociedade, do que a melhorar o carácter moral do Homem, e a cultivar-lhe a inteligência. Os preceitos da filosofia, as descobertas da ciência, eram guardadas no seio dos liceus e das escolas, como um tesouro, cujas riquezas não revertiam em benefício comum. Por esta arte passaram muitos séculos: as nações surgiram umas após outras, e a barbaria estava no âmago da vida humana, posto que esta parecesse muitas vezes aperfeiçoar-se, e que a glória e o luxo tornassem brilhante a passagem de muitas raças pela face da Terra.

Assim, o grego era supersticioso e cruel; em cada fenómeno extraordinário da natureza via a cólera dos nomes e sem pudor condenava o virtuoso em ódio da virtude: assim o romano batia as palmas vendo correr no circo o sangue dos gladiadores, ou fazia combater seus escravos junto às mesas dos banquetes e da prostituição, para lhe

---

<sup>11</sup> Este título “Elogio da leitura” é da nossa responsabilidade. Em *O Panorama* ele aparece como “INTRODUCCÃO”.

alegrar a alma feroz com o espetáculo das feridas: e, republicano orgulhoso, o simples cidadão de Roma era mais rico de tiranias do que o tirano mais bárbaro das regiões da Ásia.

Nasceu o cristianismo, cujo objetivo era reformar os costumes: mas os seus efeitos benéficos foram quase só para o coração do Homem. Dai proveio que o império da ignorância popular não foi destruído, antes aumentou no meio das espantosas revoluções que passaram por essas eras. A idade média veio depois, bela e sublime em todos os costumes gerados pela religião do Evangelho, porém monstruosa e selvagem em todos os usos e hábitos que nasciam das ideias de povos estupidificados.

Foi a arte da impressão inventada meados do século XV, que deu início à época da verdadeira civilização. A ciência até então era como a fonte pobre, que jorrando num lago fechado, aí morre e se esvai pela Terra, sem ser útil às povoações vizinhas: com a invenção da tipografia, porém, pouco a pouco se tornou fonte abundante, galgou as margens, e correndo como um rio, fertilizou e cobriu de força os campos da vida. O saber rasgou o seu véu de mistério, e o Homem, a quem a consciência revelava um futuro de glória literária, não deixou mais passar esta voz como a recordação de um sonho. Os livros em breve se multiplicaram de tal forma, que em menos de um século os volumes saídos das diversas impressas da Europa subiam ao número de milhões, e pode-se conceber até que ponto terão hoje aumentado, se nos lembrarmos que só os impressos nesta parte do mundo que habitamos, montam anualmente a mais de cinquenta mil obras diversas, multiplicadas por milhares de cópias. Bela é por certo a história dos progressos da inteligência, que em tão curto espaço tentámos sintetizar: mas, convém dizer que a riqueza nos tornou pobres. As descobertas, as invenções, e a meditação do génio, do talento ou do estudo, nem sempre puderam seguir a par dos progressos da arte de escrever. Muitas coisas inúteis e até danosas se publicaram: milhares de escritores vestiram por molde seu alheias conceções; milhares deram-nos volumes abundantes de palavras, e quase desacompanhados de ideias. Por outra parte, as observações e as teorias acerca de qualquer ramo dos conhecimentos humanos vieram uma após outras: cada uma destas variedades ou mudança foi representada por um ou por muitos livros, e sem receio podemos afirmar que hoje a ninguém é dado sem sequer o examinar dos escritos que existem acerca de uma ciência só, quanto mais tentar instruir-se na totalidade delas. No século XIX a existência de um Aristóteles seria absolutamente impossível.

Daqui se originou o carácter particular da civilização literária do nosso século: a individualidade quase desapareceu no império do saber; as ciências uniram-se estreitamente, e os homens superiores ao género humano, que achamos na antiguidade, como Platão e Cícero, não podem surgir no meio de nós: a instrução é só uma; quem a possui é somente a humanidade. Que sábio ousaria levantar-se no meio da grande família europeia, e dizer às inteligências: «vinde escutar-me que eu serei vosso mestre?»

Neste estado, pois, da ilustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo e porque esta tendência é generosa e útil.

Mas como se alargaria a instrução, como se faria descer a variada ciência até os últimos degraus da escala social, se houvesse de empregar nisto essa multidão de escritos especiais sobre todos os conhecimentos humanos, esses inumeráveis livros acumulados por toda a parte em bibliotecas imensas? Fora anulada empresa, como o prova o que acerca disto dissemos. Além disso, o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas tem de repouso para dar à cultura do espírito, e nenhum ânimo, por certo, seria suficientemente curioso de instrução, para gastar esses curtos momentos em folhear centenas de volumes, e embrenhar-se em meditações profundas, que só uma aplicação constante pode tornar vantajosas. Que é, pois, necessário fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalizar a instrução; para traduzir em obras a ideia característica do tempo atual? A solução deste problema encontra-se na história literária da Europa, nos últimos vinte anos.

De facto, a parte mais útil da moderna literatura tem sido o resumir os amplos produtos da inteligência. Com uma rapidez admirável tem surgido os compêndios, os quadros sinópticos, os jornais de instrução popular. À custa de sacrifícios pecuniários, e acima de tudo, de vigílias estéreis de glória, tem-se derramado entre o povo, não a história do estudo, mas o seu resultado: a ciência introduz-se tanto no teto do abastado, como no abrigo do pobre, e mostrando a mão do criador em todas as obras do universo, ergue até aos degraus do seu trono o nosso pensamento no meio do tumulto do mundo.

A Nação portuguesa, convém referir, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora imensas coisas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes, que pela sua posição social, deviam ser mais sábias. Mesmos homens dados às letras, se vê falharem repetidas vezes as noções elementares do tudo o que não é objeto do seu especial

estudo, e a ciência em Portugal está ainda longe de ter aquele carácter de unidade, que ganha diariamente no meio das outras nações.

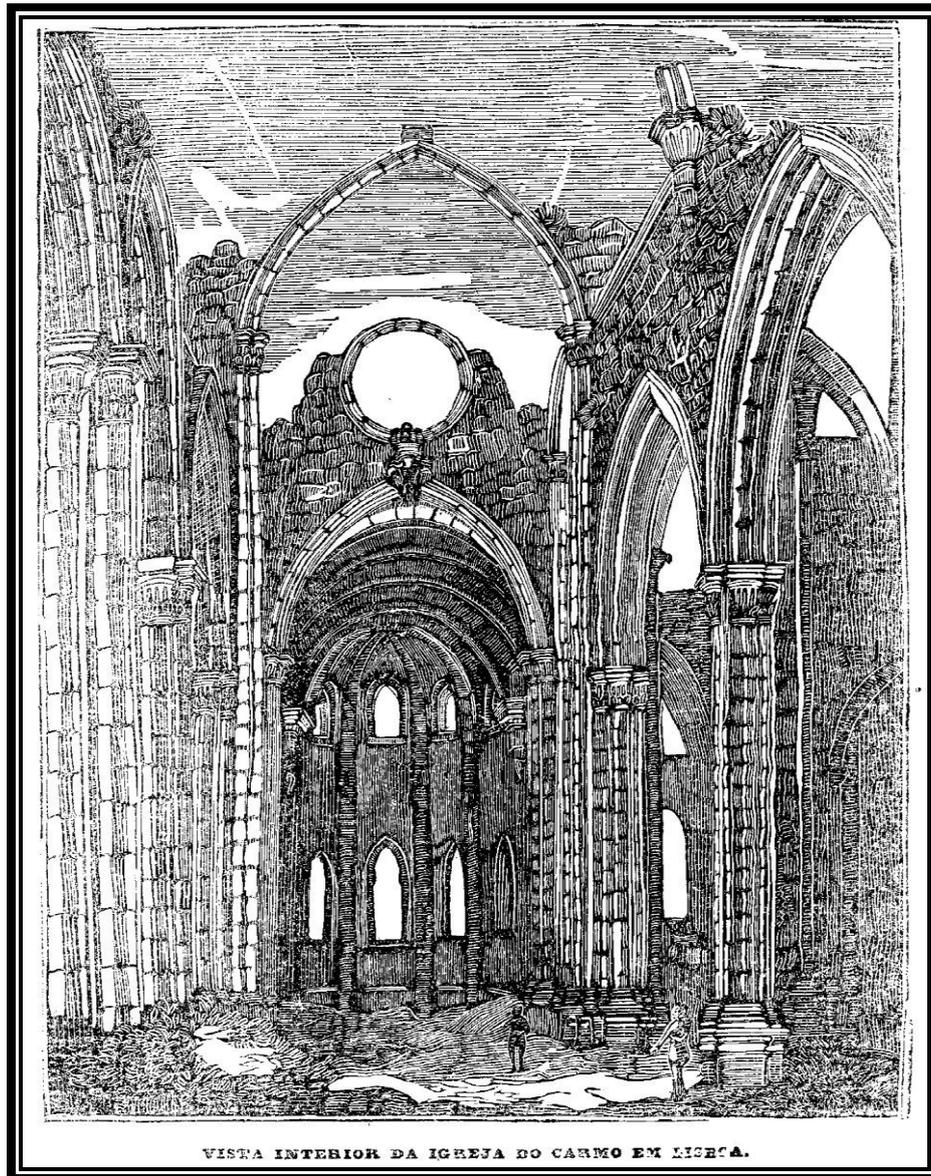
Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais sábios, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse interessar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos encontramos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aqueles, que estimam a civilização da sua pátria.

Sinceramente confessámos a nossa decadência intelectual: com a glória das armas morreu a nossa glória literária. Sabemo-lo bem: nem para o saber dispensamos os insultos que muitos estranhos têm lançado sobre nossas cabeças por este motivo. Tal procedimento nos parece vilmente cruel. O estrangeiro, que se sentou à nossa mesa, que encontrou o sono do repouso debaixo do nosso teto, vai para o seu país troçar dos males e da ignorância que entre nós introduziram desventuras de três séculos, e fazer do nome português o baldão dos povos. Semelhante procedimento se pode comparar ao do homem abastado, que recebido e estimado no abrigo do pobre, fosse depois na sala dos seus banquetes gracejar das desgraças daquele que o acolheu como irmão.

Entretanto estas afrontas não devem desanimar-nos; elas procedem em parte do nosso antigo renome, que ainda pesa no espírito dos estrangeiros. Anjos despenhados devemos procurar subir outra vez às alturas de que, não nós, mas sim correntes de calamidades públicas nos precipitaram. Trabalhemos para nos instruir e melhorar nossos costumes, aumentando a civilização nacional. É esta a mais bela resposta, que podemos dar às acusações dos estranhos: é esta a única resposta digna do carácter generoso, que nossos avós nos herdaram, e que não acabou de todo através de três séculos de decadência.

Em último lugar diremos que talentos mais notáveis, engenhos de mais vasta erudição, se puderam ter encarregado da redação deste jornal; porém, decerto, ninguém com melhores desejos de levar a cabo o virtuoso e patriótico propósito da Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis.

## A ARQUITETURA GÓTICA



Em nosso país os monumentos de estilo gótico têm sido assaz desprezados, e até a barbaridade e ignorância lhes têm feito uma guerra cruel. Nas províncias setentrionais do reino, onde a monarquia teve o berço, e se levantaram os mais antigos edifícios nacionais, já poucos vestígios existem destes, e construções mesquinhas os tem substituído. Os velhos mosteiros do Minho e da Beira estão de há muito convertidos em casarias semelhantes a alojamentos de soldados, e os templos veneráveis da idade média derrubaram-se para no lugar deles se alevantarem salas ou armazéns, de mais ou menos âmbito, porém onde nem uma pedra fala do passado, onde nada respira uma ideia religiosa. As arcarias góticas, o clarão solene de uma luz refletida no mármore do pavimento, através dos vidros corados das frestas esguias – os portais profundos, formados de séries de arcos pontiagudos, sucessivamente mais estreitos e baixos, e que

eram na fachada como um símbolo do mistério – as torres erguidas dos campanários, cujos cimos piramidais pareciam apontar para o céu – as colunas delgadas e subindo a prodigiosa altura, semelhantes ao pensamento que se ergue até ao trono do Senhor – tudo isto desapareceu. Apenas uma ou outra catedral, um ou outro mosteiro, conserva as formas da sua arquitetura primitiva; mas estas belas formas estão cobertas de estuques, de dourados, de madeiras entalhadas com ridículo mau gosto. O capitel gótico, tão simbólico, tão semelhante ao vaso do incenso empregue nas solenidades religiosas, foi sotoposto, e coberto pelo capitel coríntio, adorno próprio de outro sistema de arquitetura, e adaptado a outra ordem de ideias religiosas. Há hora em que isto escrevemos soam talvez as pancadas dos martelos na antiga colegiada de Guimarães, onde se vão gastando largas somas, para destruir em parte, em parte tornar monstruosa, uma das mais formosas obras da arquitetura nacional.

Para salvar o que ainda resta, cumpria que o Governo, e as municipalidades vigiassem pela conservação destes monumentos, e pudessem coibir essas bárbaras demolições. Na Inglaterra e na França seriamente se cuida em conservar e reparar esses edifícios, que são como a história da inteligência e da grandeza do país, e que talvez em breve serão modelo para os artistas, quando de todo acabar o preconceito de que em artes só o grego e o romeno é belo; quando se persuadirem que os hábitos, as opiniões e as crenças de uma nação devem estar em harmonia com os seus monumentos.

Em Estrasburgo existe uma escola especial de arquitetos e escultores, cujo mister é reparar e aperfeiçoar a célebre catedral desta cidade, seguindo o sistema gótico, em que ela foi construída. Se algum dia em Portugal se pudesse fazer outro tanto, por ventura veríamos levado a cabo o riquíssimo mosteiro da Batalha, que é a admiração de todos os estrangeiros que o examinam. Entretanto conservemos o que nos resta, e que, sobre tudo nas províncias meridionais do reino, ainda é bastante para aformosear o solo que nos deu o berço.

Procuraremos neste Jornal dar o desenho de todos esses edifícios, de que pudermos ter cópia. A menor perfeição das gravuras, abertas em madeira, não os deixará aparecer em toda a sua formosura: mas a Sociedade julgou dever preferir o fazer gravá-los por artistas portugueses a mandá-los esculpir fora do país. Assim se animará e aperfeiçoará entre nós a arte de gravar em madeira, e esperamos que dentro de alguns meses o buril português iguale neste género de obras o primor com que aparecem gravadas as estampas daqueles jornais estrangeiros, cuja instituição é semelhante à nossa.

A batalha de Aljubarrota não só assegurou a Portugal a sua independência, mas também foi causa de se construírem os dois mais preciosos monumentos da arquitetura cristã, que jamais em nosso país se levantaram. Enquanto, por causa de um voto que fizera antes de começar o combate, el-rei D. João I lançava os fundamentos do mosteiro da batalha, o condestável D. Nuno, obrigado por igual voto, erguia em Lisboa um templo, de cujas ruínas damos a gravura neste número do Panorama. Foi a obra ao que parece começada pelos anos de 1389 e acabada em 1422, época em que a arquitetura gótica chegava quase ao cume do seu esplendor: assim esta fábrica magnífica concluiu-se em pouco mais de trinta anos.

O módico preço com que então se pagava aos trabalhadores e artífices explica a razão por que um simples particular, posto que poderoso, podia levar a cabo tão espantosas obras.

No livro dos brasões e armas das famílias do reino, falando-se deste edifício, se diga, que os oficiais nele empregados andavam a soldo de treze reis por dia, ganhando assim o preço de dois alqueires e meio de trigo, que nesse tempo corria a cinco reis por alqueire.

O templo da *Senhora do Vencimento*, nome que lhe pôs o seu fundador, foi durante mais de três séculos a admiração dos naturais e estrangeiros, e a ela se prendiam muitas recordações nacionais. Ali, aos pés da cruz, veio o salvador da monarquia, o maior capitão daquela época, desprezar a glória de cem combates, curvar, à voz da obediência monástica, a fronte do homem grande, e depor aquela espada que aterrara Castela, e a que no campo não ousava esperar o mais esforçado cavaleiro. Ali, na obscuridade do claustro, dormiu o seu último sono o condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Os restos deste edifício que ainda hoje vemos, não são unicamente as ruínas que ficaram depois do terramoto de 1755. À exceção dos muros externos, parece que tudo se derrocou por essa ocasião, e o estado atual das colunas que dividem as naves, mostram que de novo se tentou reedificá-lo. Houve contudo o bom juízo de conservar a unidade de arquitetura: e enquanto pelas sés do reino a ignorância do clero secular ia e vai destruindo os formosos monumentos da arte cristã e nacional, os frades mostravam que o gosto e o siso se acolhera aos claustros, não destruindo a harmonia do desenho, nem a sublimidade da arquitetura religiosa.

As dimensões internas do templo são as seguintes:

Comprimento da porta ao altar-mor .....	327 Palmos
Largura das três naves.....	100 palmos
Altura do templo.....	112 palmos
Vão dos arcos que separam as naves.....	27 Palmos
Altura destes era.....	73 palmos
Largura da capela-mor.....	70 Palmos
Altura era.....	70 Palmos
Largura do cruzeiro.....	40 Palmos
Comprimento era.....	150 palmos

Quanto ao sistema geral do edifício referimo-nos ao desenho que dele representámos.

O túmulo do Condestável estava antigamente na capela-mor, ao lado do Evangelho: este túmulo tinha sido mandado de França pela duquesa de Borgonha, quarta neta de D. Nuno Álvares; na frente estava levantado o vulto do condestável, armado de armas brancas, e sobre a campa avultava também a sua imagem, porém vestida de hábito leigo carmelita. Junto dele, em uma espécie de nicho aberto na parede, jazia sepultada Iria Gonçalves, mãe do herói de Aljubarrota. No cruzeiro da igreja estavam as sepulturas do nosso célebre poeta António Ferreira e do cronista-mor João Batista Lavanha.

Neste convento do Carmo se conservavam várias cartas do condestável: nas quais se vê a pouca, ou antes nenhuma cultura literária dos cavaleiros daquele tempo. Pareceu-nos curioso dar aqui uma pequena amostra do estilo de D. Nuno Álvares, transcrevendo algumas linhas de uma carta, que, depois de frade, escreveu à sua neta D. Isabel.

*A senhora D. Zavel minha netinha faga deos santa – ninguna rezon tenedes pera renhirme, por que hei grãoprazer de letras bossas leer. Os dias atras ubi [recebi] huma bossa, que me foy tragida por bentura, e se non bos foy respondida, non foy menga [falta] de bontade, mas de mui pouca saude que para ello [isso] tube. Escrever a Fernando mais avondo [mais vezes] bos non faga tenerdevos em o logo [terdes em conta] de que más a el do a bos hei d’afeiçom &c.*

Remataremos este artigo com a origem de um provérbio nosso. Estando o Condestável, já velho, conversando, acerca de coisas de guerra, com alguns cavaleiros e encostado a uma janela do convento, que dava para o rossio, houve entre eles quem dissesse, que, se Portugal tivesse algum rompimento com Castela, ele assim quebrando de forças não poderia já alcançar tantos castelhanos como antes fizera. Ouvindo isto o Condestável, pegou de uma lança, atirou-a pelos ares, e fez ir cair a uma extraordinária distância, acrescentando: *Se a minha Pátria carecer de mim, ainda metterei esta lança não só em Castella, mas em Africa. Dahí, dizem, que nasceu o dito popular de – meter uma lança em África.*

## **A EDUCAÇÃO FÍSICA**

O objeto da educação é desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, por tal arte que venham a preencher o fim para que a natureza no-las concebeu.

Podem-se distinguir as faculdades humanas em três classes, a saber: físicas, intelectuais e morais, e dividir-se, portanto, a educação em três ramos: educação física, educação da inteligência, educação moral.

Consiste a educação física em dar ao corpo todo o desenvolvimento, força e agilidade, de que é suscetível, e considerando-o depois como órgão de alma, aperfeiçoá-lo, por este motivo, o mais que for possível, porque, em verdade, não é dos interesses do corpo somente que se trata na educação física; mas também vantagens para o espírito que nela se buscam. Os progressos da inteligência e o desenvolvimento da sensibilidade dependem, em grande parte, de influências físicas.

Têm-se visto almas fortes e puras habitar corpos débeis e frágeis: mas, por via de regra, a organização viciosa e a saúde quebrada impedem e perturbam os trabalhos do espírito, e imprimem nos sentimentos íntimos um selo de corrupção. É pois de grandíssima importância que se ponham todos os meios para fortificar e tornar sadia a constituição das crianças. O gosto da vida laboriosa, e a capacidade do homem para se dar a ela, raramente se poderão encontrar, sem esta principal condição; e como as classes populares vivem em geral dos recursos da sua indústria, seria atraioçar-lhes os interesses vitais, se menosprezásemos curar a sua educação física.

Para assisadamente dirigir esta, e guerrear com proveito os funestos hábitos, que a ignorância e as usanças arreigadas ainda contrapõem à razão e experiência, cumpre que as pessoas encarregadas da educação de infância possuam noções de anatomia, de fisiologia e de higiene popular.

A anatomia dando-nos a conhecer a estrutura do corpo humano, e o uso, delicadeza e importância de cada órgão; a fisiologia, explicando as funções, harmonia e desenvolvimento destes órgãos; a higiene, indicando os meios de os conservar robustos e saudáveis, nos ministram instruções preciosas, que nenhum homem bem-educado deve de agora em diante ignorar. Tem-se posto de parte semelhantes estudos, trata-se com desprezo a educação física, porque se considera o corpo como fonte de todos os vícios, e olhamos os nossos órgãos como instrumentos de corrupção do espírito. Falsíssimos preconceitos são estes, dos quais devemos fugir; pois a boa razão e a ciência nos ensinam que a alma rege o corpo, e quanto mais se examina a estrutura do

homem, mais descobrimos ser o corpo humano admirável ainda, comparado com as mais belas criações do universo sensível.

Quanto à fisiologia e anatomia que é necessário geralmente saber, isto é, que tem uma aplicação doméstica e popular, daremos delas noções em outro lugar, passando agora a falar daquela parte da higiene, que importa imediatamente à educação física da infância. Consiste ela na dietética, ou no modo de nos alimentar, na temperatura da atmosfera, no ar e na luz, no asseio, nos meios de prevenir doenças contagiosas, nas horas da vigília e do sono, do repouso e do trabalho, na escolha das posições do corpo e, finalmente, em toda a maneira de exercícios ginásticos.

Quanto aos alimentos, bom seria que os peitos maternos fossem para o infante recém-nascido, e nos primeiros meses da sua existência, a única fonte da conservação da vida; porque maus resultados físicos e morais podem provir da alimentação comprada a amas mercenárias. Não entra, contudo, em conta os deveres maternos o sacrificar a existência para cumprir uma obrigação que o é só, em quanto moralmente é possível. Depois do sustento primitivo, a melhor alimentação, em qualquer época da vida, será sempre a que for mais simples, sendo ao mesmo tempo a hora da refeição regular. O mais que neste lugar poderíamos dizer acerca dos alimentos, o guardamos para quando especialmente falarmos da higiene popular.

Os edifícios destinados para a escola ou colégios devem ser voltados ao poente, tomando as necessárias precauções para quebrar a força do sol nos meses de calor. Cumpre que estes edifícios sejam colocados em altura, onde o sopro dos ventos possa renovar facilmente a atmosfera, e construindo de modo a que a humidade os não torne malsãos, e que, ao mesmo tempo, recebam o ar e a luz em torrentes, por meio de janelas espaçosas. Nas escolas onde se reúnem muitos indivíduos, o ar se está viciando continuamente, e por isso continuamente deve ser renovado.

O desasseio é uma das principais causas de corrupção atmosférica, pelo que é necessário vigiar muito as crianças a esse respeito. Na idade infantil, o homem não tende para ser asseado, nem para deixar de o ser, e a educação é o que se faz a seguir um ou outro caminho. Habitados à limpeza, as crianças a amarão constantemente na vida. Deve-se cuidar nesta parte da sua educação por tal arte, que se lhes vigie constantemente a limpeza dos vestuários, dos hábitos da vida comum, e das pessoas, sem que pareça querê-los constranger ao asseio: correndo o risco de serem limpos, não por gosto, mas só por costume, o qual pode facilmente perder-se.

As horas de sono e de repouso devem ser regulares, e proporcionadas à idade e forças das crianças. Na juventude ou na virilidade pode o homem variar o tempo de repouso, e encurtar-lhe ou prolongar-lhe a duração, sem que daí resulte dano sensível para a saúde, como a experiência nos mostra; porém na infância não acontece o mesmo, e sobretudo, quando assim não fosse, bastaria a razão de que nesta época da vida é sempre danoso o hábito da irregularidade.

*Quanto aos exercícios ginásticos daremos sobre eles um artigo especial<sup>1</sup>.*

---

<sup>1</sup> Esta nota é da responsabilidade do jornal. No entanto, “o artigo especial”, aqui anunciado não aparece na publicação.

## HISTÓRIA NATURAL

Quando contemplamos do espaço as obras maravilhosas da natureza, espalhando a vista pelo teatro do Universo; considerando a sua majestosa beleza, constante ordem e magníficos ornamentos; o glorioso esplendor e uniforme movimento dos céus; a curiosa forma e fragante mimo das plantas; as esquisitas figuras dos animais; e todos os demais estupendos milagres da criação, onde tão conspicuamente se ostentam os gloriosos atributos de seu Autor, e em especial sua transcendente bondade; a nossa profunda admiração rompe em hinos gratulatórios ao Criador Supremo: mas, após tão sublime sentimento, vem logo estimular-nos a curiosidade de indagar e conhecer pelo miúdo tantas maravilhas. O exame dos fenómenos do Globo, e dos entes que o povoam, é digno do homem. Conveniente e agradável estudo é este, que, recreando o espírito, o enche conjuntamente de noções úteis e exatas, gérmen fecundo de numerosas aplicações no decurso da vida. Exercitando assim a sua inteligência, conseguiu o homem sujeitar a seus usos domésticos tantos animais, ou mais fortes ou mais ágeis do que ele, para companheiros de suas fadigas, para suprimento de suas forças, e até para seu alimento: desta arte soube converter em seu proveito, não só os frutos da terra, patentes à vista, mas até, devassando-lhe as entranhas os tesouros que lhe escondia.

Esta inteligência, dádiva da divindade, e este emprego profícuo, que dela tem feito, lhe renderam o nobre título de rei da criação. E será decoroso ao possuidor de tão largo e excelente domínio desconhecer a sua possessão? O homem que lança vistas estúpidas sobre o espetáculo da natureza sem apreciar os seus portentos, sem avaliar os dons de que se está utilizando, semelha aquele proprietário dissipador, que no meio do bulício e luxo das cidades consome as rendas de seus férteis campos herdados, aos quais nem uma só vez ainda fez visita. É coisa vergonhosa ignorar a história dos entes e objetos com que frequentemente estamos lidando, das singularidades e prodígios da natureza, que tantas vezes dão matéria às conversações; e em nossos dias, quando tão amplas são as fontes de instrução, e tão pouco recônditas, estando vulgarizados em obras excelentes e de fácil percepção os rudimentos essenciais da história da natureza. Demasiado tem sido em nossa terra esquecido, ou desprezado, tão importante estudo: apesar dos poucos, mas distintos, sábios, que contamos neste ramo dos conhecimentos humanos, permanece ainda património de raros, que frequentam as ciências; e não está popularizado como convinha, e fazem nos países estrangeiros tantos jornais, e obras simples e claras, destinadas à instrução pública. Não dizemos que invadido o domínio

das aulas se queira ensinar ao povo a história natural, a meteorologia, a física, etc., metódica e miudamente, porque nem todos têm vagar ou precisão de seguir um estudo regular, nem o nosso povo, carecedor de outras instruções preparatórias, está muito apto para aproveitar tal ensino: mas é inquestionável e sobre maneira útil a conveniência de publicar obras escritas, para assim dizermos, familiarmente, sobre aqueles assuntos, e artigos, que, posto que avulsos, sempre são incentivos da curiosidade, despertam o gosto de outras leituras, e fixam algumas ideias. Firmemente acreditamos, que até para recreio e instrução da mocidade, mais aproveitarão as descrições convenientemente elaboradas, por exemplo, de alguns animais, de algumas plantas etc., do que os apólogos ou fábulas que na tenra idade costumam dar-lhes a ler e a decorar. As fábulas supõem uma certa perspicácia para lhes entender as alusões; as demasiado claras são insípidas; e além disso a maior parte dos interlocutores, que lhe introduzem, são desconhecidos aos meninos, e então para a inteligência da fábula necessárias são as descrições; Em lugar de lhes ler o apólogo da raposa e do corvo, contar-lhes os costumes as astúcias, em suma, a história desses animais? Se buscam imagens aprazíveis, objetos e assuntos recreativos, a História Natural os fornece em abundância, e variados, e de mais a mais verdadeiros. Que necessidade há-de começar a educação de crianças com mentiras? Pretendem iniciá-las na verdade principiando logo a dar-lhes noções falsas? E quererão que deste modo adquiram ideias claras e exatas? O pior é que as fábulas para se enfeitarem aproveitam quantas patranhas se têm inventado acerca dos três reinos da natureza; e daqui provém encontrarmos tanta gente atemada em sustentar erros e falsidades sobre os mais simples objetos, porque na mocidade assim lho ensinaram.

Não é nosso intento deprimir o mérito dos fabulistas; reconhecemos e prezamos o engenho de muitos, e se tiveram de produzir exemplos nacionais citaríamos com ufania os excelentes apólogos do Sr. Maldonado: mas parece-nos podermos asseverar que tais composições são mais adequadas para desenfastiada diversão de adultos, do que para ensino de crianças. A educação dos tenros anos deve em todas as suas partes fundamentar-se em bases seguras e verdadeiras: os variados assuntos da história natural parece quadrarem-lhe bem. Daqui uma das muitas utilidades dos artigos escritos simplesmente, e só com os adornos de um estilo ameno, recheados do maior número de factos curiosos e interessantes, e desobstruídos das áridas dissertações científicas: assim puderam servir de poderoso auxílio aos mestres, que têm de explicar a meninos, e de lição proveitosa e aprazível para os que não têm proporções, nem tempo de se instruir

mais a fundo nestas matérias, as quais por si tanto convidam que um sábio distinto (Barrow) disse: «A natureza se oferece à nossa contemplação com seu inexaurível tesouro de fórmulas variadas: nós podemos sem prejuízo, e com indizível deleite, perscrutá-las, examinar seus processos, penetrar seus segredos. Cada género de animais, de plantas, de minerais, e de meteoros, apresenta matéria, em que inocente, jucunda, e proveitosamente se entrettenham nossos espíritos; e donde muitas ciências nobres derivam, de cujo aplicado estudo não só sairemos recreados, mas também melhorados e cultivados.» E com efeito estes ramos de ciência até à moral interessam, porque, além de, como todos os outros, afugentarem a ociosidade, tendem a promover a serenidade da alma, favorável à receção dos bons pensamentos: e, para nos servirmos da expressão de outro sábio: «O apaixonado pela história natural não será um homem cruel e ferino, porque ele não quererá destruir caprichosamente um insecto que seja, sabendo quão esquisitamente é fabricado, e quão curiosamente configurado para o lugar que é destinado a ocupar no reino animal.»

À vista destas considerações não parecerá escusado que no sentido delas sejam inseridos na redação deste Jornal artigos escolhidos sobre diferentes indivíduos, e algumas generalidades dos três reinos da natureza, compreendendo o máximo número de notícias, tratando com a possível clareza, e ilustrando quando o pedir o caso com adequadas estampas.

## DO CARGO DE ALMIRANTE

O cargo de almirante é hoje na Europa o maior da milícia naval. A origem desta denominação é arábica, da palavra *Amir* ou *Emir*, que significa príncipe, e do artigo *Al*. No império grego de Constantinopla, o nome *Amir* ou *Emir*, se dava aos governadores das províncias ou distritos, chamados também *amiradias*. Nos cargos navais do Baixo-império o Almirante ou *Emir da Armada* era o terceiro; porque antes dele havia o *grão-duque do mar* e o *grão-drungário*. Foi nas guerras das cruzadas, e durante o XII e XIII século, que este título se introduziu na Europa, para indicar o posto de capitão-mor do mar.

A Sicília é o país, onde, por ventura, primeiramente se chamou Almirante ao general das armadas, e pouco depois, este cargo apareceu com igual nome na república de Génova. Entre nós parece que o título de Almirante existia desde a mesma antiguidade, e já no reinado de D. Dinis havia o Almirante-mor, general da armada de alto-bordo, e o Almirante que era general das galés: distinção esta, que também se dava nos outros reinos da Espanha.

Até o reinado de D. Dinis os Almirantes foram portugueses; mas por morte de Nuno Fernando Congominho [1316] veio a Portugal exercer este cargo Micer Manuel Peçanha, genovês, em cuja família se perpetuou tal dignidade durante um largo período.

Pelo regimento de guerra de Afonso V o Almirante quando assumia este cargo, velava as armas na igreja, como tinham por costume os cavaleiros, segundo o que noutro lugar diremos, e no dia seguinte imediato ia com grande comitiva ao paço, onde el-rei lhe entregava as insígnias de general do mar, que eram um anel, uma espada curta, e um estandarte com as armas reais, fazendo neste acto o novo almirante preito e homenagem à coroa. A sua autoridade era imensa, e das sentenças que dava só para el-rei se podia apelar, mas tal jurisdição só a tinha quando andava embarcado. Com o decorrer dos tempos a dignidade de almirante foi modificada, e era antes uma intendência sobre as causas da armada, do que um posto de milícia naval.

Em França e Inglaterra este título foi desconhecido até aos fins do século XIII, e só em 1284 é que apareceu a primeira nomeação de um almirante francês, sendo em documentos do ano de 1297 que na Grã-Bretanha se fala no primeiro *Almirante do Mar* de el-rei da Inglaterra que era um certo William Leybourne.

Neste país, onde ainda então não havia um só navio da coroa, e onde o rei fretava em tempo de guerra, os navios dos particulares, ou lhos tirava, o almirante não era necessariamente um oficial de marinhas, mas sim, como depois foi em Portugal, um funcionário público, encarregado do armamento das esquadras, quando desta se carecia, o qual exercia as suas funções, por via dos seus subalternos, e estava sujeito ao tenente rei mar, o qual, neste ramo de administração, era a principal autoridade da Inglaterra.

## SONAH WALLAH

As ocupações dos Índios dependem da sua casta, que é um dos mais poderosos instrumentos sempre empregado em regular a condição social de uma população de perto de cem milhões de almas. Todos os ofícios nas Índias são abandonados aos Sudros, que formam a mais baixa e a mais numerosa das quatro grandes divisões integrantes do povo. O Shastra proíbe o exercício de todas as artes mecânicas às três castas superiores; dando-se a elas por esse motivo os Sudros, a quem não é proibido o exercício de tais misteres, e que neles prosseguem em sucessão de pais e filhos. Um Índio julgaria não só moralmente injusto, mas até um ato de abandono rigoroso, o entrar numa ocupação, que anteriormente não fosse seguida por seu pai; e então restritamente adere o povo inteiro a este uso convencional, que se descobre muitos raros exemplos de infracção. Têm em grande conta os direitos hereditários, e imaginam que um homem desonra a sua casta, adoptando qualquer modo de vida, ou profissão, que não fosse por seus antepassados seguida desde muito remota sucessão de gerações.

Divide-se a população Indiana em quatro castas, Brâmanes, Naires, Chatins, e Sudros. A primeira dizem os seus livros sagrados que saiu da boca de Brama, a segunda dos braços, a terceira das coxas, e a quarta dos pés. Para esta última olham as três classes superiores como para uma raça ignóbil, e por consequência aviltada. Os Brâmanes são exclusivamente destinados ao sacerdócio, e aos cargos legislativos do estado, por serem as funções mais importantes e influentes, como também as mais honoríficas. Aos Naires está cometido o executivo; por cujo motivo desta casta o exercito se organiza. Os Chatins se dedicam ao comércio, de forma que esta casta pertenceu alguns dos indivíduos mais opulentos do Indostão. Aos Sudros são abandonados, como inferiores à dignidade das outras castas, os misteres mecânicos e servis.

Estas absurdas distinções têm produzido um efeito paralisador sobre a energia moral do povo, escravizando assim e debilitando os espíritos, e amortecendo os naturais impulsos da ambição: por isso, estando circunscrita a sua espera de acção, a multidão sente que está nacionalmente aviltada, conservando-se naqueles grilhões, que a impedem de subir a uma elevada posição moral. Os Brâmanes, sobre a influência do seu mortífero sistema, constituem uma classe pela maior parte soberba, ignorante e sensual; arrogante por causa da sua prodigiosa influência, tirânica por excesso de poder, e sensual pela nenhuma restrição, estando facilmente ao seu alcance a satisfação de

qualquer tendência animal. Com efeito, mais os impele a sua posição social a condescender com as propensões carnis, do que a cultivar as faculdades do entendimento, ao passo que os Sudros, que formam a grande maioria do povo, exceptuando meia dúzia deles, que por alguns incidentes condicionais se ergueram acima do nível ordinário dos espíritos vulgares, jazem envoltos em tal barbárie, que pouco se avantajam aos selvagens. Os vestígios de uma ordem de inteligência muito elevada, tão conspícua em toda a Índia antes da conquista Maometana, são causa para se deplorar profundamente que o aspecto moral deste belo país seja agora tão sombrio, e tão pouco esperançoso. Contudo confiadamente esperamos; porque nos parece estarmos em vésperas de vastas mudanças civis em toda a fábrica social, que não dista muito o tempo em que se difunda o clarão dos acontecimentos profícuos, não só pela extensa península do Indostão, mas por toda a terra.

Tão abatida é a condição doméstica dos Sudros, que nas institutas de Menu, em que se compreendem os códigos civis e religiosas das leis Indianas, se proíbe aos Brâmanes até o dar-lhes conselho espiritual, ou informá-los da expiação legal pelos pecados. É tão desprezada pelos Brâmanes esta ínfima casta dos Índios, que o meio único de obter deles as graças da sua crença religiosa é prestar-lhes os serviços caseiros mais abjectos; varrem as casas daqueles déspotas espirituais, lavam-lhes os pés, untam-lhes o corpo com azeite, acarretam água, lenha e terra para os sacrifícios do templo, e acompanham os celebrantes durante as fastidiosas cerimónias do seu culto quotidiano; imaginando aqueles arrogantes sacerdotes que os tais seus criados são favorecidos grandemente pela condescendência, que tem, de lhes apontar deveres, que aos olhos da boa razão seria mais honroso violar do que observar. Está escrito no Shastra, que o Sudro, constantemente empregado em servir a um Brâmane, tem vivido meritoriamente; mas também é expresso, que todo o que se escusa a esse serviço, e menospreza o sacerdócio, será condenado aos tormentos eternos “Alguns dos Sudros, diz Mr. Ward, reverenciam os Brâmanes como deuses, e o grosso da multidão rude lhes tributa honras externas. Para saudar um Brâmane, o Sudro ergue a testa às mãos postas, e inclina compassadamente a cabeça: o Brâmane nunca retribui o cumprimento, mas deita ao Sudro uma bênção, estendendo um pouco a mão direita, como uma pessoa na acção de levar água nela. Saudando ao Brâmane os pecados do Sudro entram no fogo, que, por uma figura oriental, dizem morar na mão do Brâmane, e são consumidos. Se o Brâmane estende a mão antes que o Sudro o tenha saudado, abismar-se-á na miséria; e se o Sudro encontra o Brâmane e o não saúda experimentará igual sorte.” Tal é o estado de civil

degradação, em que jaz uma população de quase cem milhões, nesta era de civilização progressiva.

Insistimos mais sobre a condição desta última casta, em referência àquela vasta sociedade de que faz tamanha porção, porque é quase exclusivamente por ela, que as artes mecânicas são exercitadas na Índia.

O Sonh Wallah é um artista que trabalha em metais preciosos, porque Sonh significa ouro, e Wallah camarada, palavra esta usada no Indiano como aposição a muitas designações do carácter ou ocupação de diferentes pessoas; e com efeito se aplica a toda a classe de gente: por exemplo “um general inglês” diz o capitão Luard “é denominado *burrah topee Wallah*, camarada ou companheiro de grande chapéu; os soldados de infantaria do rei são sempre designados por *loll coatec wallahs*, camaradas vestidos de encarnado: há por lá muitos *bhote acha wallahs*, muito bons camaradas; porém há muitos mais *burrah charab wallahs*, muito maus camaradas.

O Sonh Wallah vem a nossa casa por meia rupia (obra de 200 reis) por dia, posto que geralmente cogite em defraudar-vos no tresdobro pelo menos: traz consigo todas as suas ferramentas, que são poucas, e por extremo simples, e consistem – numa pequena forja, a que estão presas umas argolas de ferro, que se viram sobre o carvão para suster os cadinhos: um canudo de lata, um par de alicates delgados de ferro, um par de tenazes pequenas, um martelo, dois pires de barro, e uma bigorna tosca, que conta de uma peça de sílex ou pederneira firmada numa moldura de ferro em bruto. Com tão poucos, e tão imperfeitos instrumentos, ele traça e leva a cabo a execução de todas as várias e melindrosas operações de sua arte.

Depois de ter arranjado a forja, e aceso o carvão, pega de ouro que lhe forneceis, mete-o dentro de um dos receptáculos, e lhe deita uma pequena porção de bórax, a fim de o fundir mais prontamente: então coloca sobre a tal forja o cadinho numa camada de carvão ateado, aplica a extremidade do canudo de folha por debaixo do pires de barro, que contém o precioso depósito, e soprando pela outra extremidade, levanta directamente ao redor dele uma chama forte. O ouro, que ordinariamente se emprega nestas ocasiões, é o ouro *mohur*, que é o da moeda corrente do país, e vale pouco mais ou menos 6:400 réis. Ali ninguém é chamado a juízo por apagar a imagem do rei. Logo que o ouro chega ao estado de fusão, o Sonah Wallah geralmente intenta segurar alguma porção para seus fins particulares, deitando-lhe dentro uma pequena quantidade de ácido nitromuriático (água régia). Causa isto uma imediata efervescência, pela qual se extravasa uma porção de metal fundido, e fica entre o carvão, donde o

manhoso ladrão o separa com o seu vagar quando volta para casa. Para suprir a falta, mexe o que está no cadinho com uma verguinha de cobre, parte da qual se derrete, de forma que a massa, pesada depois de fusão, parece ter sofrido pouca ou nenhuma perda. Esta prática é muito comum, e tão destros são aqueles sujeitos neste género de velhacaria, que invariavelmente se não descobre, posto que eu creio rara ocasião ocorrerá, ou talvez nenhuma, em que eles não defraudem os seus fregueses de uma parte de ouro, que lhes metem nas mãos.

A sua habilidade é tão admirável, que pouca gente cuida em contestar-lhes a probidade, porque com martelo, bigorna, e tenazes somente, fabricam lindíssimos enfeites, com brincos, pulseiras, braceletes, anéis e colares; seus dedos são tão delicados e flexíveis, que suprem uma variedade de instrumentos indispensáveis aos artistas Europeus. Há, feito por estes ourives ambulantes, colares de feitio muito complicado, que talvez se não fabricariam na Europa com igual delicadeza. É verdade que não são muito expeditos; porém este inconveniente fica mais do que pago com o singular primor da mão-de-obra.

O Sonh Wallah, no desenho que damos do Capitão Luard, é um Maometano, circunstância que raras vezes ocorre, excepto no norte da Índia, e é muito provável que, ainda ai, sejam dos novos prosélitos, que trocaram a crença de Brama pela do Alcorão. Muitas das classes inferiores da província de Bengala, desgostadas das severas restrições, que lhes impunham os rígidos preconceitos da casta, abandonaram as esplêndidas momices de um politeísmo (culto de muitos deuses) complicado, e ininteligível, pela crença menos barbara, posto que não mais pura, do Árabe embusteiro. Os convertidos naturalmente conservaram os mesmos ofícios em que foram criados, e por isso damos com o Maometano, aparentemente assumindo a ocupação especial do Índio. No desenho, que precede este artigo, representa-se o Sonh Wallah trabalhando na varanda de uma casa nobre, e as duas mulheres são provavelmente aias ou amas, pertencentes ao estabelecimento doméstico, e que se estão entretendo em observar o progresso de seus destros trabalhos.

## ACERCA DA CLASSIFICAÇÃO DOS ANIMAIS

Enquanto prevaleceu na física a doutrina dos quatro elementos, isto é, enquanto durou a crença de que unicamente entravam quatro princípios, a terra, a água, o ar e o fogo, na composição de todos os corpos vivos, ou inanimados, os escritores, que tratavam a história dos animais, assentavam que o mais arrazoado era repartir todos estes entes em quatro grupos principais, segundo os elementos, que habitavam; por isso nos livros dessa época achamos, em geral, os animais distribuídos em terrestres, aquáticos, aéreos ou voláteis, ígneos ou habitantes do fogo. Mas quais eram os entes que compunham a última classe? Citavam uma espécie única, a salamandra, que diziam viver no meio das chamas, onde se mexia regalada, como o peixe na água. Também não preencheriam melhor a classe precedente, se quisessem considerar como animais aéreos, somente aqueles, que vivessem constantemente nos ares; poderiam todavia inserir nela as mancodiatas, ou aves do paraíso; porque nesse tempo tem vindo à Europa aves daquelas só empalhadas, e todas com os pés bem arrancados, geralmente se cria que o animal vivo os não tivera, e supõem que voavam de contínuo, e até afirmavam que tinha o macho no dorso (nas costas) uma concavidade, que servia de ninho, para a fêmea por os ovos e criar os filhos: poderiam também meter nelas certas andorinhas do mar (sterna hirundo. Lath<sup>1</sup> que por semanas inteiras seguem, avoejando, um navio, e parece nunca pousarem. Ainda hoje em dia muitos marinheiros acreditam que a fêmea não faz ninho, que põe no ar, e que apanhando os ovos no voo traz um debaixo de cada asa, até o momento de saírem os filhos. Não será preciso dizer que destas duas crenças tanto fundamento tem uma como outra: a andorinha marítima faz o ninho nos buracos de certos rochedos, no meio dos cachopos, em paragens que os navegantes geralmente evitam; a mancodiatas (também chamado pássaro do sol) aninha em cima de árvores, o que os Europeus não podem ver, porque o carácter feroz dos habitantes das ilhas Molucas lhes não consente entranharem-se pelo interior do país.

Não há animais aéreos propriamente ditos; e se por tais quisessem reputar os que gozam da faculdade de se levantar, e de se sustentar por mais ou menos tempo no ar, não só reuniriam entes essencialmente diferentes uns dos outros, mas até separariam

---

<sup>1</sup> É usual nas obras de História natural por o nome científico de uma espécie depois do nome vulgar ou local. Pelo primeiro a espécie é reconhecida em todos os países, ao passo que a esfera do uso do nome vulgar ou local é mui limitada. Mas como acontece que uma espécie tem diversos nomes científicos, por lhe serem dados por diversos naturalistas, é também usual por o nome do naturalista depois da palavra, ela que inventou ou adotou. Assim Lth. Quer dizer, Latham, autor de um sistema ornitológico (das aves). Lin. Quer dizer Linneo – Cuv. – Cuvier, etc.

frequentes vezes os que entre si guardam maior semelhança: por exemplo, a fêmea do pirilampo, ou vaga-lume, é desprovida de asas, e não pode largar o chão, pelo que ficaria colocada entre os animais terrestre; porém o macho, sendo organizado para voar, tratariam dele por ocasião dos animais aéreos. Como todos os animais que se erguem aos ares tem de mais a mais os meios de se moverem, quer na água, como os peixes aviadores, quer no ar, como todos os outros entes alados, é evidente que conservando tão-somente as duas primeiras divisões, de animais terrestres e de aquáticos, todas as criaturas viventes achariam lugar ou numa ou noutra. Como tudo esta simplificação não faria desaparecer os inconvenientes, que apontamos, e entre espécies muito próximas se daria sempre separação: deste modo o caracol das nossas hortas tomaria lugar na primeira divisão, ao passo que seria necessário arrumar na segunda, espécies, que lhes semelham tanto no aspecto externo, como na organização interior, mas que passam a vida na água como o caramujo das praias, &c. Ainda mais; há certas espécies, que deveriam pertencer seis meses a uma divisão, e seis meses a outra, porque metade do ano habitam nas águas, e outra metade vivem retiradas no oco das árvores.

Há muito tempo que os sábios reconheceram a impossibilidade de alcançar uma boa classificação começando a distribuir por este modo os animais segundo o género de sua habitação: porém sempre a antiga divisão deixou vestígios na linguagem vulgar, que é uma casta de conservatório, aonde se depositam sucessivamente os restos das doutrinas extintas.

Estas divisões defeituosas determinaram sábios distintos, que dão honra à humanidade, e de que talvez viremos a ter ocasião de falar, a estabelecer classificações derivadas de caracteres permanentes dos animais, como das formas externas, da organização interior, criando para esse fim uma linguagem, que para entrar nas profundidades da ciência cumpre previamente conhecer. Distribuíram todos os entes por classes, géneros, e espécies; e como em nossos números teremos de dar à história de alguns deles, onde termos são de uso frequente, passaremos a defini-los por via de exemplo; e não perderemos ocasião de explicar os que ocorreram na nossa escrita, com o intuito de familiarizar os menos instruídos com os termos técnicos das ciências, conseguindo assim insensivelmente facilitar a leitura de outras obras, e fixar ideias justas das coisas. Tiraremos os exemplos da classe dos mamíferos, ou mamíferos.

Esta palavra «*mammal*» foi formada por Linnêo do latim «*mamma*», do mesmo modo que a nossa palavra comum «*animal*» deriva do «*anima*», vida, ou alma; e foi obrigada a denotar aqueles animais que dão de mamar aos filhos, para os quais não há

nas línguas conhecidas um nome genérico, suficientemente definido e compreensivo. A palavra comum Quadrúpedes, que exprime aquela ideia exacta mais aproximadamente que outra qualquer, não diz relação às naturais afinidades, que observamos entre os animais, excluindo o homem, e as famílias cetáceas (como as baleias), ao mesmo tempo que compreende os lagartos, tartarugas e outros répteis, que não têm senão uma analogia muito remota com os verdadeiros mamíferos: o que já deu lugar à distinção antiga de quadrúpedes vivíparos (que dão à luz os filhos vivos) e de quadrúpedes ovíparos (que põem ovos) como o sapo, etc.

Os termos vernáculos “Bestas – Feras” que frequentemente se usam em contraposição a “Peixes – e Aves”, ainda são mais vagos e indeterminados. Entretanto a palavra «*mammal*» tão felizmente imaginada pelo grande naturalista Sueco, não está sujeito a estas objeções, antes exprime, de uma maneira distinta e definitiva, as mais provenientes funções e limites naturais desta classe de animais.

Os *mamais* na língua técnica da Zoologia (descrição, ou tratado dos animais), constituem a classe, ou divisão principal do reino animal; e são, a este respeito, coordenados com as Aves, Peixes, Repteis e Insectos, que formam outras tantas classes. O termo *Ordem* denota uma divisão subordinada, e está na mesma relação para a classe, em que esta o está para todo o reino; porque uma classe se compõe de ordens, da mesma maneira, que um reino se compõe de classes. A subdivisão imediatamente inferior à *Ordem* é o *Género*, e este mesmo se compõe de *Espécies*, os ínfimos anéis na cadeia de classificação científica, e que não admitem ulterior divisão. Uma *Espécie* compreende todos aqueles animais, que pode razoavelmente supor-se provirem de um tronco original e comum: e neste sentido todos os homens não compõem senão uma única espécie; todos os cavalos outra única espécie; e da mesma maneira os bois, todos os cães, etc., compõem respectivas e adequadas espécies. A diferença dos climas, a variedade dos alimentos, e outras circunstâncias locais e estranhas, indubitavelmente produzem notáveis alterações na forma, tamanho, e cor dos diversos indivíduos, posto que das mesmas espécies; de que temos abundantes exemplos entre todos os animais domésticos, e ainda isto em exacta proporção ao grau de sua domesticidade, e ao cuidado e atenção, que lhes são prestados da parte do homem. Porém estas variações estreitam-se dentro de certos limites prescritos, e todo o poder e talento do homem debalde se tem esforçado para produzir e perpetuar uma nova raça ou espécie de animais. É verdade que foi bem-sucedido obtendo o mulo ou macho do ajuntamento de duas espécies, cavalo e burro, muito distintas, posto que a certos respeitos muito

aproximadas; porém o mesmo macho é um indivíduo estéril, que a natureza reputa um monstro, e a quem denegou a faculdade de continuar a sua vaga.

Um exemplo ilustrará melhor o verdadeiro valor dos termos, que procuramos explanar. O cão, a raposa, o lobo, o chacal, ou adibe, são todos Espécies de um Género comum; como do mesmo modo o leão, o tigre, a onça, o lince ou lobo-cerval do norte da Europa, e o gato doméstico, são espécies de outro género. As primeiras são respectivamente chamadas o género *Canis*, ou do cão; as segundas o género *Felis*, ou do gato; e compõem justamente com as hienas, gatos d'algalia, doninhas, ursos, texugos, etc., a Ordem dos Carnívoros, que tem seis dentes incisivos, ou da frente, em cada queixada, e que se nutrem da carne dos outros animais. Outra ordem natural dos mamíferos compreende todos os que (como o rato, o esquilo, o coelho, e o porquinho da Índia) carecem de dentes caninos, e tem grandes incisivos, que empregam continuamente em roer tudo o que lhes fica a jeito; motivo por que são denominados *Rodentis*, ou roedores. Estes, ao menos em o número dos dentes incisivos, formam o anel intermediário que une os Carnívoros com a imediata ordem de mamaes, *Edentata* (desdentados), que se distinguem pela falta de dentes, como o Tamanduá do Brasil, e são portanto obrigados a sustentarem-se de vegetais, ou de insectos, e outras substâncias moles, que requerem pouco cortadas e mastigadas. Estas diferentes ordens de “Carnívoros” *Rodentia* “*Edentata*” juntamente com os ruminantes (*Ruminantia*, animais que remoem), como o boi, com os Cetáceos, ou género das baleias, e com outros menos importantes, que é desnecessário enumerar aqui, compõem a *Classe* chamada dos mães ou mamíferos.

## ORIGENS DO TEATRO MODERNO

### TEATRO PORTUGUÊS ATÉ AOS FINS DO SÉCULO XVI

O país onde primeiro apareceu a arte dramática moderna foi a Inglaterra, se a arte dramática podemos chamar a espectáculos tirados de passos históricos da Bíblia, sem invenção ou enredo, e só copiados literalmente em discursos e acções. Estas primeiras tentativas teatrais, a que depois os franceses e italianos chamaram *Mistérios* apareceram na Grã-Bretanha durante o século XI. Os monges compunham-nas e representavam, e ainda no final do século XIV eles pediam a Ricardo II embargasse os comediantes de exercerem uma profissão que julgavam ser um privilégio seu, porque ordinariamente o objeto dos dramas se tirava do velho e novo Testamento.

Pelas muitas relações que havia entre a Inglaterra e a França, parece que os *mistérios* ingleses não tardaram em introduzir-se neste último país. A *Morte de Santa Catarina*, representada na abadia de Dunatple, em mil cento e tantos, foi no século seguinte posta de novo em cena no mosteiro de Santo Albano em França, e é talvez esta memória mais antiga que temos da arte dramática francesa. Depois esta continuou e cresceu, chamando-se às forças profanas *jogos* ou *representações*, e aos dramas sacros *mistérios*.

A Itália começou mais tarde, com este género de composições bárbaras: mas, tendo primeiro aberto que nenhuma outra nação seguido o gosto da literatura grega e romana, brevemente o tomou também no teatro. Os dramas de Mussato no princípio do 14.º século, e em latim são *Ezzelino* e *Achilles*, imitações de Séneca, escritas com um tão falso estilo como o dramaturgo romano. Foi no décimo quinto século que apareceram em Itália os primeiros dramas vulgares: Lourenço de Médicis publicou a *Representação de S. João e S. Paulo*, e Ângelo Policiano deu pouco depois a sua tragédia intitulada *Orfeo*.

Desde o 14.º século aparecem dramas na Alemanha; mas estes nada mais eram do que imitações dos *mistérios franceses*, os escritos em latim pelos monges. No meado do século 15.º foi que verdadeiramente começou neste país o teatro nacional. *Hans-Folz* e *Rosenblut* compuseram diversas farsas, que representaram em Nuremberga e Colmar: estas farsas, obra de homens rudes, são um tecido de grosserias e indecências apenas dignas de se recitarem diante da plebe mais desfaçada. Depois de 1500 é que apareceu *Hans-Sachs*, a que podemos chamar o Gil Vicente de Alemanha.

Na Espanha, ou porque ao Árabes o introduzissem, ou porque os Espanhóis o inventassem, ou, enfim, porque muito cedo o imitassem dos franceses, o drama remonta aos primeiros tempos da Monarquia. Só, na verdade, do princípio do 14.º século conhecemos a cena espanhola; mas restam memórias dela muitíssimo mais remotas, e, pouco depois de 1200, dizem que apareceram dramas em Valenciano. Do 15.º século ainda existem muitas composições espanholas neste género de literatura.

Essas primeiras tentativas dramáticas eram forçosamente um tecido sem nexo, sem ordem, e ridículo: os seus autores entregavam-se desenfreadamente a todos os caprichos de uma imaginação fervente, e as produções deste tempo são em geral monstruosas e absurdas. *Rodrigo de Cotta* começou a dar alguma regularidade ao drama na comédia de *Calisto e Melibea*; mas a licença de seus quadros e expressões mancha o merecimento desta peça, que depois foi algo tanto corrigida e acrescentada por *Fernando de Roxas*, autor de outra comédia, *Progne e Philomena*. Apesar de assim emendada a obra de *Cotta* ainda é monstruosa. Uma série de enredos amorosos e crimes se encruzam e estendem aí através de vinte e cinco actos. Entretanto a verdade dos costumes e caracteres e a verosimilhança dos episódios deram-lhe celebridade; e com o título de *Celestina* ela foi muitas vezes reimpressa, traduzida em diversas línguas, e até na latina pelo célebre *Barthius*. A reputação da *Celestina* fez nascer os imitadores; e novas composições, com o mesmo ou diferente título, mas que estão longe de ter o mérito da original, apareceram brevemente em Espanha.

Por este tempo floresceram mais outros dois autores dramáticos, o Marquês de *Villena* e *João de la Enzina*, que foi o principal modelo do nosso Gil Vicente. Os dramas do primeiro foram representados em Saragoça na corte de D. João 2.º, em meados do século 15.º: os do segundo o foram também, na corte de Fernando e Isabel, nos fins daquela mesma era.

Ressurgiram então as letras gregas e romanas, e a admiração do teatro antigo despertou na Espanha o génio da tragédia. *Oliva* publicou duas composições trágicas – *Hécuba triste* – e *La venganza da Agamemnon*, as primeiras que neste género se escreveram na Península. Restritas e acanhadas imitações dos gregos, elas se podem considerar como traduções livres da *Hécuba* de *Eurípides* e da *Electra* de *Sófocles*.

Em Portugal é provável que começassem as representações cénicas pelo mesmo tempo em que principiaram na Espanha; mas nenhuns vestígios restam desse teatro primitivo. O que é certo é que já nos fins do século de 400 havia em Portugal entremezes. Garcia de Resende na crónica de D. Joao II, narrando as festas que se

fizeram em Évora no casamento do príncipe D. Afonso com a Infante D. Isabel de Castela, fala, em vários capítulos, dos *entremezes e representações*, que nessa ocasião se fizeram, dando a entender, pelo modo que acerca deles se exprime, que eram uma coisa bem conhecida e vulgar, e não é impossível que ainda se depare com algum monumento desse nosso primitivo teatro.

Porém o mais antigo drama que hoje conhecemos é de Gil Vicente representado em 1502 na corte de D. Manuel, e Gil Vicente é, no estado actual da nossa historia literária, considerado como o fundador da cena portuguesa, pela mesma razão com que o podemos ter por inventor dos *rimances*, ou *xácaras*, dos quais os mais antigos que existem são os que ele entressachou pelos seus autos, e que dedicou à morte do rei D. Manuel.

Gil Vicente dividiu em quatro livros as suas composições dramáticas, incluindo no primeiro todos os autos a que chamou de *devoção*, por versarem em geral sobre objectos bíblicos e religiosos; mas estas *obras de devoção* parecem as menos devotas de todas, se das outras exceptuarmos a comédia de *Rubena* que pertence ao 2º livro. Estes *autos* são na essência o mesmo que os mistérios franceses, como eles cheios de indecências, porém ao mesmo tempo ricos de sal e chistes. O poeta abominava cordialmente o clero, sobretudo os frades, e não desaproveitou ocasião alguma de os presentear com chascos e epigramas. Ou autos das *barcas*, que são como continuação uns dos outros, e formam a *trilogia*, ou drama em três quadros, mais antiga da Europa, constituem com *Mofina Mendes* e *Rubena* a flor do teatro de Gil Vicente; porque talvez em nenhuma das cenas que os compõem deixa de aparecer em subido grau o génio da comédia. Este poeta reunia à qualidade de autor e actor, e com seus filhos representava os próprios dramas da corte de D. Manuel e de D. João 3.º Apesar de cortesão, o poeta morreu pobre, em Évora, depois de 1550. As suas obras se imprimiram em Lisboa em 1562, e muito mutiladas em 1586. Uma nova edição completa publicou-se ultimamente em Hamburgo em 1833.

Gil Vicente teve um filho do seu mesmo nome, que dizem desterrou para a Índia, levado pelo ciúme de este o exceder no génio dramático. Ao moço Gil Vicente se atribui a composição de um auto intitulado *D. Luís de los Turcos*.

Pelo meado do século dezasseis apareceram em Portugal vários poetas, que mais ou menos seguiram as pisadas do autor de *Rubena*. Ao infante D. Luís atribui-se o auto *D. Duardos*, que anda impresso como de Gil Vicente. António Ribeiro Chiado tão conhecido na corte de D. João 3.º e de D. Sebastião, pelos seus gracejos e agudezas, e

pela propriedade com que remedava a voz e o gesto de todos, nos deixou dois autos bastante engraçados, o da *Natural Invenção* e o de *Gonçalo Chambão*. Na *Primeira Parte dos Autos e Comédias portuguesas*, publicada em 1587, livro hoje bastante raro, se imprimiram sete Autos de António Prestes, em que se mostra espírito cómico não inferior porventura ao de Gil Vicente, cuja escola Prestes seguiu, bem como Jorge Pinto, autor de *Rodrigo e Mengo*, e Jerónimo Ribeiro Soares, autor do *auto do Físico*, que vem naquela coleção, cuja segunda Parte nunca se deu à estampa.

O nosso Jorge Ferreira de Vasconcelos, autor dos dois romances da *Tavola Redonda*, floresceu também por estes tempos. Três composições suas nos restam, *Aulegrafia*, *Eufrosina* e *Ulyssipo*, a que ele chamou comédias, e que realmente, são antes diálogos do que dramas. Nelas teve por alvo Jorge Ferreira reunir os provérbios e anexins da língua ou a filosofia popular do seu tempo, e por este lado são elas, na verdade, dignas da maior estimação; mas se as quisermos considerar como dramas, bem pequeno é o seu mérito.

No reinado de D. Sebastião, o cego Baltazar Dias, poeta natural da Madeira, publicou um grande número de autos e outras obras, humildes pelo estilo, mas com toques tão nacionais e tão gostosas para o povo, que ainda hoje são lidas por este com avidez. Correi as choupanas nas aldeias, as oficinas e as lojas dos artificios nas cidades, e em quase todas achareis uma ou outra das multiplicadas edições do *Auto de S. Aleixo*, de *S. Catarina* e da *História da Imperatriz Porcina*, tudo obras daquele poeta cego do século décimo sexto.

Este era o teatro verdadeiramente nacional até o ano de 1600, em que floresceu Simão Machado, autor do *Cerco de Dio*, e da *Pastora Alfêa*. Muitas composições deste género se perderam, ou não chegaram à nossa notícia, como os Autos de António Pires Gouge, de Sebastião Pires e de António Peres, que dizem que escrevera mais de cem dramas. O auto do *Fidalgo de Florença*, composto por João de Escobar, no reinado de D. Sebastião, teve nesse tempo grande celebridade e se imprimiu repetidas vezes. Porém dele ainda não encontrámos um único exemplar.

Enquanto assim a escola formada por Gil Vicente progredia e, em nosso entender, se aperfeiçoava, independente de estranha influência, poetas de grande nome trabalhavam por introduzir em nossa literatura as formas de teatro grego e romano. Francisco de Sá de Miranda escreveu duas comédias, intituladas *Vilhalpandos*, e *Os Estrangeiros*, as quais imprimiram, depois da sua morte, em 1560 a primeira e a segunda em 1569. Nestas procurou ele seguir as pisadas de Plauto e Terêncio, como o

confessa no prólogo dos *Estrangeiros*, e com efeito elas se podem comparar com as dos dois cómicos latinos. António Ferreira compôs quase pelos mesmos tempos as comédias *Bristo* e *Cioso* e a tragédia *D. Inês de Castro*, a segunda que apareceu na Europa de acordo com todas as regras clássicas, sendo a primeira a *Sphonisba* do poeta italiano Trissino. Mas a *Castro* é superior e nós a temos por um milagre dramático, atendendo à falta de modelos modernos e ao século em que foi escrita. O ilustre Camões também nos deixou com o título de autos, duas comédias, *Os Anfitriões* e *Filodemo*, das quais a primeira é quase uma tradução de Plauto. Desde esta época o teatro clássico português foi caindo e podemos dizer que nunca mais tornou a restaurar-se.

## **BIOGRAFIA LITERÁRIA**

### **DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE [TIO] <sup>1</sup>**

Dois homens célebres deste nome aparecem na nossa história literária: o primeiro foi o teólogo Diogo de Paiva de Andrade, o segundo foi o autor do poema *Chauleidos*, sobrinho do precedente.

O Dr. Diogo de Paiva d'Andrade nasceu em Coimbra em 1528 e faleceu em 1575, com a idade de 47 anos. Muito moço foi entregue aos cuidados de Fr. Luis Montoia, chamado o *venerável*, que o educou até aos 14 anos, tempo em que passou para o colégio dos Agostinhos de Coimbra, onde estudou as línguas latina e grega, a filosofia e ultimamente a teologia, que naquela época era a mais interessante parte do saber humano. Aplicando-se à língua hebraica pôde, com proveito, entregar-se a uma repetida e meditada leitura da Bíblia e este mesmo estudo transluz nos sermões que nos deixou, onde muitas vezes mostra algum desvanecimento da sua perícia naquele idioma. Mandado por el-rei D. Sebastião, como teólogo seu, ao Concílio de Trento, contando apenas 33 anos de idade, ali se distinguiu pela profundidade dos seus conhecimentos e o encarregaram de apresentar o quadro das opiniões das igrejas protestantes, o que fez com geral aprovação, embora se mostrasse um tanto difuso. Era a casa de Paiva d'Andrade o lugar em que se reuniam, para conferenciar, os prelados e teólogos que assistiram aquele célebre Concílio, e ali se decidiram quase todas as questões, que segundo a observação do P. Sarpi não vinham já decididas de Roma.

Havia neste tempo aparecido o catecismo protestante de Moheim, e a Universidade de Colónia o fizera censurar pelos jesuítas. Kemnitz, teólogo luterano de grande reputação e saber, tratou de defende-lo e por esta ocasião atacou violentamente o instituto jesuítico. Paiva d'Andrade tomou então a peito o pugnar a favor da Companhia, e rebater as opiniões de escritor alemão. Com este intuito, publicou em latim o seu livro das *explicações orthodoxas*, impresso em Colónia em 1564. Replicou-lhe Kemnitz com azedume e com mais azedume ainda voltou ao combate Diogo de Paiva, na obra que intitulou *Defensão da fé tridentina*. Nesta luta os dois adversários não pouparam nem injúrias nem argumentos, armas que quase sempre se usavam conjuntamente nas questões literárias ou científicas daqueles tempos.

---

<sup>1</sup> Este subtítulo **Diogo de Paiva d'Andrade** é da nossa responsabilidade.

Acabado o Concílio partiu Diogo de Paiva para Roma e dali para Lisboa, onde, segundo o uso de Portugal, foi esquecido e desprezado, visto ter dado mostra de talento e ciência não vulgar. Aqui se dedicou ao ministério do púlpito, que acrescentou à sua reputação europeia uma reputação nacional.

Os sermões de Paiva d'Andrade foram publicados depois da sua morte em três volumes, o 1.º no ano de 1602, o 2.º em 1604 e o 3.º em 1615. O seu estilo é chão e corrente. Nos discursos pronunciados perante a corte, dirigia-os de modo, que sempre repreendia os vícios e injustiças dos poderosos. A adulação não manchava os seus lábios, antes parece que ele se comprazia em aferir os crimes dos grandes, e então o estilo do orador se avigorava e subia acima do tom humilde da homilia, que ele com tanto siso sabia conservar nos discursos dirigidos somente ao povo. A moral de Paiva d'Andrade é singular e pura e admira que nos sermões de um homem costumado ao amargor, de que usou na contenda com Kemnitz, não apareça em cada página a sanha e intolerância própria dos teólogos controversistas. O amor da divindade e dos homens é ao que ele constantemente encoraja o seu auditório, e sendo talvez esta a razão, porque muito poucas vezes toca as raias do sublime. As suas expressões parecem saídas de um espírito sereno e repousado e ele não sabia decerto compor aqueles períodos de energúmeno, com que Bossuet produzia notável abalo nos que o escutavam. Sem isso, contudo, Paiva de Andrade apresentava às vezes imagens vivíssimas e que revelam o seu grande talento oratório. Nas palavras que atribui a Deus antes de soltas as águas do dilúvio, [Tom. 1.º f. 319] temos um exemplo delas. Este orador costumava muito introduzir a forma de diálogo nos seus discursos e com isto por certo despertaria a atenção dos ouvintes. O seu medo de raciocinar mostra que ele estava muitíssimo habituado às formas de argumentar.

Paiva de Andrade foi um dos mais célebres pregadores do décimo sexto século; mas, depois de publicados, os seus sermões não tiveram a voga que mereciam; porque o gosto dos conceitos e trocadilhos de palavras começava a prevalecer; e a sã eloquência, como o resto da literatura, caía no esquecimento, em que a sepultou o falso brilho das extravagâncias literárias do século dezassete.

**DIOGO DE PAIVA DE ANDRADE [SOBRINHO]<sup>1</sup>**

Sobrinho do precedente escritor, e filho do Cronista-mor do reino, Francisco d'Andrade, a quem devemos a excelente crónica de D. João 3.º, foi Diogo de Paiva de Andrade: se menor a seu tio na idade, não inferior no merecimento. Nasceu em 1576, e ignoramos o ano da sua morte. Desde a mocidade deu-se ao estudo da história e antiguidades pátrias e de isto deu provas, publicando o *Exame de Antiguidades* [1619] em que refutou muitos erros do crédulo Fr. Bernardo de Brito. Diz-se que este livro fora escrito em desagravo de não se lhe haver dado o cargo de cronista, que tivera seu pai, e de ter sido, para ele, preferido Brito. Fr. Bernardino da Silva, monge cisterciense, procurou desafrontar o seu confrade: e com efeito ninguém sustentaria melhor a má causa, que ele tentou defender nos dois volumes intitulados *Defensão da Monarchia Lusitana*, impressos em 1620 e 1627. As reflexões, porém, do *Exame* ficaram, em grande parte, sem resposta, porque realmente nenhuma era possível dar a muitas das objeções de Diogo de Paiva.

O *Casamento Perfeito* é outra obrar deste autor sobre os deveres dos casados e sobre os meios de conservar a paz doméstica. Este livro curioso é pouco lido, como o são em geral os escritores morais mas ele encerra valiosos documentos de vida civil e noticiais muito variadas. Foi impresso em 1630.

Diogo de Paiva publicou pelo mesmo tempo [1628] o seu poema latino intitulado *Chauleidos*. Menos lida ainda é esta obra, por ser escrita em latim mas nem por isso o seu mérito deixa de ser grande. O objeto do poema é o cerco de Chaul, sendo governador daquela cidade D. Francisco Mascarenhas e vice-rei da Índia D. Luís de Ataíde [1570 a 71]. Com efeito digníssimo era este cerco de ser cantado; porque talvez nele não se obraram menores gentilezas de armas do que no cerco de Dio, em tempo de D. João Mascarenhas. O *Chauleidos* contém doze cantos, e é o poeta romano *Estácio*, que Paiva de Andrade tomou por principal modelo. Não faltam neste poema defeitos, como por exemplo a mistura da mitologia, da alegoria, e do cristianismo no maravilhoso: porém compensa essas manchas com o apropriado de vários episódios, e sobretudo com a harmonia da metrificação, e com o aperfeiçoamento do estilo.

---

<sup>1</sup> Este subtítulo **Diogo de Paiva d'Andrade** [sobrinho] é da nossa responsabilidade.

Paiva de Andrade deixou várias obras manuscritas, que nunca se imprimiram, à exceção de uma carta em latim dirigida a João Rodrigues de Sá, que vem junta à *Defensa de Camões* de João Soares de Brito.

Concluiremos em outro artigo a biografia desta ilustre família, dando notícias do cronista Francisco de Andrade, e do seu irmão o virtuoso e eloquente Fr. Tomé de Jesus.

**MADRID**

*Vista da Calle Maior e da Porta do Bom Sucesso em Madrid*

**Situação – Aspeto Geral da Cidade – Ruas e Praças**

No meio de uma planície ampla, árida, e desigual, guarneçada de uma banda com uma cordilheira de serras alcantiladas, e aberta pela outra a um horizonte ilimitado, está situada a cidade de Madrid, na elevação de mais de 2000 pés acima do nível do mar. Poucas são as capitais tão mal situadas; e custa realmente a perceber como é que o Rei D. Filipe se resolveu a estabelecer num tal ponto a metrópole de seus domínios. A única vantagem que logra é a situação central; mas ao mesmo tempo outras cidades tinha, iguais a este respeito, e que não são expostas aos inconvenientes a que esta é sujeita. Não tem um rio caudaloso que a atravesse; não tem meios de natural comunicação com as demais partes em Espanha; vem-lhe água de uma distância de sete léguas, porque o Mançanares, ribeiro de pouca importância, apenas fornece um suprimento incerto durante uma parte do ano. O País vizinho é um deserto medonho, consistindo meramente em acanhados outeiros inférteis: e com efeito é tão pouco adequado aos trabalhos da agricultura, que a cidade, até certo ponto, está dependente, para o consumo dos alimentos animais e vegetais, dos socorros das remotas províncias do reino. O peixe, que se vende pelas ruas, vem transportado por bestas muares desde o Atlântico,

ou o Mediterrâneo; o gado, e várias espécies de vegetais, são trazidos das Astúrias, da Biscaia, e da Galiza; e os frutos de toda a espécie vêm das províncias orientais, e meridionais.

Esta particularidade do local de Madrid, não deixa de um certo modo ser curiosa para o viajante, que, ao avizinhar-se dela, não descobre passeios umbrosos, extensas alamedas, jardins agradáveis, ou elegantes casas de campo: meia dúzia de aldeolas, espalhadas aqui e acolá, alguns casais solitários, e algumas cabanas, são os únicos e imperfeitíssimos anúncios da vizinhança de uma grande capital, que se apresenta em massa à nossa vista a perto de uma légua distância, quase como Palmira, a antiga rainha do deserto, diz Mr. Quin. Fischer compara-a a uma ilha no meio do Oceano – “Se caminhardes obra de 40 braças fora das portas de Madrid [diz outro viajante] parecer-vos-á que largastes a civilização e frequência dos homens.” Os habitantes de Castela têm-se distinguido sempre, pela decidida antipatia às árvores nas imediações das suas grandes cidades; e parece que empregaram todo o cuidado em deixarem escaldado o território dos contornos da capital. Desde Samosierra às portas de Madrid, quase trinta milhas inglesas, não se vê uma árvore. Grande parte do terreno é inculto, e o que se lava, e produz grão, é todo coberto de ervas ruins, e de pedras. A vista da cidade por este lado não é majestosa; parece pequena, e posto que as torres e coruchéus são em número suficiente, contudo não é causa para despertar grande curiosidade.

O plano de Madrid é um quadrado irregular; e anda por oito milhas que terá em circunferência. É cercada com uma fraca muralha de taipa, por onde franqueiam a entrada de quinze portas de granito, algumas delas notáveis pela beleza da arquitetura. Um viajante recente dá-lhe o seguinte: 8:000 casas, 146 templos, compreendidos os de 62 conventos que tinha; 18 hospitais, 13 colégios, 15 academias, 4 livrarias públicas, 6 prisões, 15 portas de granito, 85 praças, e 50 fontes públicas.

Está situada na margem esquerda do Mançanares, que na primavera engrossa um tanto com as chuvas, e neves derretidas, e nasce nos montes de Guadarrama, desaguando no leito mais amplo do Xarama, abaixo de Madrid, unidos entram no Tejo em Aranjuez, não muito longe de Toledo. Tem-se falado por muitas vezes na abertura de um canal da capital para o Xarama, a fim de obter-se comunicação navegável com o Tejo. Diz-se também que um rei de Espanha formara o projeto de trazer o Xarama ao leito do Mançanares; porém morreu antes de o pôr em execução.

O Mançanares tem, não obstante o seu pequeno cabedal de águas, duas soberbas pontes chamadas uma de Segóvia, e outra de Toledo, por estarem na direção das

estradas destas duas cidades: a primeira foi construída com grandes despesas por Filipe 2.º, e deu lugar ao bem conhecido motejo de certo embaixador estrangeiro: - Amigos Espanhóis, ou comprar rio ou vender ponte.

As ruas da Madrid são, em geral, sofrivelmente boas, e, como em todas as grandes cidades, algumas muito formosas, outras medíocres. As dos bairros antigos são as mais estreitas e tortuosas; ao passo que as da mais moderna porção da cidade têm mais largura e regularidade. São bem calçadas, e com passeios laterais para a gente de pé, mas que não excedem o nível do restante da rua.

A mais bela rua de Madrid é a *Calle de Alcalá*, que se manifesta à vista do estrangeiro logo que entra a porta de Alcalá. Mr. Quin descreve a sua perspectiva, dizendo que mais parece vista em pintura do que mera realidade. Parando no fundo desta rua, o espectador goza de qualquer dos lados as formosas alamedas do prado [passeio público] com seus compridos alinhamentos de árvores majestosas, e suas magníficas fontes de mármore; atrás lhe fica a porta de Alcalá, que é um elegante modelo de arquitetura, e ao mesmo tempo se dilata na sua frente aquela rua toda, descrevendo uma curva engraçada, vasta e guarnecida de esplêndidas fileiras de edifícios desiguais, compreendendo entre outros, a alfândega, e os palácios de muitos embaixadores. Com tudo isso é esta rua bastante incômoda para a gente andar a pé, especialmente em tempo de chuva ou neve; porque a calçada é estreita e áspera, e fica exatamente por debaixo das caleiras, que saem um pouco fora das cimalthas das casas, e despejam quanta água ajuntam nos telhados sobre as cabeças dos miseráveis que vão passando.

A gravura que apresentamos representa a vista da rua principal "*Calle Maior*", que pertence à cidade velha: tem à direita a fonte do Bom Sucesso, que é um sítio de concorrência de manhã para ociosos; e à esquerda a casa do correio.

O estrangeiro, que passeia pela primeira vez as ruas de Madrid, encontra abundantes objetos de curiosidade, e desfruta em segundo grau o prazer da novidade. Os vestuários do povo são-lhe estranhos, porque o despeito da moda, que atualmente tem assemelhado os trajes das outras capitais europeias, os moradores das cidades espanholas sempre conservaram o modo de vestir nacional.

De quantas praças tem esta cidade nenhuma se faz notável, ou por tamanho, ou por edifícios que a rodeiam; todavia algumas não são destituídas de beleza. A "Plaza Mayor" está no coração da cidade, e nela desemboca a "Calle Mayor". É um espaço retangular de 434 pés de comprimento por 334 de largura, ou de 1536 pés de circuito:

foi obra de Filipe IV, e nada tem de notável. Era antigamente o teatro *de las fiestas reales*, ou corridas de touros; divertimentos bárbaros, que ao presente ainda as fazem no anfiteatro, construído para este fim sobre uma eminência da parte de fora da porta de Alcalá. Foi também nesta praça, que, em tempos, que felizmente passaram, se praticavam as cruéis cerimoniais dos chamados *Autos da Fé*. Hoje, porém, a praça grande de Madrid é destinada a fins de maior civilização, porque atualmente está sendo um lugar de mercado, ou feira, centro do comércio a retalho, e o ponto ordinário de reunião dos habitantes.

A praça, tão conhecida pelo nome de *Puerta del Sol*, não é mais do que um largo espaço formado pelo encontro de umas poucas ruas largas. Veio-lhe este nome de uma porta do antigo recinto de Madrid; porque esta cidade, até ao princípio do 16.º século, em que os reis de Espanha tinham a corte em Valladolid, era terra de muito pouca importância: porém desde que o imperador Carlos V estabeleceu nela a sede do governo, começou a aumentar com tal rapidez, que, não cabendo no circuito de suas antigas muralhas, foi necessário derrubá-las, e deixar estender a povoação por um grande número de braços. Pode isto facilmente calcular-se pelo local onde era antigamente a tal Porta do Sol, que transmitiu o seu nome à praça de que tratamos, que hoje ocupa a mesma posição, e está quase no centro da cidade.

Desta praça saem as ruas mais belas e espaçosas, as mais comerciantes e frequentadas: e como está no ponto de junção de duas linhas, que se prolongam do palácio real até ao Prado, da porta de Toledo até a de Segóvia, é infinito o número de coches, carruagens, e séquitos de viajantes e de povo de toda a casta, que por ali gira de contínuo. Custa a romper por entre tamanha multidão, aumentada com a chusma de curiosos e vadios, que ali vem tomar o sol, ver o que vai de novo, fumar o *cigarrillo*, ou como se diz vulgarmente, matar o tempo. É tal a miscelânea, e o número de indivíduos de ambos os sexos, de todas as idades, e de todas as condições, que Fischer lhe chama “Madrid em miniatura, com tal agitação e variedade de grupos, que seria impossível descrever ainda a décima parte.”

Entre os edifícios públicos de Madrid fazem muito pouca figura as suas igrejas, e admira que uma cidade como esta não possua um templo notável. Algumas têm campanários muito elegantes, outras belos zimbórios: mas que importa, se as agradáveis todas são demasiado pequenas, e as grandes edificadas sem gosto! Acharemos a razão disto se observarmos que Madrid era uma vila sem consideração nas épocas florescentes da arquitetura eclesiástica. Nunca foi sede de bispado; e pertence à diocese de Toledo,

cujo arcebispado tentaram em 1518 dividir, construindo em Madrid uma sé à parte: e ainda o papa Leão X chegou a expandir a bula; mas nunca se levou o projeto a efeito.

Nada diremos do novo palácio real, construído para substituir o que ardeu em 1784, não obstante ser um edifício magnífico e dos melhores da Europa, porque já dele correu vulgarmente estampa e respetiva descrição.

Remataremos este artigo com duas palavras sobre o real museu de pinturas, que é dos mais belos que se conhecem. O capitão Cook disse que continha maior número de obras boas com menor mistura de más do que qualquer outro. As salas em que está colocado são admiráveis para o intento; quatro em número, cada uma de 150 pés de comprimento, e 22 de largo, atravessadas por uma galeria, que as une, de quase 300 pés de extensão. As pinturas são das diversas escolas, compreendendo algumas dos mais famigerados mestres.

## JUDEUS EM PORTUGAL

Acerca do tempo em que os judeus entraram nas Espanhas há várias opiniões. Fazem alguns remontar a vinda dos primeiros ao tempo da conquista da Palestina por Nabucodonosor, outros afirmam que eles começaram a frequentar os nossos portos por via de comércio no tempo dos Macabeus; pretendem outros, enfim, que depois da ruína de Jerusalém por Tito, quando os dispersaram pelo mundo, que muitos deles vieram fazer assento nas Espanhas. Seja o que for, é certo que no tempo dos godos um grande número de famílias hebreias se achavam estabelecidas neste país.

Durante o domínio dos godos correram os judeus vária fortuna; mas a maldição de Deus, que sobre eles pesava, não os deixou respirar por largo tempo debaixo de afrontas e opressões. Nas leis góticas se encontram muitas tendências a oprimi-los, e a conservá-los na inferioridade a respeito dos cristãos. Desde a entrada dos árabes a sua sorte parece ter melhorado algum tanto, não porque maometismo fosse mais tolerante do que o cristianismo, mas porque os príncipes sarracenos eram mais ilustrados do que os godos. Foi nesta época que os judeus cresceram em número e em riqueza, vivendo em boa harmonia com os dominadores árabes, e com os cristãos vencidos.

Quando os reinos do Leão e Castela se começaram a estender, conquistando as terras ocupadas dos mouros, deixaram os reis de Espanha subsistir os judeus, atendendo à falta que havia de povoadores para os campos e cidades, e foi também por este motivo que se instituíram as Mourarias, ou os bairros habitados por mouros. Parece que a primeira perseguição contra os judeus de Espanha foi tentada por Pedro, abade de Cluny, quando veio a Castela, em tempo de Afonso VII; porém esta perseguição não chegou a efetuar-se; porque há memórias de os judeus terem vivido tranquilamente durante o reinado deste príncipe.

Daí avante a raça hebraica foi pouco a pouco florescendo em Espanha. As riquezas por ela possuídas, os talentos e instrução de muitos judeus, tanto mais notáveis, quanto maior era a ignorância e barbárie daqueles tempos, lhes abriram o caminho das honras e do poder. Em geral, os diferentes reis da península, achando nesta casta, menoscabada pelos nobres e pelo povo, o conselho e os socorros pecuniários, que nem naqueles nem neste encontravam, rodeavam o trono de homens inteligentes e ativos, posto que odiados, e lhes confiavam os cargos mais importantes do estado. Esta preferência, dada à nação hebraica, ainda pelos príncipes mais religiosos, era tal, que os hereges, que pretendiam, sem correr risco, propagar seus erros, se vestiam de judeus, e

assim ficavam seguros de ser molestados. Fr. Afonso de Espina, no livro que intitulou *Fortalitium Fidei*, lamenta a grande entrada e valimento, que os judeus tinham nas cortes dos reis; e Paulo Burgense narra, que por esses templos tiravam eles argumento do poderio que tinham em Espanha, para provar que o Messias não era vindo, visto que, segundo a profecia de Jacob, este devia nascer, quando à nação hebraica faltasse o cetro e o reino, coisas que ela possuía na Espanha.

Este valimento que os judeus tinham em Castela, também o alcançara em Portugal logo no princípio da monarquia. Em uma decretal de Gregório IX é repreendido D. Sancho II por favorecer os judeus e se ordena ao mesmo tempo os bispos de Astorga e Lugo o repreendem para emendar este abuso. Ordenou além disso o Papa que, no caso que os exatores das rendas públicas fossem mouros ou judeus, houvesse um superintendente cristão que vigiasse e acudisse às vexações que eles faziam ao clero, e com que naturalmente se vingavam das injúrias que do clero recebiam. No tempo de D. Dinis, em uns artigos de queixa feita em Roma pelos eclesiásticos contra esse príncipe, foi ele arguido de dar os lugares de fazenda aos judeus, e de, afora isso, lhes permitir andarem sem divisas nem sinais, por onde fossem conhecidos, segundo nos cânones era estabelecido; acrescentando o isentá-los dos dízimos eclesiásticos; o que prova quão favorecidos eles foram no reinado daquele piedoso, mas político assisado, monarca.

A privança e entrada no paço, que os judeus tiveram em Portugal, durou até ao tempo de D. Duarte, que proibiu mouro ou judeu algum fosse oficial do rei, ou da rainha, infantes, titulares, e prelados, o que foi confirmado por seu filho D. Afonso IV. O tributo que eles pagavam, e que era por capitação, ou por outro modo, mas que parece ter sido individualmente, foi aumentado por D. Afonso IV em 50000 libras anuais. Estes dois factos mostram que as riquezas dos judeus tinham crescido, mas que a sua influência diminuía. O acréscimo das riquezas vinha-lhes, não só do comércio, que em Portugal, bem como em Castela, corria quase só por suas mãos, mas também dos grandes bens de raiz que possuíam no nosso país, e que em Castela lhes não era lícito adquirir, ou conservar. El-rei D. Pedro I regulou a forma das trocas ou vendas de propriedades entre cristãos e judeus, e ordenou que delas se passassem em escritura, jurando o judeu que na compra não havia engano ou onzena. Este juramento segundo se vê do livro dos costumes e forais de Beja, era dado sobre o Pentateuco, ou cinco livros de Moisés, aos quais nesse tempo eles chamavam *Torá*. Por uma lei de D. João I eram obrigados também a declarar por escrito, todos os anos, em dia de S. Martinho, os bens

que possuíam, sob pena de os perder. Destes bens pagavam eles cento e vinte por cada seis mil reis do valor total, como o determina a ordenação de D. Manuel. Estes tributos variaram em diversos tempos.

Os judeus formavam uma nação à parte no meio dos portugueses, com magistrados, leis, usos, e até bairros separados, em que viviam; distinção esta que durou até ao princípio do século 16.º. A suprema autoridade deles estava no *arabi-mór*, e além disso havia os *arabis-menores*, que eram eleitos anualmente pelas *comunas*, ou bairros em que os judeus habitavam, em cada vila ou cidade, e a que vulgarmente chamavam judiarias. Havia afora estes magistrados, os ouvidores de comarca, para quem costumavam apelar dos aribes-menores. Estas distinções acabaram todas em 1500, e se ordenou que os judeus fossem regidos pelas leis comuns do reino.

Quando os reis estavam para chegar a qualquer vila ou cidade, eram obrigados os judeus e mouros, que ali habitavam, a ir esperá-los fora da povoação com *tourinhas*, e *guinol*as, espécie de cavalhadas e danças, sendo-lhe proibido por D. João I levar armas nestas ocasiões; porque ordinariamente armavam brigas e arruídos. No tempo de D. João II ainda durava semelhante costume.

As *judiarias* ou bairros dos judeus eram dentro das cidades e vilas, no que se distinguiam dos mouros, cujas *mourarias* eram sempre nos arrabaldes das povoações. Estas judiarias eram fechadas e com guardas nas entradas. Em Lisboa havia duas, uma na Alfama, outra à Conceição velha, que então era sinagoga: mas antes do rei D. Diniz, parece que os judeus habitavam por todo o bairro que fica entre o Carmo e a Trindade. Depois de *correr o sino da oração*, isto é, depois de ave-marias, era defeso aos judeus andar fora das comunas. Nenhuma cristã podia ir à judiaria senão a comprar alguma coisa, e acompanhada por dois homens cristãos, se fosse casada, e por um, se fosse viúva ou solteira, e isto com pena de morte. A mesma pena se impunha ao judeu, que em sua casa recolhesse qualquer mulher cristã.

Desde o tempo de D. Afonso IV sabemos que foram os judeus obrigados a trazerem sinais por onde fossem conhecidos; mas isto caiu em desuso, de modo que o rei D. João I ordenou trouxessem uma divisa vermelha de feição de uma estrela, não só sobre o peito, mas também sobre as roupas externas, ou capas, com que podiam encobrir a que traziam pregada no vestido. Desde então se conservou constantemente o uso destes sinais até ao reinado de D. Manuel.

Se por uma parte os judeus eram gravados com estes e semelhantes encargos e vexames, por outro lado eram protegidos, e respeitada a sua crença. Ninguém os podia

forçar a baptizarem-se – mandava-se respeitar-lhes suas sinagogas e cemitérios – não se podia proceder contra eles nos sábados e mais dias consagrados da sua religião: enfim era proibido gravarem-nos com tributos novos e exorbitantes. Estas disposições, estabelecidas por uma bula de Clemente VI, foram mandadas guardar e cumprir em Portugal por D. João I.

Pelo que diz respeito aos judeus que se convertiam, era condenado a pagar sessenta soldos quem quer que os insultava, chamando-lhes *tornadiços*, ou arrenegados. Gozavam além disso do privilégio de não serem obrigados a ter cavalo, nem a servirem com ele na guerra, ainda que estivessem, por sua riqueza, no caso em que os portugueses tinham esta obrigação, segundo o regimento das caudelarias. O judeu convertido, que voltava às superstições do judaísmo, se desprezava as admoestações que por tal motivo lhe faziam, e persistia no seu erro, era condenado à morte.

D. João I determinou, que, se o converso fosse casado, quando abjurava o judaísmo, desse *guete* a sua mulher. Este *guete* era um instrumento público, feito em hebraico, e segundo o formulário ordenado nas constituições judaicas, pelo qual o marido se desquitava da mulher, podendo ambos casar depois com quem lhes parecesse. No tempo de D. Afonso V ordenou que o convertido vivesse ainda um ano com sua mulher, e no caso que, passado esse prazo, ela não mudasse também de religião, então se lhe desse o *guete*.

Assim viveram os judeus em Portugal durante uns poucos de séculos; mas a época em que esta desgraçada nação devia sofrer todos os horrores de uma perseguição bárbara e atroz, chegou enfim com o reinado de D. Manuel. Este príncipe, no começo de seu governo, mostrou-se generoso com os judeus espanhóis, que estavam cativos em Portugal, libertando-os, e dando-lhes licença para saírem do reino; mas breve mudou de procedimento, e deixou, pelo que daí a pouco teve com os judeus em geral, a mais negra página das muitas desta cor, que há em sua história.

No reinado de Fernando e Isabel de Castela, e em tempo de D. João II, tinham sido os judeus, mandados despejar a Espanha, em certo prazo, sob pena de morte. D. João II recebeu em Portugal mais de cem mil, com condição de saírem do reino em tempo determinado ou ficarem escravos da coroa. Tais impedimentos puseram os cristãos a esta saída, tal era a cobiça dos capitães dos navios que os deviam transportar, e os maus tratamentos que faziam a estes desgraçados, durante o trajecto, cobrindo-os de afrontas, desonrando-lhes as mulheres e filhas, e demorando as viagens para os roubarem, vendendo-lhes os mantimentos pelo que queriam, que muitos não ousando

sair de Portugal, ou não podendo, caíram nos ferros d' El-rei. Nesta situação se achavam, quando D. Manoel subiu ao trono, e com eles praticou o acto de generosidade a que já aludimos.

Entretanto parece que a Espanha conheceu o erro que tinha cometido, em expulsar de seu seio uma raça laboriosa, e possuidora de grandes riquezas; mas o passo estava dado, e então só restava aniquilar as vantagens que Portugal podia tirar da falsa política dos reis de Castela. Assim estes requereram por cartas ao rei D. Manoel fizesse o mesmo em seus reinos, ao que ele acedeu por sugestões de alguns dos seus conselheiros, talvez por isso peitados, ou movidos pelo espírito da intolerância religiosa daqueles tempos.

O modo que se teve em executar esta resolução foi horrível. Presos por diversos laços à terra que lhes dera o berço, muitos judeus abjuraram sua crença, ao menos fingidamente; outros mais tenazes preferiram o desterro; mas, além do desterro, maior calamidade se lhes acrescentava. Ordenou o rei que todos os filhos dos judeus que saíam, que tivessem menos de catorze anos, lhes fossem tomados para se criarem no cristianismo. Faz eriçar os cabelos o ler em Damião de Gois a descrição desta cena cruel, em que a tirania tirava a última consolação àquela raça desafortunada.

Alguns cristãos-velhos, compadecidos da aflição e lágrimas destes infelizes, lhes escondiam as crianças, para depois lhas restituírem. Muitos pais e mães pegavam em seus próprios filhinhos, e os lançavam aos poços e rios, ou os acabavam por outro modo, para os não entregar aos seus opressores; e a desesperação chegou a tal ponto, que alguns se matavam para não passarem por esta separação dolorosa.

O mesmo que se fez aos judeus, se praticou com os mouros, à excepção de lhes tomarem os filhos. O historiador já citado dá gravemente a razão dessa diferença de procedimento, razão infame e imoral. Os judeus, sem senhorio próprio em parte alguma do mundo, não se podiam vingar, enquanto os mouros, poderosos na África e na Ásia, por certo faziam represálias nos filhos dos cristãos, que naquelas terras habitavam: este é o motivo que, segundo Damião de Gois, obrigou D. Manoel a proceder diversamente com os judeus e mouros. Tal facto, e tal razão do escritor, só podem ser desculpados, o facto, por ser praticado no fim do século 15.º, o escritor, por escrever o seu livro em um país, onde a Inquisição sepultaria infalivelmente no fundo de um calabouço quem ousasse pronunciar uma palavra de justiça em favor de homens, que não criam em Deus pela forma prescrita no *Directório de Inquisidores de Nicolau Eymerico*.

Desde esta época os judeus que ficaram em Portugal, com o título de cristãos novos, deixaram de ter uma existência política diferente da dos mais portugueses. Em 1507 D. Manoel aboliu todas as leis que diziam respeito exclusivamente a esta raça, e ela se confundiu no corpo geral da nação.

## PAPEL E PERGAMINHO

A invenção da escritura trouxe a necessidade de achar matéria, em que os caracteres se podem estampar, Nos tempos mais remotos, entre os povos bárbaros, e sobretudo enquanto hieroglíficos, ou escritura por figuras e representações, não foram substituídos por alfabetos, ou escritura de sons, escreviam-se as tradições de toda a espécie nos monumentos; e assim vemos hoje as colunas e as paredes dos templos remotíssimos egípcios e chins, e muitas pedras rúnicas do norte, cobertas destas imagens, que para nós foram muito tempo misteriosas. Achado o alfabeto pelos fenícios, brevemente se procurou matéria, que se pudesse empregar subjetivamente neste género de escritura, tão claro, posto que engenhoso, quanto o outro era obscuro e difícil.

O papel mais antigo de que há notícia é o da casca de certas árvores que não dão cortiça, como a cerejeira e o abrunheiro e nesta se gravavam as letras. O *papyrus*, ou papel do Egito, remonta igualmente à grande antiguidade. Faziam-no de uma casta de cana, que nasce nos brejos do Egipto, e cuja altura não excede a de três pés. Esta cana se rachava ao meio, e de cada metade se retiravam as diversas capas ou camadas, com que [estendidas umas sobre as outras em cruz, e colocadas com o lodo do Nilo] se formava a folha de papel, que depois se polia, e ilustrava com óleo de cedro, quando se lhe pretendia dar uma grande duração. O cumprimento de cada folha destas era indeterminado; mas a sua largura nunca passava de dois pés. Segundo a parte mais interior ou exterior, de que eram tiradas as camadas de papiro, o papel tinha mais ou menos perfeição: o branco e fino faziam-se dos filamentos do centro, e o ordinário dos que estavam vizinhos da casca. Neste papel se podia escrever com tinta e os romanos usaram constantemente dela até à introdução do pergaminho. O papel que se fazia do entrecasco das árvores diferenciava-se do papiro em ser feito de muitas camadas de filamentos, e este de duas somente. O uso do papiro perpetuou-se, apesar da invenção do pergaminho, até ao princípio do século 12.º

O pergaminho dizem que foi inventado por Pergamo para substituir o papiro: o que é certo é que a sua origem se perde na escuridão dos tempos. Fazia-se como hoje ou da pele de carneiro, ou de bezerro: polia-se com pedra-pomes e nos primeiros séculos depois da sua invenção, era todo ele amarelado, porque não o sabiam branquear. Foi em Roma onde se descobriu este segredo, e também o de lhe dar diversa cor. Houve-o então em três castas, o branco, o amarelo e o vermelho. Até ao século 6.º da era cristã foi

exclusivamente o pergaminho empregado nos livros, e o papiro nos documentos públicos e privados. Depois desta época o pergaminho se usou também nos diplomas, sobretudo entre as nações que derrubaram o império romano.

No século 7.º se inventou no oriente o papel de seda e de algodão, e aí se estendeu o uso do segundo, principalmente no século 12.º Na Europa teve este papel pouca voga, talvez pela falta de algodão, e entretanto se começou a fazer o de trapos, que o substituiu bem como o de pergaminho.

A importância que havia em perpetuar os documentos fez, contudo, que neles se continuasse a empregar o pergaminho, e é notável que dizendo-se geralmente ter sido em França inventado o papel de trapos, não apareça naquele país nenhum diploma escrito nesta matéria antes de 1239, havendo um em Espanha no ano 1179, e sobretudo sendo vulgares em Valência no 13.º século. Isto parece provar a opinião daqueles que atribuem semelhante invenção aos árabes de Espanha no ano de 1179, e sobretudo sendo vulgares em Valência no 13.º século. Isto parece provar a opinião daqueles que atribuem semelhante invenção aos árabes de Espanha, os quais, segundo o seu geógrafo *Edrisi*, tinham estabelecido fábricas de papel em Xativa, hoje chamada S. Filipe.

Em Portugal parecer estar introduzido o uso do papel no tempo d'el-rei D. Dinis, chamando-se-lhe na tradução das leis das partidas, feita por ordem daquele príncipe, *pulgaminho de papel*, e ao pergaminho, *pulgaminho de coyro*. Além disso, do mesmo rei existe uma ordenação em que se diz, juravam os tabeliães escrevem as notas de instrumentos e cartas *em livros de papel*, e as *cartas de firmidoens*, ou contractos, *em livros de coyro*. Antes desta época é provável que, tendo-se abandonado inteiramente o papiro, a única matéria em que se escrevesse fosse o pergaminho, o que bem se pode concluir de se dar o mesmo nome ao papel, e de não se achar nenhum rasto deste na grande porção de documentos que nos restam do principio da monarquia.

A vantagem na duração que o pergaminho leva ao papel, fez com que na idade média fosse quase sempre o primeiro preferido ao segundo, e tanto assim que difícil será achar em Portugal diploma algum em papel, anterior aos meados do século 15.º Esta preferência não era só dada nos atos públicos, mas também nos livros manuscritos; porém tanto nuns como em outros nunca encontrámos o pergaminho de bezerro, e tão-somente havemos achado o de carneiro apesar de termos visto milhares de documentos, e grande número de livros manuscritos, feitos antes de 1500.

Quanto porém à matéria em que se começou a imprimir, depois desta célebre invenção, pode dizer-se que posto ao princípio se imprimisse tanto em papel como em pergaminho, brevemente foi o primeiro preferido. Este era de bela aparência e encorpado nos primeiros tempos da tipografia, e só no século 16.º e ainda mais no século 17.º, foi que ele se tornou cada vez pior.

A carestia do pergaminho na idade média fazia com que muitas vezes se raspassem antigas escrituras para se escrever coisas novas, e isto produziu graves danos à literatura; muitos monumentos importantíssimos, assim se perderam. Além disto, memórias de grande monta, se lançavam muitas vezes nas margens brancas dos manuscritos, e na parte posterior dos documentos, que, em geral, só se escreviam de uma banda, porque eram ordinariamente enrolados que se guardavam. Em um manuscrito de Santa-Cruz de Coimbra, que continha várias obras de santos padres, o que foi escrito no século 11.º, achámos nós no verso da última folha, que estava em branco, uma nota do dia em que D. Afonso Henriques foi aquele mosteiro buscar certa soma de dinheiro, que ali tinha depositado, e da quantia a que montava o tesouro daquele nosso primeiro rei.

Esta carestia de que falamos fazia também com que se lavrassem diplomas, ainda de grande valia, em pedaços de pergaminho tão pequenos, que muitos não excedem o tamanho da palma da mão. Desta curiosidade se encontram repetidos exemplos em vários cartórios das ordens monásticas, estabelecidas no nosso país em tempos remotos. Por outra parte, quando o documento que havia a mencionar era de grande extensão, cosiam-se muitas folhas de pergaminho umas às outras, e sobre estas longas tiras se escrevia. Algumas se encontram, cuja extensão é de umas poucas de varas.

O uso do papel se foi vulgarizando em Portugal no século 16.º, mas ainda então aparecem muitíssimos diplomas em pergaminho, e até manuscritos. Que nós saibamos, até ao reinado de D. Sebastião se encontra o pergaminho empregado em muitos documentos.

Resta-nos falar do papel da China. De tempo imemorial é ali conhecido o papel de seda. Além desta casta de papel, os chineses o fazem também de *bambu*, que é uma espécie de cana, não da casca, mas do interior da planta. O mais vulgar naquele país é o que fabricam dos filamentos internos do tronco de algodoeiro. Também muitas outras matérias servem na China para este mister, como a palha de trigo, ou de arroz, e a película interior da amoreira, do ulmeiro, e de várias outras árvores.

## CORTES PORTUGUESAS

Portugal, como todas as nações modernas da Europa, começou como governo representativo. Esta forma de constituição social, nascida nos bosques da Alemanha, entre os povos que invadiram e derrotaram o império romano, perpetuou-se nos seus descendentes. Os parlamentos de França, e de Inglaterra, correspondiam antigamente às cortes portuguesas e espanholas, e nem por isso os nossos reis eram menos amados e respeitados, porque o povo não deixava guiar-se pelo poder absoluto de um homem, como um rebanho de servos.

O objetivo das cortes no nosso país era determinar a forma e a porção dos impostos, e a administração da justiça, o ser consultada a opinião nacional sobre o casamento dos príncipes, sobre as expedições de guerra, e enfim acerca de todas as questões que diziam respeito à boa administração e felicidade da república.

As cortes eram sempre convocadas pelo rei, ou regente, declarando-se nas cartas, que para esse fim se dirigiam aos concelhos, o lugar da reunião, o qual era indeterminado; ainda quando os povos as julgavam necessárias, não se ajuntavam sem a convocação real, que nesse caso era requerida ao rei pelas municipalidades.

Compunham-se as cortes das três diferentes ordens do estado: o clero, a nobreza, e o povo. As duas primeiras eram representadas, uma pelos bispos, e abades de certos mosteiros, a outra pelos fidalgos e cavalheiros que tinham lugar nas cortes: os procuradores do povo eram nomeados pelos concelhos das cidades e vilas, a que por foral competia este direito, nas suas procações se lhes apontava quase os poderes que levavam, e às vezes qual era o objetivo das cortes, o que já vinha declarado nas cartas convocatórias.

O número ordinário dos procuradores de cada concelho era o de dois; para a viagem e manutenção destes lançavam os concelhos fintas, se as rendas municipais não bastavam.

O exemplo de o rei dar ajuda de custo aos procuradores só aparece nas cortes de 1581 [Tomar], que sancionaram a usurpação da coroa feita a Filipe II.

Parece que nas mais antigas cortes portuguesas, os procuradores eram autorizados a requerer tudo o que fosse a bem do município, que representavam, ou do reino em geral; mas pelos meados do século 14.º se lhes começou a coartar esta liberdade, fazendo-se nas câmaras as propostas que eles haviam de apresentar no

congresso. Aos parágrafos destas propostas chamava-se ao princípio *agravamentos*; depois deu-se-lhe o nome de *artigos*, e mais tarde o de *capítulos*.

Estes capítulos, ou diziam respeito a todo o reino, e então a proposta deles era feita em cortes por todos os procuradores, ou eram relativos a uma só província ou concelho, e nesse caso eram apresentados pelo procurador respectivo. Há exemplo de propostas feitas pelos *mesteres* e povo de uma terra, separadamente das do concelho a que essa terra pertencia.

Nas cortes dos primeiros séculos da monarquia aparecem, além das propostas dos povos, capítulos, apresentados pela nobreza, e pelo clero: depois todos os vestígios de semelhantes capítulos nos faltam, porque a preponderância destas classes, que pesavam contra o rei na balança política, foi diminuída, e isto contribuiu gradualmente para a extinção das liberdades pátrias.

A fala ou proposição da abertura dava começo à celebração das cortes. Esta fala era feita pelo rei, e na sua falta por um ministro ou prelado, e em nome dos estados lhes respondia um ou mais membros de cada ordem. Estas se reuniam todas em um só congresso, e foi nas cortes de 1641 que principiou o uso de constituírem três ramos diversos. Os capítulos ou propostas das cortes eram apresentadas ao rei, que lhes concedia ou negava a sanção, sendo então, no primeiro caso, reduzidas a instrumentos que tinham o vigor das leis, quer fossem relativos a todo o reino, quer o fossem somente relativos a algum concelho. Muitas destas decisões de cortes encontram-se inseridas nos corpos de ordenações. Dos instrumentos acima referidos tiravam-se cópias, ou do todo, ou de parte, as quais se mandavam guardar nos arquivos das municipalidades. Na forma de expedir tais documentos havia grande variedade, que não apontamos por evitar sermos prolixos.

Esta instituição e modo de representação nacional era contudo defeituosa, e trazia consigo desde a sua origem o gérmen do absolutismo puro. Tal era o direito que tinha o rei de fazer leis por ocasião das cortes, sem que por elas fossem propostas, e independentes da sua aprovação; e o derrogar os capítulos aprovados pelos estados, e por ele sancionados, o que podia fazer por *Carta de Graça expedida pelos do seu Paço*. Isto junto com a progressiva diminuição da influência do clero e nobreza, trouxe pouco-a-pouco a ruína dos foros e liberdades públicas.

Além das cortes gerais, cuja celebração era irregular e indeterminada [salvo no tempo de D. João III, em que se ordenou fosse de dez em dez anos], e que se reuniram em alguns reinados duas e três vezes por ano, havia também as cortes especiais, para as quais eram chamados procuradores de uma ou duas províncias do reino, e até das cidades e vilas mais notáveis. Destas foram as que anualmente se reuniam na menoridade d'el rei D. Afonso V, durante a regência do infante D. Pedro.

## CEMITÉRIOS E RITOS FÚNEBRES NA TURQUIA

Nas diversas regiões da terra, um sentimento interessante e profundo acompanha sempre as cerimônias e ritos de sepultura. Existem poucas pessoas dotadas de tal sensibilidade que possam contemplar indiferente o ato melancólico, em que o frio e silencioso sepulcro recebe os restos de algum ente humano. Podemos supor que a reflexão nessas ocasiões surpreende até os mais descuidados; e que, ao verem fechar-se o círculo de uma vida, no exemplo do vizinho, ou do amigo, os homens passam naturalmente a considerar no termo da sua própria existência.

Todos os povos dão importância às honras funerárias, ainda que, pelas crenças, que são diversas e no aparato mais ou menos solenes. Porém, na Turquia andam tão anexas às localidades e ritos sepulcrais a pompa e gravidade, que apenas lhe igualam os países cristãos. Lá são os mortos, no geral, enterrados em cemitérios bastante espaçosos, adjacentes às cidades e outras povoações. Semelham-se duas cidades colocadas a par; - a cidade da vida - e a morada dos mortos. E quanto ao número de povoadores desta não excede ao da outra!

Os cemitérios otomanos nos arredores de Esmirna cobrem mui considerável porção de terreno. Podem facilmente distinguir-se de longe pela alta e sombria falange de ciprestes, que são sempre os companheiros favoritos dos túmulos da Turquia. Os Judeus também pela sua parte têm coberto a superfície de um grande cabeço sobranceiro às vizinhanças da mesma cidade com pedras, que denotam os sítios onde os restos caducos dos seus defuntos patrícios estão depositados. Este lugar, destituído de uma única árvore, apresenta solidão e mostras de abandono, que faz verbalmente contraste com as sombras espessas e regular beleza do local dos cemitérios turcos. Com efeito, parece que ali, até na morte, não estão os Judeus isentos daquela ignominiosa distinção, a que não puderam esquivar-se em vida.

É coisa muito do uso dos Turcos, e nações orientais plantar um plátano pelo nascimento de um filho e um cipreste pela morte. São duas alegorias; e tanto a folhagem graciosa, e dilatados ramos da primeira árvore, como a verdura melancólica da segunda revestem decerto colorido e expressão poética este pensamento. É forte ali o predomínio das imagens; é toda assim a linguagem do Oriente.

O imã escolhido para recitar as orações pelos mortos, ou pelos vivos, executa isto com uma solenidade capaz de inculcar influência sua sobre o nascimento da crença, ou sobre o futuro destino do que faleceu.

As cerimónias religiosas, que se seguem aos últimos momentos de um Otomano, são de carácter tão particular, que não resistiremos à tentação de as referir.

Na alcova do falecido admitem-se todas as pessoas, que se apresentam para lhe dizerem o eterno adeus. Seguem-se depois as assembleias da família mais pausadas e meditabundas, e cada um por seu turno se ergue, e recita uma espécie de oração fúnebre, breve, mas entremeada dos lances particulares da vida do defunto. Acabado tudo isto, é lavado o cadáver com aromas, e enfaixada como as múmias, sem lhe deixarem nem o rosto descoberto: concluída esta cerimónia o metem na tumba com perfumes. Então os circunstantes todos se erguem ao mesmo tempo, e se encaminham para o lugar da sepultura, com ordem, e recolhimento de espírito.

Apeada a tumba à beira da cova, dispostos em círculo os assistentes, o iman exige silêncio, manda cessar o lamento, e anuncia que tem coisas que comunicar ao morto: todos se calam, como se a verdadeira dor pudesse obedecer a intimações que se lhe façam. De joelhos à ilharga do esquife, curvado, em voz submissa diz o imã ao cadáver o que há-de fazer quando encontrar no caminho o espírito maligno, que não deixará de interrogá-lo sobre as várias circunstâncias da sua vida, e acerca da sua probidade e religião. Finalizada a instrução, ergue-se, declara aos espetadores que o defunto se acha na melhor disposição tocante à futura vida, e o corpo é deitado à cova, depois de cada parente ou amigo ter atirado à tumba três punhados de terra. O imã se prostra novamente depois de tapada a cova, e aplicando o ouvido no chão, escuta para de convencer, segundo diz, se o defunto tendo batalhado contra o anjo da morte alcançou a vitória; e bem certificado, clama que o espírito das trevas foi vencido, e que o morto *viverá eternamente*.

As sepulturas são fundas, distintas, e separadas umas das outras. Sobre os túmulos colocam duas colunas pequenas, ou dois pedaços compridos de mármore, lavrados toscamente; um à cabeceira, e se é de homem com um turbante; e outro aos pés, sem adorno: sendo de mulher, a inscrição o indica.

Pode dizer-se que os arredores de Constantinopla são um vasto cemitério pelos muitos e mui dilatados que há; e são estes os únicos passeios daquela capital: ruas bem traçadas, e a concorrência de gente os fazem tão agradáveis quanto podem sê-lo túmulos e bosques de ciprestes.

A plantação de um cipreste sobre o túmulo é em Constantinopla uma espécie de cerimónia religiosa, que recorda a simplicidade das eras remotas. Um imã, com as vestes ricas, recita as orações destinadas, no entanto as mulheres acoradas ao redor da sepultura repetem os versículos em voz baixa, batem no peito, e derramam copiosas lágrimas.

Por este costume universalmente consagrado entre os Turcos, os cemitérios muçulmanos se convertem em legítimos bosques.

O mais belo e o mais curioso é incontestavelmente o de Scutari [Üsküdar], na costa da banda da Ásia. Conforme uma profecia, que dizem ser do seu Mafoma, os Muçulmanos hão-de vir a ser um dia expulsos da Europa: eis aqui porque os fiéis crentes de Istambul querem ser enterrados na costa da Ásia, que está fronteira, para que as suas cinzas não sejam profanadas pelos inimigos natos da sua religião.

## INQUISIÇÃO DO ESTADO DE VENEZA

Bastante tem sido conhecida em nosso país a Inquisição religiosa, tanto deste reino como dos estranhos, temida nos tempos de seu domínio por suas repetidas atrocidades, e detestada depois da sua extinção pela completa notícia que alcançamos das suas tiranias, correndo hoje vulgarmente infinidade de escritos que inspiram justo horror a tão nefanda instituição: mas ainda ninguém, que nós saibamos, tratou na linguagem pátria de uma inquisição de espécie diversa, se bem que não menos temível, criada e alimentada no seio dessa república, que tão enfaticamente denominou a sua capital, a rainha dos mares, por ser o império do comércio da Índia, antes que nós os Portugueses cometêssemos e levássemos a cabo a inaudita façanha de dobrar o cabo tormentoso. Era nessa mesma cidade, situada sobre o Adriático (Veneza, a capital da república do mesmo nome, que tão famosa se fez pelo comércio, como por contínuas desavenças com os papas e os imperadores) que existia e dominava o tribunal espantoso chamado – Inquisição de Estado –, que vamos noticiar aos nossos leitores. É de poucos anos a esta parte que possuímos alguma informação certa a respeito da sua origem, e das constituições, ou estatutos, que regulavam seus procedimentos; porque até as averiguações de Daru, que desencantou alguns preciosos manuscritos encerrados na biblioteca real do Paris, tudo o que dizia relação e esta matéria andava envolto em obscuridade impenetrável. Os escritores Venezianos tocaram o ponto com melindre e circunspeção, e o abandonaram com tímida presteza: o seu principal historiador civil fala brevemente daquela misteriosa organização, da veneração que lhe era devida da parte de todos os cidadãos, da violação de um dever quando intentassem penetrar a obscuridade, que o envolvia; e conclui declarando: “com sinceridade e simplicidade, para glória deste venerável tribunal, que se Roma, tão admirável no restante de sua polícia, tivesse estabelecido uma igual magistratura, poderia sempre existir segura das corrupções, que ocasionaram a sua ruína.”

A Inquisição de Estado foi estabelecida por um decreto do Conselho Maior, datado de 16 de Junho de 1454, em virtude do qual o Conselho dos Dez, em consequência da dificuldade resultante de reunir seus membros em toda e qualquer ocasião em que os seus serviços se requeressem, são autorizados para escolher três inquisidores do estado – dois da sua própria corporação, e um do Conselho do Doge: exercitando os primeiros, que da cor de suas vestiduras de etiqueta eram denominados *I Neri*, os Pretos, as suas novas funções por um ano; e o último, por igual motivo

chamado *Il Rosso*, o Roxo, ou Vermelho, gozando-as por oito meses somente, por serem estes dois períodos, os da duração de seus respectivos cargos originários.

Os poderes delegados pelo Conselho dos Dez são estabelecidos concisamente noutra decreto, o da sua posse lavrado três dias depois, pelo qual os inquisidores são investidos de toda a plenária autoridade possuída por seus eleitores, sobre toda a pessoa, de qualquer hierarquia que seja, na República, quer seja cidadão, quer nobre, ou eclesiástico, ou ainda mesmo algum dos próprios Dez; sobre todos os indivíduos em uma palavra, que pudessem por qualquer via expor-se o merecido castigo. As penas que podiam impor ficavam inteiramente a seu arbítrio, e se estendiam até a capital, por execução, ou pública, ou secreta.

Cada membro de *per se* podia instruir todos os preparatórios do juízo, mas a sentença definitiva só podia ser pronunciada por unanimidade de votos. Tinham à sua disposição medonhos calabouços, ou debaixo de tectos forrados de chumbo (*I Piombi*), ou inferiores ao nível dos canais, nos subterrâneos do palácio (*I Pozzi*): e guardavam as chaves do tesouro dos Dez, sem que fossem responsáveis pelos dinheiros, que extraíam. Todos os governadores, comandantes, e embaixadores nas cortes estrangeiras eram obrigados a prestar-lhes obediência. Era-lhes permitido regular seus próprios estatutos, com poder para os alterar, suprimir, ou adicionar de tempos a tempos: e para efectivamente evitar os principais motivos de revelação do seu segredo, nenhum *Papalista*, isto é, nenhum que contasse eclesiásticos entre as suas intimidades, ou fosse por qualquer forma interessado para com a corte de Roma, era ilegível para Inquisidor de Estado, posto que pertencesse ao Conselho dos Dez.

As regras que os inquisidores seguiam, como norma no exercício das suas extensas funções, acham-se em os estatutos. “Estes decretos, diz o escritor dos *Sketches from Venetian History*, são as únicas ordenações postas em escritura, em que um corpo legislativo se atrevesse a erigir um código sobre manifestas bases de perfídia, e de assassínio. Também nunca o espírito do mal estabeleceu tão livre tráfico para o comércio do crime – tão amplo fundo para os homens poderem permutar iniquidades; - jamais houve tão plenamente autorizado o cometimento de um dano certo e irremediável, na alternativa de um bem questionável e ambíguo; - nunca se viu toda a generosa emoção do instinto moral – toda a máxima acreditada das obrigações sociais, tão aviltada e sujeita ao fatal jugo de uma suposta vantagem política. Os Estatutos da Inquisição de Estado de Veneza, apresentados agora aos olhos do mundo, excedem a quanto tem produzido a perversidade humana, premeditando, e deliberando maldades

sistemáticas, estremes, e não disfarçadas. Estes Estatutos foram dados à luz a primeira vez pelo Conde Daru na sua *História de Veneza*, onde os imprimiu no original veneziano, acompanhados de uma tradução francesa. O autógrafo deste código era escrito inteiramente pela mão de um dos Inquisidores; e estava encerrado numa boceta, e a chave, guardava-a cada um dos três magistrados por seu turno. Na parte de fora se declarava que todo o procedimento do Tribunal se conservasse em segredo, e que nenhum inquisidor desse demonstrações de o ser por algum sinal externo: pois que a vantagem para o serviço do Estado era considerado restritamente proporcional ao mistério, que envolvia o tribunal. Daqui vem que as citações, ordens de prisão, e outros papéis, eram publicados em nome dos Dez; e as suas investigações eram dirigidas, e os juízos pronunciados pelos secretários. Se a parte acusada, depois da prisão, escapava a condenação, o que raras vezes sucedia, vinha a saber a sua absolvição e soltura, não por uma sentença directa, mas por uma áspera repreensão do carcereiro: - “Que faz você aqui? ... Já para fora” era a saudação com que o tal cérebro entrava no quarto do preso a quem se restituía a liberdade. Procuravam-se espias com altíssima diligência em todas as classes, artistas, cidadãos, nobres, e religiosos: e suas recompensas eram graduadas por tal maneira, que mais servissem de excitar de contínuo, do que saciar absolutamente a expectativa de as receber. O escrupuloso melindre da honra, que este bando de Judas fingia prezar, era respeitado com particular delicadeza: porque se alguém os insultasse, em termos que pudesse entibiar o seu zelo, e impedir o adicionamento de outros a semelhante emprego, ou lhes chamasse espias dos Inquisidores de Estado, a pessoa que tal praticasse seria capturada, e apoleada, até que revelasse por que modo obtivera tão perigoso conhecimento, e depois castigada ao arbítrio do Tribunal.

Os Estatutos da Inquisição de Estado podem coordenar-se em duas grandes classes, a saber, os que respeitam os Embaixadores estrangeiros residentes em Veneza, e aos Embaixadores venezianos nos países estrangeiros; e em segundo lugar, os regulamentos de polícia interna. Eram especialmente determinadas providências numerosas respectivamente à observação dos Ministros estrangeiros; e o fim principal parece ter sido impedir a comunicação entre eles e a nobreza nacional. Quatro espias, pelo menos, desconhecidos uns dos outros, escolhidos todos das classes inferiores, eram destinados para vigiar cada Embaixador residente em Veneza. A sua primeira tentativa era sobre os Secretários, a quem se podia prometer um amplo estipêndio mensal unicamente pela revelação de qualquer oculto comércio entre seus amos e algum nobre, as pessoas mais aptas para estas confidências, eram os Frades e os Judeus, porque tanto

uns como os outros, dizem os Estatutos, alcançam entrada em toda a parte. Se um espia ordinário era insuficiente para penetrar os segredos diplomáticos, insinuavam a algum Veneziano condenado a degredo, que procurasse asilo em casa do Embaixador, prometendo-se-lhe logo a imunidade da perseguição do governo, e uma recompensa futura proporcionada às suas descobertas. O asilo deste modo era mais manifesto pretexto; mas como o privilégio era na realidade concedido pelo Direito das Gentes, acontecia ser muitas vezes reclamado deveras; e para tais casos os Inquisidores resolveram que, se o delito por que o criminoso se refugiava fosse de pouca soma se disfarçasse toda a notícia do seu esconderijo; porém sendo de natureza grave se empregassem todos os meios para o prender, e saindo infrutuosos, para o assassinar.

Se o fugitivo era nobre, por mais insignificante que fosse o seu delito, devia ser imediatamente assassinado.

Quando o Embaixador estrangeiro solicitasse perdão para qualquer proscrito deveriam tomar as medidas convenientes para indagar do carácter do réu; e se estava provado ser homem de mediana condição, de estragada moral, e de poucos meios, era provável que podia aliciar-se para espia; e nesta conformidade se lhe dirigiram propostas para se encarregar de *fiscalizar* a morada do Embaixador, perante quem, até em razão do favor que recebia, obteria verosimilmente familiar acesso; e ao qual, por consequência, debaixo das aparências de gratidão, podia mais facilmente atraiçoar. Se algum nobre fosse relatar aos Inquisidores propostas que lhe fizesse um Embaixador, seria autorizado para seguir a traiçoeira negociação, até que o agente intermediário fosse apanhado em flagrante: então, dado caso que não fosse o próprio Embaixador, ou o Secretário da Legação, mas sim algum agente secundário, de quem poderiam dizer se ignorava a qualidade, devia ser imediatamente afogado.

Por certo que a mais favorável oportunidade para observar o Embaixador seriam as ocasiões em que procurasse casas para residir: por isso era já lei estabelecida que se um Ministro estrangeiro quisesse alugar a um nobre a casa, o proprietário não poderia concluir o ajuste, sem primeiro obter a permissão do Conselho dos Dez, que lhe prescrevia o método conveniente de efectuar o contrato, sem ter a mínima comunicação com o estrangeiro, que lhe era expressamente proibida. Porém, para maior segurança ainda, determinavam os Estatutos que fosse examinada por cada um Inquisidor em separado, e com a mais escrupulosa particularidade, toda a casa indicada para habitação de um Ministro estrangeiro: a fim de decidirem se poderia estabelecer-se qualquer comunicação oculta com as casas de aluguer adjacentes, e se o telhado corria de nível

com outros vizinhos, de modo que desse passagem de um para os outros. Se tal acontecesse a um nobre, seria este avisado para a largar; e cedê-la a alguém de classe inferior ”e se ele tiver uma migalha de bom juízo (diz o estatuto) entenderá e obedecerá”. Se o nobre somente a trazia da renda, era logo mandado despejar, e o seu lugar ocupado por um espia, sendo as despesas da residência custeadas, se preciso fosse, pelo Tribunal.

Os regulamentos de polícia interna são concebidos no mesmo espírito. Todas as manhãs, depois da sessão do Conselho Supremo, os Inquisidores se reuniam para discutir quais eram as poses, hábitos e caracteres daqueles nobres que tinham sido nomeados para alguns cargos do estado. Dois espias, mutuamente desconhecidos, se deviam trazer no alcance daquele em quem recaísse alguma suspeita, para seguirem todos os seus passos; e relatarem todas as suas acções. Se estes emissários falhassem em descobrir alguma coisa de importância, uma das pessoas mais dexas se escolheria para ir visitar o nobre à noite, e oferecer-lhe alguma peita da parte de algum Embaixador estrangeiro para a revelação dos segredos do Conselho. Se ainda resistisse a esta prova, mas não fosse imediatamente denunciar a confidência, seria apontado no livro dos suspeitos, e sempre daí em diante cuidadosamente observado. Se algum nobre, não estando a cumprir sentença de degredo, entrasse ao serviço de corte estrangeira, deveria ser chamado ao país: no caso de desobediência todas as pessoas de sua intimidade seriam presas; e passados dois meses de contumácia, se mandaria assassinar onde quer que se achasse; e falhando a tentativa seu nome seria riscado do *Livro áureo*. Se algum nobre falando no Senado ou Grande Conselho divagasse do assunto para matéria, que fosse julgada prejudicial ao Estado, deveria ser no mesmo instante interrompido por um dos principais de entre os Dez; no caso que o orador lhe disputasse a sua autoridade, ou lhe dissesse algumas injúrias, se não faria cabedal delas no mesmo momento; porém, encerrada a sessão, deveria ser logo preso, processado conforme o delito, e, quando se não pudessem obter meios diretos de convicção, executado particularmente. Quando a liberdade da discussão era assim coartada nos corpos legislativos, não pode servir de espanto que, por outra parte se impusessem restrições á conversação. Um nobre delinquente por indiscrição de língua deveria ser admoestado por duas vezes, pela terceira infração proibido de aparecer nos lugares públicos e nos Conselhos, por espaço de dois anos; se passado este prazo reincidisse, ou desobedecesse, o mandariam afogar por incorrigível.

Tais são algumas das principais disposições dos Estatutos deste célebre Tribunal, que por tanto tempo exercitou autoridade despótica sobre as vidas e bens dos Venezianos, e encheu seus espíritos de terror inexplicável. Não eram os Inquisidores parcos no desempenho do seu horrível sistema; o mistério e a brevidade da execução assombrava todos os cidadãos da República, e os habituava a ocultar as suas opiniões com a maior cautela.

O Bispo Burnet refere, que quando esteve em Veneza, lhe afirmara pessoa de elevada hierarquia “que havia naquela cidade um envenenador geral, que recebia salário, e era empregado pelos Inquisidores para acabar com aqueles contra quem fazia o processo público um grande ruído.” E o mesmo acrescenta: “Custa-me a acreditar, não obstante asseverar-me a pessoa, que mo disse, que fora o próprio irmão de um, que tinha sido solicitado para aceitar aquele encargo, quem lho descobrira.” Todavia a existência do ofício é muito mais provável (especialmente porque o veneno era uma das armas da Inquisição), do que haver quem fosse desinquietado para o aceitar, e depois o andasse divulgando com impunidade.

## **A CATEDRAL DE LAMEGO**

A CATEDRAL antiga de Lamego, segunda a tradição que acerca disto há, foi Santa Maria de Almacave, Mesquita que havia sido de mouros, e que os cristãos, quando tomaram a cidade, converteram em igreja. O templo, cujo frontispício apresentamos, é a moderna Sé, edificada pelo conde D. Henrique.

A cidade de Lamego, assentada em uma baixa, só se pode descobrir de muito perto. Uma légua distante fica o rio Douro, e por junto lhe correm o Balsemão e o Fafel, que nasce nas vizinhanças, e entra no Balsemão. É no bairro, que fica do lado do Fafel, que a Sé está edificada. No meio da cidade, numa pequena altura, se vê o antigo castelo, em grande parte arruinado.

De remotas épocas foi Lamego Diocese, e ainda durante o domínio dos suevos; no qual tempo se acha ser um dos seus bispos o celebre escritor Idácio. Depois da invasão dos Árabes formou esta cidade e o seu território um pequeno reino mourisco. D. Afonso 3.º de Leão a conquistou, e parece que nessa época ela estava muito abatida e despovoada; porque se refere tê-la mandado este príncipe povoar de novo. Os Árabes brevemente a tornaram a reconquistar, volvendo sucessivamente, ora ao poder dos mouros, ora ao poder dos cristãos, até que o conde D. Henrique se apossou dela, deixando-a debaixo do governo de Eicha, seu rei, que para este fim teve a política de se fazer cristão. Foi D. Afonso Henriques que a tomou para a coroa, tornando-se Lamego desde então célebre por causa das primeiras cortes portuguesas, que se dizem ali celebradas, mas cuja existência é hoje mais do que duvidosa.

A Sé de Lamego foi ilustre pelas virtudes dos bispos que aí presidiram: mas devemos excetuar do número deles D. João da Silva, de quem se conta que el-rei D. João 2.º, estando para morrer, o mandara chamar, e lhe dissera que uma só coisa lhe gravava a consciência naquela hora extrema, que era tê-lo feito bispo, dignidade que ele tinha desonrado com o seu vicioso procedimento. Diz-se que esta repreensão do rei moribundo produzira tal efeito no espírito do dissoluto prelado, que apertando a mão de D. João 2.º, ali jurou mudar de costumes. Na capela-mor da Catedral estava sobre um retábulo a memoria deste acontecimento, a qual consistia em duas mãos cruzadas, junto aos pés de uma cruz, mandada pôr naquele lugar por D. João da Silva, que desde então foi o modelo dos prelados. Caso este porventura único, em que um rei, não muito santo, soube fazer o milagre de converter um bispo desenfreado.

A posição de Lamego, no interior do sertão, fez com que o seu crescimento haja sido muito vagaroso. No princípio do 16.º século a sua população não excedia o número de 1000 vizinhos; porém durante três séculos pouco tem aumentado, em comparação de outras cidades do reino. Naquele tempo era Lamego terra de grande trato, e nela havia uma fábrica real de lonas, e vários outros estofos e fazendas, que há muito deixou de existir. Aqui, antes do descobrimento da Índia, se fazia uma feira anual, a que os mouros de Granada vinham vender as especiarias do Oriente, das quais se abastecia todo o reino. Os impostos, que os reis puseram aos mercadores que a ela vinham, não contribuíram menos do que a viagem de Vasco da Gama, para destruir este trato, que depois debalde os moradores tentaram restabelecer, talvez, para outros objetos comerciais. Por outra parte, a introdução de fazendas francesas acabou, nos reinados de D. Manuel e D. João 3.º, com os tecidos que se fabricavam nesta cidade.

Lamego é uma das povoações do nosso país, onde se conservam mais antigos monumentos dos tempos primitivos da Monarquia, e de que ainda para diante teremos ocasião de falar. As cercanias da cidade são montuosas, porém aprazíveis e férteis: ali se encontra abundância de todo o género de excelentes frutos: os ares são sadios, posto que as vizinhanças do Douro às vezes os engrossem de nevoeiros pesados. Em geral o país é selvoso, mas a verdura dos soutos e bosques é nas províncias do Norte, como uma compensação dos cerros escalvados que se encontram em todos os países montanhosos, e que nelas são comuns, sobretudo no Beira e no Minho.

## ORIGEM DA TIPOGRAFIA – TIPOGRAFIA PORTUGUESA

### 1.º

#### ORIGEM DA TIPOGRAFIA

À INVENÇÃO da imprensa deve a Europa a sua civilização atual: é este um facto que hoje ninguém contesta: o indagar quem foi o seu inventor não é pois uma simples curiosidade, é antes um dever de gratidão. Esta indagação tem sido, com efeito, objeto de muitos livros e dissertações durante três séculos, e delas resultaram uma serie de factos interessantes que, se não tem estabelecido indubitavelmente a verdade, ao menos produziram a este respeito um grau de probabilidade, que toca as raias da certeza. Por esta razão, e por nos abstermos de discussões impróprias deste lugar, diremos o que nesta matéria é provável, sem nos embaraçarmos com as opiniões menos fundadas, seguidas por muitos escritores.

Cumpramos antes de tudo distinguir as diversas maneiras de multiplicar as cópias de qualquer original, estampando este sobre superfícies planas, e as diversas formas de preparar este original, para alcançar semelhante resultado. De feito, para formar o tipo das diferentes copias que se quiserem tirar de um discurso, se podem empregar vários métodos; o gravar em uma prancha de pau, ou de metal, os caracteres, e estes serem profundados ou em relevo: o reunir caracteres móveis em um quadro, e com eles assim reunidos estampar o que se pretende: serem estes caracteres de metal, ou de madeira, e no primeiro caso, fundidos ou esculpidos: eis diversas maneiras de alcançar o mesmo resultado. Importa agora ver se a todos estes métodos se pode chamar *Arte Tipográfica*, ou se tão-somente a alguns deles. É isto que vamos examinar.

Há uma arte, cuja origem se perde nas trevas dos tempos, pela qual se multiplicam os exemplares das moedas, dos monumentos, das pinturas, e de mil outros objetos: a esta arte se chama *gravura*. Desde os Egípcios, antes da invenção do alfabeto, ela é conhecida, e até nas línguas primitivas o verbo *escrever* soa como *gravar*, ou vem de raízes que exprimem esta ideia. É verdade que ao princípio a gravura se não multiplicava, e em cada objeto eram individualmente abertas ou ressaltadas as letras ou os desenhos; mas os anéis, com que se selavam as cartas, brevemente se inventaram, e depois os selos, propriamente ditos, além das moedas efigiadas, que remontam a grande antiguidade. Há memórias claras e irrefragáveis de que os Romanos gravaram letras em pranchas de metal ou de madeira, para ensinar os cegos a ler.

Quintiliano recomenda semelhante sistema para as crenças, e S. Jerónimo fala na invenção de letras soltas, gravadas como os nossos tipos, para o mesmo fim. Em tempos modernos, no fim do século 14.º, usava-se a impressão de tampas abertas em pau, e muitas acompanhadas de texto ou escritura semelhante à da tipografia, tanto que vários autores olham como monumentos desta arte, o que apenas o é da gravura em pau, de que adiante falaremos.

Mas nada disto era a tipografia; porque, aliás, esta nunca teria sido inventada, antes fosse um aperfeiçoamento ou variedade da gravura; e porque o que propriamente a distingue desta, e a faz a mais preciosa arte, é a *mobilidade dos tipos aplicada à estampa dos discursos*. É isto que indubitavelmente foi inventado na Europa, durante o 15.º século.

Devemos contudo confessar, que é extremamente provável que a gravura, e sobretudo a gravura de estampas acompanhadas de explicações, suscitasse a primeira ideia da tipografia: mas pela história desta se vê quantos trabalhos, e que perseverança foi necessária para pôr por obra essa conceção admirável.

Uma grande multidão de documentos, o testemunho dos mais respeitáveis escritores contemporâneos, ou quais contemporâneos, devem fazer-nos crer, que esta ideia ocorreu pela primeira vez a João Gutenberg, natural de Mogúncia, durante a época em que esteve estabelecido em Estrasburgo, de 1424 até 1445.

*Henne* (João) Goensfleisch de Sulgeloeh, chamado também João Gutenberg, Gudenburch, Gudingberg nasceu em Mogúncia (Mainz) por 1398.

Obrigado a sair da sua pátria, por causa de guerras civis, foi em 1424 estabelecer-se em Estrasburgo, onde se conservou largos anos. Em 1439 teve uma demanda com os herdeiros de um certo *Dritzehn*, por causa de várias somas, mediante as quais Gutenberg tinha admitido este a entrar na empresa de uma *invenção maravilhosa*, que os havia de enriquecer a ambos. Pelas atas deste processo se prova que Gutenberg, quando morreu *Dritzehn*, em cuja casa estavam as máquinas e aparelhos da *invenção maravilhosa*, mandará mui depressa desmanchar as *formas, para que os pedaços que elas continham se confundissem, e se pudessem amontoar debaixo da imprensa ou prelo*.

Daqui se pode concluir que foi em Estrasburgo, que se fizeram as primeiras tentativas de arte tipográfica, sem contudo se tirar ainda delas alguma obra ou resultado.

Em 1445 Gutenberg voltou a Mogúncia, sua pátria: ali, sem dúvida, continuou a trabalhar na sua invenção da tipografia, ou estampa com *caracteres móveis*. Se estes

eram de madeira, ou de metal, fundidos, ou gravados, é ponto que ainda não está decidido. Gasta a sua riqueza nessas tentativas, cansado de ter empregado tantos anos infrutuosamente naquela empresa, Gutenberg não desanimará. Declarando o seu invento a João Fust ou Faust, cidadão de Mogúncia, o tomou por sócio, e ajudado pelo dinheiro e talento deste, pôde enfim ver o resultado de suas fadigas. A opinião mais provável é que então os dois reunidos começaram a fundir as matrizes ou formas, e a tirar nelas os tipos metálicos em relevo. Com estes imprimiram a célebre Bíblia sem data, que deve ter sido impressa desde 1430 até 1455, e da qual um exemplar em papel existe na biblioteca pública de Lisboa.

Em 1434 Fust rompeu a sociedade que fez com Gutenberg, e este, em consequência das somas que tinha recebido adiantadas, se viu obrigado a ceder-lhe os prelos e mais aparelhos da imprensa.

Enquanto durava a sociedade de Gutenberg e Fust, eles tinham feito entrar nela, para os ajudar, Pedro *Schoeffer* ou *Schoyffer* de *Gernsheim*, ou Pedro *Opílio*, nome alatinado de Schoeffer, que em alemão significa pastor. Este aperfeiçoou a composição dos tipos, e completou a arte. O que para isto faltava, e em que consistiram os aperfeiçoamentos de Schoeffer, é difícil hoje dizer.

Fust deu sua filha em casamento a Schoeffer, segundo se conta, em atenção ao grande melhoramento que este havia feito na sua tipografia. O sogro e genro, separados de Gutenberg, começaram a imprimir várias obras. O haverem impresso só uma Bíblia antes dessa separação, e o grande número de volumes que depois dela publicaram, prova que Schoeffer tinha feito progredir muitíssimo a arte. O livro mais antigo com data, que existe, é da tipografia de Fust e Schoeffer, e vem a ser o *Saltério* (*Psalmorum Codex*), impresso em Mogúncia em 1457, 1 volume em folio grande, reimpresso, também por eles, em 1450, ano em que publicaram o *Racional de Durando*. Em 1460 saiu dos prelos de Fust e Schoeffer o livro das *Constituições de Clemente 5º*, e em 1462 uma Bíblia, em dois volumes de fólio, conhecida pelo nome da *Bíblia de 62*, da qual um exemplar existe na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Ajudado por João de Meydenbach e Conrado Humery, Gutenberg estabeleceu pouco depois da dissolução da sociedade que tivera com Fust e Schoeffer, outra tipografia em Mogúncia. O que com certeza chegou até nós desta nova oficina, é o *Catholicon* de 1460, espécie de dicionário latino, precedido por uma gramática. Nada mais nos resta de Gutenberg, que, elevado à categoria de nobre pelo eleitor de Mogúncia, que juntamente lhe concedeu uma pensão, abandonou a arte, deixando a

tipografia aos seus colaboradores, os dois irmãos Bechtermuncze, Spyes, e outros, os quais em 1467 imprimiram em Elfeld o *Vocabularium ex quo*, espécie de dicionário latino – alemão.

Em breves anos a tipografia se espalhou pela Europa. Em Bamberg apareceu em 1461 uma coleção de Fábulas em alemão, e no ano seguinte o livro das *Quatro Histórias*, impresso por Alberto Pfister. Os topógrafos Mentel e Eggesteyn imprimiam em Estrasburgo por 1466, e em Coimbra Ulrico Zell por 1463. Conrado Sweinheim, Amoldo Pannartz e Ulrico Han introduziram esta arte na Itália, durante o pontificado de Paulo 2º, e em Subiaco, mosteiro situado na campanha de Roma, publicaram as obras de Lactâncio em 1465. Sweinheim e Pannartz foram depois estabelecer-se em Roma, separados de Ulrico Han, que também aí fundou uma tipografia, imprimindo aqueles em 1467 as *Epistolas Familiares de Cícero*, e estas as *Meditações* do Cardeal Turrecremata, no mesmo ano. João de Spira levou a imprensa a Veneza, e ali imprimiu, em 1469, os livros de Plínio o naturalista. Em França começou a tipografia em 1469. João de La-Pierre, prior da Sorbonne, mandou vir de Mogúncia os três impressores, Martim Crantz, Ulrico Gering, e Miguel Friburger, que assentaram seus prelos no edifício da Sorbonne, e começando a imprimir naquele ano, tiraram à luz as *Epistolas de Gasparini*. Em Holanda, apesar de alguns holandeses pretenderem que a tipografia fosse inventada no seu país por Lourenço Coster desde 1430 até 1440, não aparece nenhuma obra impressa com caracteres móveis, anterior a 1478. Em Inglaterra é incerta a época da introdução da tipografia; mas parece ter sido Caxton o primeiro impressor neste país, começando aí a arte tipográfica depois de 1470. Da Espanha falaremos quando tratarmos de Portugal.

#### *Impressão Tabulária*

Chama-se em geral *impressão tabulária* àquela que é feita com pranchas ou lâminas sólidas, como os *fac-similes* de qualquer escritura, e as estampas de pau ou metal. Quando estas pranchas são de madeira, chama-se-lhe *impressão xilográfica*; tais são os desenhos que damos no Panorama. Este género de impressão é mais antigo do que a tipografia, e é a sua história que julgamos dever bosquejar, depois da notícia que demos desta maravilhosa arte.

A gravura em madeira e em cobre existia na Europa antes dos fins do 14.º século e princípios do 15.º. Foi porém neste tempo, que ela começou a estender-se à xilografia, ou para melhor dizer, à impressão tabulária. Esta era conhecida na China, segundo alguns autores, 300 anos antes da era J. C. Segundo outros, data naquele país de época mais recente. O modo porque ali imprimem é o seguinte. Um bom copista transcreve o

livro, que se pretende estampar, num papel subtil e transparente: o gravador gruda cada folha sobre uma prancha de pau duro e liso, depois com um ferro bem afiado vai ressaltando os caracteres, e vazando o resto da superfície da lâmina, até a pagina ficar composta.

O impressor tem duas escovas, uma que serve para dar a tinta nos caracteres, avultados na prancha em relevo, e outra, muito macia, com que corre por cima cada folha de papel, apertando-a assim contra a prancha gravada. É este papel tão fino, que, bem longe de poder servir para a impressão nos nossos prelos ordinários, método que usamos para tirar provas. Uma folha de impressão é, como na Europa, composta de várias páginas, e assim as pranchas se colocam umas ao pé das outras separadas com regretas, as quais são também entalhadas pela borda com ornatos variados, de tal maneira, que depois do livro encadernado, fica cheio de adornos pelas margens das páginas. Como o papel pela sua finura não pode ser impresso senão de um lado, as pranchas se dispõem ao comprido fazendo uma longa tira, e o papel [que tem a mesma forma], depois de estampado, se dobra de modo, que cada página se une pelo inverso com a página imediata, à qual se gruda, ficando assim consistentes as folhas do livro.

Os Chins, apesar de terem notícia do sistema tipográfico dos Europeus, conservam a arte na infância, como o fazem às outras artes, aos costumes, às instituições, às leis. A impressão xilografia de que usam tem porém algumas vantagens: as formas esculpidas conservam-se inteiras para repetidas edições, do mesmo modo que na estereotipia da Europa, sem como esta terem o defeito de absorver uma grande porção de metal: sendo as pranchas de madeira boa e rija, como o buxo, sorveira ou bambu, podem tirar com elas cem mil exemplares, sem que os tipos cansem: o preço porque neste caso sai cada exemplar é extremamente barato.

A impressão tabularia estava pois, como já dissemos, em uso na Europa antes do princípio do século 15.º; mas foi neste tempo que ela se tornou mais frequente. Aplicavam semelhante género de impressão a multiplicar as cópias dos desenhos, que nessa época se estimavam, e buscavam muito na Alemanha e na Itália.

Apareceu então um grande número de gravadores, que abriam em pau duas castas de estampas bem diversas - as cartas de jogar e as imagens - que se intercalavam nos livros comuns de reza. Copiaram-se para estes os contornos das figuras de santos e das cenas bíblicas, que andavam pelos missais e mais livros eclesiásticos, copiados e ornados pelos copistas dos mosteiros. O povo gostava muito destas estampas, e pouco a pouco lhes foram ajuntando explicações gravadas na mesma tábua, em que se abria o

desenho. Isto produziu a impressão tabulária dos discursos, e deu provavelmente as primeiras ideias de tipografia.

Os mais antigos monumentos, que nos restam desta espécie de gravura, são as chamadas *Bíblías dos Pobres* [*Bíblia Pauperum*], compostas de representações tiradas da Escritura, e acompanhadas de textos apropriados. Dela há cinco edições diversas sem data, mas que provavelmente se imprimiram em 1430 a 1450. Quatro se compõem de 40 folhas, e uma de 50, do tamanho deste jornal, e impressas de um só lado. Pelo mesmo tempo, em que estas apareceram, se estamparam muitas outras obras, que seria longo enumerar, entra as quais as mais célebres são o *Espelho da Salvação* [*Speculum Salutis*] e o *Donatus*, espécie de gramática, de que se usava na idade média, e que geralmente se crê ser um compendio da de Élio Donato, gramático romano do século IV.

De ambas estas obras, de que se tiram repetidas edições tabulárias, restam vários exemplares, que mostram haverem neles feito os inventores da tipografia as suas primeiras tentativas de imprimir, com caracteres móveis, talvez primeiramente de pau, e depois fundidos. E o que é mais notável, é que em alguns dos exemplares, que se conhecem hoje, aparecem as diferentes gradações por que se chegou à tipografia. Em uns, estampas e texto são inteiramente gravados em pranchas sólidas; noutros, o texto parece impresso com tipos móveis de madeira; noutros, enfim, o texto é estampado com tipos fundidos, e inteiramente iguais aos com que foi impressa a Bíblia sem data de Gutenberg e Fust, de que já acima falamos.

Nestes, e nos antecedentes, a cor da tinta é um dos argumentos de haver sido o texto impresso de diversa maneira das figuras ou estampas. A cor destas é um preto desmaiado, e a daquela é negro, semelhante à das edições indubitavelmente tipográficas. Isto aparece em várias edições dos *Donatus*, dos quais o bibliógrafo Fischer aponta dois, em que o texto é impresso com caracteres da Bíblia sem data.

Depois que a parte tipográfica se começou a espalhar pela Europa, a impressão tabulária se foi reduzindo, e se tornou nos livros uma parte secundária da tipografia. Os impressores do 16.º século, empregaram a gravura em pau para estampar as letras iniciais, os rostos dos livros, e os adornos que usavam nas margens das páginas, e sobretudo no princípio e fim da obra, e que substituíram as pinturas feitas à mão, com que se ornavam as edições do 15.º século, onde se deixavam largas margens, e as iniciais em branco, para se pintarem de cores variadas e ouro, com que ficavam imitando os antigos manuscritos.

*Circunstâncias notáveis das primeiras edições*

Os caracteres, com que se começou a imprimir, são extremamente cheios de ângulos e linhas, que saem destes, e que tornam difícil a sua leitura, para os poucos versados no exame dos manuscritos do 15.º século. Estes caracteres aparecem só nas edições tabulárias. Os inventores da tipografia introduziram uma letra menos angulosa, a qual ainda hoje é a letra da imprensa em Alemanha, e que de novo começa a usar-se nas outras nações para os “frontispícios” dos livros e rúbricas [títulos] dos capítulos. Dá-se-lhe vulgarmente o nome de *letra alemã ou flamenga*.

O *redondo ou romano*, que hoje usamos, começou na Alemanha em 1472, e dali se estendeu para o sul da Europa, de onde foi pouco a pouco expulsando o caracter alemão: na Bélgica misturaram-se um com o outro, e aparecem edições daquele país, em que simultaneamente se empregaram ambas as formas de caráter.

O itálico ou veneziano, cuja origem vem da letra cursiva da Chancelaria romana, foi inventado em Veneza pelos célebres *Aldos*, impressores daquela cidade, cujas primeiras edições foram em redondo, passando ao itálico, de que quase constantemente usaram durante mais de um século, que existiu aquela tipografia na família dos Aldos.

Os primeiros monumentos tipográficos são tão cheios de abreviaturas, que mais ainda por este motivo, do que pela forma dos caracteres, se torna grandemente difícil a sua leitura. Já por aqueles tempos os breves embaraçavam tanto os leitores, que em 1483 se publicou um livro em latim, com o título - *Do modo de ler as abreviaturas*.

Os reclusos, ou chamadas no fim da página, que consistem nas primeiras letras da página seguinte, não se usavam no princípio da tipografia, como em nossos dias também caíram em desuso. A numeração das páginas começou a marcar-se em 1469, mas falta ainda em edições muito posteriores, e ordinariamente se apontava só no reto da folha, de modo que era antes o número destas que se pretendia indicar, do que o das páginas.

Os *alinea*, os princípios dos parágrafos, aparecem muitas vezes saindo fora do alinhamento perpendicular da página, outras vezes perfeitamente igualados com este, outras enfim reentrantes, como ainda costumamos. Em quase todas as primeiras edições os livros não têm rosto, ou quando muito, em lugar deste, uma linha ou duas em letras minúsculas, que indicam brevemente o conteúdo da obra. Estes são os mais vulgares sinais, por onde se conhecem as edições do século 15º, cujo preço em geral é grande. A ignorância destas circunstâncias tem feito com que do nosso país tenham saído tantas preciosidades deste género, que os estrangeiros muitas vezes compram por um preço

assaz módico.

Os livros foram no princípio da tipografia muito caros; porque as despesas necessárias para imprimir qualquer obra eram muitíssimo maiores. A obra, que hoje custaria um quartinho, custava então a soma de umas poucas de moedas; porque além das grandes despesas que faziam, não se tiravam ordinariamente mais de trezentos exemplares de cada obra. Daqui nasceu em parte o serem hoje alguns desses primeiros livros tão raros, que se tem chegado a pagar ultimamente um volume por uns poucos de mil cruzados.

## ORIGENS DA TIPOGRAFIA

### 2.º

## TIPOGRAFIA PORTUGUESA

Tendo dado anteriormente uma notícia rápida da invenção da tipografia, e da sua propagação pela Europa, reservámos para um artigo especial falar acerca da sua introdução e progresso em Portugal: porque depois de referir as origens deste admirável invento, o mais curioso, sobre a matéria é sabermos como a arte tipográfica se estabeleceu no nosso país.

Infelizmente a história da sua introdução em Portugal não é menos escura do que a da sua origem: entretanto poremos aqui o que sobre este assunto hoje se pode alcançar.

É atualmente indubitável que no ano de 1474 havia já em Valença de Espanha uma tipografia, porque desse ano temos o livro *Obres o Trobes de S. Maria*, impresso naquela cidade. Há quem diga que ela existia em Palencia desde 1470, em que, segundo Nicolau António, se imprimiu a História de Arevalo; porém esta edição desconhecida é rejeitada como suposta, até pelos críticos espanhóis.

Mas foi Valença, porventura, a primeira cidade da Península que possuiu uma imprensa? A nossa Leiria lhe disputa a primazia. Vejamos em que pretensão é fundada.

Pedro Afonso de Vasconcelos, que viveu nos finais do 16.º século, afirma no livro *Harmonia das Rubricas*, que havia tradição, autorizada com o parecer do nosso célebre Pedro Nunes, de que Leiria fora a primeira cidade das Espanhas que tivera uma tipografia. Este fundamento tradicional não nos parece de grande peso, desacompanhado, como vem, de outras provas: As pretensões de *Harlem* sobre a invenção da arte eram também fundadas numa tradição igual seguida por homens notáveis, e até fortificada por testemunhos de contemporâneos: entretanto hoje os bibliógrafos rejeitam quase unanimemente essas pretensões para atribuírem a Maguncia a glória da invenção da tipografia.

Há, contudo, um documento cuja existência, se ainda se pudesse verificar, serviria, se não para provar que Leiria tivera a primazia imprensa das Espanhas, ao menos para nos certificar de que o seu estabelecimento no nosso país fora mais antigo do que vulgarmente se crê. Falamos da célebre edição em 4.º das obras do Infante D. Pedro.

Foi o conde de Ericeira *D. Luiz de Menezes* o primeiro que falou deste livro numa sessão da Academia de História. A obra não tinha data, e só na subscrição, no fim do livro se dizia que se *imprimíra seis annos depois que em Basilea fôra achada a famosa arte de impremsão*. De outro exemplar da mesma obra fala o académico Soares da Silva; com a diferença, porém de dizer que fora impressa nove anos depois da invenção da tipografia.

Se esta edição tivesse com efeito existido, a imprensa portuguesa remontaria aos annos 1464 ou 1465, concedendo que os impressores quando dataram o livro, se enganaram no que toca ao lugar do nascimento da arte.

O nosso eruditíssimo António Ribeiro dos Santos, em uma memória que escreveu sobre a introdução da tipografia em Portugal, trabalhou por sustentar a genuidade desta edição das obras de infante D. Pedro. Ele conhecia quão duro era de crer nela: mas não seria possível a qualquer outro escritor defender melhor uma causa, que nos parece bem pouco defensável.

Com efeito não nos deve fazer desconfiar, e muito, a diferença de annos que se lê na subscrição dos dois exemplares da mesma obra? - Não repugna o supor que houvesse duas edições, conservando-se unicamente um exemplar de cada uma para virem ambos apparecer passados mais de 250 annos, não havendo até aí vestígios de nenhum deles? - Não é quase impossível que tendo-se impresso aquelle livro em vulgar por 1464 não appareça outra produção de prelos portuguezes senão em 1489, e que essa produção (a mais antiga que conhecemos) seja um livro hebraico? - A tipografia que em toda a parte, apenas estabelecida, prosperou, cresceu e rapidamente se derramou, só em Portugal, depois de imprimir um livro, morreu, para ressuscitar passado o largo período de 23 annos? - Estas razões bastam para abalar a nossa crença na existência de semelhante edição: e se a estreiteza deste artigo o permitisse poderíamos produzir muitas outras, com que talvez a derrubássemos inteiramente.

Contudo uma dificuldade resta; e vem a ser o carácter respeitável dos dois académicos que disseram terem visto o livro; mas esta dificuldade facilmente se desvanece. Das obras do Infante existe uma edição sem data nem lugar de impressão, mas que se crê impressa por 1478, edição em fólio, cujo editor foi o Espanhol D'Urrea. Podia ter acontecido que alguém pusesse em dois exemplares aquellas datas contraditórias; e sendo a letra *assentada* do 15.º Século semelhante à da tipografia (porque os caracteres desta não eram senão a imitação da escritura) facilmente se enganariam aquelles dois literatos, tomando por impressas as subscrições que leram. Isto

é, tanto mais provável, quanto é certo que a paleografia, como arte, estava nos seu começo, e ainda em Portugal era talvez desconhecida.

Nem faça embaraço a diversidade de formatos, para crermos que a edição, que viu o Conde da Ericeira, e que diz ser em quarto, fosse a de folha publicada por D'Urrea: Os fólhos do 15.º século eram em geral mais pequenos do que os quartos que em Portugal se imprimiam no tempo do conde, e daí proviria porventura o erro. Entretanto creia cada um o que quiser, que nós assentaremos as origens da nossa tipografia nos monumentos que atualmente existem.

Os judeus parecem ter sido os primeiros que em Portugal introduziram a arte de imprimir. Dizem que as comunas<sup>1</sup> de Lisboa e Leiria mandaram vir de Itália tipógrafos da sua nação. No ano de 1482 empresas hebraicas estavam estabelecidas em Soncino, e pouco depois em Nápoles. Foi daí que provavelmente veio a Rabban Eliezer e Rab Tzorba, que em 1489 imprimiram em Lisboa o Pentateuco Hebraico. Depois desta época as edições dos livros na língua santa se multiplicaram em Portugal até à expulsão dos Judeus, em que inteiramente cessaram.

Foi por 1490 que a tipografia começou a ser exercida entre nós por impressores cristãos. Vieram os primeiros de Alemanha ou de Itália, e o livro mais antigo que deles possuímos é o Breviário Eboense, em latim, impresso em Lisboa no ano de 1490. Em 94 já a tipografia de João Gherlinc estava estabelecida em Braga, onde se imprimiu naquele ano o Breviário Bracarense.

Em Leiria parece não ter exercido senão a tipografia hebraica, cujo primeiro momento naquela cidade é a edição dos *Profetas primeiros* em 1494. Verdade é que no ano imediato se publicou aí o célebre livro em latim *Almanach perpetuo dos movimentos celestes*, impresso pelo mestre Ortas: mas há veementes suspeitas de que este era um tipógrafo hebreu, e tais suspeitas se tornarão quase em certeza, se nos lembrarmos de que o autor da obra era o judeu Abrahão Zacuto, astrónomo d'el rei D. Manuel, e de que nenhuns vestígios tipógrafos aparecem mais naquela cidade desde a expulsão dos Judeus.

É no ano de 1495 que podemos com certeza assentar o começo da imprensa portuguesa, porque é neste ano que se estampou o primeiro livro em vulgar, com data, dos que chegaram até os nossos dias. Falamos da tradução portuguesa do famoso livro de Ludolfo de Saxónia, intitulado – *Vita-Christi* - vertido do latim em linguagem por Fr.

---

<sup>1</sup> O que eram as comunas veja-se no n.º 3 do Panorama (refere-se ao artigo “Cortes Portuguesas”, publicado nesta *Antologia*).

Bernardo de Alcobaça.

Esta obra que se compõe de quatro volumes de fólio é uma das maravilhas tipográficas do século 15 °: o papel é excelente, o tipo limpo e formoso: as tarjas do princípio e fim, assaz delicadas, atentam a rudeza dos tempos: o texto sofrivelmente correto. Foi a edição encarregada por D. João 2.º, que a mandou fazer, aos mestres Nicolau de Saxónia, e Valentim de Morávia, dos quais o primeiro tinha impresso por si só o Breviário Eborense; e parece que se uniu ao segundo unicamente para trabalharem nesta obra magnífica, porque logo depois os achamos imprimindo separadamente, Nicolau de Saxónia até 1498, e Valentim de Morávia ainda nos primeiros anos do século 16º.

A este impressor devemos a publicação da *Estoria do mui nobre Vespasiano, emperador de Roma*, talvez o mais curioso monumento da arte tipográfica em Portugal nos fins do século 15.º Das estampas e caracteres deste livro (que parece ser impresso com os mesmos tipos da *Vita-Christi*) damos um fac-símile, e por ele se verá a que ponto subiu logo em nosso país não só a tipografia, mas até a gravura em madeira, hoje restaurada na Europa por benefício dos jornais populares.

A história de Vespasiano consta de vinte e nove capítulos, nos quais se tratam vários feitos daquele imperador e de seu filho Tito, e outros que dizem respeito ao cristianismo, e à morte de Arquelau, e de Pilatos: as estampas que são alusivas ao texto acham-se no princípio de cada capítulo; mas, talvez para poupar despesa, repetidas as mesmas de espaço a espaço. Fecha a obra por uma subscrição em que se diz ser impressa por Valentim de Morávia, em Lisboa, no ano de 1496. O único exemplar conhecido que dela resta é o que existe na Biblioteca Pública de Lisboa.

De outras obras portuguesas impressas no 15.º século restam várias memórias, mas assaz incertas pela raridade delas. Tais são a *Imitação de Christo* por Kempis, impressa em Leiria, e que talvez era a tradução de Fr. João Alvares; o *Itinerário do Conde D. Pedro*; e a *História de Isea*, cujo único exemplar conhecido era o que existia na livraria do visconde de Balsemão, e que desapareceu durante o último assédio da cidade do Porto.

Depois da impressão da *Vita-Christi*, Nicolau de Saxónia se limitou a imprimir livros de Liturgia em latim, como o Breviário Compostelano de 1497, o Missal Bracarense de 1496 e 98, e o Breviário Bracarense também deste último ano: daqui em diante nada mais sabemos de Nicolau de Saxónia.

Já vemos quão pouco se imprimiu em Portugal no 15.º século: esses mesmos livros que saíram dos nossos prelos são hoje raríssimos; uns por se haverem tirado deles muito poucos exemplares, outros pelo grande consumo que tiveram. A *Vita-Christi*, por exemplo, era levada, segundo o testemunho de Barros, para as missões d'África e d'Ásia, onde se perderam grande número de exemplares: o mesmo aconteceu com a *Imitação de Christo*. E por ventura que se houvera ultimamente curiosidade de examinar os espólios dos conventos existentes das nossas colónias da África e da Índia, alguns exemplares aí se encontrariam dos monumentos primitivos da tipografia portuguesa.

Resta-nos falar dos caracteres extrínsecos das nossas primeiras edições: estes eram os mesmos que notámos na primeira parte deste artigo acerca das edições estrangeiras. O tipo comum era o gótico moderno que se conservou até aquém do meado do século 16.º; mas em geral belo e como o melhor das tipografias de fora. O papel era de várias qualidades, todo ele encorpado e mais ou menos branco: pelas marcas e outros sinais parece que vinha de Itália. Também se tiravam exemplares em pergaminho, como se vê do 1.º volume da *Vita-Christi* de S. Francisco da Cidade.

Os ornatos, posto que longe da perfeição moderna, são muitas vezes superiores aos que pelo mesmo tempo apareciam por livros impressos noutros países; e não receamos de dizer que dificulosamente se achará em obra estrangeira estampada no século 15.º uma gravura, como a que damos reproduzida neste artigo.

Se nos primeiros tempos da invenção da tipografia, esta não se dilatou muito no nosso país, logo no seguinte século, século de civilização, de glória, e de grandeza, se derramou e cresceu quase por todos os ângulos do reino. Valentim de Morávia publicou em 1500 as obras de Cataldo Siculo, professor italiano, que, desprezado no seu país, veio ensinar retórica em Portuga. Desta edição raríssima há um exemplar, falto de algumas folhas, na Biblioteca do Porto<sup>1</sup>. Este impressor tomou o nome de Valentim Fernandes Mourão ou Moravo, e dos seus prelos é ainda *o Catecismo* do bispo Ortiz, impresso em 1504. Desde 1500 até este ano publicou ele a *Glosa sobre as coplas de Jorge Manrique* (1501), e as suas duas traduções da Viagem de Marco Paulo e da de Nicolau Conti (1502), dedicada a el-rei D. Manuel.

---

<sup>1</sup> É assaz curioso este volume por uma carta de Cataldo a um judeu, pretendendo provar-lhe que debalde esperavam eles o Messias: 1.º porque o povo os perseguia: 2.º porque *deitavam de si mau cheiro*

Já por 1501 havia em Lisboa outra tipografia, a do Italiano João Pedro Bonhomini, que nesse ano publicou o *Thesaurus Pauperum* de parceria com Valentim Fernandes, de quem parece depois se separou; porque até 1526 imprimiu várias obras, somente com o seu nome.

A tipografia brevemente se foi estabelecendo em diversas cidades e vilas de Portugal. Em Setúbal se estamparam no ano de 1509 os *Estatutos da Ordem de Santiago*, e o *Confessional* de Garcia de Resende. Em 1512 saiu em Évora a 1.<sup>a</sup> edição do *Itinerario* de Fr, Pantaleão d'Aveiro. Em Almeirim se começou a imprimir pelos fins de 1514 o *Cancioneiro de Resende*, que depois saiu em Lisboa; e ali se publicaram em 1516 os *Estatutos da Ordem de Aviz*. João de Barreira começou a imprimir em Coimbra em 1532, publicando nesse ano o *Reportório dos Tempos*. Salsete na Índia tinha já uma imprensa em 1532 e ali se estampou a *Explicação da Doutrina Christã*, composta em língua brâmane pelo padre Diogo Ribeiro. Em Braga, onde já no 15.<sup>o</sup> século se imprimira o Breviário Bracarense, tornaram a aparecer prelos em 1519 e 1532, dos quais saiu um *Reportório*, e a Gramática Latina de Clenardo. Vasco Dias Tanco de Frexenal estabeleceu uma oficina no Porto, onde em 1440 deu ao público o doutor João de Barros o livro que intitulou *Espelho de Casados*. Estas foram as povoações de Portugal mais notáveis por estabelecimentos tipográficos.

Por este tempo, isto é, por toda a primeira metade do século 16.<sup>o</sup> as imprensas se multiplicavam em Lisboa com grande rapidez. Uma das mais notáveis foi a de Germão Galharde, que floresceu desde 1536 até 1565; desta tipografia saíram muitas obras de nome, e entre elas as duas primeiras décadas de Barros (1552 - 3). Luiz Rodrigues, que imprimiu desde 1539 até 1549, foi um dos que mais contribuíram para o progresso da arte em Portugal, e na sua oficina se estampou em 1540 a *Informação do Preste João*, pelo padre Francisco Alvares, que para a edição do seu livro trouxe de Paris os mais formosos tipos que lá pode encontrar. João de Barreira é um dos mais conhecidos tipógrafos portugueses do século 16.<sup>o</sup>, e porventura o mais opulento. De sociedade com João Alvares imprimia em Braga, Coimbra, e Lisboa, e dos seus prelos nestas diferentes cidades saíram obras de grande preço. Enfim, ainda neste século começou a tipografia de Pedro Craesbeeck (1590 – 1600), a mais afamada do século seguinte, e que durou naquela família até muito depois de 1700.

Abster-nos-emos aqui de enumerar as divisas dos nossos impressores, porque isso seria demasiado longo para este lugar, e pediria fac-similes para bem se poder entender. Só diremos, quanto ao papel de impressão, que no século 16.º ele era mais alvo do que no 15.º, porém menos encorpado, e que nesta época ainda se tiraram exemplares em pergaminho de algumas obras. Tal é um da Crónica do Condestável de 1526, impressa por Germão Galharde.

## **A RESPOSTA HEROICA DOS LUSITANOS A DÉCIO JUNIO BRUTOS**

Quando o Procônsul romano Décio Júnio Bruto campeava na Lusitânia, sujeitando-a quase toda, e levando suas armas vencedoras até ao rio Minho, uma só cidade, que se chamava Cinania, se teve firme e constante, resistindo ao vencedor orgulhoso. Bruto, ou porque não lhe convinha demorar-se na expugnação da cidade, ou porque receou não a poder render, mandou propor aos habitantes, que se eles quisessem remir-se a dinheiro, os deixaria em paz. Os nobres e generosos Lusitanos responderam: *que seus maiores lhes haviam deixado ferro, com que defendessem a sua liberdade, e não ouro, com que a comprassem a um general avarento.* Esta resposta é tão magnânima, que Valério Máximo, referindo o caso, acrescenta, que mais quereriam os romanos havê-la dado que ouvido.

Durante a guerra de Viriato na Lusitânia, sucedeu que Caio Minicio, tribuno da legião décima-gemina-romana, ficasse mortalmente ferido em uma batalha; e como fosse deixado por morto no campo, e desamparado e abandonado do seu capitão e camaradas, um cavaleiro lusitano, por nome Ebucio, o salvou, e o mandou curar e tratar. O tribuno somente viveu alguns dias; mas antes de morrer de suas feridas, mandou lavrar uma lápida, e nela deixou aos vindouros um testemunho perene de reconhecimento e gratidão a piedosa humanidade, com que fora tratado pelo generoso inimigo, declarando que morria triste e magoado por não poder retribuir tamanho benefício da maneira que convinha a um Romano. A lápida ainda se conserva no tempo de Resende; e dela diz, com razão, Diogo Mendes de Vasconcelos, que é de todos os monumentos que temos daquela antiga idade, o mais digno de perpetuar-se na memória dos Lusitanos, por conter um ilustre exemplo de piedade, raro em inimigos, e tão admirável, que a gente lusitana se devera gloriar dele, não menos que das próprias vitórias do seu insigne capitão.

## A BALEIA – E A SUA PESCA

Os cetáceos, que formam a undécima família, ou ordem, da grande classe dos mamíferos, e que têm por caracter distinto a falta de extremidades posteriores, foram por muito tempo confundidos com os peixes; e de facto habitam na água, posto que toda a sua organização interna se assemelhe a dos mamais ordinários. Não tem pêlo: a cabeça é na parte anterior bastante achatada, e os queixos alongados; as ventas numa direção mais ou menos perpendicular, segundo as espécies, e se lhes dá o nome de respiros, porque os cetáceos jorram por eles água a uma grande altura. Só uma espécie de cetáceos têm dentes, que, por sua situação, se possam chamar incisivos: as outras espécies têm só molares, ou são inteiramente destituídas de dentes. Todas têm pele forrada de um toucinho oleoso, e os olhos pequenos; e comumente uma barbatana vertical sobre o dorso, além das anteriores, e da caudal, ou do rabo: não tem pescoço distinto, nem concha do ouvido, mas somente um pequeno conduto auditivo. Os gêneros são: Golfinhos (*Delphinus*); os Cachalotes (*Physeter*); as Baleias (*Balæna*); e o Unicórnio (*Monodon*).

O género das Baleias, que formam o objecto do nosso artigo, tem os respiros no meio da cabeça; e em lugar de dentes, laminas, triangulares de uma substância fibrosa, com rijeza e elasticidade córnea, inseridas verticalmente no paladar, e apinhadas paralelamente, e na borda livre com fibras delgadas, que servem de embaraçar, e de deter os pequenos animais, de que se nutre a Baleia: a esta substância se dá no comércio o nome de barba de baleia.

Distingue-se duas espécies de baleia. – A Baleia ordinária do Norte (*Balæna mystecetus*, Lin.) é o maior dos animais conhecidos: pescaram-se em outro tempo algumas de cento e vinte pés de comprido; porém no tempo presente não aparecem com mais de oitenta, fazendo a cabeça o terço deste comprimento: sua boca contém de quinhentas a seiscentas barbas de baleia, e todo o peso do animal deita acima de trezentos milheiros de libras. Não tem barbatana ao longo do espinhaço, como a outra espécie, que é a Baleia Gibar (*Balæna Physalus*): esta é do comprimento da baleia ordinária, ou talvez maior, porém mais delgada; é muito mais ativa, e por consequência mais difícil de apanhar, e menos produtiva em azeite, porque tem menos toucinho: tem as barbas mais curtas e nodosas, e igualmente a tal barbatana dorsal, pelo que os baleeiros ingleses lhe chamam *razor-back* costa anavahada.

As Baleias se nutrem<sup>1</sup> de pequeninos moluscos abundantíssimos nos mares em que ela habita. Causaria maravilha como tão grande vulto pode alimentar-se com tão diminutos animálculos; mas a nossa admiração deve cessar logo que examinarmos a sua economia animal. A boca da baleia é de enorme tamanho, e, quando aberta, apresenta uma concavidade como uma camara pequena. Ela faz as vezes de um coador em separar o alimento da água, porque, como já dissemos, é composta de obra de trezentas lâminas de *barba de baleia* em cada lado da queixada superior: estas lâminas têm as extremidades mais largas engastadas nas gengivas, e as mais estreitas continuam pela parte superior da boca, e assim formam a caixa do que chamamos um coador; e as bordas das ditas lâminas são recortadas em inumeráveis fibras ou sedas, que dão àquela parte superior da boca a aparência de uma vasta escova. Quando a Baleia come por este modo: nada com suma velocidade por baixo da superfície da água com as queixadas abertas, e toma na boca espessa um volume de água, onde flutuam em grande quantidade os animais que lhe servem de pasto; a água se escoia pelos lados, mas vai por assim dizer, peneirada pela escova ou coador de *barba de baleia*, que é tão compactamente construído, que nem uma só partícula de alimento deixa escapar: a direção do fluxo de água, e as fibras da barba impelem os animalismos para o orifício da goela; então fecha a boca e os traga a um só jato. Findo isto torna a começar a mesma operação.

Os olhos da Baleia são desproporcionais ao tamanho por pequenos, pois excedem pouco aos do Boi: contudo o animal possui sofrível boa vista; e não tem, segundo diz o Capitão Scoresby, o ouvido tão embotado, como o faria suspeitar a falta absoluta de toda a externa aparência daquele órgão.

As Nações europeias enviam todos os anos mais de trezentas embarcações à pesca da Baleia nos mares do Norte, a qual participou no século duodécimo, tendo por objeto principal o azeite, que se extrai da gordura deste Cetáceo. E como esta pesca, sendo objeto de grande interesse, o é também de muita curiosidade, daremos aqui o extrato do diário de um navio baleeiro, onde se particularizam as suas mais essenciais circunstâncias, na persuasão de que o Público Portugueses folgará de as saber, agora que uma forte empresa nacional encetou a mesma carreira.

---

<sup>1</sup> Os moluscos são uma espécie de animais de sangue branco, cujo corpo, ou pelo menos os membros, não têm ossos por dentro, ainda que alguns sejam envoltos em uns estojos sólidos, e até de natureza de pedra, chamados conchas (*testa*), e a estes se dá particularmente em particular o nome de *testáceos*. Estes, e os que são de todo nus, compreende o Barão Cuvier debaixo do nome comum de *moluscos*, formando a quinta classe no seu sistema de classificação dos animais. Assim os polvos, os caracóis, os mexilhões, são moluscos, posto que pertencentes a géneros, e ordens distintas.

O navio, do lote e 370 toneladas, deu à vela de Whitby, vila do Condado de York, em Março de 183-, e dirigiu-se ao porto de Lerwich, das ilhas de Shetland, do mar da Escócia, para concluir seus preparativos, conforme ao uso da maior parte dos baleeiros do Norte; e daí fez-se à vela a 8 de Abril para o Estreito de Davis. O local para a pesca tinha recentemente mudado, porque o animal fora obrigado, por um dilatado período de perseguição a abandonar paragens das costas ocidentais da Gronelândia, e mares circunvizinhos, quando a sua abundância na Bahia de Baffin era certificada por diversas viagens de descobrimento, feito naquela região durante os últimos descobrimentos, feito naquela região durante os últimos quinze ou vinte anos. As Baleias abundam, mais no mês de junho, e posto que se encontrem em todas as alturas, são mais frequentes e maiores nas vizinhanças das grandes massas de gelo.

Logo que chegaram à latitude, em que esperavam encontrar peixe, puseram as lanchas prontas para um caso repentino, e todos os mais preparativos, com três lanchas por banda, suspensas de modo, que, ou uma, ou todas se arreassem num minuto, logo que a Baleia estivesse à vista. Uma lancha baleeira tem vinte e quatro a trinta pés de comprimento (36 a 45 palmos), e é construída de maneira que reúna as propriedades de se manobrar, e vogar com presteza, e de aguentar esforços consideráveis, e mares cavados: cada uma tem de equipagem sete a nove homens, e leva sete a oito quintais de linha-baleeira, e aparelhos: são largas à proporção, para resistir aos esforços do animal quando mergulha, que a não ser isso as puxaria para debaixo de água, acidente que todavia não é muito raro. Cada uma, quando está em exercício, ando provida com dois arpões ou fiskas, seis ou oito lanças, e cinco a sete remos; uma pequena flâmula, que se arvora na popa quando a Baleia está fígada; um tail-Knif (corta -rabo) para cortar as barbatanas à Baleia morta; um arrimo ou descanso em que se põe o arpão para estar pronto a todo instante; machadinha para cortar a linha sendo necessário; um balde pequeno para despejar a lancha, e humedecer a linha, que se vai largando, a fim de prevenir que pela fricção prenda fogo na lancha; fateixa, croques, pá de arredar neve, e outros artigos de pouca monta. As lanchas maiores também são fornecidas com pequenos cabrestantes para recolherem, depois de morta, a Baleia, e a linha que lhe largaram.

O arpão se prepara com uma peça de corda, de causa de sete varas de comprido, entrelaçada com a cana ou verga do arpão, cuja grossura, onde entra o cepo, não deixa escorregar a corda: a outra ponta desta corda é pregada ao cepo, que estando metido na dita verga ou cana com firmeza suficiente para não sair do lugar no ato do arremesso,

não obstante isso é abalado pelos movimentos da baleia ferida. O objeto deste arranjo é que a pega do arpão farpado não seja prejudicada pelo movimento de uma comprida alavanca como o cepo, e que este último, estando amarrado ao arpão, sirva para indicar a situação da Baleia por debaixo de água, porque flutua na superfície, e se não perde.

Todos arpões tem esculpido o nome do navio, para no caso de se evadir a Baleia, e de ser o arpão recuperado por outra embarcação, poder determinar-se o direito do navio proprietário.

Depois destes preliminares limpam-se e aguçam as pontas e farpas dos arpões, e se cobrem com lona, ou papel azeitado para os conservar assim até que sejam metidos nas lanchas, e amarrados às linhas para o uso imediato.

As linhas – baleeiras são fabricadas do melhor cânhamo, e feitas com todo o cuidado. Tem de diâmetro três quartos de polegada, e de comprimento 120 braças; e a bordo de cada lancha se metem seis juntas umas às outras. Preso o arpão a uma ponta, o resto da linha é enroscado com toda a regularidade nos repartimentos da lancha, e a outra extremidade tem de prevenção uma aselha, para poder acrescentar-se outra porção de linhas de outra lancha, no caso de precisão.

Sabido isto, voltemos aos pescadores do nosso navio. A 23 do mês de Abril deram vista de um peixe, como vulgarmente lhe chamam. Dois marinheiros saltaram no mesmo instante para as lanchas, que em menos de um minuto estavam já na água, e foram demandá-la; e porque se descobriram mais outras Baleias, imediatamente seguiram os primeiros e mais duas lanchas para os assistir e ajudar. Primeiramente fizeram força de remos para uma planície ou ilha de gelo, junto à qual se tinham visto o animal, alongando todos a vista, ansiosa pela sua reparição, que, felizmente para o êxito da pesca, se efetuou obra de um quarto de milha mais adiante. Conservando e maior silêncio, porque estava um tempo tão sereno que se corria o risco, de com a bulha dos remos, e, ainda que hábil e mansamente agitados, espantar a Baleia; o homem do governo ordenou aos marujos que parassem, enquanto ele vogava para o animal por meio do remo especialmente empregado, nestas ocasiões, para governar em vez do leme. Mas a distância tinha sido avaliada pelo baixo, e antes que a lancha estivesse bem a tiro do arpoador, o curto espaço de tempo, que a Baleia permanece à superfície decorreu, e o animal de novo desapareceu: mas para lá da direção em que jazia, e pelo redemoinho que se ergueu quando aprofundou, os marujos ficaram aptos para a seguir sem perder muito caminho. Todavia remaram duas milhas completas antes que a Baleia surgisse à superfície: e quando ela tornou aparecer, estava a distâncias quase iguais das

três lanchas, que já a este tempo iam todas em seu seguimento, por ser a maior das Baleias, que tinham descoberto. Todas as lanchas, com ânsia da presa, se foram chegando cautelosamente, e quando uma se precipitou sobre o animal, as outras duas não ficaram a doze braças de distância.

O arpoador dardejou a sua arma com tal força, que a encravou quase até ao cepo no toucinho, e os seus companheiros, de antemão prevenidos, forçaram os remos simultaneamente para se porem fora de perigo; mas uma das outras lanchas foi menos afortunada. Na convulsiva dor causada pelo golpe, a Baleia, que era um colosso, dando meia volta em obra um segundo antes de aprofundar, com uma pancada no rabo atirou pelos ares a lancha mais próxima; e os marinheiros, remos, e aparelhos, dentro de um instante, andavam à tona da água. Acudiu-lhe imediatamente a terceira lancha, e assim ficou a primeira sem o apoio tão necessário no momento. O homem do governo içou o galhardete de sinal, e os remeiros sucessivamente foram erguendo ao alto os remos para indicar que precisão de mais linha: a Baleia no mesmo instante aprofundou, e o arpoador, posto que tinha feito uma ou duas roscas de linha à roda do bollard<sup>1</sup> para retardar mais por via de sua fricção o movimento do animal, estava receoso de ter que largar toda a linha que levava antes que lhe trouxessem mais; e a menos que se não sujeitasse à grande perda da Baleia, incorria no perigo de ser arrastado por baixo da massa de gelo, para onde o animal se acelerava com tal velocidade, que exaurindo a linha, arrastava a lancha por meio da água, abrindo um sulco, que erguia sobre as amuradas de cada banda altura suficiente para a alagar.

Do navio se avistou o sinal da primeira lancha, e o homem do quarto bradou - perigo, perigo - e os marujos das lanchas restantes, que estavam descansando, saltaram ao convés com o fato nas mãos, e logo para as lanchas, assim desprevenidos para suportar a aspereza de uma geada, que baixa o termómetro a sete graus. Os remadores iam satisfeitos para adquirir a presa, e faziam altos esforços para alcançar a primeira lancha, aos quais incitavam os urgentes e amiudados sinais de socorro; mas era necessário remar três milhas, e a grande quantidade de gelo, que de noites se formara, retardando o seu progresso, malogrou a diligência. O arpoador vendo que os seus camaradas não chegavam a tempo, e achando-se a poucas varas do perigo e que de tão perto expôs a lancha pela ânsia de não largar o peixe, foi obrigado a ceder às

---

<sup>1</sup> O Bollard é um troço de pau curto e forte, ou uma estaca, arvorada na popa da lancha para aquele fim. É tal a fricção da linha deslizando-se ao redor dele, que deita fumo e pegaria fogo, senão estivessem continuamente molhando, e á corda.

circunstâncias; e tendo pelo mesmo motivo deitado roscas de linha adicionais, à roda do bollard, para as largar quando conviesse, pegou da machada, e cortou a corda pela amurada tanto a tempo, que o ímpeto com que a lancha foi de encontro ao gelo produzido tal choque que arrojou a todos fora dos seus lugares, e os empilhou para o lado de estibordo.

Os marujos saltaram logo sobre a ilha de gelo, e tendo posto em salvo suas lanças e aparelhos, amarraram a lancha à borda com a proa bem alta para não ir a pique, esperando pelas outras. Entretanto com aquela indiferença aos perigos, que caracteriza as pessoas acostumadas a eles, se ocuparam em matar às lançadas algumas focas, a quem tinham intercetado a fuga do mar.

As lanchas, que voavam em seu auxílio, logo que deram fé de ter escapado a Baleia, de que a lancha estava arruinada, e a gente em salvamento, acharam mais acertado deixá-los nesta situação por breve tempo, e prosseguir em ajudar a captura de outra Baleia, que já tinha aferrado outra das lanchas, que primeiro se deitaram ao mar. Já esta não tinha mais linha para largar, quando chegaram mais três, e tais foram os esforços do animal para escapar, que lhes aconteceu quase o mesmo. Sobreveio a última das que estavam capazes de serviço, exatamente aquando a Baleia já exausta de forças consentia às lanchas puxarem as linhas, e acercarem-se dela. Então acometendo-a com as lanças a acabaram em menos de dez minutos.

Trataram logo de segurar a presa, passando um cabo por dois buracos feitos no rabo com a *tail-knif*, que dissemos, amarrando-o por uma ponta à proa de uma lancha. Recolhidas as linhas e tendo também cingindo as barbatanas cruzadas sobre a barriga do *peixe*, que é a parte que flutua depois de morto, ficando uma lancha de guarda à presa, até que voltassem sem para ajudar a dar-lhe reboque, se foram as outras em demanda dos companheiros refugiados na ilha do gelo.

Estes logo que se viram abandonados tentaram descobrir a direção, que levara a sua Baleia: para o que pesquisaram toda a ilha em busca de concavidades, onde a Baleia vem respirar quando não surge de novo por debaixo do gelo para água líquida; mas aquele aonde se achavam era sobejamente grosso e compacto, para que o animal pudesse quebrá-lo erguendo a cabeça para respirar, nem havia fendas ou aberturas filhas de outras causas: por consequência reconheceram que ela voltara para o mar.

Durante as suas indagações tinha variado o vento, e sobrevindo um nevoeiro, com ele se viram embaraçados, e suspeitando que não só o navio levantaria de onde estava, mas também as lanchas não poderiam vir tomá-los, o seu único recurso era

esperar que o tempo aclarasse, e o navio voltasse à mesma paragem, e mandasse por eles. A situação era horrível, podiam ficar sem alimento, e desabrigados do vento penetrante, que aumentava com violência, por um ou mais dias; e podiam finalmente perecer, se a ilha descaísse tanto, que não pudesse haver certeza dela. O oceano encapelando-se cada vez mais por causa do vento, provavelmente estalaria a massa de gelo, que eles ocupavam, e ou seriam esmagados pela concussão de uma impelidas contra as outras, ou abismados nas fendas.

Todos viram e conheceram o perigo, mas como homens já habituados aos trabalhos, não gastaram palavras em lastimá-lo. Contentaram-se em andar em contínuo movimento, correndo em diversas direções, tão longe quanto a prudência o permitia; para prevenir os fatais efeitos do frio excessivo, espreitando sempre qualquer estrondo, ou indicio, conducente ao seu resgate.

As lanchas que os iam buscar, quando o temporal se levantou, conhecendo que havia de crescer, e que na distância a que se achavam do gelo, era-lhes impossível alcançá-lo com um vento tão rijo contrário, seguiram para o navio, que estava à vista no horizonte, sabendo que em poucas horas teria de mudar de paragem.

O capitão, e o segundo contramestre, com maruja escolhida, passaram a equipar a lancha melhor, providos de todo o necessário para um ou mais dias. O navio debaixo do comando do primeiro contramestre, que sabia onde ficara a Baleia, meteu a proa a essa direção, para se aproximar à lancha que lhe ficara de guarda, porque dava tanto cuidado a gente desta como a que ficará no gelo.

Tanto daquela lancha como do navio dispararam intercaladamente tiros de espingarda, como sinais para os companheiros de que andavam perto, e iam em sua ajuda. Dentro em pouco o navio manobrado habilmente alcançou a presa, e a sua vigia e apesar de agitado das ondas receberam a gente a bordo, e levaram a Baleia a reboque, que era o que podiam fazer até que o vento amainasse.

Finalmente daí a seis horas a atmosfera estava limpa e serena. A Baleia ia então atoadada por bombordo, e segura ao navio por um aparelho, que seria inútil descrever, e que a levantava fora de água o mais que tão enorme peso permitia. Então começaram a operação de *desmanchar*. Os homens tinham sapatos guarnecidos de puas para se firmarem na superfície escorregadia da Baleia: os arpoadores, debaixo da direção de um inteligente na matéria, cortavam o toucinho em grandes peças alongadas do peso de meia até uma tonelada, que eram içadas com o competente aparelho para o convés. Os marinheiros cortavam cada uma em pedaços do tamanho de um pé cúbico, que se

atiravam para o porão provisoriamente.

Tirada toda a gordura da barriga e cortada a barbatana direita, deram volta à carcaça por meio de um aparelho seguro ao mastro de proa, e manobrado com o cabrestante, para fazerem o mesmo ao toucinho da parte superior, e à outra barbatana; e sucessivamente lhe foram tirando as beíçadas, e as barbas. Estas foram imediatamente rachadas por meio de cunhas próprias para isso (bone-wedges), compostas de cinco a dez folhas ou lâminas cada uma, e depois as arrimaram. Finalmente cortaram a longa facha de toucinho que rodeava o pescoço, a qual tinham deixado para se poder dar volta ao corpo, mas que sendo pouco a pouco desaparegada da carne, tinha ficado como uma cinta que segurava a ossada; então deixaram ir a pique os restos mutilados, até que a inchação, que acompanha a putrefacção de novo os levantasse ao lume d'água, para serem pasto dos pássaros, tubarões, e dos ursos dos gelos, podendo chegar-lhes.

Enquanto se executava esta operação, que durou quase cinco horas devido ao grande tamanho da Baleia, esperavam ter a satisfação de ver chegar o capitão com os outros companheiros, e o bote arruinado: mas como os não avistavam, o contramestre novamente pôs a proa ao nordeste, esperançado em os encontrar com brevidade, e ao mesmo tempo descobrir mais pescaria. Realizou-se esta última espetação, e dentro em poucas horas todas as lanchas estavam em nado, perseguindo as numerosas Baleias que apareciam ao largo. Aferraram mais três, e espatifaram duas antes que chegasse o comandante, que se tinha demorado na ilha de gelo pela necessidade de reparar suficientemente a lancha para suportar os mares e receber a equipagem. Felizmente o vento tinha sido norte, e como o gelo os abrigava dele, não foram muito incomodados. Os marujos estavam bons, e os foram encontrar a cento e vinte braças da margem do gelo, porque tendo-se este partido em várias porções, se tinham acolhido à maior.

Recolhidos ao navio, foi tão próspera e abundante a pesca, que precisaram proceder à necessária *separação*, que consiste em despegar do toucinho, arrimado temporariamente, toda a carne, e pele, que não produz azeite, e que o podia arruinar, embarricando-o em cascos levados para esse fim.

A cena de alvoroço e da atividade, que apresentou o navio em muitas semanas é inexplicável. À vista daquelas mantas enojosas de gordura, o fétido que saía do porão, e dos tonéis, que se destapavam para recolher o toucinho, são coisas, que não poderia suportar o estômago do homem habituado à terra: porque não obstante os maiores esforços nesta operação praticados, a maruja nunca embarrica um *peixe* sem ter outro pronto para *desmanchar*. Os mais pequenos espaços entre as cobertas estavam por isso

cheios de toucinho, e de barbas de Baleia e uma grande parte do equipamento teve de ficar algumas horas no gelo, a sotavento do qual o navio estava amarrado, enquanto a câmara de popa estava ocupada para seus trabalhos.

Em toda esta viagem o contratempo mais fatal, que experimentou o navio, foi a perda de três homens durante o prolongado trabalho para o sacar de uma grande massa enorme de gelo, onde estava embaraçado; sendo necessário abrir passagem à força de ferro e de braços. Rebocando o navio por esta abertura, uma âncora se foi pelo gelo abaixo, e nesta ocasião, os três homens de que falamos, foram muito activos, e tinham ido com perigo iminente através dos gelos alar um cabo, quando uma corrente inesperada pôs tudo em movimento – um grande pedaço foi de encontro aquele onde estavam os homens, amontoando-se com espantosa confusão, e deixando dois deles esmagados debaixo de um peso de muitos quintais.

O terceiro foi empurrado para a água; e como por efeitos do mesmo impulso tinha entalado um dente à pega da âncora, o navio foi à garra, e só passadas duas horas se pôde conseguir recolher o homem que se tinha segurado a um pedaço de gelo; por isso quando o trouxeram para bordo estava sem dar acordo de si; os vestidos, e também o cabelo, estavam empastados de gelo, e foi mister rasgá-los para lhos tirar do corpo; e posto que em consequência de incessantes socorros que se lhe applicaram por espaço de quatro ou cinco horas, recuperou os sentidos; contudo o efeito sobre o seu físico foi fatal, e morreu dois dias depois.

O navio teve que batalhar com o tempo borrascoso, e com todos os perigos da navegação pelo meio dos gelos, em circunstâncias tais, perto de dez dias; contudo felizmente escapou a todo o prejuízo grave, e conseguiu manobrar em mar livre dos gelos. Chegando-se o fim da monção, e estando o capitão satisfeito com a pesca, tendo apanhado cinco *peixes*, fez-se à vela para Inglaterra, aonde chegou a lugar seguro com uma breve viagem de pouco mais de três semanas.

## INSTRUÇÃO POPULAR

Uma observação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, bem como para combater vitoriosamente e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo.

O homem não é ligado a deveres e obrigações, senão porque é um ser moral; e não é um ser moral, senão porque é inteligente. Os deveres do homem nascem e morrem com a sua inteligência. O menino no berço não tem deveres, tal como o insensato também os não tem, assim como o bruto. Se o homem perde o uso da razão, os seus deveres cessam ou ficam no entretanto suspensos; e só renascem, quando ele recobra o seu juízo e a sua inteligência.

Para que o homem, porém, conheça e possa cumprir os seus deveres, requer-se um certo grau de cultura em suas faculdades. Sem isso, nunca ele poderá bem governar a sua casa, nem educar convenientemente os seus filhos, nem dar prudentes regulamentos e conselhos à sua família, nem prestar aos seus semelhantes os serviços que dele devem esperar, nem, finalmente, render verdadeira, razoável e digna homenagem ao seu Criador.

Comete, pois, um perigoso erro - direi mais - comete um grande crime quem se opõe a esta tão necessária e tão fácil cultura. Convém antes aconselhá-la, promovê-la, favorecê-la; convém trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma; derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade.

Mas não nos enganemos, confundindo as ideias que estas palavras exprimem.

Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade saibam ler, não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. Cumpre ter ideias mais justas da instrução que recomendamos, e dos resultados que dela pretendemos obter. O nosso fim é, tão-somente, que cada indivíduo tenha os meios de empregar, com maior proveito seu e da sociedade as faculdades que Deus lhe concedeu: que tenha os recursos de que pode precisar, em qualquer situação em que a Providência haja de o colocar.

Os meninos pobres, que frequentam as escolas elementares, tiram desde logo a grande utilidade de livrar-se da ociosidade, da distração e dissipação do espírito, dos perigos de uma vida vaga e desocupada, da inclinação para o jogo e dos folguedos tumultuosos daquela idade. Ao mesmo tempo vão contraindo o hábito da aplicação, da ordem, da obediência, do amor do trabalho, da piedade e da recíproca afeição de uns para com os outros, etc.

Além disso: a simples instrução de ler, escrever e contar, desenvolve, pouco ou muito, nos meninos as suas faculdades e dá-lhes um certo grau de cultura moral. Os homens, que têm aprendido aquelas artes, ainda quando em toda a sua vida não abram um só livro, sempre serão mais inteligentes, mais dóceis, mais razoáveis e, conseqüentemente, melhores e mais hábeis oficiais de seus ofícios do que aqueles, cujas faculdades se têm conservado como entorpecidas no meio da grosseira e estúpida ignorância.

Ultimamente, se alguns destes meninos pobres saírem das escolas com uma grande e bem determinada propensão para os livros e para os estudos, o que, certamente, se não verificará na maior parte, nem por isso a sociedade perderá. Muitos homens se têm colocado por este modo numa ordem superior à sua primeira condição e têm feito relevantes serviços às ciências, às artes, aos estados e à humanidade. Quanto mais, que há livros, cuja leitura é sempre boa e útil, e talvez, necessária em qualquer situação ou estado do homem. Os meninos que frequentam as escolas, aprendendo bem o seu catecismo, dão o primeiro passo para o amor da religião; depois de grandes lerão com gosto e utilidade o divino Evangelho... prouvera a Deus, que todos gastassem nesta admirável lição uma hora de cada dia! Outros lerão, também com fruto, as obrinhas elementares e populares, que tratam de seus ofícios, artes e misteres. O hábito destas leituras influi pouco a pouco nos costumes e é um dos meios de evitar os vícios, que acompanham a ociosidade. Tais são os resultados da primeira instrução. Temos visto pessoas, aliás sensatas, rezear e reprovar a propagação do ensino popular por um bem estranho motivo. Dá educação (dizem eles) ao filho de um artífice, de um agricultor: ele deixará logo a profissão de seu pai. - Quando a instrução se fizer comum, ninguém quererá exercer ofícios humildes e laboriosos.

Parece, na verdade, incrível que haja homens tão pouco reflexivos, ou tão preocupados, que deem peso a tão fútil objeção.

Se um homem rico (por exemplo) chamar a sua casa o filho do seu quinteiro, ou de um oficial pobre, o mandar educar com seus próprios filhos, o fizer trajar vestidos ricos e preciosos, lhe fizer aprender as línguas sábias e as artes de luxo, parece natural que o menino venha com o tempo a desdenhar do estado, da vida, do ofício de seu pai; que lhe seja penoso e repugnante lançar mão ao arado, à enxada, ao machado; que senão julgue igual, mas superior aos seus vizinhos; até que venha a desejar e a pretender empregos.

Mas se aquele homem rico tiver uma generosidade mais ilustrada; se, em lugar de dar ao menino pobre uma educação brilhante, mas perigosa, estabelecer na sua aldeia uma escola elementar, a que possam concorrer todos os meninos pobres, e onde se não ensinem estudos alguns supérfluos, por certo que todos os meninos que a frequentarem, receberão aí princípios religiosos, ideias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes; todos aprenderão a ler, escrever e contar. Todos saberão bem o seu catecismo, e respeitarão as obrigações religiosas, civis, e domésticas; nada os excitará a abandonar, ainda menos a desprezar o ofício de seus pais. Nada concorrerá para alterar essa igualdade, que se deseja conservada: enfim, não haverá na aldeia senão uma única diferença — que os seus habitantes serão mais inteligentes, e menos ociosos, que terão mais juízo e mais probidade, que valerão, conseqüentemente, um pouco mais que dantes.

## HOMERO

Escassas notícias temos acerca da literatura grega dos tempos anteriores a Homero, e até essas são mais conjeturas do que memórias certas. É verdade que existem fragmentos atribuídos a Orfeu: mas estes, além de duvidosos, são bastante diminutos. O que parece indubitável é que Homero não foi o primeiro poeta da Grécia. A parte externa da *Ilíada* e da *Odisseia*, isto é, o estilo e o ritmo, ou versificação, é muito perfeita para supormos que Homero fosse o seu inventor. Entretanto nada chegou até aos nossos dias, desses tempos remotos: e é no poeta de Esmirna que principia a história literária dos gregos.

Homero viveu ou oito séculos antes da era vulgar como quer Barthelemy, ou dez como pretende Pope: quanto à sua pátria, sete cidades da Grécia disputaram entre si a glória de lhe ter dado o berço. Para os modernos a questão ainda pende entre a ilha de Chios e a cidade de Esmirna, mas a crença mais seguida dá a palma a esta última.

A *Ilíada*, que é o principal poema de Homero, tem por objeto a época mais importante da guerra de Tróia, que, verdadeira ou fabulada, dizem haver durado dez anos. Ofendido Aquiles por Agamenon, recusa combater com os troianos, e por sua falta estes levam a melhora dos gregos, que chegam finalmente a verem-se nos últimos transe de vencimento. Então Pátroclo, o amigo íntimo de Aquiles, pede a este permissão para, revestido das armas do herói, combater Heitor, o mais valente dos troianos. Pátroclo é morto na batalha, e Aquiles enfurecido voa ao campo de peleja, vence e mata Heitor: - arrasta-lhe o cadáver à roda dos muros da cidade, e entrega-o por fim ao rei Priamo, que, banhado em lágrimas, lhe vem pedir o corpo de seu filho. O poema termina com o funeral de Pátroclo.

Tal é a matéria da *Ilíada*, desse quadro majestoso das ideias, da ciência, dos costumes, e da crença dos tempos primitivos da Grécia. A rudeza da maior parte dos objetos, nele traçados, desajeita-se geralmente ao nosso modo de pensar atual, pelo mesmo motivo que Ulisses ou Agamenon seriam péssimos generais em um exército moderno, e que a força prodigiosa dos heróis da *Ilíada* fora de bem pouco momento contra um mosquete, ou uma peça de artilharia. No poema grego, os homens aparecem como são naturalmente, e não como a natureza os tem modificado: ali, as paixões ainda não são hipócritas, nem o valor fictício: os guerreiros insultam-se uns aos outros com uma sinceridade selvagem, e o mais débil, fugindo ante o mais forte confessa-lhe a superioridade. Quanto ao mérito poético da *Ilíada*, a opinião de mais de vinte e cinco

séculos confirmou Homero na posse de um distintíssimo lugar entre os poetas históricos. A brevidade, de que necessitamos, não nos permite dar aqui um juízo acerca dele, e além disso, a poesia sente-se melhor do que se julga. Na falta de uma tradução portuguesa da *Ilíada*, de que não temos senão o primeiro livro pessimamente vertido, aconselhamos aos que entenderem Italiano a leitura da versão de Monti, o primeiro tradutor que, em uma língua do meio-dia da Europa, soube mostrar-nos o que era Homero. Das traduções francesas, que conhecemos, a melhor é a de Bitaubé.

Crê-se que a *Odisseia* foi composta por Homero no último quartel da vida. Ele havia peregrinado muito, e por isso tinha notícia das fábulas, da história, e dos costumes de vários povos: os velhos gostam de contar o que viram, ou por tradição souberam; e este desejo natural foi quem provavelmente produziu a *Odisseia*, poema cuja variedade excede muito a da *Ilíada*, mas que, fruto de uma imaginação cansada, é lânguido e mal traçado. O seu objeto são as viagens de Ulisses depois do cerco de Troia, e os seus extraordinários casos, dos quais alguns são no género de *Palmeirim de Inglaterra*, e outros no gosto das *Mil e uma noites* e dos mais contos arábios. Salvini e Pindemonti a traduziram em italiano. A tradução do primeiro, que também verteu a *Ilíada*, é muito inferior á do segundo, e muitíssimo á francesa de Bitaubé, de quem já havemos falado.

Além da *Ilíada* e da *Odisseia*, grande número de poesias se atribuem a Homero, das quais umas existem, outras inteiramente se perderam; mas há muito quem assevere que Homero nada mais compôs do que a *Ilíada* e a *Odisseia*. Destes poemas duvidosos resta-nos a *Batracomiomaquia* ou *guerra das rãs e ratos*, os *hinos* e os *epigramas*; perderam-se o *Margites*, o *Cercopes*, a *Destruição de Oechalia*, as *Cípricas*, e outras obras, de que fazem menção vários escritores antigos.

As obras de Homero imprimiram-se pela primeira vez, no original, em Florença (1488): antes disso havia aparecido, em 1474, uma versão latina da *Ilíada*: depois as edições multiplicaram, e talvez hoje o seu número exceda o de 200. Tal é a avidez, com que em tantos séculos se têm lido os cantos do grande poeta grego.

## DESCRIÇÃO DE MACAU

OS PRIMEIROS objetos que sucessivamente se oferecem à curiosidade do navegante, quando demanda o porto de Macau, são uma bateria portuguesa (que, sobranceira aos rochedos e ao mar, domina toda a cidade), e o convento da Guia, notável por suas altas muralhas, e copadas árvores, as únicas destes sítios. Por cima da Guia, no cume da rocha, se eleva outro mosteiro; e pela encosta da colina vêm descendo as casas de Macau, à maneira de degraus, até o mar, que lambe os alicerces das derradeiras. Ocupa a nossa colónia um retalho de solo ingrato, e tão limitado, que no espaço de duas horas pode ser visto, situado na ponta oriental da ilha de Negao-Men, a qual tem dez léguas de comprimento, e é a maior do arquipélago, em cujo golfo desagua o Tigre, rio de Cantão.

Quando o imperador chim Khang-Hi, no meado do 16.º século, querendo remunerar os serviços prestados pelos nossos compatriotas contra os piratas, que infestavam estes mares, lhes deixou pôr pé naquela pequena parte dos seus estados, combinou as coisas de modo, que desta concessão jamais resultasse proveito aos fundadores da colónia, nem perigo ao continente. Se lhes concedesse uma ilha inteira, por mais pequena e estéril que fosse, estabelecidas fortificações nos pontos eminentes, e com o auxílio de uma pequena frota, assenhorar-se-iam das fauces do Tigre, constrangeriam os armadores de Cantão a pagar-lhes resgates, e dariam leis a toda a costa meridional. Para isto não acontecer, formaram os chins uma linha de demarcação numa espécie de istmo muito estreito, e todo o Português que a ultrapassava, depois de maltratado pela povoação chim, era levado à presença dos mandarins, e se não podia remir-se a peso de ouro, sofria o suplício da canga, ou ia parar a um cárcere. Os chins pelo contrário entravam livremente pelo nosso território.

Apesar de todos os obstáculos, Macau, fundada numa época em que Portugal tinha um formidável poderio, em breve se fez florescente, e rica. Cobrem-se os escalvados rochedos de opulentas casas; edificam-se nas alturas conventos guarnecidos de ameias, e um paço episcopal recheado de artilharia; e sobre as areias da praia, havia pouco deserta, já se divisam um cais, e amplos armazéns.

Dois séculos durou este estado próspero, que diversas causas destruíram: a primeira foi o franquear-se a entrada dos portos da China aos navios Holandeses e Ingleses, alternadamente dominadores dos mares da Índia. Assim que eles foram admitidos em Cantão e lhes foi permitido ancorarem no porto da Typa, e na enseada de

Wampoa, perdeu o nosso estabelecimento quase toda a sua importância como empório e como posição marítima.

Foi a segunda causa da decadência, força é confessá-lo, o terem os senhores da colónia, tão fortes quando Vasco da Gama, e Albuquerque os capitaneava, contraído em tempos de paz e de prosperidade, hábitos de indolência e de fraqueza. Vendo nos chins homens laboriosos e inteligentes, concederam-lhes plena confiança, e entregaram-lhes a direção de quase todos os negócios. Como se divulgasse este bom agasalho, veio acolher-se ao estabelecimento europeu a relé mais viciosa, e falta de probidade de toda a China, e os novos colonos absorveram pouco a pouco o núcleo português, já adulterado pelo perpétuo encruzamento das raças.

Esta população turbulenta, assim introduzida em Macau, foi dócil e útil enquanto a guarnição europeia a conteve nos limites da obediência; porém assim que perdemos a nossa preponderância na Índia, e não pudemos enviar para a colónia senão cipais, comandados por oficiais mestiços, aquela gente mais numerosa, mais ativa, e mais intrépida do que a que se lhe devia opor, revoltando-se por diferentes vezes, chegou a introduzir-se na cidade, e a apoderar-se das fortalezas. Então os senhores de Macau conheceram senhores: o menor pretexto basta para os chineses se amotinarem, revolverem a feitoria, e roubarem as casas dos ricos europeus. Isto os obrigou a invocarem a justiça indígena contra aqueles importunos hóspedes; porém os mandarins, que foram chamados a Macau, tais ardis têm usado desde então, que o governador da colónia é hoje um agente passivo das suas vontades. Uma ordem deste funcionário asiático pode de um dia para o outro fechar a barra; toda a mercadoria que se embarca lhe paga um direito: e sem permissão sua não se assenta uma só pedra nas paredes de um edifício novo. Nem sempre o mandarim emprega a influência direta para levar a efeito seus propósitos; a maioria das vezes serve-se de meios indirectos. Se quer, por exemplo, fechar o porto, transmite as suas ordens, não aos portugueses ou aos seus chefes, mas aos chineses, que está autorizado para punir, e proibir todos os pilotos que vão buscar as embarcações ao mar alto; sequer lançar uma contribuição sobre os prédios que se estão edificando, ordena aos obreiros que exijam a taxa como argumento de salário; e se acaso os nossos quisessem opor a força à malícia, o mandarim interceptaria a passagem dos mantimentos para Macau, e instigaria contra os europeus a plebe, prometendo-lhe a impunidade.

Quatro fortalezas defendem Macau. Numa delas, que tem uma cisterna, quatro fontes de água nativa, e casamatas e quartéis para 1.000 homens, existiam ainda em 1829, época a que se refere esta descrição, quarenta peças de artilharia. A outra mais pequena, e provida de trinta peças, tem também uma fonte inexaurível, porém não pode acomodar senão 300 soldados. Estas duas fortificações, colocadas nas maiores alturas da ilha, dominam todo o território, e apesar disso não podem resistir á má vontade, e à astúcia dos mandarins, porque se hoje trovejasse a artilharia, começariam amanhã a sentir os macaístas os rigores da fome.

Com ser tão acanhado o território da colónia, não deixa de conter, além da catedral e do acastelado convento da Guia, residência do bispo, e dos doze cónegos seus vigários, umas dez igrejas ou conventos de religiosos de ambos os sexos, assim como três hospitais civis ou militares.

Ao descer da cidade alta para as praias avistam-se de tempos a tempos, nos sítios mais ermos, as latadas de flores, e os alvejantes túmulos dos cemitérios chins.

As ruas de Macau, próximas ao mar, são estreitas, tortuosas, e sujas, porém não tão imundas como eram antes de os chineses introduzirem na cidade certo espírito de ordem e asseio, que sempre os acompanha.

As casas, feitas de pedra, e caiadas por fora, têm uma aparência de regularidade e de riqueza. Os armazéns, os depósitos das alfândegas, e os mercados são cobertos, e lavados de ares; porém o que principalmente enleva os olhos é a estudada disposição das fazendas, que os chineses expõem à venda do modo mais próprio para realçar o seu valor, e para despertarem nos viandantes os desejos de comprá-las, os quais, se não usam das mais minuciosas precauções, quando pensam ter feito excelentes compras, acham o seu dinheiro convertido em coisas de nenhuma valia, pois ninguém leva a palma aos chineses na arte de tirar dinheiro aos estrangeiros por meios fraudulentos.

O mais notável objecto de Macau, pela natureza das recordações que excita, é a gruta de um rochedo, em cujo cimo tinha o residente inglês feito construir um pavilhão ou mirante, de onde se descobre a enseada, e parte do porto de Typa, povoado de batéis toldados de palha entrançada, de barcas que conduzem sal para Cantão, e dos juncos de guerra, em cujos mastros, curtos e grossos, tremulam bandeirolas de vinte cores diversas, dispostas em duas fileiras em torno do junco almirante, distinto pelo pavilhão amarelo, ornado de dois bastões de mandarim.

No côncavo deste rochedo, que forma como uma arcada de paredes quase a pino, inflamado no mais puro amor da pátria, compôs o nosso insigne Luís de Camões parte do imortal poema dos *Lusíadas*, único tesouro salvo por ele do furor das ondas, e o mais perdurável monumento dos heróicos feitos dos seus compatriotas. Para aqui se retirava o amante infeliz, o guerreiro intrépido e desvalido, o poeta filósofo e esquecido, o viajante observador e naufrago, o homem, finalmente, cuja glória só podia ser igualada pelas suas desventuras; que não movido de prémio vil, mas prevendo de muito longe que a sua lira seria mais afamada que ditosa, ergueu até às estrelas o pregão do ninho seu paterno, e confiando somente na justiça da posteridade, expirou com a pátria, ao anunciarem-lhe o fatal êxito da batalha de Alcácer Quibir. Aí porventura saudades da sua Natércia vieram provocar as lágrimas do homem afeito a contemplar impassível o espectáculo das peijas, e a suportar resignado o peso do infortúnio. Ainda hoje quando o forasteiro examina o interior do rochedo, todos os objectos que divisa lhe infundem tão religioso respeito, como se a alma do grande poeta jamais se houvesse apartado da lapa, confidente dos seus Íntimos pensamentos.

Compunha-se o governo português de Macau dum governador, nomeado para exercer este cargo por três anos, o qual tomava o título pomposo de capitão general, e comandava uma guarnição de 400 homens; e do desembargador ou juiz civil, que exercia cumulativamente as funções de chefe da alfândega, e administrava os bens vagos, e os fundos legados aos estabelecimentos pios. Depois deste lugar, muito cobiçado e rendoso, seguia-se o bispo, director do clero, e das missões. Além destas autoridades, uma espécie de câmara municipal composta de sete vereadores, escolhidos de entre os mais ricos negociantes da colónia com o título vanglorioso de - *augusto senado de Macau* -, regulava os poucos negócios concernentes à cidade.

Toda a guarnição de Macau, consiste em 200 cipais, e igual número de milicianos, empregados em patrulhar de noite: os soldados andam armados de paus, e só aos oficiais é permitido trazerem espadas de que não podem fazer uso contra um chim. Quando qualquer indivíduo desta nação é preso, mesmo em flagrante delito, deve de ser tratado com certo melindre, e ai do soldado, que voluntária ou involuntariamente matasse algum, porque seria reclamado pelo mandarim, e por sua ordem enforcado na praça, à vista da guarnição formada, mas se o chim fosse o homicida uma multa paga ao mandarim, o absolveria provavelmente de toda a culpa e pena. Por ocasião de tais execuções recebem os magnatas chins as salvas das fortalezas ao entrarem na praça, e quando dela se retiram.

Macau, português no nome, é quase inteiramente habitada pelos súbditos do imperador da China. Destes, vinte e cinco mil moram na cidade, e cinco mil nos campos ou *locas*; e como a população total se julga ser de trinta e quatro mil almas, segue-se que andarás por quatro mil o número dos portugueses, se é que este nome se pode dar a uma raça mista, composta de sangue europeu, índio, chim, e até cafre, reputada na China inferior aos chineses, e na Índia aos índios, ainda tão soberba como nos dias prósperos, pois crê aviltar-se exercendo certos misteres, que exigem trabalho manual, ao mesmo tempo que não se peja de estender a mão para receber esmolas. Todavia estes entes, tão degenerados quanto às qualidades morais, têm conservado melhor as físicas, porquanto são robustos, airosos, e de elevada estatura. Mais ou menos morenos, todos têm, em geral, feições regulares, e olhos negros e expressivos.

Outro tanto não pôde dizer-se das mestiças de Macau, às quais a tez amarela, os narizes chatos, as enormes bocas, arruinadas pelo uso dos cachimbos, os olhos sem brilho, os cabelos encrespados, e o mau feitio das testas desfeiam muitíssimo. Apesar destes defeitos, quando elas transitam pelas ruas, com metade do rosto oculto nas mantilhas transparentes, arrastando as chinelinhas de marroquim salpicado de diversas cores, e com os roupões apertados com uma tanga, graças a este traje desusado, não deixam de agradar aos recém-chegados. A maior parte destas mulheres, e as mais bonitas, são as que provém da união dos chins e dos europeus. Dão-lhe o nome de *chinas-portuguesas*, e têm fama de peritas na arte de preparar o ópio, e de ministrá-lo aos fumantes. Era o ópio noutra tempo o mais lucrativo ramo de negócio de Macau, donde passava por contrabando para Cantão; mas hoje que as autoridades chinesas têm tomado precauções contra a sua introdução no território do império, reduzem-se os recursos de Macau a um pequeno comércio de cabotagem com Toaram, Saigão, Singapura e Filipinas.

Finalmente, como povo neutro entre os portugueses e os chineses, existe um pequeno núcleo de negociantes europeus, insignificantes em número, mas influentes por sua posição, e em atenção às nações a que pertencem. A China não ignora, que não ofenderia impunemente os ingleses, americanos, franceses e holandeses; e se os não ama, respeita-os ao menos. O forte do seu comércio é em Cantão, porém como o governo desta cidade os não consente ali depois da compra do chá, estabelecem-se ordinariamente com as suas famílias em Macau, onde tem feito edificar elegantes habitações.

## **A MORTA VIAJANDO**

— Pietro de Valle, viajante italiano de extrema ousadia, o qual viveu no século 17, e nos deixou uma interessante relação de muitas regiões do Oriente pouco frequentadas de europeus, casou, quando estava na Síria, com uma formosa rapariga cristã, natural da Mesopotâmia. Posto que muito moça e delicada, a bela *Giserida* acompanhava o peregrino italiano por toda a parte e até estava a seu lado numa batalha, em que ele combateu como oficial no exército dos persas. Uma prematura morte a separou do marido que escolhera, estando a ponto de partirem ambos para a Índia; porém ele levou consigo o cadáver da defunta, para o que o meteu em um ataúde, que pôs a bordo de um navio em que ia, e o depositou no camarote aonde dormia. Durante quatro anos foi este caixão o inseparável companheiro de Pietro de Valle nas suas longas e arriscadas peregrinações, tanto por mar como por terra, e no fim deste período, o viajante, chegando a Roma sua pátria, o depositou no carneiro de seus nobres antepassados, recitando ele mesmo uma eloquente oração fúnebre, em que relatou a vida e aventuras extraordinárias de sua extinta esposa.

## ROMA



*Vista de Roma e do Tibre do lado da ponte de S. Angelo.*

*Aspecto geral da cidade – o Tibre – a Porta de S. Paulo – a Pirâmide de Céstio.*

*<sup>1</sup>OH ROMA! – Oh meu país! – Cidade santa!  
Órfãos de coração que a ti não cheguem,  
Mãe solitária de florentes reinos.  
Que hão passado na terra: – Oh, dentro na alma  
Ao consolo cerrada, esses, que julguem  
Suas misérias vís junto a teus restos,  
Que montam males do homem? – Venha e escute  
O mocho, e veja o fúnebre cipreste,  
E abra caminho, tropeçando em rachas  
E do trono e do templo, o que se queixa  
Das rápidas angústias de um só dia:  
A i jaz a seus pés um mando frágil,  
Como este barro que reveste o homem!*

---

<sup>1</sup> Embora o presente poema não seja de Alexandre Herculano, decidimos mantê-lo, porque contextualiza o texto do Diretor de “O Panorama” sobre a Cidade Eterna.

*Nobre das nações! Ela aqui pousa,  
Sem coroa, sem prole, e em mudas anciãs:  
Urna vazia tem nas mãos mirradas,  
Cujo pó sacro foi disperso há muito.  
Já não existem cinzas no moimento  
Dos Scipioes – e os túmulos lá jazem  
E heróis, os donos seus, não dormem neles!  
E tu correrás sempre, oh velho Tibre,  
Por este ermo de mármore? Vem, surge,  
Com as turvas águas vela-lhe as desditas.*

*Foi o Godo, e o Cristão, e o tempo, e a guerra,  
E dilúvios, e chamas, que humildaram  
Dos sete montes a cidade altiva.  
Astros de sua glória hão-se obumbrado  
Um por um – e ela o viu – e viu subirem  
Bárbaros reis esse íngreme caminho  
Por onde o carro triunfal buscava  
O Capitolio: – se sem deixar vestígio,  
A torre, e o templo baqueou por terra.*

BYRON – C. Harold

Não pode com exatidão dizer-se da moderna Roma, que está colocada sobre sete outeiros, como a antiga cidade; atualmente apenas são habitados os dois terços do espaço, que fecham as muralhas existentes; e o distrito mais copioso em povoação é onde antigamente estava a planície descoberta, chamada - *O Campo de Marte*. - Para outros lados, a parte de Roma velha mais populosa parece hoje uma paisagem: dir-se-ia que a cidade como que resvalara dos seus sete outeiros para o terreno baixo. Ainda mesmo na superfície da sua localidade tem havido considerável alteração; nos vales o solo tem-se erguido nada menos de catorze a quinze pés, como distintamente se observa em o Fórum, onde é grande a altura acima do antigo nível, devida em parte à acumulação de terra e entulho acarretado pelas enxurradas e principalmente ocasionada, como se julga com razão, pela demolição dos antigos edifícios, e prática dominante de levantar construções novas sobre as prostradas ruínas. Anteriormente subia-se ao pórtico de Panteão, no Campo de Marte, por sete degraus; hoje unicamente restam dois acima da superfície; elevação insignificante comparada com a acumulação no Fórum, e em outras partes, mas que é notável por ser quase inteiramente obra progressiva do tempo e da natureza, independentemente dos ataques hostis dos bárbaros, e da violência doméstica dos próprios Romanos.

O vigiante, que tiver desejo de gozar a vista completa dos sete outeiros, suba à sumidade do Palácio Senatório, no Capitólio, e dali estará sobranceiro a um prospeto, que em interesse não tem rival no mundo. As feições naturais do país em si mesmas são formosas, e ainda a quem ignorasse a história de Roma, o especto das ruínas prenderia a atenção. Distingue-se os sete outeiros perfeitamente, porém não estão os seus confins tão assinalados como antigamente, por causa das acumulações de terreno em os vales, que já mencionamos. Deste ponto observa o espectador à primeira vista que Roma não ocupa exatamente o mesmo terreno, que em outras eras ocupava: com efeito, tem-se estendido para o lado do norte, e o *Campo de Marte*, que em os tempos de Augusto que era um espaço descoberto, encerra presentemente a porção mais populosa da cidade moderna: Dos sete outeiros, o Capitólio, o Vimial, e o Quirinal, estão parcialmente ocupados com edifícios modernos; o Esquilino, o Célio, e o Aventino, pela maior parte, são cobertos de jardins. Na verdade, que os dois últimos parecem mais pertencerem a um país desamparado pelos habitantes do que fazerem parte da área compreendida pelas muralhas de uma cidade. O Aventino nunca teve muitos edifícios: Virgílio lhe deu realce e interesse poético, pondo ali a caverna de Caco, espécie de monstro de raça humana, que roubava os gados da vizinhança; numerando-se entre as façanhas de Hércules o seu descobrimento e castigo. «Seriamente nos informaram (diz um escritor recente) que esta gruta ainda existia no lado escarpado do Aventino, que pende sobre o Tibre; e alguns de nossos infatigáveis amigos quiseram tomar o trabalho de engatinhar entre os silvedos, e espinhais, que guarnecem aquela riba perpendicular, com risco iminente de quebrarem os ossos, e estrago efetivo dos vestidos; e posto que acharam concavidade em abundância, nenhuma era capaz de recolher um boi só, ou de ser por excesso de favor honrada com o nome de caverna, como o asilo de Caco, que segundo me consta, permanece incógnito até o presente.»

A solidão do Palatino é uma das coisas dignas de observação. «Este monte (diz Mr. Forsyth) que originariamente abrangeu todos os Romanos, e depois não bastou para acomodação de um tirano, é agora habitado por meia dúzia de frades. Eu o corri todo, e não encontrei seis pessoas numa superfície, onde outrora se reuniam as jerarquias de Roma, e da Itália. A *vila* (quinta, ou casa de campo) de Rafael, a de Farnesio os pombais e viveiros de Miguel Ângelo, vão caindo no mesmo abandono do palácio imperial, que em suas rotas arcadas guarnece o monte.» Porém falar destas, e das antigas ruínas da cidade por excelência, não cabe nos limites do nosso artigo, quando para as tratar, ainda sucintamente, não bastaria um arrazoado volume.

«Ainda que Roma, vista por dentro (empregaremos palavras do eloquente Chateaubriand), se pareça hoje com a maior parte das cidades europeias, todavia conserva certo carácter particular: nenhuma das outras apresenta igual mistura de arquitetura e de ruínas, desde o Panteão d'Agripa até às muralhas góticas de Belisário, dos monumentos transportados de Alexandria até o zimbório erguido por Miguel Ângelo, A beleza das mulheres também é outra qualidade distintiva: na figura, no andar fazem lembrar as Clélias e as Cornélias; a imaginação as tomaria por estátuas antigas de Juno ou de Pallas, que apeadas dos pedestais, animando-se, passeassem ao redor de seus templos. Além do que, neste povo se acha uma certa cor de carnes, a que os pintores chamam *colorido histórico*. Nada mais natural do que os homens, cujos antepassados figuravam com tanta grandeza na terra, serviam de tipo aos Rafaelis, e Domenichinos, para representarem as personagens da história».

«Outra singularidade de Roma são os rebanhos de cabras, e mais ainda as juntas de bois corpulentos, que se topam deitados ao pé dos obeliscos egípcios, entre os destroços do Foro, e debaixo dos arcos, que davam passagem ao triunfador romano para esse Capitólio, a que Cícero chamava o *conselho público do universo*».

«Ao motim ordinário das grandes cidades acresce o murmúrio das águas, que se ouve em toda a parte, como se fosse ao pé das fontes de Bandúsia e de Egéria. Do alto das colinas compreendidas no recinto de Roma, e da extremidade de algumas ruas, descobre-se a campina em perspectiva, fazendo esta mistura da cidade com os campos efeito bastante pitoresco. De inverno, os telhados das casas estão cobertos de erva, quase como os tetos de colmo dos nossos camponeses».

«Todas estas diversas circunstâncias contribuem para dar a Roma tal ou qual aparência rústica, que nos faz lembrar que os seus primeiros ditadores guiavam o arado, que ela deveu o império do mundo a estes agricultores, e que o maior de seus poetas se não desprezou de ensinar a arte de Hesíodo aos descendentes de Rómulo.

«O Tibre, que banha esta grande cidade, companheiro da sua glória, tem tido um bem singular destino. Passa por um canto de Roma, como se nada fosse; nem para ele olham, nem dele falam, nem lhe bebem água, que só as mulheres empregam para lavar: esquiva-se furtivamente através de casas ridículas, que o encobrem, e corre a precipitar-se no mar, como envergonhado desse chamar hoje *il Tevere*.»

A sua largura no sítio da ponte de Santo Ângelo, que representa a nossa primeira gravura, anda por 315 pés; e onde a corrente é dividida pela ilha terá uns 450. Contudo não é tão casual, que possa entrar na ordem dos grandes rios.

O Tibre, ainda abaixo de Roma, é de navegação difícil, por causa dos baixios, que lhe embaraçam a corrente. Um barco de vapor, que anda entre a capital e Fiumicino, distância de quase dezasseis milhas, gasta de ordinário cinco ou seis horas na passagem: e é o necessário advertir que se não fosse o auxílio de búfalos, que o puxam da margem, teria muitas ocasiões de ficar em seco até à próxima estação das chuvas. As embarcações comuns gastam três dias em subir o Tibre até Roma, sendo rebocadas sempre pelos mesmos animais. Uma casta de faluas genovesas sobem carregadas de trigo, e trazem de retorno trapos, que usam como estrume para as laranjeiras, e a pedra chamada *puzolana*, que (diz Mr. Simond) consiste a principal exportação de Roma, depois das indulgências. A velocidade da corrente do rio pode avaliar-se refletindo em que deposita o saibro mais grosso a trinta milhas acima da cidade e a doze milhas o mais miúdo, e dali prossegue para o mar acarretando só uma areia muito fina amarelada, que comunica as suas águas a cor particular, que os Poetas chamam dourada, e os viajantes barrenta. Não obstante isso estas águas gozaram de grande reputação por suas qualidades salutíferas e agradáveis: o Papa Paulo 3.º constantemente levava provimento da água do Tibre nas suas mais longas jornadas; e o seu predecessor, Clemente 7.º também se proveu dela, por ordem do seu Médico, quando veio a Marselha celebrar o matrimónio de sua sobrinha Catarina de Medicis com o irmão do Delfim, depois Henrique 2.º de França.

O Tibre é muito sujeito a cheias, que lhes engrossam a corrente, e lhe aumentam a velocidade; os sítios mais baixos da cidade são por isso muito a miúdos inundados. Simond, escrevendo de Roma em Janeiro de 1818, diz: «O Tibre tem subido muito e a baixa da cidade está alagada; mas nada é comparável com as inundações, que estão consignadas em duas colunas no porto de Ripetta. A marca de uma delas está a dezoito pés acima do nível das ruas contíguas, e se atendermos à rapidez da corrente, uma boa porção da cidade devia ter estado em perigo iminente de ser arrastada pelas águas.» Em 1819 o Panteão foi inundado: o que não é raro, porque está próximo ao rio, com o qual tem comunicação o cano de despejo para a água da chuva, que cai pela claraboia.

Com efeito, as inundações do Tibre foram uma das causas, que concorreram para destruir muitos dos monumentos de Roma na Idade Média: há memória de uma em 1345, entre as calamidades desses tempos, em que somente os cimos dos outeiros ficaram fora de água, e todas as baixas se converteram num lago por espaços de oito dias. De outras fazem menção os escritores antigos; e Tácito fala de um projeto debatido no senado, no ano 15.º da era de Cristo, para se mudarem os leitos de algumas ribeiras

que desaguam no Tibre, e que não foi a efeito em consequência das representações de varias cidades, que mandaram deputados e oporem-se, parte com o fundamento de serem prejudicados seus interesses locais, e parte por um sentimento de superstição, que os compelia a argumentarem *que a natureza tinha assinalado aos rios seus cursos próprios*, e outras razões de igual jaez. Aureliano tentou por termo aos danos procedentes da irregularidade do rio, alteando-lhe as margens, e desentulhando o álveo. Contudo os depósitos, que resultam destas frequentes inundações, grandemente contribuíram para a vasta acumulação de terreno, que levantou a superfície da moderna Roma a muitos pés acima do antigo nível; e deste modo o próprio mal veio a servir de remédio para uma extensão parcial. Ainda que a cidade moderna é menos acessível aos ataques do rio, sempre as inundações são origem da insalubridade daqueles sítios por onde se estendem: depois que as águas se retiram, os subterrâneos, e lojas, ficam cheios de um depósito lodoso, e as paredes cospem todas com a salsugem. Depois de inundações de 1702, que foi das mais graves, o Médico do Papa obteve ordem para remover todo o lodo, e a consequência foi que as febres intermitentes foram por alguns anos menos frequentes do que até ali. Todavia o clima de Roma é doentio, principalmente de julho até outubro, e muito mais funesto para os estrangeiros.

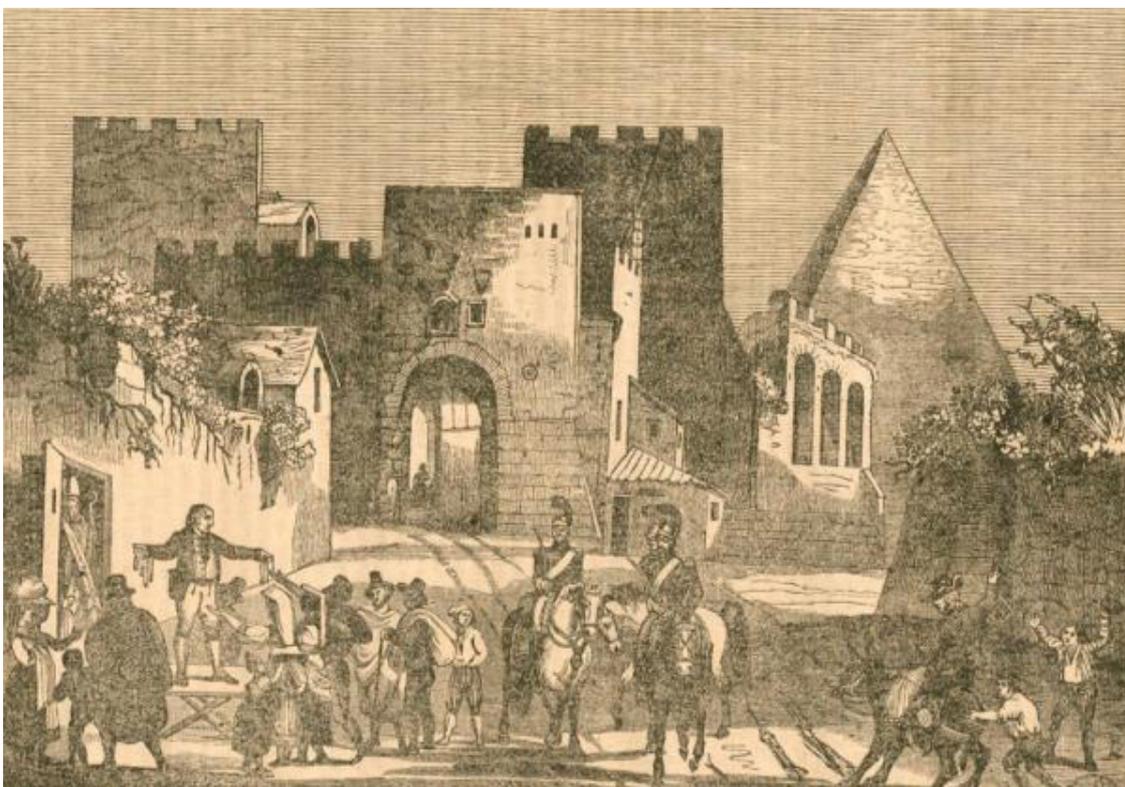
O circuito das atuais muralhas de Roma correspondem proximamente ao das muralhas de Aureliano, ainda que muito pouco resta da obra deste Imperador. O Doutor Burton as rodeou com três horas e dez minutos de onde conclui que a circunferência não excede as treze milhas.

As portas de Roma são presentemente dezasseis em número, e doze estão abertas. A muralha de Rómulo só tinha três, ou quatro; a de Sérvio tinha sete; e no tempo de Plínio, isto é, pelo meado do primeiro século, não tinha a cidade menos de trinta e sete portas: seus nomes, e situações, são objeto de muita contestação entre os antiquários.

Das que estão atualmente abertas quatro dão para o lado Toscano, ou do nordeste de Roma, sendo a principal a *Porta del Popolo*, que pouco mais ou menos corresponde à *Porta Flamínia*, e é por onde entra quem vem de Florença: as outras oito dão para o lado Latino, ou do Sudoeste da cidade; e uma delas é a *Porta de S. Paulo*, que representa a nossa segunda gravura.

Esta, que julgam corresponder à antiga *Porta Ostiensis*, é notável, não tanto pelo que é em si mesma, como pelos interessantes objectos, que lhe são contíguos. O mais digno de atenção é a pirâmide de Céstio, momento único do seu género, que há em

Roma. Parte fica dentro, parte fora do recinto da cidade, porque Aureliano fez passar a nova linha das suas muralhas exactamente pelo meio dele. Sua base é um quadrado, que tem de cada lado noventa e seis pés de comprimento, e a altura é de cento e vinte e um pés. É construída de tijolos e lajeada exteriormente de mármore, que o tempo tem denegrido.



*Vista do interior da Porta de S. Paulo.*

Uma porta aberta em um dos lados conduz à câmara interior, que tem dezoito pés de comprimento, doze de largo, e treze de alto. O teto e paredes são de estuque, e algumas pinturas estão menos mal conservadas: consistem em um grupo de figuras femininas, com vasos e candelabros, parece indicarem as honras funerais de um, que diz uma inscrição ser dos *septênviro*s, ou sete *epulones*, nomeados para prepararem os banquetes motivos solenes. A data da inauguração conjectura-se ser anterior alguma coisa ao tempo de Augusto; uma inscrição refere, que para cumprimento da última vontade do falecido, se acabara em trezentos e trinta dias.

Tendo sido muito dilapidada, foi em 1663 reparada por ordem do Papa Alexandre 7º; e nesse tempo tinha quinze pés de entulho acumulado acima da base. “É curioso, diz Simond, ver como a natureza achando infrutuosos contra aquela mole piramidal seus ordinários meios de destruição, meteu mãos à obra por outro caminho.

Como a sua figura fornecia melhor pega às plantas, as raízes destas penetraram por entre as pedras, e obrando como se fossem cunhas, levantaram e apartaram grandes peças de cantaria, de modo tal, que ameaçavam ao todo desconjuntado completa destruição. No Egipto o extremo calo, e a falta de humidade durante certa parte do ano, impede o crescimento das plantas em semelhantes lugares; e por isso só em África as pirâmides são eternas”.

É coisa singular que tão poucas notícias haja acerca de duas pessoas, cujos túmulos têm permanecido mais do que os de muitos varões ilustres, - Caio Céstio, de que tratamos, e Cecília Metela, em honra da qual foi erecto o monumento, vulgarmente chamado = *copo di bove* = cabeça de boi, em uma eminência sobranceira ao circo de caracalla. Bem pode ser que um merecido esquecimento encubra os nomes de quem não legou à posteridade outro presente mais que seus orgulhosos sepulcros.

Encostado à pirâmide de Céstio está o cemitério dos protestantes.

Tanto esta pirâmide, como o interior da porta de S. Paulo, se vêem em a nossa gravura. A cena que ali se representa é frequente nas ruas das cidades de Itália, e não carece de muita explicação. A figura mais notável é um charlatão vendendo os seus bentinhos, e dissertando às crédulas turbas sobre as virtudes que eles adquiriram, por terem sido tocados na imagem de um Santo feito em cera, que está em um nicho portátil à ilharga.

## **CLASSES DA ANTIGA NOBREZA DE PORTUGAL**

### *Ricos – Homens*

A conquista das Espanhas pelos Mouros igualou todas as condições neste país. O godo soberbo, opressor dos antigos Espanhóis, ficou, bem como eles, servo dos Sarracenos. As relíquias dos cristãos livres, que se acolheram às serranias das Astúrias, havendo abandonado as suas propriedades e riquezas aos Árabes conquistadores, não podiam dividir-se em outras classes, senão naquelas que o valor e força de cada individuo constituía. O valente e robusto era naturalmente superior ao tímido e apoucado de forças, e assim podemos ter em geral por provável, que as circunstâncias morais e físicas daquele punhado de homens de foragidos invertem a ordem social, que havia dado a cada um deles o nascimento. Mas a desgraça, a necessidade de se defenderem dos invasores, e de reconquistarem a liberdade da Pátria, os devia conservar algum tempo na união e igualdade fraterna. Pelaiou começou o reino das Astúrias, que seus sucessores estenderam, intitulado-se reis de Oviedo e depois de Leão. Neste tempo o aumento do poder e riquezas deu começo às novas distinções de classes, que foram imitadas das tradições góticas. No undécimo século o império árabe desabava feitas em ruínas, e sobre parte delas se alevantava o reino de Portugal. Este, nascido das conquistas feitas pelos descendentes dos reis de Leão e Oviedo, adoptou em grande parte costumes e instituições análogas às do resto da Espanha, e a nobreza apareceu ou antes continuou entre nós.

As primeiras distinções tinham começado no reino das Astúrias, por uma circunstância, que foi, e sempre será; em todas as nações, a mais própria para distinguir o homem do homem: - falamos dos bens da fortuna. As riquezas adquiridas nas correrias contra os Mouros, os despojos das batalhas, caindo, como ordinariamente acontece, nas mãos de poucos, estabeleceram esta diferença. Os reis guerreiros desses tempos, obrigados a sustentar seus soldados, que não eram pagos dividiram com os mais abastados este encargo, mediante certas honras e dignidades de que os revestiram. Daí nasceu o título de *Rico-homem*, dado primeiro pelo povo aos que mantinham uma porção da soldadesca, e depois pelos príncipes, que deles fizeram uma classe nobre, com deveres e privilégios especiais. Com o correr os tempos lhes foram confiados os mais importantes cargos dos exércitos, e em ninguém eram obrigados a reconhecer superioridade senão no rei. Chamavam-se Ricos – homens de pendão e caldeira, porque na guerra cada um trazia o seu pendão ou bandeira separada, que seguiam os nobres ou vassallos que deles dependiam, e como eram obrigados a manter esta gente, conduziam

consigo grandes caldeirões, onde se cozinhavam os mantimentos. Destas caldeiras se conservavam ainda há poucos anos algumas nos mosteiros da Batalha e Alcobaça, as quais haviam sido tomadas em Aljubarrota, no tempo de D. João 1º. Os *Ricos-homens* podiam com seus vassallos ajudar nas empresas militares os príncipes estranhos, quando não eram necessários no reino, e ao próprio rei lhes era lícito fazer guerra, em certos casos, sem que disso lhes resulta-se dano ou infâmia. Os vassallos destes régulos, particularmente os lavradores, gozavam de grandes privilégios e isenções, para que não lhe faltassem com as rendas, visto serem obrigados a servir com os seus vassallos em todas as guerras, que el-rei fazia em pessoa.

Durou esta dignidade em Portugal até ao tempo de D. Afonso 5º, em que se começou a mudar na de condes, duques e marqueses. O mais antigo Rico-homem que se encontra na nossa história é o celebre Egas Moniz. Rui Gomes de Briteiros, de Infanção que era, foi feito Rico-homem por D. Afonso 3º; e na crónica de D. Afonso 4º se acha concedido semelhante título a Lopo Fernandes Pacheco.

O acto da nomeação de um Rico-homem era feito com grande solenidade. Veladas as armas em uma capela ou igreja, ia no dia seguinte o agraciado apresentar-se a el-rei com um numeroso séquito; e posto de joelhos diante dele, recebia de suas mãos um pendão com as caldeiras pintadas; e isto era o sinal que indicava poder o novo Rico-homem capitanear gente na guerra, com obrigação de sustentá-la. Feita esta cerimonia o novo titular começava a gozar de todas as vantagens e privilégios, que competiam à dignidade que recebera.

### *Infanções*

Os infanções eram immediatos na dignidade aos Ricos-homens. Em geral dava-se este título aos filhos segundo dos nobres. A origem do nome é obscura, e parece remontar aos tempos dos reis de Oviedo. A semelhança das palavras, fez com que alguns escritores persuadissem o titulo de infanção dado aos infantes, filhos segundos dos Reis; mas uma grande serie de documentos prova que eles eram inferiores aos Ricos-homens, o que não aonteceria se pertencessem à familia real. Entre os privilegios concedidos por D. Afonso 4.º; manda-se que pelas aposentadorias, que os mosteiros eram obrigados a dar aos figallos, tenham os rico-homens 30 rs., os Infantes 15, e os cavaleiros 10, o que mostra a gradação sucessiva das classes nobres. Os mais antigos Infanções portuguezes foram alguns habitantes da Comarca da Feira, nas vizinhanças do Porto, chamado também antigamente Cidade de Santa Maria, de modo que se tornou

quase como formulário em todos os privilegios de Infância, *o ser igualado aos Infâncias da terra de Santa Maria*. D.Joao I concedeu as preminencias e gozo desse titulo aos cidadãos de Lisboa, graça que sucessivamnte obtiveram os do Porto e de Braga, e que mostra quanto menos valia começa a ter semelhante dignidade.

### ***Condes***

O título de Condes existia desde o tempo dos imperadores romanos: a significação primitiva desta palavra era *companheiro*, pois estes descendem da familia dos principes. Os capitães godos que destruíram o império romano, abraçando o fausto dos vencidos tomaram tambem deles o titulo de Conde para indicar os proceres ou magnatas que andavam nas suas barbaras cortes. Destes o receberam as nações modernas, a nas Espanhas começou a aprarecer logo no início das guerras da independência contra os invasores árabes.

Na história da guerras de D. Afonso Henriques com Afonso sétimo de Castela mencionam-se vários Condes do Minho e Galiza: em escrituras deste tempo aparecem os nomes de outros muitos nobres com este titulo; e na tomada de Triana pelo principe D.Sancho, iam com ele dois Condes que escreveram as antigas crónicas. Parece que as dignidades de Rico-homem e de Conde se juntavam às vezes na mesma pessoa, como aconteceu com Mendo Afonso, um dos cavaleiros de D.Afonso Henriques. Os condados eram então vitalicios, e dava-se tambem este nome ao senhorio de grande terras, pondo ser que daí proviesse o dizermos, ainda hoje, que *é um condado*, qualquer propriedade extensa.

### ***Duques, Marquezes, Viscondes, e Barões***

As relações com Inglaterra no tempo de D. João I, em que súbditos daquela coroa vieram a Portugal ajudar- nos a conservar a independncia nacional, e daí a anos, a ida de D. Afonso 5.º a França, introduziram no nosso pais muitos usos e instituições estranhas. Entre as coisas que vieram de fora se contam os dois titulos de de Marquez e Duque. O Infante D. Pedro, filho de D. João I, e depois regente do reino na minoridade do principe D.Afonso, foi o primeiro que houve em Portugal. Seu pai lhe deu o titulo de Duque de Coimbra, e ao célebre infante D.Henrique o de Duque de Viseu. O titulo de Marquez foi intoduzido por D. Afonso V, que nomeou o Conde de Ourém primeiro Marquez de Valença. O mesmo rei criou os primeiros Viscondes e Barões, depois de voltar de França.

### *Vassalos*

Quando no nosso país foram decaindo as primitivas instituições de liberdade, a palavra vassalo começou a mudar de sentido e a significar o mesmo que *súbdito*; porém muitíssimo diferente era o seu valor nos primeiros tempos da monarquia.

Nas leis das Partidas de D. Afonso o sábio, mandadas traduzir pelo el-rei D. Dinis, e que foram observadas como leis subsidiárias, se diz ser o vassalo, *aquelle que recebe honra, ou boa obra do senhor, como o gráu de cavalleiro, terras ou dinheiro por serviço assignado que lhe haja de fazer*. Havia assim três espécies de vassalos, os senhores de terras, que dependiam do rei, e os alcaides môres, que igualmente dele dependiam - os fidalgos - as pessoas abastadas de classe popular, que serviam na guerra. A respeito de cada um destes três géneros de pessoas nobres se davam circunstâncias particulares.

O primeiro como dissemos, era composto dos senhores de terras e alcaides mores, ou governadores feudais dos castelos e fortalezas do reino. Estes eram em geral os Rico-homens e grandes da nação, e geralmente o seu nome aparece entre os confirmantes das doações reais. As suas obrigações eram portanto as mesmas que notámos ácerca do Ricos-homens.

Constituíam o segundo género de vassalos os *fidalgos acontidos*. Eram estes aqueles nobres que sem serem, muitas vezes, donatários da corôa, recebiam de el-rei certa *quantia*, para além de servirem na guerra com sua pessoa, trazerem também consigo soldados de cavalo, armados de lança, a que propriamente se dava o nome de cavaleiros. Os filhos sucediam aos pais nesta dignidade imediatamente nasciam, tendo desde então uma quantia com eles. D. Fernando limitou esta prerogativa aos primogénitos e D. João 1.º ordenou se lhe desse tão-somente quando chegasse à idade de poder servir e que fosse menor da que vencia seu pai.

En fim a terceira ordem era tirada da classe do povo, segundo a riqueza de cada um. Nesta classe entravam os súbditos dos senhores particulares, que os serviam com armas e cavalo, e que além disso eram também vassalos de el-rei, sendo obrigados a estar sempre prestes para a guerra. Esta espécie de vassalos senhores é de uma origem assaz incerta: porém sabemos que os havia já em tempo de el-rei D. Fernando, e que D. João 1.º proibiu que ninguém fosse vassalo senão da coroa, passando a esta a obrigação que os donatários tinham de lhes dar as *quantias*, e que os reis daí avante deram, provavelmente só em tempo de guerra.

Vê-se da crónica de D. João 1.º que (talvez em consequência de semelhante disposição) estes vassallos estavam alistados por comarcas, e que pouco a pouco se introduziu o abuso de contar neste número todos os que serviam com armas, quer fossem cavaleiros, quer besteiros de cavalo, quer peões, ou de infantaria. Assim, naturalmente, sendo depois todos os portugueses em geral obrigados à milícia quando a sua idade ou saúde lho permitia, se perdeu com o correr dos tempos a distinção de vassallo, e se deu este nome em comum a todos os subditos da corôa portuguesa.

## OS BUCANEIROS

Os Espanhois, que foram descobridores da América, e os primeiros Europeus que estabeleceram colónias nas Indias ocidentais, eram neste tempo eram dominadas por um espírito de política, a mais mesquinha, ciosa e iliberal que era possível, coisa que causava espanto naquela época em que a verdadeira natureza das reclamações comerciais não era entendida, e em que até eram universalmente desconhecidos os mais singelos princípios da economia política.

A Espanha considerava o Novo-Mundo como se fosse uma panela de dinheiro, achada por ela, e da qual eram os espanhóis os únicos e exclusivos donos. Uma bula do Papa Alexandre 6.º, expedida a favor de Castela, os confirmou nesta posse, o que era então olhado como um reconhecimento sagrado do direito que lhes assistia; e o governo de Castela ordenou que ninguém, salvo espanhóis, pudesse traficar ou desembracar nas ilhas, ou no continente americano. Semelhante loucura parece agora impossível, mas é facto histórico o terem imaginado os Espanhois, que podiam esconder do resto do mundo os seus descobrimentos na América, e embargar que os navios das outras nações achassem a rota que para lá guiava. Nem o poder de Espanha, a então respeitável, nem as crueldades patricadas pelos Castelhanos, para sustentarem os seus extravagantes intentos, puderam, contudo, embaraçar os ousados marinheiros da França e da Inglaterra buscarem ter quinhão nas grandemente exageradas riquezas no Novo-Mundo. Já pelos anos de 1526, Thomas Tyson foi mandado para as Indias ocidentais por feitor de alguns mercadores ingleses, e vários aventureiros o seguiram em breve. Por este mesmo tempo começaram os franceses a espalhar-se nesta parte do mundo. Todas estas diferentes pessoas tinham ido certas de que haviam de encontrar procedimentos hostis por parte dos espanhóis, mas também iam resolvidos a corresponder-lhes do mesmo modo. Com efeito, os Castelhanos, para reprimir este invasores, armaram navios de guerra, a que chamaram guarda-costas, cujos comandantes tinham ordens de não tomar prisioneiros. - Entretanto, os ingleses e franceses, aos quais brevemente se reuniram muitos Holandeses e alguns Portugueses, ligados todos entre si, começaram a tratar como inimigos todos os navios espanhóis que encontravam a fazer desembarques nas costas, assolando as cidades e feitorias espanholas, e a retribuir, enfim, a barbaridades com barbaridades.

Assim uma contínua campanha se abriu entre os Europeus, nas Índias ocidentais, inteiramente alheia aos governos dos respetivos países bligerantes. Todos os Europeus, não Castelhanos, quer houvesse paz, quer guerra, entre as suas nações, no mundo antigo, encontrando-se em o novo, se olhavam como amigos e aliados; chamavam-se uns aos outros – *Irmãos da Costa* –, e consideravam os Espanhois como comuns inimigos.

Quando não andavam ocupados em fazer alguma correria, esta gente se dava à caça de gado bravio, mas isto foi alguns anos depois de terem aparecido nas Índias, e ainda mais tarde alguns deles se deram ao corte de madeira na baía de Campeche. Como caçadores eles podiam tornar proveitosos para o comércio os couros, sebos e carne seca dos bois bravos: como lenhadores, ou mateiros, ainda mais vantajosamente se haveriam empregado; e se os espanhois lhes tivessem consentido exercer em paz estas ocupações, é crível que eles se tornassem membros inocentes da sociedade, ou, pelo menos, que não formariam tão numerosos e destruidores bandos, como às vezes formaram. Mas os Castelhanos olhavam para qualquer palmo de terra, como uma propriedade inamissível, e cheios de desassizada sofreguidão não queriam que outros povos tirassem vantagem alguma, nem sequer daqueles vastos terrenos, que eles não podiam povoar, e que apenas tinham visto, antes de irem (levados pelas novas de que alguns Europeus aí se haviam estabelecido) espalhar sobre eles o incêndio, a destruição e a morte.

Quando a corte de Castela se queixou formalmente áqueles governos de Europa, cujos súbditos naturais eram os aventureiros, que infestavam as Índias ocidentais, conhecidos pelo nome de *Bucaneiros*, a resposta que recebeu de todos foi, que os homens de quem se queixavam, faziam o que faziam por sua conta, e debaixo da própria responsabilidade, não como súbditos de potência alguma; e que El-rei de Espanha podia proceder contra eles como bem lhe aprouvesse. Mui diferente, porém, foi a resposta de Isabel de Inglaterra. Ela replicou ousadamente, que os Espanhois tinham atraído sobre si este flagelo, por tornarem exclusivo o seu comércio na América: que não podia perceber por que os seus súbditos, ou os de outro qualquer principe da Europa, devia ser excluidos do tráfico da Índias ocidentais: - que não reconhecendo ela ser título algum de posse, uma doação do bispo de Roma, não podia também reconhecer que os Espanhois tivessem direito exclusivo a mais coisa alguma do que a possuirem as colónias eu haviam fundado: que o terem tocado aqui e acolá, em vários pontos da costa, e dado o

nome a certos cabos e rios, isso era coisa tão insignificante, que lhes não dava direito nenhum de propriedade. Senão nos sítios onde se tinham estabelecido, e onde continuavam a habitar.

faziam aquilo por sua conta, não eram seus subditos e que o rei de Espanha podia proceder contra eles como bem entendesse. No entanto a Rainha de Inglaterra replicou dizem que foram os próprios espanhóis que criaram aquela situação querendo so para eles aquelas terras e que não entendia como é que os seus subditos e os de outras terras deviam ser excluídas delas.

Pouco importaram aos espanhóis estas reflexões, e continuam a tratar todos aqueles aventureiros, pertencentes a nações alheias, como homens ilegalmente intrusos, e a atormentá-los e exterminá-los onde quer que os podiam colher ás mãos. As crueldades dos Castelhanos se referiam por toda a Europa, e talvez se exageravam: estas histórias se tornaram populares e produziram efeitos notáveis. Um tal Montbars, natural de França, lendo estes feitos, concebeu tão mortal ódio aos espanhóis, que partiu para as Índias fez-se um bucaneiro, e exercitou o seu espirito de vingança com tão bom sucesso, que chegou a alcançar o título de *Destruidor*.

Como as armas do baneiros se dirigiam somente contra os Espanhóis, todas as outras nações europeias, que gradualmente formaram colónias nestas partes, sujeitas governadores nomeados pelas respectivas cortes, os consideravam defensores da causa comum. Quando alguma destas nações tinha guerra com Espanha, dava cartas de marca aos Bucaneiros, que então serviam como corsários daquela nação. Por estas e outras circunstâncias alcançaram elas grande poder, e até por vezes consideração e respeito. Muitos homens bem educados e pertencentes a famílias distintas se associaram com eles; e os Bucanheiros só foram havidos por salteadores, e sanguinários piratas posteriormente, quando já o sessego se ia reestabelecendo na América, e a moral fazendo progresso nas diferentes colónias.

Entremos mais célebres capitães bucaneiros se contam Pedro de Diepe, chamado Pedro o Grande, L'Oonais, Le Basque, e Mansvelt; mas a fama deste foi eclipsada por um inglês de Galles, chamado Henrique Morgan, que além de muitas outras façanhas, atravessou o istmo de Darien para o mar do Sul, em 1670, e tomou e pôs a saque a rica cidade de Panamá. Todos estes capitães eram detestáveis pela sua crueldade; mas pelos fins do 17.º século já se tinham tornado muito mais humanos. Os vícios da bebedice e do jogo continuavam, com tudo, a prevalecer sempre entre a maioria desta gente, que

após uma vida quase sem cessar arriscada, parecia prematuramente, ou nos combates, ou nalgum acidente, ou, enfim, de doença. Alguns deles mereciam melhor sorte: - e estes eram os que haviam cultivado o seu entendimento, que amavam a leitura, e que se compraziam em examinar as maravilhosas variedades qua a natureza lhes apresentava, no decurso de suas peregrinações e viagens, e que nisto achavam suficiente passatempo, sem recorrerem à embriaguez e ao jogo.

**CÁLCULO DOS ROUBOS COMETIDOS EM LONDRES EM 1831**

1. Pelos domésticos	2.840:000\$000
2. Sobre o Tamisa, e nos cais	2.000:000\$000
3. <i>Os docks</i> , e nas vias públicas	2.080:000\$000
4. Provenientes de moeda falsa	800:000\$000
5. Idem de bilhetes de bancos falsos	780:000\$000
Total .....	7.5000:000\$00

Contendo Londres 1:200:000 de habitantes, sem contar com aqueles de que vamos falar, segue-se que a miséria que o crime tira anualmente da opulência ou do comércio ou tributo de 7\$000 rs. por cabeça.

Esta resenha, extraída da *Revista Britânica*, que a dá como feita por ordem do Lord\*\*\*\* parece exagerada; mas quem souber que havia então naquela cidade 20 000 de pessoas sem meios de subsistência, 20 000 de ladrões ratoneiros, trapaceiros, &c., 16:600 mendigos, afora os indivíduos recolhidos nas salas da sociedade de asilo: quem se recordar que Londres é a capital de um reino devorado pela pobreza, onde as substituições e os morgados têm acumulado as propriedades territoriais num pequeno número de famílias, onde as alfândegas conservam aos cereais um preço muito subido, onde o contraste perene entre o luxo e a miséria suscita contínuas tentações, não poderá decidir o que mais deva admirar, se a grandeza do mal, se a dificuldade que o governo parece ter em provê-lo de remédio.

**VENEZA**

A soberba Veneza está no meio  
Das águas, que tão baixa começou:  
Da terra um braço vem ao mar, que cheio  
De esforço, nações várias sujeitou,  
Braço forte de gente sublimada,  
Não menos nos engenhos que na espada.

(Camões)

Quando os bárbaros no quinto século invadiram Itália, os habitantes de Aquileia e de Pádua refugiaram-se para as ilhotas situadas no meio de uma espécie de lagoas, que são o termo do mar Adriático. Aqui lançaram os primeiros fundamentos à cidade de Veneza, e elegeram entre si magistrados a que chamamos tribunos. Ao princípio cada ilhota tinha os seus, e constituía uma república particular: mas com o andar dos tempos reuniram-se todas para formarem um só estado, e escolheram uma assembleia-geral do povo em que consistia num duque, um *doge*, que preside os tribunos, e o investiram de poder executivo com várias prerrogativas. Perante este governo os venezianos experimentaram diversos alborotos domésticos: respeitava-se a autoridade do doge enquanto era popular e feliz. É facto notável que dos primeiros cinquenta doges de Veneza, cinco abdicaram, cinco foram banidos depois de lhes tirarem os olhos, cinco foram assassinados, e nove depostos. Nem os sultões da Turquia experimentaram pior fortuna.

Em 1172 estabeleceu-se um Conselho Supremo, que pouco a pouco foi assumindo toda a direcção dos negócios, e em pouco mais de um século se converteu em hereditário, e Veneza ficou sujeita a uma absoluta aristocracia. A conspiração de 1310 para restaurar a forma antiga de governo deu lugar à nomeação de um tribunal temporário, de onde saiu a instituição permanente do Conselho de Dez, oligarquia severa e despótica: depois se lhes acrescentou a terrível Inquisição de Estado, de que já em o nosso N° 4 demos notícia<sup>1</sup>.

Nas primeiras épocas da sua história, os venezianos tiveram que lutar com inumeráveis dificuldades. O seu comércio era gravemente oprimido pelos piratas, que infestavam todas as costas do Adriático; e até no abrigo de suas lagoas aqueles frugais

---

<sup>1</sup> A referência de Herculano corresponde ao artigo “Inquisição do estado de Veneza”, publicado nesta *Antologia*.

comerciantes não estavam livres de injustas agressões de semelhantes vagabundos, porém a sua força cresceu no meio dos perigos que os cercavam e já nos séculos nono e décimo empregavam na defesa da república navios de grande porte, e repeliam os invasores. Faziam extenso e lucrativo comércio com os estados da Itália, da Alemanha, da Grécia, e do Egito. O seu poder aumentou em proporção com o seu comércio, e Veneza, como em nossos tempos a Companhia Inglesa das Índias, se fez conquistadora. A sua política era ambiciosa, mas regulada pela prudência; as suas feitorias se foram convertendo em fortalezas; e, ou por conquistas ou por tratados, conseguiu assenhorar-se de muitas cidades e portos da Dalmácia, da Albânia, e da Morea. Pelos fins do século duodécimo, Veneza ligada ao papa, Alexandre 3.º, e o imperador grego, entrou na defesa das repúblicas da Lombardia contra o imperador Frederico Barbaroxa; e os serviços, que nesta ocasião prestou ao pontífice, o moveram a conferir-lhe em testemunho de gratidão a soberania do Adriático. Deu isto lugar à singular e esplêndida cerimônia dos desposórios do doge com o mar, festa anual, que se fazia em dia da Ascensão, em que doge lançava ao mar o seu anel, como símbolo dos sponsais. Nesta ocasião o doge ia a bordo do Bucentauro, célebre e espantosa obra construída por ordem do senador no começo só século catorze: tinha três pontes, cada uma 100 pés de comprimento por 22 de largo; para marear eram precisos 168 remeiros, que iam na coberta inferior, afora o auxílio de muitas barcas, que lhe davam reboque. A segunda coberta era soberbamente guarnecida de veludos carmesins e de ouro, de estátuas alegóricas, de baixos-relevos e de troféus, tudo dourado.

Não obstante de rendida desavença que Veneza teve de sustentar contra a sua rival, a república de Génova, contenda que ameaçou aniquilar-lhe o comércio, e até a existência política, sempre continuou em rápido progresso até chegar, no décimo quinto século, ao auge da sua grandeza e prosperidade. A magnificência e esplendor, que ostentou nessa época, não tinha igual. “Tanto as rendas da república [diz Robertson], como as riquezas dos particulares, excediam quantas até ali tinham conhecido. Na sumptuosidade dos palácios, no custoso dos adereços, na profusão da baixela, e finalmente em tudo o que contribuía para a elegância, ou para a obtenção do seu modo de viver, os nobres de Veneza desbancavam o fausto dos maiores príncipes de além dos Alpes. Não era isto o aparato de irreflectida dissipação, mas consequência natural de uma indústria sucessiva, que, acumulando os cabedais com prontidão, dava jus a desfrutá-los com todo o esplendor.” O mesmo historiador refere que pelos anos de 1420 a força naval da república consistia em 3:000 vasos mercantes de várias lotações,

tripulados por 17:000 marinheiros; de 300 navios de alto bordo, com 8000 marinheiros: e 45 enormes galeões, com 11:000 empregando-se nos arsenais 16:000 operários.

Em 1508, o papa, o imperador, o rei de França, e o rei de Espanha, entraram na célebre confederação, conhecida pelo nome de Liga de Cambrai, destinada a destruir, ou abater o poderio de Veneza. Desta luta saiu salva a república, ainda que com algumas perdas; e logo se viu a braços com o poder nascente dos turcos; ganhou porém decididas vantagens contra a marinha otomana. Mas vinha já próxima a hora da sua declinação; Colombo, e Vasco da Gama humilharam uma potência, que nem os papas, nem os reis, e sultões puderam abalar, nem derrubar; - com seus descobrimentos lhe fizeram pedaços a coroa de glória, e toda a sua pompa; como na era subsequente a difusão do saber humilhou a influência e o orgulho de Roma.

Quando os príncipes de Veneza ouviram dizer pela primeira vez que se descobrira passagem para a Índia pelo Cabo de Boa - Esperança, a sua sagacidade logo previu consequências, e antecipadamente sentiram desfalecer a sua força; viram-se excluídos do grosso tráfico com a *Região do Sol*, e conheceram que a corrente do ouro se desviava para enriquecer outros países. Antes de findo o décimo sexto século, a república decaiu da elevada posição, que ocupava entre as potências da Europa, para a ordem dos estados secundários; e quando seus recursos iam diminuindo rapidamente, se viu precisada a resistir à poderosa fúria dos Turcos. Ainda por muito tempo lutou com vantagem; e tanto, que afastou da cristandade os perigos de que os infiéis a ameaçavam, e adquiriu o título honroso de *baluarte da Europa contra da Porta Otomana*: porém o tratado de Passarowitz em 1718 apenas lhe deixou um fragmento de seus vastos dominados na parte oriental da Europa. Todavia assim mesmo decadente, Veneza manteve até certo ponto o seu antigo esplendor; e porque os seus governantes tinham a prudência de ocultar sua fraqueza debaixo da capa da moderação, continuava a ser tratada com respeito.

Seria maravilha se um estado enfraquecido e esgotado, como estava Veneza, passasse a salvo por entre a tempestade que se seguiu à revolução francesa. Tendo mantido por algum tempo uma neutralidade forçada, e consentido que os austríacos e os franceses pisaram repetidas vezes o seu território no continente da Itália no decurso das suas campanhas, por fim apresentou sintomas, que excitaram o desagrado de Bonaparte. A 15 de Maio de 1797, uma força de 5:000 a 6:000 franceses atravessou a Laguna em barcos, e tomou posse da cidade sem a mais leve sombra da resistência da parte dos venezianos: e no mesmo dia os governantes de Veneza se demitiram, pronunciaram a

dissolução, e a instalação de uma municipalidade democrática, e *seriamente declararam* que era para elevar ao último grau de perfeição o sistema republicano, que foi por tanto tempo glória e ventura da nação. O mesmo general francês, Baraguay d' Hilliers, se admirou da facilidade da conquista, “A metrópole rodeada de mar [diz Mr. Simond] poderia facilmente defender-se; e só os operários do arsenal, corpo de homens valente e decidido, seria mais que suficiente para armar uma esquadra de pequenas embarcações, superior a quantas os invasores poderiam juntar; e o restante da população, ainda que talvez indiferente, se estimularia à resistência se lhe dessem o exemplo.” Foi a pusilanimidade dos nobres que deu confiança ao partido contrário. Entregaram-se nas mãos do inimigo, que ao princípio provocaram com imprudentes mostras de ódio, e que criou mais ousadia à vista de sua submissão e cobardia, quando ameaçados.

Assim acabou a tão nomeada república de Veneza. Foi seu último doge – Manini, que fechou a comprida lista de cento e vinte, e que fora eleito no mesmo ano em que rebentou a revolução francesa. A infeliz cidade, depois de espoliada dos seus quadros pelos conquistadores, foi poucos meses depois cedida à Áustria pelo tratado de Campo Formio. Em 1805 a anexaram ao reino francês de Itália; mas em 1814 passou de novo para o domínio da Áustria.

Desde este período até 1830 dizem que política do governo era dar maior impulso a Trieste do que a esta cidade, e a circunstância de ser porto franco Trieste, lhe dava decidida vantagem sobre a sua vizinha. Mas em 1830 também se arvorou em Veneza porto franco, e de então para cá tem completamente participado dos mesmos privilégios conferidos à outra.

Não obstante isso, Trieste tem sempre conservado a superioridade, e ainda que o comércio se tem restabelecido em Veneza, não é tão amplo como poderia ser, se tivesse começado anteriormente. Hoje, afora o ser o centro do comércio das províncias adjacentes da Lombardia, tem muito pouca importância em relação a seu antigo estado.

A rápida decadência de Veneza desde a extinção do seu governo independente tem dado motivo a muitos ministros presságios a respeito de seu futuro destino. “Alguns dos canais, que atravessam a *Laguna* (diz Simond) estão entulhados por falta de limpeza; sendo por onde o Brenta, o Piave, e outros rios encanados acarretam para o mar o lodo, de que sempre deixam sedimento. Veneza há-de vir a ser um montão de ruínas no meio de um pântano pestilencial; e é já muito sujeita a febres.” No verão a mortandade calcula-se em doze pessoas por dia numa população de pouco mais de cem mil almas. – “ Contudo ainda o nome de Veneza, como sombra esplêndida, há-de

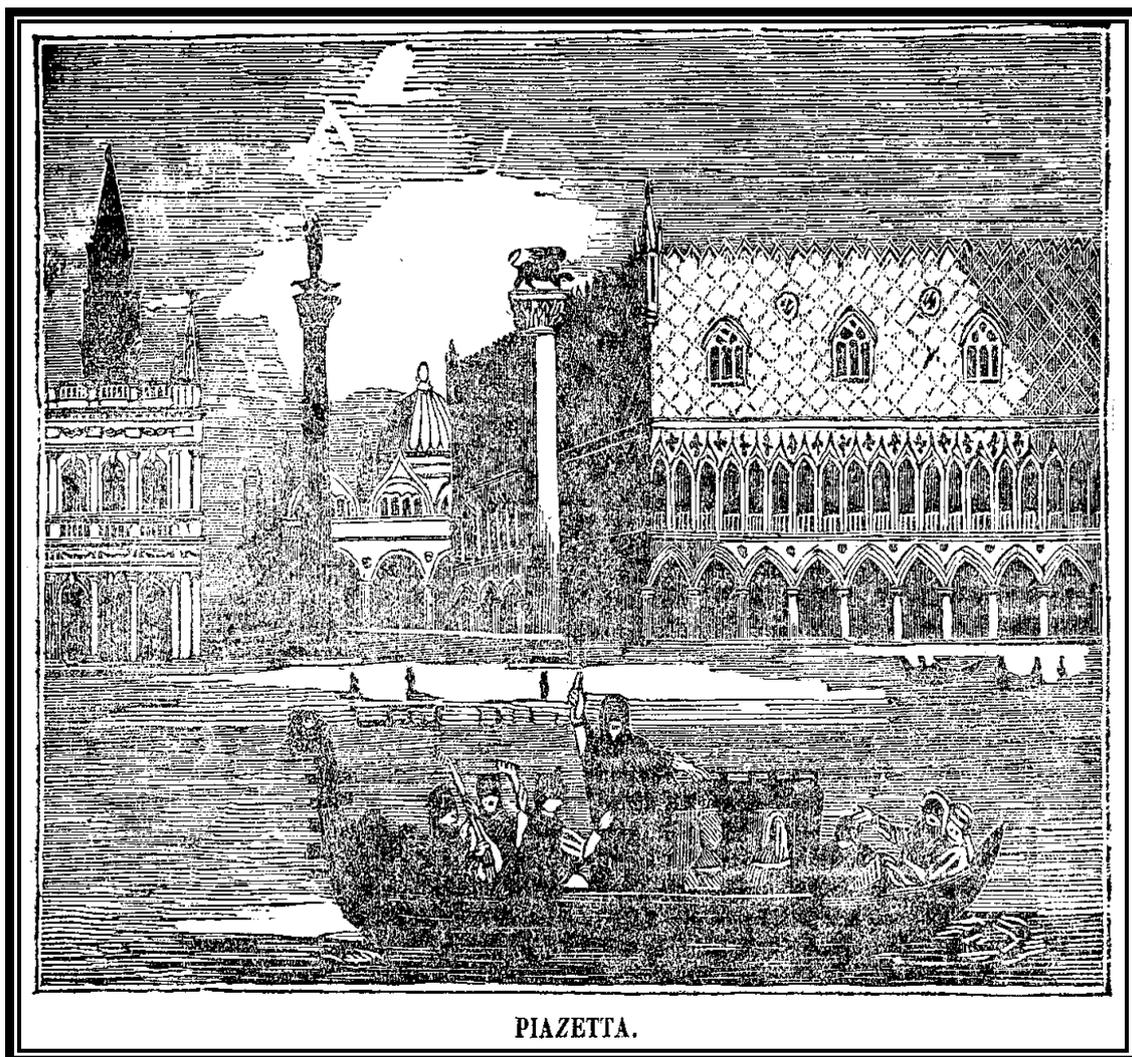
continuar a atrair os estrangeiros, quando toda a sua gente estiver reduzida a meia dúzia de pescadores, e já nem um só de seus palácios estiver de pé.” Esta profecia (de Mr. Rose) ainda mais melancolia, e as de outros viajantes, por certo lastimosamente se verificarão, se não removem a causa do mal.

A cidade, como já dissemos, está edificada sobre ilhotas, ou bancos de areia no grande braço do mar, chamado *Laguna*; e são nada menos de cento e trinta e oito, com tão pouca elevação sobre o nível de água, que os edifícios parecem que saem do meio do mar: estes baixos ou ilhotas estão dispostos em dois grandes grupos separados por um canal todo em voltas, chamado *il canalazzo*, ou canal grande, e que tem comunicação de um para outro por meio da famosa ponte de Rialto: pelo que a cidade se pode considerar dividida em duas grandes porções, só ligadas por esta ponte. Cada uma destas divisões se subdivide em tantas quantas são as ilhotas, de que é composta, que entre si comunicam pelas pontes mais pequenas lançadas sobre os canais menores, que as separam. Como as ilhas são numerosas, estas pontes ocorrem com frequência; e como os seus arcos são necessariamente muito altos, porque se erguem de margens muito baixas, são todas de áspera subida, ainda que têm degraus espaços bastante para comodidade do trânsito, donde veio dizer Mr. Rose: que passear por terra em Veneza é andar sempre subindo e descendo escadas.

Os canais são as ruas de Veneza, os passadiços por onde ordinariamente os habitantes se transportam de um bairro ao outro. O *canalazzo* é o meio mais geral de comunicação, e para assim dizermos, a rua principal da cidade, correndo-a de um cabo a outro, e partindo-a em duas grandes metades: os outros canais são ruas mais pequenas, ramificações que sabem do maior, e giram até pelo mais remoto canto de qualquer bairro. Não se pense por isto que Veneza não tem ruas como as outras cidades; também as tem ainda que estreitas, calçadas, e cómodas, e livres de estrondo, por onde sem auxílio de barco se possa ir de um ponto a outros, graças à multidão de pontes. As descrições de Veneza tratam dos canais, e omitem as ruas; porém, ainda que nunca em tão estreitas paragens se ouça a bulha das ferraduras das bestas, ou o chiar dos carros, sempre dão alguma serventia para tráfico ordinário. Afora estas ruas há umas praças pequenas, que intitulam *campi*, campos, se bem que será difícil achar neles uma fêvera de erva. Ao comprido das margens dos canais há em muitas partes uma espécie de cais, ou passeio, chamado *riva*, de ordinário guarnecido com um parapeito, onde tem a sua portinhola: porém o mais geral é serem os canais imediatamente contíguos às casas por ambos os lados. Mr. Conder na sua *Italy* diz que o principal canal tem quase trezentos

pés de largo; que os outros são bastante largos; mas que a rua mais espaçosa da cidade não excede de 10 a 12 pés, e o geral de 6 a 8. Não é falta que se sinta, porque o trânsito e comunicação dos habitantes é de ordinário por água. As *gôndolas* lhes servem para tudo; se alguém precisa uma coisa insignificante, por exemplo, fruta, adubos, &c., chama um bote. São estes o veículo universal da cidade: a ideia de *gôndola* é inseparável do nome de Veneza, onde é quase impossível andar 40 braças sem subir os degraus de uma ponte, pelo que as segues, e os cavalos se não usam por inúteis. A *gôndola* é uma espécie de bote ou canoa, com 33 pés de comprimento, e 4 de largo: a proa é fabricada de ferro polido, erguida, e lançada para avante, como um pescoço de cisne, e a popa tem um beque de madeira menos elevado que a proa, como pode ver-se na estampa da *Piazzetta*. No meio tem uma câmara coberta, guarnecida como uma carruagem, com suas vidraças e cortinas, e assentos de almofada para quatro pessoas: atrás vai o *gondoleiro*.

O exterior de uma *gôndola*, à exceção da proa de ferro, e de alguns ornatos de bronze, é de cor preta, que lhe dá certo aspecto fúnebre; mas a libré de cores dos remeiros, e a elegante companhia que vai dentro, desvanece logo a primeira impressão. Nos tempos da república se promulgou, entre outras providências sumptuárias, uma lei para coibir os caprichos dos nobres, prescrevendo o tamanho, forma, e cor, que ainda hoje as *gôndolas* conservam. “Actualmente (diz um escritor moderno), se a lei fosse revogada, os venezianos estão sobejamente pobres, para que lhe viesse à ideia alterar a moda estabelecida. Antigamente o nobre Veneziano tinha sempre seis ou sete *gôndolas* próprias, que estavam amarradas defronte das portas do seu palácio, equipadas com seus criados de libré: ao presente poucas pessoas há que tenham mais de duas ou três; e a maior parte das que o viajante vê pela cidade são de aluguer. As que pertencem aos particulares tem grandíssima elegância, e todo o asseio. Até ao meado do século passado *i gondoleiri*, os barqueiros, eram uma classe de homens mais interessantes do que são hoje; e usavam cantar algumas passagens do Poema de Tasso; mui agradável costume, que está completamente esquecido.



Veneza tem muitos e pomposos edifícios; e não sendo possível tratar aqui de todos, daremos notícias por agora do palácio ducal, que é o da nossa estampa.

Este palácio ocupa três lados de uma praça quadrangular, onde o templo de S. Marcos forma o quarto lado. Apresenta três frentes: uma que dá para a Piazzetta, outra sobre o cais imediato ao porto, e na mesma linha das duas colunas de granito, e a terceira é lavada por um canal estreito, que divide o palácio das prisões públicas, e é cruzada em uma grande altura pela famosa *ponte dos suspiros*. – A gravura mostra a vista das duas primeiras frentes tomada do porto.

O palácio ducal foi primitivamente construído em o século 9.º, porém sendo por várias ocasiões destruído parcialmente pelos incêndios, foi por vezes em diversas partes reedificado. O edifício, tal qual está, não remonta além do século 14.º, época de sua reedificação pelo doge – Marino Falieiro, bem conhecido pela conspiração em que entrou, e pelo fim prematuro, que teve. A arquitectura é de género bárbaro, mais sarraceno do que gótico; mas por isso jucundo para um europeu pela sua elegância e

singularidade. Mr. Simond o compara a um vastíssimo armário de gavetas, de obra de mosaico à antiga, sustentado em pequenos pés. Não obstante todos os defeitos de estilo e gosto desta enorme fábrica, o efeito que produz é grave e magnífico.

Tem oito portas; e a principal do lado da Piazzeta, entre o mesmo palácio e a igreja de S. Marcos, dá entrada para o *cortile*, espécie de pátio vasto e escuro, a que correspondem os lados do palácio; daqui, por uma escadaria majestosa, chamada *escada dos gigantes*, por causa das estátuas colossais de Marte e Neptuno, sobe-se para uma arcada descoberta, onde no tempo da república estavam pregadas as duas carrancas de leão, que de dia e noite recebiam pelas bocas os avisos anónimos. Esta comunica com diversos quadros antigamente pertencentes ao duque, e com várias casas de conselho, onde os nobres se costumam reunir: a maior parte tem pinturas, que são belas amostras da escola veneziana. A sala do conselho supremo, que Evelino descreve como uma das mais espaçosas e magníficas da Europa, está hoje sendo a livraria pública: o teto é excelente e foi pintado a fresco por Bassano e outros, e os assuntos, pela maior parte, são alegorias dos atos da república: por baixo estão por sua ordem os retratos dos doges com suas roupas e insígnias ducais, mas desta série falta um, e em seu lugar está um vão preto com esta breve inscrição: *Locus Marini Falieri decapitati pro criminibus*, (lugar de Marino Falieri, que foi degolado por seus crimes). Outras casas encerram, todas esplêndidas, e dignas de opulência, e poderio da república; porém nenhuma suscita tão grande interesse como a sala do Conselho de Dez, cujo teto é adornado de soberbas pinturas, produções do pincel de Paulo Veronese. Esta sala era destinada àquele tribunal da Inquisição de Estado, que os nossos leitores já conhecem.

## GALICISMOS

A leitura frequente de livros franceses tem corrompido a nossa linguagem por tal maneira, que já hoje é impossível desinçá-la dos galicismos, nomeadamente os da frase, em que abunda. Se isso em alguns casos é danoso ou útil para a gramática ideológica, isto é, se algumas construções daquela língua, extremamente regular, serão boas para ajeitar ao nosso idioma, não o podemos aqui dizer, mas o que não padece dúvida é que essa lição de autores franceses pôs em esquecimento os portugueses; que os hábitos e costumes excelentes dos nossos antepassados se têm alterado e modificado em grande modo por tal motivo, visto que a frequência de estrangeiros torna estranhos os usos de qualquer povo, e o trato dos livros produz muitos efeitos semelhantes aos do trato dos homens. Acresce que, sendo a nossa língua abundantíssima, e escassa a francesa a muitos respeito, pela falta de conversar com os escritores nacionais encurtamos e empobrecemos as formas e os elementos do discurso. Sabemos que muita gente escarnece dos que amam a pureza de língua; mas a razão é óbvia: mais fácil é escarnecer dos bons estudos do que segui-los. A leitura dos livros clássicos está ao alcance de pouco, por uma parte, e por outra estes versam muitas vezes sobre matérias áridas, e pouco importantes, para este século. Quem há aí, que, por exemplo, possa colher às mãos a curiosíssima história da Etiópia oriental de Fr. João dos Santos, a viagem de Fr. Gaspar de S. Bernardino, e outros tantos livros raros, ricos de instrução deleitosa? E aqueles que, por edições repetidas, sem grande custo se podem comprar e ler, sobre que versam em geral? Contam milagres de santos, por vezes incríveis, descrevem usanças monásticas, pregam sermões sem unção, e quando muitos pintam peijas dos nossos maiores, em que ordinariamente já de antemão lhes sabemos das vitórias. E, para não acumularem exemplos, quem pode ir atrás do boníssimo Lucena, parando por quantas enseadas, por quantas aldeias tem a Índia, as Molucas, e o Japão, para escrutar as mínimas ações de S. Francisco Xavier e dos seus jesuítas; para ver maravilhas onde muitas vezes a razão humana basta para explicar naturalmente o caso. Um erudito, que por novecentas páginas de folia vai buscando em Lucena uma ou outra passagem eloquente naquela tulha de dormideiras, leva isto com paciência, esfrega os olhos, e segue avante por esse mar de sono, para chegar ao porto do desejado - *Finis Laus Deo* -, e poder gabar-se da espantosa façanha de haver lido a *Vida de S. Francisco Xavier*: mas o povo dos leitores vingá-se em si próprio de alheios erros, e largando por mão o volume tedioso, volta-se para os mui agradáveis livros franceses; e se por acaso

(nesta época em que, graças a Deus, todos escrevemos e estampamos) um desses leitores se converte em escritor, certa é a tormenta e o granizo dos *remarcáveis* e *deboches*, das *condutas* e dos *afazeres*, e outros que tais hediondíssimos francesismos, com que até já embicam os estudantinhos que apenas têm lido a cartilha, e o panegírico de D. João de Castro, por Jacinto Freire.

Desta leitura das obras francesas ainda outro grave dano se segue, e vem a ser que, até tratando de matérias curiosas, os livros portugueses enfastiam. Quem está habituado a certas ideias, e a certa ordem e disposição delas, não gosta do que vai fora daquele trilho que costumou seguir. - O que muito tem manuseado os livros franceses, não só não gosta de ler os portugueses, mas nem os ingleses, nem os alemães, nem os italianos, nem os de outra qualquer língua; porque cada nação, pensando a seu jeito, tem por consequência as suas ideias particulares, e o seu modo de as exprimir, e o seu espírito habituado ao que é especial desta ou daquela, não se afaz levemente ao que o é de outra qualquer. Vejamos agora se haverá algum meio de obviar a todas as dificuldades que temos apontado, e que, como dissemos, são as causas da alteração, às vezes depravada, da nossa formosíssima linguagem.

E tratando primeiro do modo de tornar mais acessíveis as fontes da língua clássica, parece-nos, que se devia começar por fazer uma crestomatia dos nossos autores, tanto de prosa como de verso, em segundo lugar reimprimi-los por preço tão módico, que a qualquer pessoa de medianos teres, fosse possível comprá-los; em terceiro lugar, enfim, traduzirem os homens as boas obras estrangeiras, que mais lidas são em Portugal nos seus originais, e que em versões bem castigadas dariam útil e agradável leitura aos nossos compatriotas. Usando destes três meios, cremos que a língua pouco-a-pouco surgiria do lodaçal, em que está mergulhada.

Quanto à crestomatia, ou pedaços seletos dos escritores portugueses, há muito propôs a Academia um prémio a quem a apresentasse; mas até hoje, ninguém apareceu a receber o prémio. Demanda este género de trabalho duas coisas, que raramente se encontram reunidas no mesmo sujeito – gosto e vasta lição –: mas se tal obra se escrevesse, decerto, o governo, se fosse ilustrado, pagaria bem tão útil livro, mandando que nas escolas primárias de nenhum outro se usasse para ensinar a ler as crianças. E assim, seria por ele substituído e panegírico de D. João de Castro, de que vulgarmente os mestres se servem, sem atenderem a que é este o mais impróprio livro para semelhante idade.

Esta coleção, que deveria ser a flor da nossa literatura, sendo ampla e feita com judiciosa escolha, fora não só o livro das escolas, mas também dos adultos: uns por se entreter o leriam, outros por sem grande trabalho ostentar erudição, mas todos aproveitariam dele cópia de vocábulos, pureza de dicção, e mais que tudo, o hábito de ler sem fastio os livros escritos em vulgar. A mocidade tendo bebido as primeiras ideias nas fontes puras dos clássicos, os buscaria, os amaria depois; e só faltara então o facilitar-lhos.

Entre os propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, um dos mais vantajosos é o de reimprimir e publicar os nossos bons livros por módico preço. Este intento esperamos vê-lo posto por obra em breve, e recebido como o da publicação do Panorama, que logo ao 5º Número se tirava a 5000 exemplares, caso único na história das publicações periódicas em Portugal.

Quanto à tradução dos bons livros estrangeiros, em que acima tocámos, forçosamente, deploramos que isso não se haja feito. Dizem que o povo só lê senão novelas: mas que há-de ele ler, se não lhe dão outra coisa? Por que desprezarão os nossos homens conspícuos nas letras o serem tradutores? - Não nos parece isso fundado em boa razão. Uma versão bem-feita é também um título de glória, o célebre Guizot traduzia a História da Decadência do Império Romano pelo inglês Gibbon, e não é este o escrito que menos reputação lhe alcançou. Entendemos que as primeiras obras que devem verter-se são as dos historiadores, porque é esta a leitura mais fácil, e o degrau que sem custo subirão os leitores de novelas. Criado o gosto de ler, brevemente se tornará em necessidade e é então que os livros mais fastidiosos de outras ciências, e das artes, se poderão com proveito publicar. É preciso que nos lembremos que em Portugal não carecemos só de dar livros ao povo, carecemos também de, pouco a pouco, o habituarmos a ler.

E aqui nos cabe responder aos que nos têm increpado pela disposição do Panorama, pretendendo que as suas colunas sejam dedicadas a matéria de utilidade popular. Já, cremos, os embaraçaríamos bastante, se lhe pedíssemos um catálogo por alto dos objetos, que eles julgam *úteis*, ou por outra, se lhe pedíssemos a definição exata dos termos. Mas abster-nos-emos disso, e só lhe diremos que a razão do método que seguimos está no que ponderámos no parágrafo antecedente. Se os que nos repreendem querem dizer que tratemos exclusivamente de artes e ofícios, e das aplicações práticas das ciências, responder-lhe-emos que faltaríamos à nossa obrigação e à confiança que em nós pôs a Sociedade, se lhe escrevêssemos resmas de papel, que só servissem para ir

dormir repousadamente nas lojas dos livreiros. A verdade é, que a porção do povo, para quem querem que escrevamos, ainda comumente nem sabe ler. Daqui a vinte anos o modo de redação que nos propõem será talvez, mais vantajoso; por ora nada significa.

Porém ainda aqui, não para o que há a dizer no caso, o *Penny Magazine* (em cujo modelo vazámos o Panorama) é o periódico mais popular de Inglaterra, de um país onde o hábito de leitura desce às classes mais inferiores, e sem ter mudado o sistema de redação (inteiramente semelhante ao nosso) extrai semanalmente de cada número acima de trezentos mil exemplares.

Acabamos por esta digressão, por nos ter caído naturalmente aqui, e porque nos julgamos com obrigação de dar razão de nós ao público, para quem escrevemos.

**QUADROS DA HISTÓRIA PORTUGUESA****1****MORTE DO CONDE ANDEIRO E DO BISPO DE LISBOA (1383)**

D. Fernando tinha morrido e a rainha D. Leonor governava o reino, cujo futuro destino estava duvidoso; porque a princesa D. Beatriz, única filha do rei defunto se achava em Castela casada com D. João 1.º, e posto que, em virtude de contratos jurados em cortes, ela havia de herdar o cetro, o regimento do reino pertencia à rainha D. Leonor pelos mesmos tratados: além do que, o povo sempre contrário ao jugo espanhol, mal sofreria o governo estranho. Por outra parte, os infantes D. Diniz e D. João, filhos de D. Pedro e de D. Inês de Castro, que então andavam em Espanha, também podiam demandar a coroa, e não faltavam motivos ao mestre de Avis, para ter pretensões sobre ela, visto ser irmão do rei D. Fernando e por ter por si o voto comum da nação, que o estimava grandemente pelas suas excelentes qualidades.

D. Leonor era tão dissoluta e perversa mulher, quanto seu marido tinha sido fraco e desassisado rei. Quando ela tomou as rédeas do governo, Portugal estava assolado por guerras intentadas sem justiça nem razão e quase todas seguidas de infelizes resultados. Nelas se tinham gasto somas enormes, que haviam sido juntadas nos reinados antecedentes e que D. Fernando dispensou com mão larga. O descontentamento público chegara ao maior auge, e foi nestas dificultosas circunstâncias que uma princesa desenfreada se colocou à frente dos negócios do estado.

Levada de um amor impuro já D. Leonor, durante a vida do seu marido, tinha escandalizado a nação com o procedimento que seguiu e pela afeição que sem reboço mostrava ao conde de Ourém, João Fernandes Andeiro. Este era natural da Galiza e viera a Portugal por ser partidário de el-rei D. Fernando, nas guerras que este monarca teve com D. Henrique de Castela. Quando a paz se fez entre os dois reis, foi ele mandado sair para Inglaterra, onde teve muita entrada com Ricardo 2.º e com o Duque de Lancaster. Tentando, daí a anos, el-rei D. Fernando novas guerras com Castela, escreveu a João Fernandes Andeiro, para que tratasse de uma liga com o Duque de Lancaster, a fim de este o vir ajudar na empresa. Andeiro levou brevemente a caso o negócio de que fora encarregado, e veio ele mesmo a Portugal dar conta do feliz êxito das suas tentativas. Não havendo, porém, ainda rompimento com os Castelhanos, e tendo ele sido expulso de Portugal em consequência de um tratado, partiu disfarçado

para Lisboa, e daqui para Estremoz, onde D. Fernando então residia. Ali o teve el-rei escondido algum tempo, e lá começaram os seus amores com a rainha, que tão fatais foram um e outro.

A guerra se declarou dentro em pouco, e Andeiro feito conde de Ourém, cresceu em valimento e riquezas. A influência da rainha em espírito fraco do monarca português contribuiu principalmente para a elevação do conde; mas o rei, passado algum tempo, começou a desconfiar do amor criminoso da sua mulher, que ela mal podia encobrir. Então se resolveu a mandá-lo assassinar, encarregando disso o Mestre de Avis, seu meio-irmão, depois D. João 1.º; mas por conselho do escrivão da puridade, sobresteve nesta resolução, e o conde pôde a seu salvo ver extinguir-se aquele a quem pagara repetidos benefícios com a mais negra traição.

Apenas D. Fernando expirou, João Fernandes Andeiro se retirou para o castelo de Ourém que tinha bem fortificado, receoso do ódio do povo e da nobreza, que geralmente o aborrecia. Declarada regente a rainha D. Leonor, o mandou vir logo para Lisboa com o pretexto de assistir às horas fúnebres de seu marido, nas quais, segundo o costume daquele tempo, eram obrigados a apresentar-se todos os senhores e fidalgos do reino. Apesar das rogativas de sua mulher, o conde saiu de Ourém, e veio a Lisboa, onde se achava já reunida a nobreza. Celebraram-se as exéquias de D. Fernando, e a imprudente D. Leonor chamou para junto de si o seu antigo amante, dando-lhe parte na administração pública.

Entretanto D. Beatriz, rainha de Castela, havia sido aclamada sucessora da coroa, em diversas povoações do reino; mas em quase todas o povo se amotinara por esta ocasião. Além da emulação que existia de largos anos entre as duas nações, os ódios nascidos dos males, que reciprocamente haviam feito uma à outra, tornavam temeroso para os portugueses o domínio espanhol. Certo o rei castelhano da má vontade dos povos, e de que por outro lado a rainha D. Leonor de mau grado lhe largaria o governo do reino, resolveu-se a entrar com um exército pela Beira, onde achou menos acolhimento do que lhe prometera o bispo da Guarda, que em sua corte andava, e que lhe aconselhara marchasse por esta província. Sabidos pela rainha os intentos d'el-rei de Castela, decidiu sustentar-se na regência, e para isto nomeou capitães, que defendessem as fronteiras no caso de cometimento, e o Mestre de Avis foi nomeado fronteiro-mor do Alentejo.

Nuno Álvares Pereira era então um simples cavaleiro, mas poderoso e nobre; como quase todos, os fidalgos odiavam o conde de Ourém; e sendo o infante D. João eleito general do Alentejo, propôs-lhe que antes de partir o matasse, no que ele o ajudaria: conveio o Mestre de Avis; porém, quando tudo estava pronto para semelhante feito, escusou-se ele, e Nuno Álvares, vendo falhar seu intento, se retirou para Santarém, de onde só voltou depois do infante estar proclamado regedor e defensor do reino.

Havia neste tempo em Lisboa um velho, chamado Álvaro Pais, que fora chanceler-mor de D. Pedro 1.º e de D. Fernando, respeitado geralmente não só pelos cargos que servira, mas por suas virtudes e muita prudência. Este era um dos que mais se doíam do procedimento de D. Leonor, e que mais desejavam a morte do conde de Ourém. O conde de Barcelos, irmão da rainha, que também residia em Lisboa, estava grandemente afrontado dos desvarios de sua irmã, e já, em vida d' el-rei, havia tentado a morte de Andeiro. Sabia isto Álvaro Pais, e desejoso de pôr termo às infâmias de D. Leonor, falou ao conde de Barcelos e procurou incitá-lo de novo a assassinar o de Ourém: porém não ousando o conde tentar só por si tão perigosa empresa resolveu fazer entrar na conjuração o Mestre de Avis.

As razões do velho chanceler tal impressão fizeram no ânimo do infante, na primeira reunião que os três conjurados tiveram, que este prometeu matar o conde de Ourém no paço. Ajustaram então que apenas o assassino fosse perpetrado, um pajem do Mestre sairia do palácio, clamando que queriam matar seu amo, e que Álvaro Pais sairia também pelas ruas para excitar o povo a acudir-lhe. O dia destinado para este efeito foi marcado a 5 de Dezembro daquele ano de 1383.

Os paços, onde então habitava a rainha, eram onde hoje está o Limoeiro. Chamaram-lhes em outro tempo os paços dos infantes e da moeda; ai morou depois el-rei D. Duarte, no princípio de seu reinado, e ai assistia o infante D. Pedro, quando regeu o reino, na menoridade de seu sobrinho D. Afonso 5.º. Hoje apenas restam fragmentos da arquitectura primitiva deste monumento precioso de uma das mais célebres épocas da nossa história.

No dia aprazado o Mestre, em vez de se dirigir ao paço, montou a cavallo apenas acabou de jantar, e partiu da cidade, a caminho do Alentejo. Parece que ele receara as consequências da sua tentativa, ou por temer o povo o abandonasse à vingança de D. Leonor, ou porque havendo falado a alguns cavaleiros para o acompanharem na empresa, a maior parte deles recusou segui-lo com temor do poder da regente. Mas indo

já três léguas afastado da cidade, e reflectindo melhor, viu que tinha entrado muito avante na conjuração, para poder a seu salvo retroceder: assim resolveu-se a voltar a Lisboa, e para se não tornar suspeito mandou adiante Fernando Alvares de Almeida, seu veador, com um recado à rainha, em que lhe dizia, que voltava a pedir-lhe mais alguns despachos, de que precisava para bem preencher a missão de que estava encarregado. Deu o veador o recado, e no dia seguinte o Mestre se achava de volta, apresentando-se no paço logo pela manhã com vinte escudeiros armados. Entrou o infante na câmara de D. Leonor, onde estavam vários fidalgos, e João Fernandes Andeiro de joelhos junto ao estrado da rainha, falando com ela. O Mestre de Avis começou então seu discurso, dizendo voltara para que se lhe desse mais gente de armas, porque a que tinha era pouca para guardar tão extensa fronteira, como a que estava a seu cargo. A regente pareceu não desconfiar desta observação, que era intempestiva, visto ter podido o infante fazê-la quando foi nomeado fronteiro-mor do Alentejo: mandou por tanto que se apresentassem a D. João os livros dos vassallos<sup>1</sup>, para que ele escolhesse quantos [e] quais quisesse; e então os que estavam presentes começaram a conversar acerca de diversas matérias.

Mas o conde de Ourém logo teve más suspeitas da volta do Mestre de Avis acompanhado de escudeiros armados, e secretamente deu ordem aos seus que fossem armar-se também e que tornassem para o paço imediatamente. Às horas do meio-dia o conde de Barcelos, que estava presente, convidou o infante a jantar, e ainda com mais eficácia João Fernandes Andeiro lhe fez o mesmo oferecimento; porém D. João se escusou; e os fidalgos começaram a sair da sala talvez sabedores das intenções do Mestre. Este ficou só com o conde, e querendo ele sair após dos outros, o não deixou; e dando-lhe o braço, o veio trazendo para a antecâmara, com o pretexto de lhe comunicar algumas coisas de segredo. Aqui estavam os criados do infante, o qual, chegando-se com o conde para uma janela, lhe disse algumas palavras em voz tão baixa, que nenhum dos circunstantes pôde percebê-las. Então, indo o conde responder, levou o Mestre de espada, e lhe deu uma grande cutilada na cabeça. João Fernandes Andeiro, sentindo-se ferido, quis refugiar-se no quarto da rainha: mas Rui Pereira, fidalgo que viera com o infante, o atravessou com um estoque, golpe de que logo caiu morto, e assim esteve envolto em sangue até à noite, em que a rainha o mandou secretamente enterrar na igreja de S. Martinho.

---

<sup>1</sup> Sobre os vassallos vide o n.º 5 do Panorama. Na nossa Antologia, a referência presente refere-se ao artigo “Classes da Antiga Nobreza de Portugal”.

Entretanto Gomes Freire, pajem de D. João, correu a casa de Álvaro Pais, gritando pelo caminho: “Acudi ao Mestre que o matam no paço!” – Álvaro Pais, chegado o pajem, saiu também clamando ao povo que salvassem o infante. Então começou o tumulto popular: - as ruas se atulharam de gente – o clamor das multidões – os gritos de morte – o rebate dos sinos – o estrépito das armas retumbavam em sons medonhos. A torrente do povo corria para a praça do palácio: uns pretendiam arrombar as portas, outros lançar-lhes fogo, outros, enfim, pediam escadas para abalroar os muros. Tudo era confusão e alaridos. A plebe vociferava as mais afrontosas injúrias contra D. Leonor: e se chegassem a entrar no paço, ela sem dúvida seria feita [em] pedaços pelo tropel furioso. Neste momento de ânsia e terror o Mestre de Avis, por quem o povo clamava em altas vozes, apareceu a uma varanda, e declarando que o morto era, não ele mas o conde de Ourém, a tempestade aclamou e os gritos de furor se converteram em vivas ao infante. Então ele desceu à praça, e por entre a multidão, que o cobria de bênçãos, se encaminhou ao Rossio, onde habitava o duque de Barcelos.

Quando assassinaram o conde Andeiro, a rainha, ouvindo os gemidos do moribundo e o estrondo das armas, mandou indagar a causa daquele ruído. Costumada à dissimulação, sabendo a morte do seu amante, escondeu a aflição que sentia; mas vendo que todos começavam a fugir, cheia de terror mandou perguntar ao Mestre de Avis, se também ela havia de morrer. Segura da vida, e das intenções do infante, recobrou seu carácter altivo, ordenando a este saísse imediatamente do paço. O que daí a pouco ele fez, com vimos.

Neste tempo era bispo de Lisboa D. Martinho, castelhano natural de Zamora. Ao passar o tumulto pela sé, dirigindo-se ao paço, os sinos da catedral tocaram a rebate, como os das outras igrejas. Estes ao voltar o infante repicaram sucessivamente; porém a catedral foi muda. O povo, que sabia ser o bispo parcial da rainha, encheu-se de furor com isto, e muito mais vendo-o no alto da torre, para onde se tinha refugiado com dois hóspedes seus, mandando fechar as portas, assim que principiou o motim popular. Por uma fresta entraram logo na igreja, e abrindo as portas, subiu acima o procurador da cidade com mais três homens, e perguntou ao bispo a razão por que não fazia repicar os sinos. Deu este as suas desculpas; e os que haviam subido voltavam já sem lhe fazerem mal algum, quando o povo, cego de furor, começou a ameaçá-los de os matar por terem perdoado ao bispo e aos que com ele estavam. Então os quatro para salvarem as próprias vidas retrocedendo, lançaram mão do desgraço do bispo e dos seus dois companheiros, e os arrojaram da torre abaixo. A plebe, sempre feroz; despindo primeiramente o

cadáver do bispo, o arrastou pela cidade, indo adiante lançando um rústico o seguinte pregão: Justiça que manda fazer o papa Urbano a este traidor castelhano cismático. Este teólogo de taberna aludia ser D. Martinho sectário dos papas que então havia em Avinhão, enquanto a maior parte dos portugueses prestavam obediência aos que residiam em Roma.

Depois disto a rainha fugiu de Lisboa: os ânimos asserenaram um pouco; e daí a dias foi o Mestre de Avis declarado defensor e regente do reino.

## OS ALQUIMISTAS E A PEDRA FILOSOFAL

Não tinham somente o nome de alquimistas os homens estudiosos, que na idade média se aplicavam à alquimia; também se lhes davam os de *filhos da arte, iniciados, cosmopolitas, adeptos, rosas-cruzes, assopradores ou filósofos herméticos*. Esta última palavra aludia a Hermes, ou Mercúrio Trismegisto (isto é, três vezes sábio), famoso filósofo egípcio que alguns supõem ter sido conselheiro de Isis, mulher de Osíris, e que vivera perto de 1:9000 anos antes de Jesus Cristo.

A filosofia hermética, segundo os escritores que tiveram fé nesta ciência, era tão antiga como o mundo: ela tinha por objecto o buscar a *pedra filosofal, a panaceia universal, e a grande obra*. Imaginavam os alquimistas que existiam *metais perfeitos* como o ouro e a prata, e *imperfeitos*, como o mercúrio, o chumbo, &c., os quais era possível transmutar.

O ouro, diziam eles, é de todos os corpos da natureza o mais compacto, o mais pesado, e aquele que o fogo, a água, e o ar menos alteram. Designavam-no também pelo nome de *sol*, e o representavam na figura de um círculo; o que era simplesmente uma consequência da sua doutrina, que se propagava entre os *sábios*, somente por meio de imagens, e de comparações misteriosas.

Os Árabes, que muito cultivavam a alquimia, foram os primeiros que atribuíram ao ouro as mais estupendas virtudes medicinais, e o misturaram nas suas composições químicas, reduzido a folhas, pois pensavam que este metal fortalecia o coração, reanimava os espíritos vitais, recreava a alma, e era um remédio egrégio contra a melancolia, convulsões, e palpitações de coração. Os alquimistas que se apoderaram destas ideias, ainda as ampliaram mais, atribuindo todas as virtudes possíveis a esse ouro que eles presumiam saber extrair dos metais imperfeitos. O *ouro filosófico, a quinta-essência, a alma do ouro, a tintura solar radical, a água do sol, o pó de projecção, o magistério, a essência dos cedros do Líbano, o restaurador das pedras preciosas, o elixir universal*, todos estes nomes foram indistintamente dados à pedra filosofal.

Só uma crença muito forte, e muito arreigada, sustentada pelo prestígio de tão pomposas denominações, poderia inspirar aos alquimistas a pasmosa perseverança com que, sempre com mira na sonhada pedra filosofal, conservavam anos inteiros fornos acesos, onde fundiam os metais, e com eles quase sempre os seus cabedais. Muitos houve de quem a fama publicou haverem achado a pedra filosofal. Por exemplo, muito

tempo passou por certo que Nicolas Flamel a descobrira em 17 de Janeiro de 1332, e como tinha créditos de ser riquíssimo, quando faleceu, a cobiça induziu em fazerem várias escavações em uma casa que possuía na rua de Marivaux, em Paris; porem estes trabalhos foram sempre infrutíferos, como devia esperar quem fosse dotado de juízo. Antes de Flamel, Raimundo Lúlio, famoso escritor do 13.º século, transformou em ouro, segundo a voz do povo, durante o tempo que esteve em Londres, cinquenta mil libras de azougue para o rei Eduardo 1.º.

Por esse tempo, escrevia Afonso 10.º, o rei de Castela, em uma das suas obras: “ Eu tinha aprendido com F... a fazer a pedra a que eles chamam filosofal; nós a fizemos ambos; depois eu a fiz só; e foi com o seu auxílio que muitas vezes engrossei os meus tesouros.”

Finalmente, no 17.º século, Van Helmont filho, o último homem notável que se ocupou em fazer a grande obra, afirmava ter visto e palpado muitas vezes a pedra filosofal, a qual, segundo ele diz, tinha cor do açafão em pó, e brilhava como o vidro moído. Deram-lhe a quarta parte de um grão. E esta ténue quantidade bastou para mudar oito onças de mercúrio em puríssima prata.

Contam-se infinitos tratados de alquimia, quase todos escritos em linguagem misteriosa, que prescrevem fórmulas ou receitas para efectuar a grande obra. A seguinte é uma das mais sucintas e claras: lançai em uma redoma de vidro, ao fogo de área, elixir de Aristeu com bálsamo de mercúrio, e um peso igual do mais puro ouro de vida e a calcinação, que ficar no fundo da redoma irá multiplicar-se mil vezes. Os assopradores, que queriam seguir semelhantes receitas, sempre se empobreceram.

A pureza da alma era instantaneamente recomendada pelos químicos como condição essencial para o bom êxito dos seus trabalhos, alguns deles todavia bem longe estavam de possuí-la. Flamel exercia a usura em Paris, e chegou a enriquecer muito mais por este meio, do que pela *divina pedra*. Paracelso, no 16.º século, passou quase toda a vida na embriagues e na devassidão, e morreu numa bodega de Salzbouurg, tendo apenas 48 anos de idade, não obstante ter quase chegado a prometer a imortalidade aos que fizessem uso dos seus segredos. Depois de haver queimado publicamente os livros dos médicos gregos, ele exclamava com orgulhosa ironia, durante o curso que deu na Alemanha «Avicena, Galeno, e vós todos filósofos e médicos vulgares, as fitas dos meus sapatos sabem mais do que vós; todas as Universidades e todos os escritores reunidos têm menos ciência que os pêlos da minha barba e do meu pescoço; eu, eu só sou o verdadeiro monarca da medicina!»

A extravagância destas palavras pouca admiração causará a quem se lembrar que naquele tempo quase todos os homens de mérito criam firmemente nas ciências ocultas, que os mais instruídos frades lhes consagravam na solidão do claustro os seus estudos e vigílias, e que quando nasceu o protestantismo, filósofos, cujos nomes ainda hoje são honrados por muitos títulos, sustentavam teses publicas acerca da astrologia judiciaria, da cabala, e da magia.

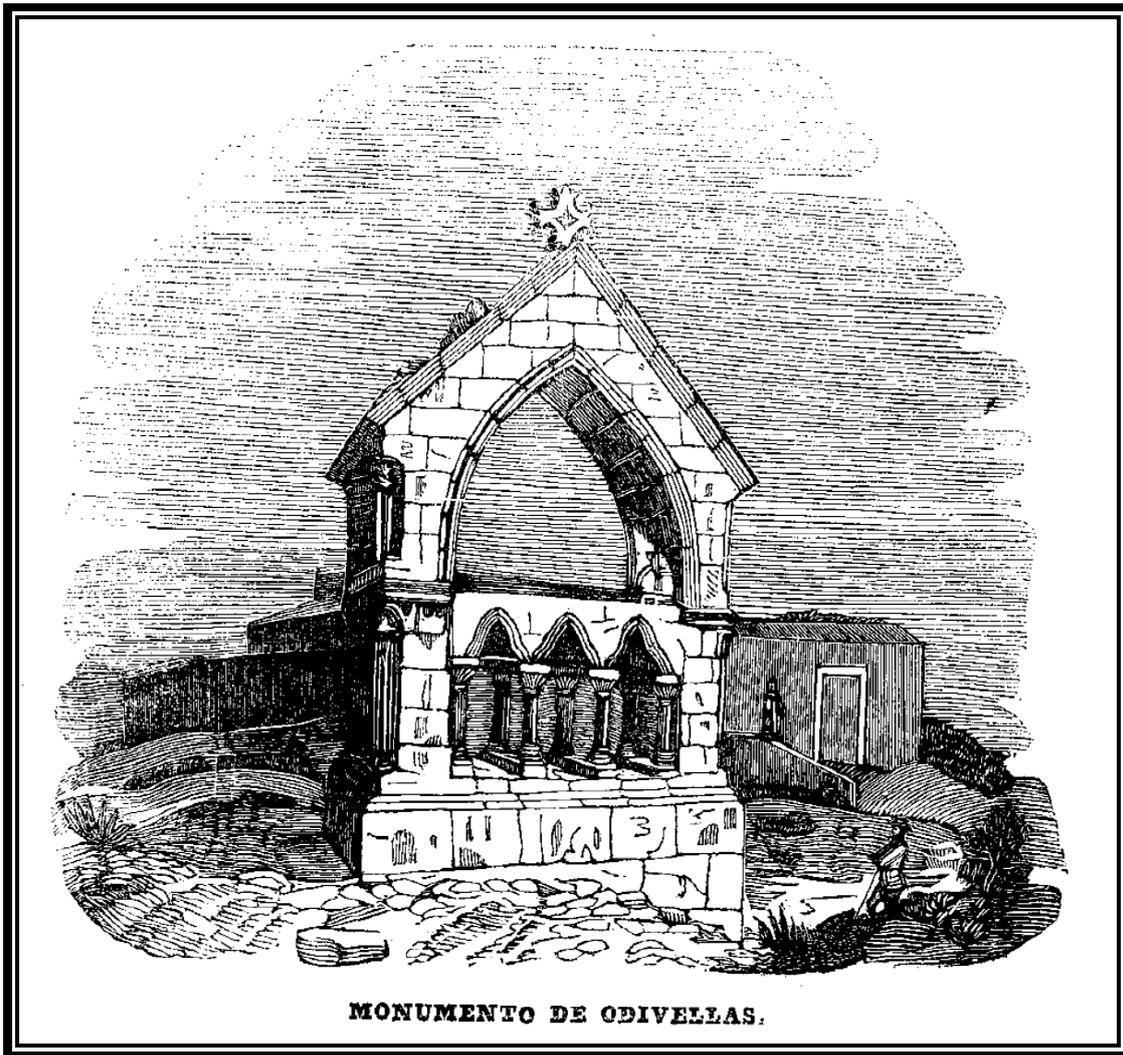
É certo que para isto concorria não existirem então as ciências exactas, que com grandessíssima dificuldade começavam a surgir dos caos da fábula; porque não era possível, sem despender muito tempo, coligir as observações que deviam formar as bases de trabalhos sérios e incontestavelmente úteis; porém hoje que o adiantamento da química tem feito conhecer que o ouro assim como todas as outras substâncias, a que se dá o nome de metais, deve ser considerado elemento ou corpo simples, visto resistir a todos meios de decomposição, expor-se-ia com certeza a passar por insensato todo aquele que tentasse a quimérica empresa de fazer ouro.

Mas nem por isso devemos condenar severos ao desprezo os químicos da idade média que obravam de boa-fé, e que tendo em pouco os trabalhos, as despesas, e os perigos, foram por entre as trevas abrir as primeiras portas da ciência. De importantes descobertas, somos devedores às manipulações laborosas e aturadas, a que eles submetiam uma imensidade de matérias. Quem pode negar o merecimento dos esforços de Paracelso para introduzir na medicina o uso das preparações antimoniais, mercuriais, salinas, e férreas, com que fez curas prodigiosas?

Quanto aos químicos de má-fé, charlatões, avaros que tanto se multiplicaram no 16.º século, voluntariamente votámos a sua memória ao desprezo devido a vis pelotiqueiros, que vagavam pelo mundo vendendo muito caro aos crédulos o segredo de fazer ouro, como se quem o possuísse carecesse de vendê-lo para ser rico.

São conhecidas algumas fraudes destes velhacos.

Uns sabiam introduzir habilmente no chumbo ou cobre derretido parcelas de ouro contidas numa varinha oca, que usavam para misturar os ingredientes; outros serviam-se de cadinhos, cujo fundo enchiam de ouro ou de prata amassada, que ocultavam com outro fundo falso, feito com o mesmo pó do cadinho e água gomada. Expostos estes vasos a um fogo vivíssimo, e resolvido o mercúrio ou o chumbo, que neles lançavam, apareciam o ouro ou a prata calcinados.

**ODIVELAS**

Quem tivesse lido na *História de S Domingos*, por Fr. Luís de Sousa, a descrição do Convento de Benfica, não descansaria sem ver este edifício, que a pena eloquente do escritor soube pintar como uma das maravilhas do mundo. Chegando porém cheio de curiosidade àqueles sítios imortalizados pelo cronista Dominicano, ao avistar de perto o Convento começar-se-ia a desvanecer a ilusão: entrando, ela fugiria inteiramente. Nada ali faltara do que se lera no livro, salvo o génio do historiador: - este génio havia dado grandeza e vida ao que era mesquinho e morto: - o claustro, as águas, o sátiro, a verdura lá se viam – mas o frade, porventura ignorante, que mostrava isso tudo, não era Fr. Luís de Sousa. A realidade da pedra tosca, da fonte pobre, da verdura sem viço, da estátua mal cinzelada, contrastava o ideal da descrição: e o admirável que até ali a imaginação atribuía ao edifício, desde esse monumento se dava a quem pertencia - ao escritor, que, semelhante à divindade, tirara do nada, uma fábrica maravilhosa.

Deste género, posto que não primorosa em estilo, é a descrição, que o cronista Fr. Francisco Brandão nos deixou do mosteiro de Odivelas. - Quem ler por cinco ou seis capítulos da *Monarquia Lusitana* a história da fundação do mosteiro, crerá ao visitá-lo, que se enganou no caminho. Verdade é que só do primitivo edifício resta hoje a igreja; mas esta, acanhada, bárbara, e mesquinha, não corresponde à ideia que dela havíamos figurado. A capela, que contém o túmulo de el-rei D. Dinis, fundador do mosteiro, é um vão escuro, onde apenas cabe o monumento, cujos labores, que parecem ter sido obra de subtil artífice, hoje mal se podem ver; porque a frente do túmulo foi voltada para a parede, e o que ficava a face da igreja, coberto de estuque pintado; barbárie esta digna de freiras Bernardas. - No exterior apenas oferecem vestígios de venerável antiguidade, os muros da capela-mor, e o átrio da entrada, colocado a um lado, e de arquitectura gótica. - Numa das paredes deste está embebida uma bala de pedra da circunferência de mais de cinco palmos, por baixo da qual se lê a seguinte inscrição: *este pelouro mandou aqui offerecer a san Bernardo don Alvaro de Noronha por sua devaçam, que he dos quom que lhe os turcos combateram a fortaleza Durumuz semdo ele capitam dela, na era 1557*

Esta data deve-se entender do ano, em que a bala se colocou em Odivelas; porque o cerco de Ormuz foi no ano de 1552, sendo vice-rei da Índia D. Afonso de Noronha. Pirbec, general dos turcos, pôs este cerco, o qual foi obrigado a levantar depois de ter inutilmente esbombardeado alguns dias a fortaleza com artilharia grossa. Dizem Diogo de Couto e Francisco de Andrade, que nos muros ficaram embebidas muitas balas, que por muito tempo aí se conservaram; e seria por ventura uma destas que D. Álvaro de Noronha trouxe a Portugal em memória daquele feito.

Junto ao convento está um outeiro do lado de Lisboa, sobre o qual se vem estendendo a povoação de Odivelas. Neste outeiro, ergue-se o monumento, que precede este artigo, e que a tradição popular denomina - Monumento de D. Dinis.-

Em todos os nossos historiadores, quer eclesiásticos, quer seculares, a única notícia que encontrámos acerca deste monumento é a que nos dá Fr. Francisco Brandão, que descreve o enterro de D. Dinis: “Alguns querem dizer (palavras do escritor) que aonde está agora um arco de pedraria, parou a liteira e fizeram-se as costumadas cerimónias; mas aquele arco, que responde a outro, que está à saída de Lisboa para aquela parte, no campo da forca, se puseram por descansar naqueles lugares o féretro de D. João o 1º, quando de Lisboa veio tresladado para ao seu jazigo do real convento da Batalha, como se dirá a seu tempo.

O outro arco, de que fala Brandão, já não existe, e este parece com efeito ter sido erguido em memória de D. João 1º, por ter no remate a cruz floreteada de Avis, da qual ordem D. João 1º era mestre. O escudo de armas, posto no fecho do arco, tem na orla treze castelos. Isto talvez decidiria a questão; porque não conhecemos selos de D. Dinis com tão grande número deles, e só alguns de D. João 1º se vêem orlados com treze ou catorze castelos. Mas parece que algumas peças do arco foram em tempos modernos reformadas, e não temos certeza se o escudo que está no alto seria posto de novo.

Entretanto os pequenos arcos colocados no centro do monumento fá-lo-iam a muitos parecer de mais remota época: as suas voltas pertencem à arquitetura árabe, ou antes mourisca, e a separação das pequenas colunas sobre que assentam, lhes dá igualmente um cunho mourisco. Se a nossa arquitetura antiga pudesse classificar-se como a dos outros povos, a denominação de *Monumento de D. Diniz*, dada esta memória, não seria inteiramente infundada; visto que fora quase impossível encontrar uma obra do 15º século traçada em grande parte segundo o estilo árabe: mas para a história da arquitetura portuguesa, nem ainda os fundamentos estão lançados; e não seríamos nós que ousássemos dizer, que a influência do gosto mourisco não chegasse em Portugal até ao reinado de D. Duarte.

monumento de que tratamos não tem inscrição alguma que revele o seu objeto: apenas na face que está para o lado de Lisboa tem a um lado e perto da base o seguinte letreiro, gravado em caracteres muito modernos = 1721 – R.T.F. =: isto nada indica, a não ser a época em que foi concertado. Daí apenas se poderiam tirar conjeturas, que nada importariam ao leitor.

## **O LEITE DOS ANIMAIS E SUAS PROPRIEDADES**

Por maiores que sejam as vantagens, que o homem sabe tirar do género - boi -, sempre sobressai, como uma das mais distintas, a quantidade, e nutritiva qualidade do leite de vaca, que em todos os tempos tem sido uma considerável parte do sustento do género humano nos países, onde se acha aquele animal; e que indubitavelmente foi a causa da primitiva domesticidade, e gradual melhoramento desta espécie.

Onde quer que se conhecem, a vaca e seus congêneres são quase os únicos animais, que dão leite em muito maior abundância do que requer a sustentação da prole; e que isto é uma propriedade destes animais, mesmo no estado de bravios, e pode inferir-se do tamanho da teta em comparação com as de todos os outros mamais. A quantidade de leite que produz a vaca doméstica varia comumente segundo a estação, a variedade da espécie, e a natureza e abundância do alimento. As vacas de mais fama em Inglaterra são as das ilhas do canal, com especialidade as de Alderney: as de Guernesey são mugidas três vezes ao dia; os nossos proprietários em geral cuidam muito pouco do aperfeiçoamento das raças. Londres, a cidade mais populosa da Europa, tem, para a prover de leite suficiente ao seu consumo, acima de 9000 vacas; e como tão grande número está em edifícios fechados nos arrabaldes imediatos à cidade, não pode haver bastantes pastagens sequer para metade; por isso a maior porção do alimento daqueles animais consiste no bagaço de grãos, de que se fabrica a cerveja, e do qual se destilam outras bebidas espirituosas; nalgumas ocasiões lhe ajuntam, em pequenas porções, nabos, cenouras, feno, e bolo de azeite (oil cakee). Quando as vacas estão velhas para dar leite as cevam com este bolo para as vender ao carnicheiro, de ordinário são mugidas duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde; mas em algumas herdades as ordenham somente ao meio dia, e sendo a esta hora não é tão boa a qualidade do leite.

Inda que o leite de vaca é o que principalmente se usa na Europa por alimento, contudo diferentes nações também empregam o de égua, de burra e de camelo; sendo muito usado principalmente no nosso país o de cabra, e de ovelha. Sendo todas as castas de leite, ainda que variem no sabor, próprias à nutrição da criatura, todas se adaptam à sua geral composição química e orgânica. É um fluido branco, opaco, mais pesado do que a água, e de sabor doce e delicado. Tirado recentemente do animal, e deixando-o assentar, separa-se em duas partes: um fluido mais consistente e oleoso, chamado nata, que flutua ao de cima; e outro por baixo mais raro, pesado, e volumoso, em grandes

flocos. É esta uma divisão puramente mecânica, que procede das diversas gravidades específicas das duas partes constituintes; e que ao mesmo tempo manifesta as propriedades daquela substância.

Passado um período de tempo maior do que o necessário para produzir a separação da nata, quer esta tenha sido removida, quer não, acontece uma alteração química no leite. O líquido torna-se ácido; a putrefação sobrevém pela coagulação; o leite se divide em duas substâncias distintas: formam-se massas espessas, moles e brancas chamadas *coalhadas*, e flutua um líquido delgado chamado *soro*. Esta coagulação pode impedir-se por algum tempo, adicionando-se ao leite algum ácido, ou certas substâncias químicas que adstringentes, o álcool, a gelatina, e várias outras. O leite é também suscetível de fermentação vinosa e acetosa.

A nata difere do resto do leite porque contém a maior parte da porção oleosa, que é a base da *manteiga*: mas esta separação efetuada naturalmente ainda não é completa; porque apesar de predominar em a nata a parte butirosa ou manteiguenta, contudo lá fica sempre alguma porção dela no soro ou *sorum*, e na *caseosa* ou do queijo; e para se obter estreme aquela substância é necessário empregar o artifício humano, de que para ao diante trataremos. Notaremos de passagem que a manteiga, posto que extraída de um líquido azedo, é perfeitamente doce; e a pequena porção do ácido que se acha nela é de tal forma combinada e oculta, que se não denuncia ao paladar.

Qualquer que seja a preparação do leite é sempre salutífera; e quando o estômago de alguma pessoa o não abraça é sinal certo de estar arruinado. O leite simples, ou a nata, ou a manteiga, queijo, coalhada fresca, o soro da nata quando se faz manteiga (*buttermilk*), e ainda mesmo todas, ou algumas destas coisas, já um tanto coaguladas e ácidas, são perfeitamente inocentes para a saúde. O soro, sendo guardado por tempo bastante, passará por uma fermentação vinhosa e espontânea, e poderá extrair-se-lhe álcool: neste estado, é nas províncias do norte de Inglaterra considerado como bebida embriagante. Os tártaros, como é bem sabido, preparam copiosas porções de bebidas espirituosas do leite das éguas. Este leite é na matéria oleosa inferior ao de vaca, porém encerra mais partes sacarinas, e também outros sais.

O leite de ovelha é tão abundante de óleo como o de vaca, mas contém menos partes sacarinas do que o de outros animais. Ainda nos condados do norte da Inglaterra, e na Escócia, se fabricam os queijos do leite de ovelha; mas vão pouco a pouco caindo em desuso, por serem inferiores aos de leite de vaca.

O leite da jumenta se parece com o de mulher em várias das suas qualidades; de cuja semelhança procede a sua aplicação aos doentes com achaques pulmonares.

O de cabra é talvez o mais próximo em qualidade ao de vaca; e por isso muito usado em todo o sul da Europa: fornece excelente queijo e também manteiga, porque tem a nata mais copiosa e succulenta que o de vaca.

O de camela é usado na China, na África, em uma palavra, em todos os países, onde este animal prospera: e sendo bastante fraco, como é leite, sempre tem preço onde não pode haver-se melhor.

O leite da porca também se parece com o de vaca; e é usado em Cantão e outras partes da China.

O de búfalo é semelhante ao de vaca, posto que os dois animais pertençam a espécies diversas.

Nenhuma nação, que nós saibamos, usa do leite de algum animal carnívoro. Não há razão para crermos que o leite desta ordem de animais seja ou desagradável ou insalubre: mas a ferocidade e a agitação dos indivíduos, apresentará sempre obstáculos à experiência. Já mencionámos que as diferentes castas de leite de animais, de que temos conhecimento, combinam nas suas qualidades sensíveis e químicas; o que facilmente se confirma, porque outros animais, além do homem, podem ser na infância nutridos com o leite de espécies, e até de géneros, ou ordens, muito distintas. Há exemplos de ratos e lebrachos amamentados por gatas, de corços pequenos por ovelhas, e de burrinhos por cabras; e o homem em todas as escalas da sua existência é nutrido pelo leite de animais diversos, menos dos carnívoros.

## POESIA

O homem arrojado em uma vida semeada de gozos e dores, de recordações e esperanças, foi dotado pela natureza dos desejos e da faculdade de comunicar estes sentimentos todos aos seus semelhantes; porém para o alcançar carecia de tornar a imagem deles tão sensível como a própria realidade. Foi isto que deu origem à poesia, e depois à eloquência da palavra, do gesto e do estilo. Assim, todos os povos, ainda barbaríssimos, tiveram e têm uma literatura. Nós a encontramos nos monumentos mais remotos das nações da Europa e da Ásia, nas canções das rudes tribos da Negrícia, e nas tradições dos selvagens da América. Em toda a parte e em todos os séculos, a linguagem harmoniosa da poesia influi nas turbas: - em toda a parte e em todos os séculos retumbou no coração humano o gemido da aflição, o cântico do prazer, ou o hino vivido do entusiasmo, surgindo da alma do poeta, quando nela transborda qualquer destes sentimentos.

E estas inspirações, por cujo meio o homem revela a sua origem celeste, não dependeram jamais do aumento de civilização, quanto à sua essência, mas só quanto à sua forma acessória. O poeta, como o artífice ou o filósofo, é levado pelas opiniões e costumes do século; porém no âmago dos seus cantos há sempre um ou muitos pensamentos perpétuos e imutáveis: a tradição dos princípios morais que não flutuam, das ideias santas que devem estar gravadas no espírito de todos aqueles que têm pátria, família e Deus, está confiada às almas dos poetas. São Eles os depositários de uma herança de virtude: e desgraçado daquele que falsando sua missão na terra, conspurcou com o lodo de paixões ignóbeis o tesouro do género humano.

O génio, pois, é superior a esse progresso lento de cálculos e raciocínios, a esse aumento de complicação na máquina social, a que se chama aperfeiçoamento. Como um deus ele grita à imaginação do povo: crede-me porque sou onnipotente – e o povo levanta um clamor de admiração, e diz ao génio: - tu és, com efeito, um deus!

– Sobre as cinzas de David, de Isaías, de Jeremias, e de Homero pesam as cinzas das raças que passaram na terra por mais de vinte e seis séculos, e as palavras desses homens ainda ressoam em nossos ouvidos com uma harmonia, que nos pede, ao escutá-la, amplo tributo de espanto e entusiasmo. Os heróis do *Semunda-Edda* foram há muito saciar-se de batalhas no céu de Odin: os seus cantores dormem há mil anos; mas as poesias atléticas dos Nibelungos e Volsungos, ainda nos aterram, a nós homens apoucados de uma época mesquinha, em que muitas vezes o sublime nos parece

barbárie, e a virtude taxamo-la de superstição ou fraqueza.

A história acompanha as nações do berço ao túmulo, e ali lhes abandona os cadáveres, para seguir os povos que de novo nascem: - ela observa impassível a humanidade, e impassível transmite de época a época os sucessos passados. A poesia porém paira sobre as existências, e quando as levanta da terra é para as revestir de vida e de perpetuidade. Para as dores e desventuras do homem não tem a história uma lágrima; mas a poesia as derrama, porque ela é o monumento da vida íntima, enquanto a história o é apenas dos atos e da vida externa.

E é isto o que torna a poesia tão grata em todos os tempos. Ela é como um eco da existência do futuro – e qual de nós não sente que esta não é a nossa pátria? Quem não sonha um outro existir, mais digno de nós, e em que o homem não se envergonhe mil vezes de ter este nome? Alguém haverá: - porém, acerca deste, doamo-nos só de que o barro que forma o seu vestido terrestre lhe pudesse assim calar a voz consoladora da consciência, que nos fala de uma origem celeste e de um futuro de imortalidade.

A poesia é a aspiração dessa voz íntima: - nada mais. Onde esta não aparecer não surgirá aquela. Não se creia poeta o que dispõe num livro algumas centenas de imagens triviais em versos melódicos e com uma pura dicção: - os tiranos costumam ter servos que lhes roubam aos remorsos suas horas solitárias – e esse desgraçado foi, por ventura, apenas um menestrel parasito.

Como nos cantos de Camões e de Homero sejam sempre livres, e inspirem sempre amor de virtude e de pátria os cantos de todos os bardos: o que for alheio a estas paixões generosas, que não cure deixar um nome à posteridade, porque se o alcançasse em vez de glória só recolheria infâmia.

Considerada assim, a poesia é uma coisa útil. Companheira da moral, ela a faz penetrar no coração humano por meio do sentimento: e o sentimento para o homem vale mais que todos os raciocínios.

O seguinte poema, que alude ao facto de um cão que passou o resto dos seus dias junto da sepultura do dono, morto em Julho de 1830 no ataque do Louvre, foi composto por um dos mais célebres poetas franceses, ainda vivos. Procurámos quanto em nós coube dar na tradução o sentimento profundo que transluz em todas as estrofes do original. Os leitores avaliarão quanto nos aproximamos ao alvo que tivemos em mira.

## O CÃO DO LOUVRE

(Poema de Casimiro Delavigne, traduzido por Herculano.)

Tu que passas descobre-te! – ali dorme  
O forte que morreu:  
Dá ao mártir do Louvre algumas flores:  
Dá pão ao seu libréu.

Da batalha era o dia! – O canhão troa  
E o livre corre à morte – e junto dele  
O seu cão vai:  
A mesma bala ambos feriu: - o mártir  
Não choreis: - mas o amigo seu que vive  
Só deplorai!

Tristonho sobre o forte ele se inclina,  
Afangando-o, e gemendo: e a ver se acorda  
Põe-se a latir;  
E do seu companheiro no combate  
Sobre o cadáver sanguinoso o pranto  
Deixa cair.

Esse torrão guardando, onde repousam  
As cinzas dos heróis, nada o consola  
No seu gemer:  
E ao que o ameiga, triste repelindo,  
“Oh! que não és meu dono!” o cão parece  
Tentar dizer.

Quando sobre as grinaldas de perpétuas  
O matutino alvor da aurora o orvalho  
Faz cintilar,  
Os olhos abre vividos, e pula  
Para afagar seu dono, que ele pensa  
Há-de voltar!  
Quando da noite a viração as c’roas  
Fez ranger sobre a cruz do monumento,  
Desanimou:

Ele quisera que seu dono o ouvira:  
E ladra, e uiva, mas o adeus da noite  
Não escutou.

O inverno chega; e a neve, com violência,  
Cai, e branqueia, e esconde esse gelado  
Leito de morte:  
Ei-lo que solta um lúgubre gemido,  
E busca, ali deitando-se, ampará-lo  
Do frio norte.

Antes que os membros lhe adormeçam de sono,  
Mil tentativas para erguer a campa  
Inúteis faz:  
Depois consigo diz, como ontem disse:  
“Quando acordar, por certo há-de chamar-me:”  
E dorme em paz.

Mas pela noite em sonhos vê trincheiras,  
E seu dono entre as balas encontradas  
Cair ferido:  
E ouve-o, que o chama com sibilo usado,  
E ergue-se, e corre atrás de uma vã sombra,  
Dando um bramido.

É ali que ele espera, hora após hora,  
E saudoso murmura: - ali pranteia,  
E morrerá:  
O nome seu qual é? – Todos os ignoram  
O que o sabia, o dono seu querido,  
Nunca o dirá!...

Tu que passas descobre-te! – Além dorme  
O forte que morreu,  
Dá ao mártir do Louvre algumas flores:  
E esmola ao seu libréu.

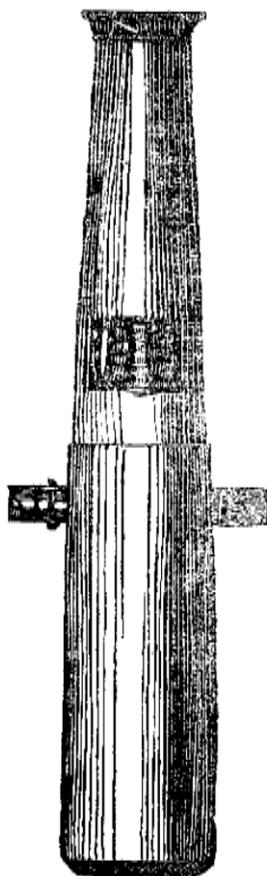
## TARAMBOLA E O CROCODILO

Quando o crocodilo carece de repouso, e que vem deitar-se a dormir na margem do rio Nilo, é obrigado a ter a boca aberta para respirar. Apenas o animal se deita, eis aí os mosquitos de volta dele. Estes insetos, atraídos pelos restos da comida, que ficam sempre por entre os dentes do crocodilo, e que ele não pode extrair porque não tem mobilidade na língua, vêm às nuvens meter-se-lhe na boca, e rapidamente lhe mudam a cor das fauces de vermelha em parda; tão bastos são. Todos nós sabemos por experiência própria, que os mosquitos têm uma espécie de tromba com que mordem e chupam, e que basta um, que pouse em uma parte sensível, para causar comichão, e levantar uma empola, que dói suficientemente. Imagine cada um agora, como raivará o crocodilo, com uma tal nuvem deles, aferrados à língua e ao céu-da-boca. Por certo que o animal não resistirá a tão grave tormento, se não fora um pássaro, vulgaríssimo no Egito, que o socorre. Esta ave a que chamamos tarambola (em latim *trochylus*) sustenta-se de insetos. Levada pela gulodice do abundante pasto, não receia entrar nas goelas do crocodilo, de aí pousar, e de ir tragando com todo o sossego os mosquitos que estão entretidos a chupar. O crocodilo, agradecido aos bons ofícios da ave, não lhe faz mal nenhum, nem a isto só limita a sua gratidão, porque, se quer mergulhar, não se esquece de sacudir a cabeça para a avisar que se ponha em cobro. A ave, advertida, voa imediatamente, e o crocodilo desaparece.

Este singular facto, hoje indubitável, souberam-no os antigos; e posto que Heródoto, Aristóteles, e muitos outros autores falem dele, os naturalistas modernos puseram-lhes suas dúvidas; e até alguns afirmaram que isto era um conto da carochinha. Foi Mr. Geoffroy Saint-Hilaire, um dos maiores sábios do nosso tempo, quem restituiu o crédito aos antigos autores. Sendo um dos membros da expedição científica mandada ao Egito, quando os franceses conquistaram este país, testemunhou ele próprio, nas ribeiras do Nilo, o curioso facto da boa-amizade entre a tarambola e o crocodilo. Afora isto, o mesmo facto se observou na ilha de S. Domingos; com a diferença de que não havendo neste país tarambolas, é um pássaro que ali chamam *todier*, quem acode aos crocodilos. As circunstâncias do caso são as mesmas, porque os hábitos das suas castas de aves são inteiramente semelhantes.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No seguinte número teremos ocasião de falar mais minuciosamente do crocodilo, tratando do jacaré, ou caimão.

**A PEÇA DE DIU****PEÇA DE DIU.**

A época mais remota a que dizem remonta a invenção da artilharia é a 1330. – Foi por ela que o uso das armas de fogo começou, e chamavam então aos canhões *bombardas*. Estas eram a princípio pequenas, mas como com elas pretendiam substituir as balistas para arruinar os edifícios, e as pequenas balas não alcançavam este efeito, começaram a fazê-las maiores, e assim chegou brevemente a havê-las de um tamanho prodigioso.

A primeira vez que se fez uso da artilharia foi no cerco de Cláudia-Fossa, onde os venezianos sitiaram os genoveses em 1366. Outros dizem que já se serviam dela em França, no tempo de Philippe de Valois, pelos anos de 1338.

As mais antigas peças eram construídas de vergas de ferro, que se ligavam com cintas do mesmo material; mas era palpável o defeito de semelhante construção, e assim sucessivamente as foram fazendo de ferro batido e depois fundido. Das antigas peças de ferro batido está uma no nosso arsenal do exército, que dizem viera da Índia, obra de maravilhosa perfeição.

Já no décimo quinto século havia bombardas de desmesurada grandeza, ou por ventura foi esta a época em que os maiores se fizeram. No sítio de Constantinopla, posto pelos turcos em 1453, tinham estes algumas peças que jogavam balas de pedra de 1200 arráteis.

A peça de maior grossura que apareceu em França foi uma, fundida em Tours em 1470, que jogava bala de 500 libras e cursava 16:200 pés. Ao segundo tiro que se deu com ela, rebentou logo, matando o fundidor e mais de vinte pessoas, que estavam ao pé. A peça de maior comprimento que se fez no mesmo país foi a chamada colubrina de Nancy, fundida em 1598, a qual tinha 22 pés de comprido, jogava balas de 18 arráteis, e alcançava a distâncias de duas léguas. Outra celebre colubrina, que existe em Metz, foi tomada pelos franceses em Ehrenbreitstein no tempo da revolução, a qual pesa 26:383 arráteis, e lança balas do peso de 141: o seu comprimento são 14 pés. Em 1717 se tomou aos turcos uma bombardas em Belgrado, cujas balas pesavam 110 arráteis, e cujo comprimento eram 25 pés. Nos primeiros tempos da invenção da artilharia, as balas eram todas de pedra; e talvez só no décimo quinto século se começaram a usar os pelouros de ferro.

Havia um número muito grande de nomes que se davam às peças, e que porventura indicavam a sua forma e tamanho. Em nenhuma nação, como entre nós, aparece tão notável variedade desses nomes. Os leões, basiliscos, colubrinas, esperas, casapos, e tantas outras denominações que se encontram nos historiadores portugueses, indicam as diversas castas de artilharia de que os nossos se serviam; e sobre tudo a grande multidão destes nomes se acha nas histórias da Índia.

Em Portugal crê-se geralmente que a artilharia serviu a primeira vez na batalha de Aljubarrota; - porque nenhum historiador nosso faz menção dela antes dessa época. Fernão Lopes refere que os Castelhanos trouxeram consigo dezasseis *trons* e *bombardas*. Descrevendo a batalha, diz o cronista, que puseram fogo a alguns *trons* e *bombardas*, o que é somente prova serem esses *trons* peças de artilharia; visto que o mesmo nome se dava aos engenhos de guerra, que havia antes da invenção da pólvora. Desta artilharia, porém, que toda caiu nas mãos dos portugueses, não achamos mais notícias, nem achamos que os portugueses se servissem delas, antes continuaram a usar das diversas máquinas de guerra antigas, como se viu no cerco de Chaves e de outras terras, em que combateram e derribaram muros e torres com engenhos de diversas maneiras.

Porém no tempo de D. Duarte os historiadores fazem menção de artilharia grossa nos assédios das praças, e até no cerco de Tânger, posto pelo célebre infante D. Henrique, já os portugueses tinham espingardeiros. Neste cerco, segundo Duarte Nunes de Leão, combateu-se a cidade com artilharia de grosso calibre, a qual aí deixaram, quando houveram de retirar-se. Dela se serviram os mouros no cerco de Alcácer-Ceguer, em tempo de Afonso 5.º, e entre outras de uma bombardã monstruosa, que lançava balas de pedra que pesavam 512 arráteis, e que assim excedia a célebre peça de Tours, de que já fizemos menção.

A bombardã, cuja gravura aqui damos, é uma das maravilhosas em grandeza, que de tempos antigos nos restam. Tem de comprimento 27 palmos e 3 polegadas: a sua circunferência na culatra é de 9 palmos e 9 polegadas, e na parte mais grossa da moldura da boca 7 palmos e 7 polegadas. Pode levar balas de ferro de 110 arráteis, tendo de diâmetro na boca 8 polegadas e 8 linhas. A sua matéria é uma liga de cobre e estanho: vê-se que não foi torneada depois de fundida, porque apresenta vestígios da forma; porém a fundição está excelentemente feita. Esta peça foi achada pelos portugueses em Diu, quando tomaram posse da cidade, tendo morto o sultão Bádur. Eis o que a este respeito diz o historiador João de Barros no livro 8.º da sua 4.ª Década.

«A artilharia assi dos navios, como dos almazéns, era de grande número de peças de metal mui grandes, em que avia três basiliscos<sup>1</sup> de admirável grandeza, dos quais um que fora do Soltam de Babilónia, que Rumechan trouxe quando vêo a Dio, por ser peça notavel, Nuno da Cunha mandou a elRei a Portugal, e as peças de ferro eram sem número, e dellas mui formosas e grandes.»

Segundo uma nota de João Baptista Lavanha, editor da 4.ª Década de Barros, este basilisco estava no castelo de Lisboa, em tempo dos Filipes. Murphy, na viagem a Portugal, refere que estando para se fundir a estátua equestre de el-rei D. José, fora esta peça trazida com outras, para ser derretida: mas que um embaixador de Tunes, então residente em Lisboa, vendo-a, fizera notar ao intérprete, Frei João de Sousa, a increpação árabe que está sobre a peça, e que assim foi salva e depositada no arsenal do exército, onde hoje está. Nas memórias de literatura da academia se refere o caso quase pelo mesmo modo. Frei João de Sousa pôs aquela increpação em vulgar; porém Mr. de Sacy deu por inexacta a versão. O Sr. Frei José de Santo António Moura publicou então

---

<sup>1</sup> **Ota nossa:** É uma serpente. Com uma coroa dourada, e no macho uma pluma vermelha ou negra. Basilisco - Criatura mitológica. [nota do autor]

uma memória contra Mr. de Sacy, com o intuito de defender o Mestre Sousa; mas na sua tradução aparece tanta diferença da interpretação primeira, que julgamos desnecessário apresentar esta, contentando-nos com a que ele nos dá, que é a seguinte:

A nosso Amo, Rei dos Reis do presente Seculo,  
Vivificador da Lei do profeta do Misericordioso,  
Esforçado guerreiro na exaltação dos preceitos do Alcorão,  
humilhados do fundamento dos Sectários do erro,  
destruidor das habitações dos adoradores dos ídolos,  
Vencedor no dia do encontro dos dous Exercito,  
Herdeiro do Reino de Salomão, confiado em Deos Benfeitor,  
e possuidor das Virtudes, o Soberano Bahadur Xah,  
esta peça, fundida a 5 de Dul — Kaada do ano 939,  
Se dedica, *(corresponde a 29 de Maio de 1533)*.

## EDUCAÇÃO MATERNA

O que é a mulher? - O que é este ente a quem devemos o existir, que guia os nossos primeiros passos ao sair do berço, e que, assemelhando-se a um anjo consolador, vela por nós até descermos à sepultura? Os rudes Francos, saídos dos bosques da Germânia, em vez de estabelecer a mínima analogia entre os dois sexos, estavam antes persuadidos de que a mulher era de uma espécie privilegiada pelo céu, e não duvidaram de havê-la por instituidora e mestra de suas tribos guerreiras. Estes bárbaros (nome que nós lhe damos) tinham com o seu bom e singelo juízo conhecido que onde resplandecesse a ternura materna, aí residiriam todos os elementos do progresso e ventura da humanidade. Brevemente desbordada dos seus direitos sagrados e limitada, em câmbio da veneração religiosa que lhe coubera, unicamente aos cortejos de ridículo e culpado galanteio, a mulher foi constringida a abandonar a sua missão de benfeitora. Contudo, sem embargo da nossa injusta e desassisada usurpação, ainda podemos certificar-nos de que com isto nos privamos nós mesmos de grandes vantagens.

Com efeito, saindo-lhe das mãos, para cair nas do homem, as crianças degeneram logo: a nossa aspereza murcha-lhes as graças: o espírito torna-se-lhes, inflexível e brigoso: esmorece-lhe a esperteza e a perspicuidade, e muitas vezes somem-se ambas para darem lugar à torpe ignorância, ou às tristes consequências de uma educação viciosa.

De que nasce isto? — De ser incapaz o homem de desenvolver nelas as primeiras faculdades, sendo tão hábil em aperfeiçoar a própria espécie: assaz afastado da infância pela sua situação social, ignora que sentimentos deva excitar, as molas que há-de mover, nem sabe adivinhar as precisões destas tenras inteligências, cuja linguagem desaprendeu, nem dirigir-lhes as vontades, nas quais já não sabe ler. As mães e só as mães podem aquilo que nunca o homem será capaz de tentar, com bom sucesso; pelo menos até a época, em que o infante, já mancebo, se possa aproveitar das suas lições científicas. Entreguemos pois ao cuidado das mães o exercer as funções para que a natureza as criou. Não nos envergonhemos de confessar que nos enganámos em encarregarmo-nos de um ministério, para que não temos vocação; regeneremos fundamentalmente a sociedade, e em vez de nos arrepender disso, persuadamo-nos de que nos havemos de congratular desta prudente resolução.

Mas para tornarmos a tomar esta natural senda, nenhum meio desprezemos: cumpre-nos despertar no espírito das mães o sentimento dos seus deveres, aplanar-lhes

todas as dificuldades, que poderiam pôr-lhes barreiras, não ao valor, mas à modéstia. Muito podem elas, se quiserem! É o coração da mulher tesouro de afeição infinita - deixemo-nos de desdenhar de suas tentativas úteis, que assim virá uma nova era de regeneração ao mundo.

Não deve a mulher cessar um instante de ser mãe; e, visto haver a Providência posto a seu alcance tudo o que é essencial à existência de seus filhos, cumpre-lhe abster-se de entregar a peitos mercenários o cargo de lhos sustentar, salvo quando nisso perigar a sua vida: tão sábia e previdente é a natureza, que raras serão as que possam alegar razões legítimas, para se desobrigarem deste sagrado dever.

É pois necessário que a mãe crie seus filhos: a sua ternura lhes deve ministrar todos os socorros: importa que esta responda ao seu primeiro balbuciar; para que eles não ouçam senão palavras de amor. Um abuso que devemos apontar aqui -, e a que não chamaremos crime, porque nasce de intenções puríssimas -, é o mau costume, que tomam as mães, de estropear todas as palavras que ensinam às criancinhas. Que querem dizer estas expressões, em que se corrompem os elementos da linguagem? Porque inventam para os seus pequenos ouvintes um idioma de que nunca eles se hão-de servir? Creem acaso que às crianças é mais fácil pronunciar palavras que ninguém entende? — Enganam-se muito se de tal se persuadem. Devem, portanto, deixar-se dessa geringonça que não serve senão para lhes retardar o falar corrente, que é o fim que elas pretendem alcançar.

Quando a criança começa a falar, novos deveres recrescem à mãe, e então se torna importante a sua missão de mestra; porque dessa primeira educação, que lhe vai dar, depende a sorte futura do discípulo. Raras exceções contrastarão os nossos princípios; mas porque se tem visto alguns homens com excelentes disposições triunfarem dos obstáculos que a estas se lhes opunham, e caminharem por estradas que na infância lhes não haviam sido apontadas, deveremos dali tirar argumentos contra a verdade? — Não: — nem receamos afirmar que os vícios, os defeitos, e até a inabilidade, nos provêm de terem dirigido mal os nossos primeiros passos. É pois necessário que bem cedo as mães lancem no espírito dos filhos sementes de sã moral: é preciso, diz Plutarco, tornear-lhes e afeiçoar-lhes os costumes, visto que esta idade tenra está apta para receber toda a casta de impressões; e que lhes estamparemos facilmente nos corações tudo o que nos aprouver. Por este motivo, Platão judiciosamente adverte às amas que não contem a esmo às crianças toda a sorte de fábulas, porque isso lhes recheará as almas de desvarios e erradas opiniões. Todo o apreço que se fizer destes

prudentes conselhos será ainda pouco; de feito, porque vemos tão pouca gente dotada de sã razão? Porque vemos tantos engenhos corruptos, cujas ideias desdizem umas das outras, e não geram senão erros e destemperos? É porque acerca deles se não praticaram estes assisados preceitos.

Nem admitimos a desculpa, com que nos viriam, de que é preciso entreter as crianças e ocupar-lhes a atenção, para os distrair dos primeiros padecimentos; e que o mais eficaz modo para o alcançar é o empregar tais meios. — Erro miserável é este! A verdade, ou a mentira, tudo é novidade para a criança: o atrativo que credes que esta acha nos vossos embustes graciosos, achá-lo-ia na verdade, sem ser necessário danar-lhe a inteligência. Verdade, e só verdade: eis a única estrada que se deve seguir; o que dá hombridade ao homem é unicamente objeto da educação.

Não basta que as mães acelerem, por todos os modos, o momento em que possam comunicar ideias aos seus filhinhos; não basta fazer com que eles amem a verdade: é necessário criá-los logo como quem tem de viver com os seus semelhantes. Grave erro é acreditar que a infância não tem aptidão para receber impressões morais; por muito pouco desenvolvida que esteja a nossa natureza, há nela um tal sentimento de liberdade e de independência, que muito cedo percebemos que perderíamos uma e outra, senão as respeitássemos nos outros.

Houve filósofos que pensaram ser o sentimento religioso a fonte da moral: houve outros que assentaram que desta provinha aquele. Sem disputar aqui acerca dos dois sistemas, diremos, que o sentimento religioso tarde aparece no homem, enquanto a moral parece que é uma necessidade inata nele; do que se conclui que é preciso cultivar-lhe este gérmen cuidadosamente. Nunca seria cedo demais para as mães trabalharem por afeiçoar os tenros corações dos filhos, de modo que compreendam todas as vantagens, que de futuro colherão da moral: a verdadeira educação materna consiste em ensinar-nos que sejamos benévolos para com os nossos semelhantes, que amemos todo o bem, e que respeitemos tudo o que é digno de se respeitar e venerar.

Devem porém ir nisto com tento, e como quem busca diverti-los, aproveitando todas as circunstâncias para delas fazer nascer uma educação fecunda, e guiando a alma das crianças por tal arte, que venham a amar tudo o que pode aperfeiçoá-las. Devem pôr a mira em afastá-las do hábito de se servirem de termos baixos e desonestos, porque - como dizia Demócrito - as palavras são a sombra das obras. Que havemos de esperar de crianças cuja boca se acostumou a servir-se de termos, que breve lhes corrompem até os melhores sentimentos?

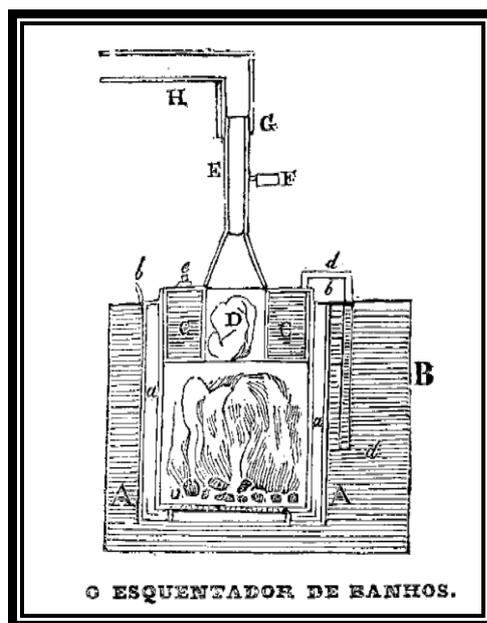
Nisto fica, cerrado o primeiro grau de educação materna: com efeito o infante já sabe exprimir o que sente: não se transviou a sua inteligência: sãs doutrinas alimentaram o seu tenro coração: cresça: que a sociedade não se envergonhará de o ter por membro: mas a coisa não para aqui: o interesse pessoal leva-o a outros estudos, necessários, segundo as nossas instituições políticas: será homem honrado: mas cumpre também que seja instruído: nestes deveres entra ainda em parte o ensino materno; aqui, pois, começa a instrução que a ela toca dar-lhe.

O que vem a ser a instrução? Vem a ser em suma os princípios necessários para em nós se desenvolverem as faculdades da reflexão: o seu alvo é guiar a nossa inteligência até onde pode chegar. Difícil é, diz Nicole, dar regras gerais acerca da instrução; porque é necessário proporcioná-la aos diferentes graus de luz e trevas, que variam segundo as diversas castas de entendimentos: podemos dizer, que, sendo a instrução das crianças dependente sempre dos sentidos, importa, quanto for possível, que se lhes ligue aos sentidos as lições que recebem, e que estas se lhes deem, não só de ouvido, mas também de vista, porque nenhum sentido há, que mais vivas impressões produza na alma ou que gere ideias mais claras e distintas. Acrescentaremos agora, que este ponto é um dos que mais se tem desprezado no ensino e que desassisadamente nos havemos embrenhado por teorias incertas, ao passo que era mais natural e profícuo fazer com que as crianças se instruissem pelos sentidos em tudo o que pudesse ser.

De futuro falaremos acerca desta instrução primária de que as mães devem encarregar-se.

## NOVO ESQUENTADOR DE BANHO

O Esquentador dos banhos inventado por Mr. Lemare é um aparelho ainda pouco conhecido, e muito digno de ser geralmente adoptado, por meio do qual se pode comunicar a qualquer banho, mesmo dentro da tina, o grau de calor que se desejar. Dois grandes defeitos tinham os instrumentos até agora empregados para este fim -, por quanto não podiam ser aquecidos senão com carvão, e levavam uma hora, pelo menos, para darem à água o calor ordinário dos banhos. Mas depois que se lhe fizeram vários aperfeiçoamentos, abaixo descritos, são próprios para todas as qualidades de combustíveis, e em menos de meia hora fazem subir a água diurna tina assaz grande à temperatura de 30 graus do termómetro de Réaumur [ou 36 graus de centígrado], poupando assim lume e tempo. A figura seguinte representa um corte do aparelho, que difere do de Lemare no que ao diante se dirá.



AA É um cilindro de cobre mergulhado na água da tina B. Nos dois lados do cilindro há dois tubos *aa*, também de cobre que servem para introduzir por baixo da grelha *cc*, e ar destinado a alimentar a combustão *bb*; são duas portinhas de charneiras, que fechando-se quando se quer apagar o lume, cortam toda a comunicação com o ar exterior. *CC* é uma panela de folha-de-flandres, atravessada no meio pelo tubo *D*, de perto de seis polegadas e meia de diâmetro. A tampa desta panela forma com ela um só corpo, e não se abre: o tubo *D* também a atravessa. O canudinho *c*, tapado com uma rolha de cortiça, serve para por ele se introduzir na panela a água necessária para enchê-

la quase até cima; *dd* é um tubo recurvado, de folha-de-flandres, que se adapta a outro canudinho, também existente em cima da tampa, por onde é transmitido à água da tina o vapor formado na panela. *E* é um tubo da folha de ferro com o seu cabo *F*; encaixa no tubo *D* da panela, e o seu diâmetro junto da base, é um pouco maior que o deste, mas vai estreitando até à altura de oito polegadas, onde tem apenas três de diâmetro. O comprimento que se lhe pode dar daqui para cima depende somente do local em que a tina está colocada. A extremidade superior do dito tubo *E* entra muito à larga na parte voltada para baixo do tubo de folha de ferro *G*, ficando entre um e outro um espaço vazio de três para quatro linhas de circunferência; finalmente o tubo *H*, comunica, como o de um fogão, com a chaminé que da vazão ao fumo. Este tubo *H* deve entrar tanto à vontade no buraco da chaminé, que seja possível voltar para cima o cotovelo *G* enquanto se toma o banho, a fim de não entrar pela chaminé ar frio, que pode constipar a pessoa que se está banhando. Fora melhor ainda poder tapar com o tubo toda a abertura da chaminé.

Segue-se agora o modo de usar do aparelho.

Suspensa o cilindro *AA* dentro da tina por meio de duas tiras de ferro adaptadas às bordas, mas que a disposição da figura não permitiu representar, põem-se alguns bagos de carvão, e um punhado de aparas ou cavacos sobre a grelha *cc*, e mete-se no cilindro a panela *CC*, previamente cheia de água, e como o canudinho *e*, tapado com uma rolha de cortiça; ajusta-se no outro canudo o tubo de vapor *dd*, e acendem-se os cavacos, depois de abertas as duas portinhas *bb*; e então na abertura *D* da panela arma-se o tubo *E*, cuja extremidade superior deve introduzir no cotovelo *G*. Quando se presume que os cavacos estão suficientemente acesos, levanta-se o tubo *E* pegando-lhe pelo cabo *F*, e deita-se no cilindro pelo canudo *D* o combustível com que se pretende aquecer o banho. Estabelece-se logo uma circulação rápida do calor, e em menos de meia hora a água da tina tem chegado à temperatura necessária; porque além do calor comunicado ao líquido através das paredes do cilindro, o vapor da água encerra na panela, indo condensar-se na da tina, eleva rapidamente a temperatura desta.

Não se deve deixar de agitar de vez em quando a água da tina, para tornar a sua temperatura igual em toda a parte, aliás pode acontecer estar a água muito quente na superfície, e quase gelada no fundo da tina. Em faltando somente um ou dois graus para o líquido chegar à temperatura desejada, fecham-se as suas portinhas *bb*, e deixando o ar entrar pelos dois tubos *aa*, o combustível brevemente se apaga. Passados alguns minutos tira-se de todo o tubo *E*, e, se se quer, a panela *CC*; mas nesse caso fecha-se o

cilindro com uma grande tampa de folha-de-flandres, à maneira de um abafador de brasas, de que também pode servir, quando não se emprega para aquecer banhos. Finalmente tira-se o cilindro da tina, e o banho fica pronto.

No inverno pode-se meter no vão **D** da panela, depois de tirada de cima do cilindro, um vaso de folha-de-flandres feito à medida do vão, e fechado com sua tampa. Neste vaso cercado de água a ferver, se pode aquecer o almoço, ou os lençóis e a roupa de que se há-de usar acabado o banho.

Tal é o aparelho, cujas vantagens a experiência tem demonstrado. Difere do de Mr. Lemare, em ser neste último o tubo **D** tapado pelo fundo, e em sair o fumo do carvão, único combustível que nele se pode queimar, por um tubo demasiadamente estreito, situado ao lado da panela; do que resulta, que sendo a combustão muito menos rápida, e estando somente o fundo da panela exposto à acção directa do combustível, é necessário muito mais tempo para aquecer o banho, quando em o novo aparelho a rapidez da combustão, e a muito mais ampla superfície que a panela oferece à acção immediata da chama, produzem uma vaporização muito mais abundante, que contribui poderosamente para a prontidão com que a água ganha calor.

## ARTES

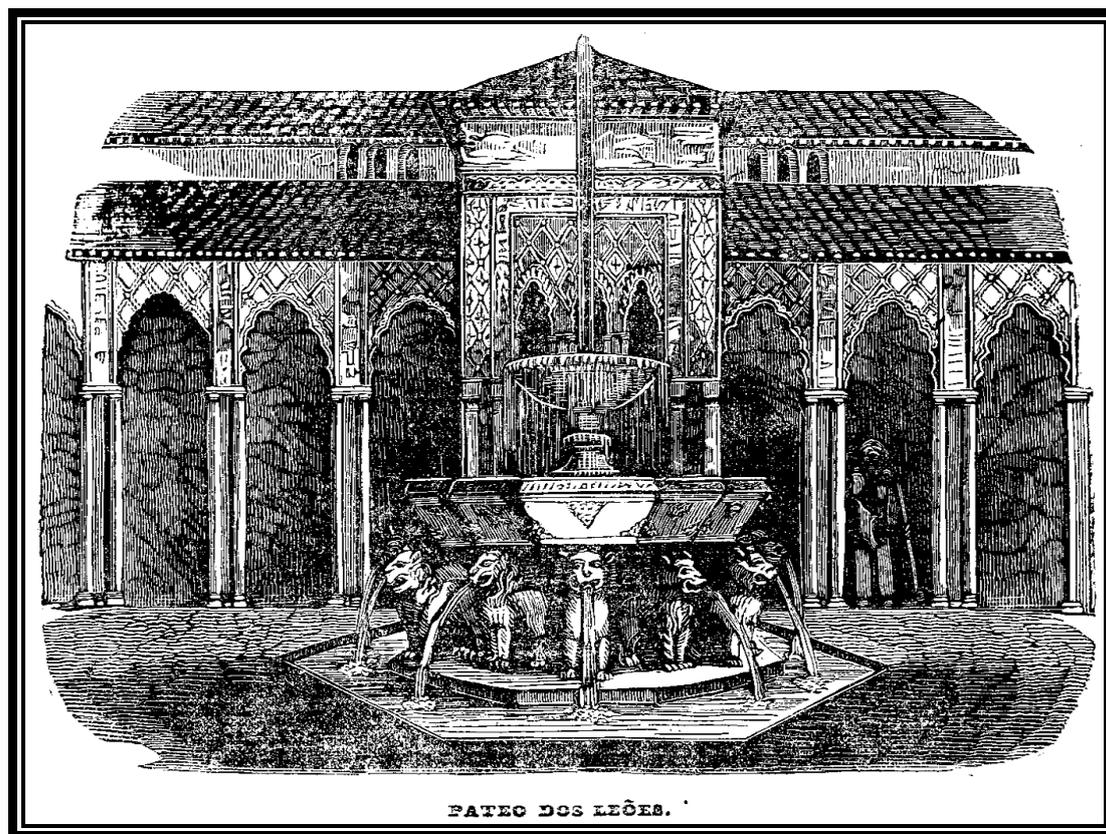
**Lapidário.** – *Meios de dar cor às ágatas, e de produzir na superfície das cornelinas linhas brancas de um efeito.* – Há muitas variedades de ágatas, devidas à diversidade dos seus princípios constituintes. As que são formadas de lâminas alternativamente negras e brancas, e que vem da Alemanha, são pintadas artificialmente por um processo de que os lapidários desse país fazem um mistério, o qual, segundo toda a probabilidade, não difere do seguido na Índia. Todo o segredo está em ferver as ágatas em azeite, e tirando-as deste banho, metê-las num vaso contendo ácido sulfúrico (óleo de vitríolo) a ferver: algumas lâminas fazem-se imediatamente negras, outras conservam a sua cor natural ou adquirem ainda maior alvura, de onde resultam os contrastes que aumentam o valor destas pedras.

As cornelinas mais estimuladas são as cor de sangue; os índios aumentam-lhes o valor ornando-as de ramificações superficiais, entrelaçadas de modo que muito agradam à vista. Consegue-se isto cobrindo as pedras de carbonato de soda, e expondo-as assim ao calor de um forno.

**Cola à prova de água.** – Consiste o processo de molho em água o grude ordinário até amolecer, devendo com tudo tirar-se da água antes de ter perdido a sua força primitiva; depois dissolve-se em óleo de linhaça a um lume muito brando até ficar em consistência de geleia, e neste estado pode empregar-se para unir todos os objectos que se quiserem grudar, porque esta cola, além da sua força e dureza, tem a vantagem de poder resistir à acção da água.

Supérfluo se torna elogiar a utilidade desta descoberta, porque todos que a experimentarem lhe darão o seu justo valor. Ela é principalmente importantíssima para a marinha, por isso que tendo mais tenacidade do que o alcatrão, também não pode ser repassada da água.

## ALHAMBRA



A Alhambra é uma antiga fortaleza, ou palácio acastelado dos reis mouros de Granada. Dali regiam eles parte da romântica Espanha, e naquela parte deste país expirou tudo o que restava do império dos Árabes. Ocupa o palácio só uma porção da fortaleza, cujos muros torreados circundam irregularmente a cumeada de um erguido monte, que campeia sobre a cidade, e forma um braço da Serra Nevada. No tempo dos mouros, a fortaleza podia conter 40:000 homens, e às vezes servia de guarida aos soberanos contra os vassalos rebelados. O pátio, por onde se entra nestes esplêndidos paços, chama-se o dos banhos públicos; é um vão oblongo; tem no meio um tanque profundo de água límpida, ao qual se desce por degraus de mármore, e está rodeado de laranjeiras. O pátio é ladeado também de mármore, e as arcarias que o fecham pelos lados estão sustidas em pilares de certo gosto, que não se parece com outro qualquer das ordens comuns e regulares de arquitetura; e as paredes e abobadas são lavradas de relevo. Em cada painel estão escritas sentenças arábicas, quem dizem: *Só Deus é conquistador – e: obedecei ao nosso soberano, e honrai-o.* O apainelado das abobadas é dourado ou pintado, e as cores ainda conservam todo o brilho e viveza: a parte inferior das paredes é de mosaico inserido em laçarias e grinaldas fantásticas. Os pórticos são à

maneira de grutas, e um deles forma uma galeria onde repercute longamente o eco.

Em frente da porta por onde se entra há outra que dá sobre o pátio dos leões, que é também oblongo, e tem cem pés de comprimento e cinquenta de largo, cercado de arcarias, e lajeado de mármore branco. As paredes, até à altura de cinco pés, são forradas de azulejos azuis e amarelos, os quais cinge por baixo e por cima uma fieira de tarjas esmaltadas de ouro e azul, com motes árabes, que dizem: *Só Deus é conquistador*. As colunas, que sustentam o tecto e a galeria, são de mármore branco, muito delgadas, com adornos desvairados, e colocados irregularmente. Vário é também o desenho dos capitéis. É aí de notar que entre tanta diversidade de folhagens, grotescos, e ornatos extravagantes, não há, nem por sombras, uma representação do reino animal. No tempo dos mouros o edifício estava coberto de grandes azulejos pintados, de que ainda alguns permanecem.

No centro do pátio há doze leões, que sustentam um tanque enorme, do meio do qual se alevanta outro mais pequeno: este tem um repuxo de água, que vem cair no tanque, e dele, pelas bocas dos leões, numa grande represa, de onde se deriva para as diferentes quadras por vários canos. A fonte é de mármore branco, adornada com grinaldas, e sentenças arábicas, que descrevem com hipérboles orientais a formosura e maravilhas da fonte.

À esquerda do pátio dos leões está uma sala redonda, chamada dos Abencerrages, porque ali, segundo se diz, mandou Abdallah cortar as cabeças aos cavaleiros desta ilustre família, e deitá-las num depósito de água, que está no meio dela.

Fronteira a esta sala está a das *duas irmãs*, que tomou este nome de duas grandes lajens de mármore branco, que tem no meio do pavimento, e nas quais não aparece a menor veia de outra cor.

No topo do *Mesuar*, ou pátio dos banhos comuns, de que já falamos, alevanta-se a torre de *Comares*, que passa acima da altura geral do edifício, e está sobranceira a um algar profundo, que vai descendo, quase a prumo, até o rio Darro. Certo, que é magnificente a perspectiva desta torre! – O aprazível vale, por meio do qual serpeia o Darro – parte da cidade de Granada – e a sua extensa veiga – apresentam um formoso panorama natural. A grande sala de *Comares* era sem dúvida a mais rica da Alhambra, e ainda conserva vestígios do seu passado esplendor. As paredes são primorosamente estucadas, e o teto é de cedro marchetado de marfim, prata, e madrepérola. Arejam-na imensas janelas, talhadas nos muros espessíssimos: e deste modo são ventiladas todas as quadras da Alhambra.

A leste da sala de *Comares* fica outra chamada o *Toucador da Rainha*: a um canto dela está uma pedra cheia de buracos, por onde entrava o fumo dos aromas preciosos, que por baixo daquele quarto se queimavam. Aqui ao pé está o jardimzinho aprazível de *Lindaraja*, com uma fonte de alabastro, e bosquezinhos de roseiras, de murtas, e de laranjeiras.

Quem vai de Granada para Alhambra, o melhor caminho que tem é a rua de Gomeles, cujo nome derivou de uma ilustre família mourisca. Ao sair a porta das Romeiras, divide-se a estrada em três. A do meio é para seges, e as laterais, que são muito íngremes, para a gente de pé. – O caminho do meio vai por entre os outeiros de Alhambra, e as Torres Bermejas, atravessando uma vasta floresta de ulmeiros, tão enredados uns por outros, que não entra aí raio de sol. É sítio abundante de águas, e chegando acima, dá-se com a fonte de Carlos 5.º posta numa espécie de terrado, de onde a vista se espalhava por toda a encosta. Passada esta fonte, chega-se à porta chamada *Judiciaria*, porque, segundo o costume dos orientais, aí se administrava a justiça. – É uma torre quadrada, cuja entrada em volta de ferradura lhe sobe a meia altura; e é acabado tipo deste género de arco, tão característico da arquitectura arábica. Numa pedra da torre está uma inscrição que declara ter sido construída esta porta por Abul-Hajjaj no ano da Hégira 743, de Cristo 1348. Entra-se então no vestíbulo, que corre a barbican, e dá para a praça dos *Algibes*, ou cisternas. Estas são duas: a maior tem 102 pés de comprimento e 56 de largo. Nestes algibes assentava e purificava-se a água, e estava sempre fresca, para o gasto do castelo.

Para a banda oriental deste pátio estão os paços de Carlos 5.º, obra de estilo quinhentista, do célebre arquiteto Berruguete. Ao norte fica-lhe a entrada do Mesuar, e começa o antigo palácio, que já descrevemos no principal.

A Alhambra foi edificada por Mohammed 12.º pelos anos 675 da Hégira, ou 1273 da nossa era. Deu-lhe o nome de *Medinet Alhambra* ou a cidade vermelha; em consequência de ser construída com certa casta de barro vermelho, segundo uns, segundo outros em obsequio da tribo de Mohamed Alhamar. O que é certo é que os muros do edifício são construídos com uma argamassa encarnada, que pelo correr do tempo se tem tornado rija como pedra. Há uma tradição mourisca em que se diz que Mohammed II era alquimista, e que da sua ciência oculta tirara os meios para alevantar esta obra maravilhosa. Semelhante tradição prova quão desmesuradas somas se gastaram em edificar a Alhambra.

A pouca distância desta se ergue o *Cerro do Sol*, no qual está situada a *Generalifa*, espécie de casa de campo, onde os reis mouros passavam os meses de Verão. O palácio da Generalifa é obra do mesmo gosto da Alhambra. O sítio é aprazível: as vistas variadas e atrativas. Há aqui fontes que repuxam acima das mais altas árvores, muitas cascatas, terrados que vão subindo em anfiteatro, ciprestes corpulentos, e velhas murtas, que outrora davam sombra aos reis e rainhas de Granada. Entre todas as árvores avulta o cipreste da *rainha sultana*, debaixo do qual foi colhida de improviso a rainha e o Abencerrage seu dileto, segundo se conta nos antigos *rimances granadís*.

Tem a Alhambra um governador, que de ordinário vive em Granada, e os guardadores do castelo são inválidos que servem de guias aos curiosos que ali vão.

## AMOR DO TRABALHO

Um dos maiores e mais importantes benefícios, que se podem fazer aos homens, e em especial à classe popular; é inspirar-lhes o amor do trabalho: mostrar-lhes a sua utilidade, as suas inapreciáveis vantagens, os seus felizes resultados; fazer entrar esse assunto, como parte essencial, no plano da instrução das primeiras escolas.

O trabalho é o destino comum de todos os homens, que existem sobre a terra: *comerás o pão* [disse Deus ao nosso primeiro pai] *comerás o pão à custa do suor de teu rosto*. Quem trabalha cumpre com o seu destino; obedece à voz do seu Criador.

O trabalho é a verdadeira pedra filosofal, que os antigos com tanto empenho, e tanto em vão, pretenderam indagar. A pedra filosofal consistia em converter os metais em ouro. O homem tem em si mesmo a arte de criar o ouro: basta-lhe pôr em movimento os seus braços e as suas mãos.

O trabalho não deslustra, antes enobrece e exalta a dignidade do homem. Pelo trabalho consegue o homem subjugar a natureza, e fazer-se senhor dela; conquista as suas riquezas e o seu poder; transforma de mil modos os seus produtos, e os multiplica; governa enfim ao seu arbítrio, e faz fecundas as forças, que ela tem dispersas, e talvez ociosas, pelo ar, pelas águas, no seio da terra, e pelo mais recôndito dos elementos.

O trabalho fixa, e ao mesmo tempo entretém a actividade do homem, regulando-a e desviando-a de perigos extravios e excessos: cativa-lhe os sentidos, e os submete a um regime salutar. Os exercícios do trabalho previnem ou acalmam as agitações da fantasia; dissipam os seus vãos prestígios, e extravagantes quimeras: trazem o homem ao conhecimento do positivo, do útil, ao país das realidades.

O trabalho é uma escola de sobriedade, de temperança, de virtude, e livra o homem dos funestos perigos da ociosidade. Os vícios não entram de ordinário, ou não entram com facilidade, na casa do homem laborioso, que não tem tempo para os acolher, afagar e amimar. O homem afeito ao trabalho não se lembra do jogo; porque não necessita de buscar meios de perder tempo: não tem ocasião de entrar em rixas e contendas com os seus vizinhos: não tem necessidade de usurpar o alheio para sustentar a vida. A estatística dos crimes mostra que as classes laboriosas são proporcionalmente as que menos figura fazem no odioso e abominoso quadro das maldades humanas.

O trabalho é também uma escola de resignação; porque nos ensina e lembra a nossa dependência; corrige e castiga o nosso orgulho e vaidade; conduz-nos à consideração dos nossos deveres e da nossa comum sorte, e é um longo e contínuo

comentário daquela verdade capital, que define a vida humana como um tempo de sofrimento, e como uma grande preparação para outro melhor estado.

O trabalho conserva a saúde, dá força, vigor, robustez, e agilidade ao corpo; entretém a tranquilidade do espírito, a paz interior, o equilíbrio das paixões, o exercício de todas as nossas faculdades. Com o trabalho paga o homem o tributo que deve à sociedade, que o protege e defende; concilia o amor da sua família, dos seus vizinhos, dos seus concidadãos, e dá bons exemplos a seus filhos. Enfim, o homem amigo do trabalho é essencialmente interessado na conservação da boa ordem pública; porque dela depende a posse, e gozo pacífico dos frutos da sua indústria.

Convençam-se bem os homens destas importantes verdades. Tomem os pais e os mestres a seu cuidado inspirá-las no ânimo dos seus filhos e discípulos. Procurem os párocos, introduzi-las em seus discursos e exortações, empregando nisto toda a eficácia do seu zelo, toda a influência do seu respeitável ministério. Mostrem ao povo quanto é agradável a Deus, que cada um, trabalhando, cumpra com o que ele lhe ordenou: digam-lhe que as Santas Escrituras estão cheias de preceitos e de máximas sobre este objecto: de severas invectivas contra a preguiça e ociosidade; de terríveis pinturas dos funestos efeitos destes odiosos vícios.

O povo é naturalmente religioso e cristão; mas é necessário dirigir-lhe bem esta feliz propensão, e não abusar dela. Para isto basta expor-lhe singelamente a verdade e fazer-lha sentir.

## **OS PRIMEIROS REIS PORTUGUESES – ANTIGAS DISSENSÕES COM ROMA I**

Depois da morte do Conde D. Henrique, sua mulher a rainha D. Teresa, ficando com a administração de Portugal, se havia ligado com D. Fernando, conde de Trastâmara, fidalgo galego, por laços cuja espécie é hoje duvidosa. O infante D. Afonso Henriques, temeroso de ser desapossado da herança do reino, fez guerra a sua mãe, e numa batalha junto de Guimarães a prendeu e lançou em ferros. Afonso VII de Leão pretendeu libertá-la, mas foi derrotado em Arcos de Valdevez: - dali a pouco voltou mais reforçado, e pôs cerco a Guimarães, onde estava o infante D. Afonso; foi então que sucedeu o célebre caso de Egas Moniz, de que brevemente falaremos.

Nesta época, segundo as remotíssimas crónicas, repositório onde, pela maior parte, se lançavam em escritura, no 14º e 15º séculos, as tradições nacionais, começaram as dissensões dos nossos reis com a corte de Roma. Posto que a autoridade destas crónicas seja controversa, ninguém lhes poderá negar venerável antiguidade; e os factos nela[s] contidos, que aos nossos escritos aprouve negar, não foram combinados com razões assaz poderosas para destruir em nós toda a crença nos primeiros monumentos da nossa história. Seja como for, eis o que essas antigas memórias dizem da intervenção de corte de Roma nas dissensões de Afonso Henriques com a rainha sua mãe.

O Papa, que nestas eras tenebrosas se intrometia em todas as mudanças políticas, que com rapidez sucediam umas após de outras na Europa revolta, ou porque D. Teresa o tivesse ocultamente atraído à sua parcialidade, ou ele, o fizesse em obsequio d`el-rei de Leão, ou porque finalmente fosse movido pela persuasão de que, do alto do seu trono pontifical, devia dirigir todas as ações dos príncipes, que o reconheciam por cabeça da Igreja, ordenou a D. Afonso, por via do bispo de Coimbra D. Bernardo, que soltasse a rainha sob pena de excomunhão, causa que naqueles tempos, ainda sendo injusta, tinha consequências fatais. Recusou o príncipe obedecer. Conta-se que então o bispo o excomungara, e fugirá alta noite de Coimbra, onde estava a corte; que no dia seguinte, sabendo D. Afonso da fuga do bispo, mandará reunir o cabido para ele para que elegeisse outro prelado, e que, recusando os cónegos faze-lo, ordenará a um clérigo preto, que encontrara ao sair da sé, que se revestisse para dizer missa, assegurando-lhe que o nomeava bispo. Entretanto o Papa, vendo que o príncipe lhe desobedecia, assentou em enviar-lhe um cardeal com o título de legado, esperando por este meio

alcançar seu intento, recomendando-lhe ao mesmo tempo renovasse a excomunhão no caso de D. Afonso persistir em seu propósito. A notícia da chegada do cardeal assustou os nobres que seguiam o príncipe: mas este lhes assegurou que se o legado se descomedisse, seria severamente castigado. Nos paços de Alcáçova, em Coimbra, recebeu D. Afonso o legado do Papa, e lhe declarou que não estava de ânimo de obedecer às suas intimações; e com tal vigor lhe falou, que o cardeal fez pôr de noite o interdito, e fugiu imediatamente. Ao romper o dia soube o príncipe da sua fuga, e cheio de furor pelo insulto que recebera, o seguiu, acompanhado de poucos cavaleiros. Breve o alcançou, e já tinha travado dele para lhe cortar a cabeça, se os fidalgos lho não embaraçassem. Deixou-o enfim partir, obrigando-o primeiro a jurar que a excomunhão seria levantada logo, e que nunca mais o Papa se intrometeria nos negócios de Portugal.

O judicioso historiador Fr. António Brandão julga uma fábula este acontecimento, fundado em ser bispo D. Bernardo parcial de D. Afonso, e por ele elevado à dignidade que exercia; razão em verdade de pouca monta, para quem sabe a influência que o bispo de Roma tinha no espírito dos outros prelados nos séculos tenebrosos da idade média, e como o clero, que então era um estado no estado, cortava por todos os respeitos, para conservar a unidade e força do poder sacerdotal.

Daí a pouco aparece o bispo de Coimbra confirmando, com os outros magnates da corte de D. Afonso, várias doações deste príncipe, o que não deve admirar, porque também em muitos desses documentos se lê, entre os confirmantes, o nome de D. Teresa e o do conde de Trastâmara, com quem as desavenças do príncipe tinham sido maiores do que com o bispo D. Bernardo.

Sossegado D. Afonso das inquietações domésticas, perseguiu na guerra dos mouros, a quem conquistou quase todo Portugal. A batalha de Ourique lhe assegurou a coroa e o título de rei, que herdou a seu filho D. Sancho. As grandes vitórias que alcançou lhe ganharam o nome de grande capitão. Chorado dos soldados que o amavam por sua liberalidade e brandura, morreu em Coimbra em 1185, pouco mais ou menos de 90 anos, e foi sepultado no Mosteiro de Santa Cruz.

No mesmo ano em que seu pai faleceu, começou a reger os povos o príncipe D. Sancho, no 32.º ano da sua idade. Portugal estava subjugado, e o país começava a gozar de uma profunda paz. O moço rei voltou, portanto, todos os seus cuidados para a boa administração da república, fazendo povoar as vilas e cultivar os campos, assolados da guerra; mas não durou muito esta tranquilidade. Os mouros continuavam ainda a habitar o Algarve; uma grossa armada de cavalleiros da cruzada arribou a Lisboa com um

temporal: convidou-os logo D. Sancho para o ajudarem a conquistar Silves: combatida a cidade, depois de larga resistência foi tomada; e os defensores da religião seguiram sua viagem carregados de despojos, custando muito a D. Sancho alcançar deles que não passassem à espada todos os cativos. Os mouros de Espanha, agravados desta guerra, entraram por Portugal, devastaram-no, e retomaram Silves. Por outro lado a peste e a fome faziam horríveis estragos, de modo que o rei se viu obrigado a pedir aos mouros tréguas, as quais brevemente quebrou. Depois de varia fortuna, nas guerras que teve com os leoneses e com os mouros, e de um reinado de vinte e sete anos, morreu em 1212. – Seus ossos foram sepultados ao pé dos de seu pai, no mosteiro de S. Cruz de Coimbra.

## PRIMEIROS REIS PORTUGUESES - ANTIGAS DISSENSÕES COM ROMA - II

Herdou o ceptro de D. Sancho I, seu filho D. Afonso, esforçado cavaleiro mas ambicioso de glória e de mando. O rei tinha morrido e deixado às infantas D. Teresa e D. Sancha, irmãs do moço príncipe, as vilas de Montemor, Esgueira e Alenquer, e ele pretendia desapossá-las posse da herança paterna. O rei de Leão que fora casado com D. Teresa, e dela depois separado por serem parentes, tomou a seu cargo o defendê-la. Armou-se daí guerra em que o Papa interveio em excomunhões: mas parece que D. Afonso cedeu, em parte das suas pretensões, mais por temor das armas leonesas do que dos raios de Roma.

Embora fosse D. Afonso movido pela ambição; nesta sua tentativa podia haver um motivo de pública utilidade. Nos tempos feudais, a opressão dos povos aumentava em proporção dos números dos senhores; e a liberdade dos pequenos só nasceu do abatimento e diminuição dos grandes. Quanto mais a autoridade se reconcentrava nas mãos de um único homem, mais decrescia os males e vexações causadas por um tropel de tiranos parciais; o governo absoluto era a ponte por onde necessariamente as nações haviam de passar, para que a liberdade, que nos tempos bárbaros cabia só a uma parte dos homens, viesse hoje a ser propriedade de toda a sociedade em comum. E por esta ocasião, devemos notar que ainda nos séculos 10.º e 11.º a liberdade, do modo que então se entendia, era só para os *livres* ou *ingénuos*, como então lhes chamavam, e que os servos de *penna* e suas *crias* [servos de criação] e os mouros cativos estavam sujeitos ao despotismo dos seus donos e até ao direito de *soga e cutelo*. Esta ordem social só os reis a podiam destruir, e se D. Afonso nisso trabalhou, não lhe deixará de ser grande glória e semelhança que por tal motivo teve com S. Luís, rei de França, que deu os mais valentes golpes no feudalismo que assolava aquele país.

As leis até ao tempo de D. Afonso eram apenas municipais. De seu reinado são as primeiras cortes de que temos notícia, e foi ele que promulgou leis gerais. Nelas se mostra que esse príncipe sabia unir a equidade com a política. O seu reinado é pouco célebre pelo lado militar: o mais notável feito de armas dessa época foi a tomada de Alcácer do Sal pelo bispo de Lisboa, ajudado de alguns cavaleiros cruzados, que por este tempo arribaram ao Tejo. Contudo, D. Afonso não esteve em paz: o clero substituiu os mouros: e menos inquietações teriam talvez causado a este rei dez entradas de infiéis, do que os enredos do arcebispo de Braga, e a violência de Honório 3.º. Pretendeu D.

Afonso sujeitar os eclesiásticos, quando criminosos à lei civil - impôs tributos nos bens sacerdotais - e castigou o arcebispo, que intentava opor-se a estas justas disposições. Fulminou então o Papa uma bula indecorosa e recheada das excomunhões do costume. Não cedeu o príncipe, ao que parece, porque em 1223, época da sua morte, ainda pesavam sobre ele as censuras papais.

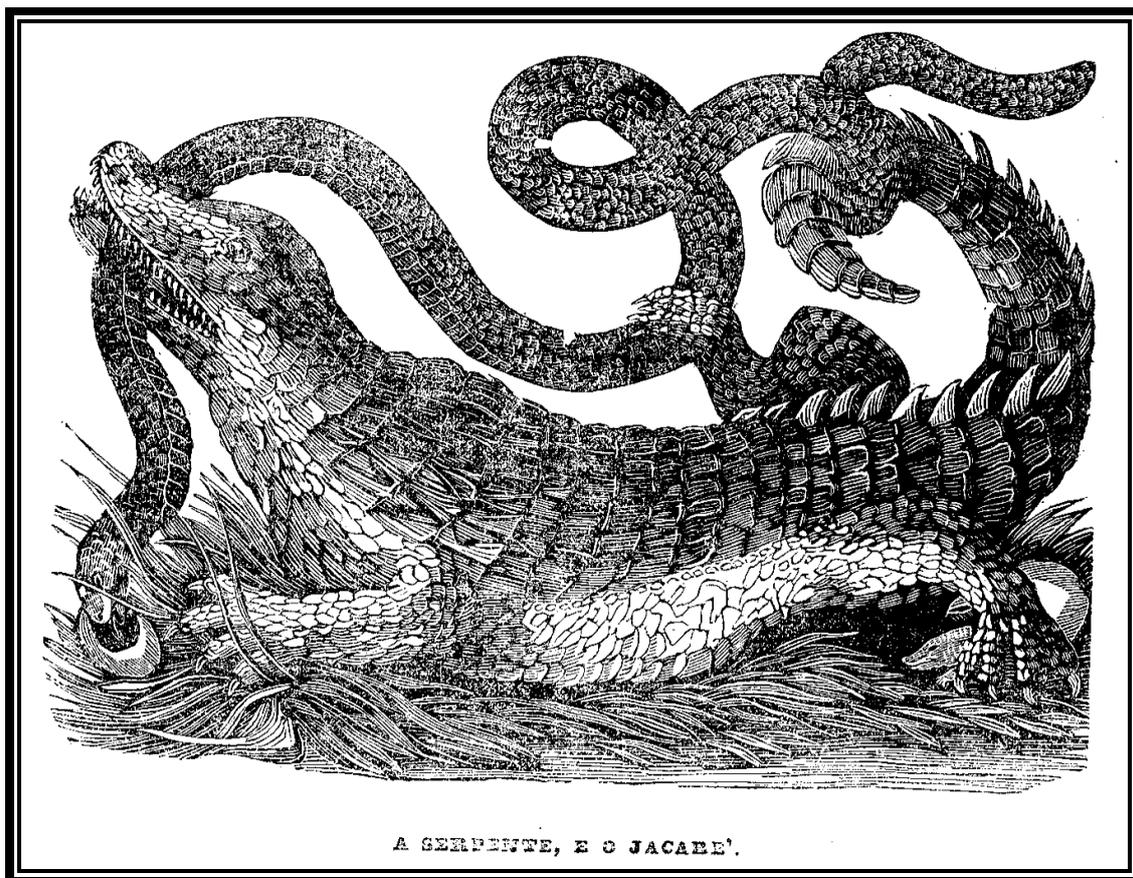
Por sua morte, tomou as rédeas do governo o Infante D. Sancho. Apenas empunhou o ceptro, congraçou-se com o arcebispo de Braga, e sobreestive nas disposições rigorosas, que contra o clero tinha estabelecido seu pai. Foi depois que tentou seguir a vereda que ele lhe abrira, mas já era tarde. Assim o começo do seu reinado mereceu os elogios dos nossos historiadores, achando-lhe os fins tão dignos de repreensão. A mal entendida piedade os fez ser demasiadamente injustos com um rei, cujo principal defeito foi um génio em extremo bondoso, e cuja queda nasceu de querer obrar com justiça, sem ter o vigor necessário ao príncipe que quer ser justo.

Enquanto mancebo exercitou D. Sancho as armas contra os mouros com prósperos sucessos. Foram frutos das suas fadigas militares, as conquistas de muitas vilas e lugares de grande monta, tais como Elvas, Aljustrel, Arronches e Aiamonte. Neste tempo foi que lhe começou a querer por novamente em prática as leis do seu pai, tocantes a clero, e que este começou a trabalhar para o derrubar do trono. Então aprendeu ele, bem à sua custa, quanto era terrível a vingança sacerdotal.

Geórgio 9.º tinha morrido; e Inocência 4.º lhe sucedera. As dissensões de Frederico 2.º, Imperador da Alemanha, com aquele, continuaram com este Inocência, perseguido, e expulso de Itália pelo imperador, repellido de França por S. Luís e de Espanha pelo rei de Aragão, acolheu-se à cidade de Leão, onde logo tratou de reunir um concílio para depor Frederico. Lá se apresentaram entre os legados de Portugal, o arcebispo de Braga, o bispo de Coimbra, e outros descontentes; e o Papa ajuntou-se à deposição do imperador da Alemanha e de el-rei de Portugal. Afonso, conde de Bolonha e irmão de D. Sancho, foi nomeado regente do reino, para onde partiu com grande aparato, não de exército, mas de interditos, excomunhões, e absolvições, instrumentos que principalmente lhe serviram para usurpar a coroa. Chegando a Portugal, D. Sancho, cujo trono o povo parecia inclinado a defender, cobardemente fugiu para Castela, de onde depois tentou recuperar o perdido, e em vão o tentou. D. Afonso assenhoreou-se, parte com peitas, parte à força de armas, de todos os lugares fortes, e o rei desentronizado morreu num país estrangeiro, deixando o nome entregue às calúnias dos seus inimigos e ao desprezo da posteridade.

Custou, contudo, a D. Afonso alcançar a posse pacífica do reino. Alguns alcaides de certas vilas e cidades recusaram obedecer-lhe: e é assaz célebre em nossas histórias a defesa de Coimbra por Martins de Freitas. Cercado por mais de um ano, nem o aperto do sítio nem os prometimentos do usurpador puderam abalar a sua constância. Avisado de que D. Sancho morrera, passou, com permissão de D. Afonso, através do campo inimigo e foi a Toledo certificar-se, com os seus próprios olhos, da morte do seu soberano, em cujas mãos geladas depositou as chaves da cidade. Tornando-se depois a tomar, voltou com elas a Coimbra e abriu as portas a D. Afonso, então legítimo sucessor do reino. Queria-o este conservar em seu cargo, o que este recusou, indo viver no retiro, que esclarecia o esplendor da sua virtude e da sua acrisolada fidelidade.

## OS JACARÉS, OU CAIMÃES [CAIMÕES]



Esta gravura representa, com as convenientes dimensões, um destes formidáveis répteis no acto de agarrar uma serpente, que tentava devorar-lhe os ovos. Os maiores inimigos do aumento destas hórridas criaturas são as serpentes de todas as espécies, que abundam nos climas quentes, onde os jacarés habitam, e lhes quebram e comem grande quantidade de ovos; porque é tamanho o número dos que põem, que se não estivessem a inumeráveis sujeitos acidentes, os países, onde há jacarés, estariam completamente inçados deles. Do mesmo modo um pequeno quadrúpede, o *ichneumon*, ou *rato-de-Faraó*, descobre e destrói os ovos do crocodilo do Nilo, espécie congénere desta de que falamos.

Todos os animais destas espécies, que são quadrúpedes ovíparos, e que pertencem ao género dos lagartos, geralmente só denominam segundo os países em que se encontram. A palavra original *crocodilo* especialmente se usa para os que abundam em o Nilo, e mais partes de África; os franceses e ingleses chamam *gavial* ao *crocodilo do Ganges*, que se acha nas Índias orientais; e os ingleses chamam *aligator* ao da espécie do Novo Mundo, que os franceses denominam *caimen*; e nós, e os espanhóis,

*jacarés*, ou *caimões*. Ainda nesta última espécie se distinguem os da América do Norte dos da América do Sul; e o nome de aligador foi dado originalmente aos primeiros pelos colonos britânicos da Carolina, da Luisiana, e de outros Estados meridionais da União Americana, porque se encontram em seus países.

Contudo, os caracteres próprios do aligador, ou jacaré, pelos quais se distingue do crocodilo do Mundo antigo, não são de tal importância, que possa supor-se que influem nos seus hábitos e economia animal, e devam por isso formar géneros distintos e separados; e com efeito contar a história de uns é contar a dos outros: os seus hábitos e propensões são exactamente os mesmos, e a diferença que existe em pequenas particularidades de estrutura, é tal que não pode considerar-se como carácter *genérico*, mas puramente *específico*. Tal é a opinião, para nós de muito peso, do mais insigne naturalista moderno, o barão Convier.

Os caracteres gerais, comuns a todos, são: a maior estrutura no seu género; porque os crocodilos de África excedem muitas vezes a vinte e cinco pés de comprimento, e os jacarés do Brasil têm de catorze a dezoito pés; a cauda de forma de uma pirâmide cónica, mas um tanto achatada pelos lados; um grande número de dentes desiguais e agudos em a boca extremamente rasgada, e cinco dedos nos pés e mãos mais ou menos separados por uma membrana: vivem nos grandes rios e largos de climas quentes; e são carnívoros cruéis.

Os naturais dos distritos, onde eles habitam, têm, como é de supor, medo constante de tão enormes indivíduos: contudo, ainda que o seu poder de fazer mal é muito grande, a sua natural timidez, e o grau inferior das suas faculdades de instinto, lhes permitem, comparativamente, poucas ocasiões de o praticar. Além disso, o peso imenso do rabo (que é um poderoso instrumento de progressão pela água, e influí ainda mais do que o espalmado dos pés nos hábitos aquáticos destes animais), e a estrutura anatómica do pescoço, cujas vértebras são dispostas de modo que não pode voltar a cabeça para os lados, lhes dificultam o passo, e os movimentos rápidos em terra; e lhes podem facilmente escapar furtando-lhes as voltas. E tanto conhecem a sua inferioridade neste ponto que se retiram para o elemento que mais frequentam ao menor assomo de perseguição.

Muitas, e extravagantes fábulas se têm contado acerca destes animais, e até as fingidas lágrimas do crocodilo têm servido de símile poético; delas viremos a tratar em outro artigo, para não alargarmos este demasiadamente. Pelas últimas observações se lhes reconheceu a falsidade. Entre outros erros supuseram que eles possuíam a

faculdade, que não tem outro animal, de mover a queixada superior em vez da inferior; e a isto deu causa o modo particular porque a queixada inferior adere á superior. Nos quadrúpedes, o ponto em que os ossos desta se ajuntam é sempre na *parte inferior*, mas nos crocodilos esse ponto é sempre *muito para trás*, e em consequência da curteza das pernas, e da grande extensão do queixo, o réptil é compelido a levantar a cabeça para trás primeiro que possa abrir a boca; e esta operação produz a certo modo a aparência de movimento do queixo superior. A boca é muito rasgada, e se prolonga consideravelmente para a parte posterior dos olhos; é guarnecida em cada queixo com uma ordem singela de dentes cónicos, todos de diversos tamanhos, e afastados uns dos outros, que são mudados sucessivamente, e substituídos por outros de maiores dimensões à porção que o animal cresce em idade e tamanho. A língua é curta e carnuda, em toda a sua extensão presa ao queixo inferior, pelo que a não pode revolver, nem impelir para diante; o que deu lugar a suspeitarem os antigos que o animal era privado deste órgão. Os olhos estão muito próximos um do outro na superfície superior do crânio: as ventas formam um canal estreito e comprido na extremidade do focinho; as orelhas são fechadas externamente por duas válvulas carnosas, e por debaixo da garganta tem duas pequenas glândulas, que abrem externamente, e contém uma substância de cheiro semelhante ao almíscar. Alguns pensam que o fluido segregado por estas glândulas obra como uma espécie de engodo para atrair peixe que é um dos principais alimentos destes animais.

Plínio refere que o crocodilo egípcio se retira a secretas concavidades, ou asilos, na proximidade do inverno, e passa a três ou quatro meses mais frios em um estado de letargia, e sem tomar sustento; este fenómeno, ordinariamente chamado hibernação, é quase universal entre os répteis, e serpentes; pelo menos nas temperaturas elevadas, e nas moderadas; e tem sido repetidas vezes observado pelo que toca ao aligator, e jacaré, ou caimão. Ao avizinhar-se a estação fria estes animais se enterram em lodo no fundo de algum lago estagnado, onde permanecem escondidos e em inação até à volta da primavera. Afirmam os viajantes, que eles nunca se encontram em rios de corrente muito declive; porém são frequentes em lagos estagnados, e nas angras, ou voltas dos rios caudalosos. Aí andam em tamanho número, que quase se não podem contar, porque são extremamente numerosos nas partes remotas, e não frequentadas do Sul da América, deitando fora as grandes, e achatadas cabeças por entre as folhas das plantas aquáticas, que cobrem a superfície da água, e dali espiando a presa; também muitas vezes se acham tomando o sol, ou dormindo ao longo das margens. Nunca saem á praia senão

nas horas mais calorosas do dia, e sempre se retiram para a água antes do anoitecer, porque é durante a noite que andam mais activos em busca de presa. Dizem que raras vezes acometem o homem, a não ser em defesa dos ovos, ou dos filhos; mas os jacarés do Brasil, e os caimões da Guiana dão muitos exemplos do contrário, e são bastantes atrevidos, avançando aos animais de todos os tamanhos. As fêmeas põem usualmente de cinquenta a sessenta ovos em um só lugar, os quais são pouco mais ou menos do tamanho de ovos do ganso; e os cobrem, com areia, e deixam que os tire o calor do sol; porém nunca se afastam para grande distância: quando os filhos saem da casca têm coisa de cinco a seis polegadas, e elas os conduzem imediatamente à água. Raras vezes metade da ninhada inteira chega lá viva. Muitos são destruídos ainda nos ovos. Os abutres se emboscam, e espreitam a fêmea do aligador ou jacaré, quando saem em terra a pôr os ovos, que ele desenterram, e devoram assim que a mãe se retira. As cobras também lhes dão boas saltadas, ainda que às vezes pagam caro o atrevimento, como vê em nossa estampa. Grande número deles trazem os machos já crescidos da própria espécie, e várias castas de peixes vorazes, que os engolem com sofreguidão. Todos estes contratempos obstam o progresso de uma raça tão nociva, e que a não ser isso se propagaria infinitamente. Os índios, quando os colhem, comem a carne de todas as mencionadas espécies; e os europeus, a quem a necessidade obrigou a acompanhá-los em semelhantes banquetes, afirmam que é delicada, e saborosa.

Mencionaremos aqui a única particularidade de hábitos, que parece distinguir o aligador, e jacaré, do crocodilo verdadeiro: o primeiro nunca deixa a água doce, ao passo que o último frequenta também as embocaduras dos rios caudalosos, e até atravessa de umas ilhas para outras em distâncias consideráveis.

Também o aligador dos ingleses, propriamente dito, ou jacaré do Mississípi, e outras partes meridionais dos Estados Unidos, parece ser mais feroz e voraz que o jacaré da América do Sul, e diz-se que, como o tubarão, prefere os Negros aos Europeus. Afirmam que os do Norte crescem até catorze ou quinze pés de comprimento, sendo a cabeça um sétimo deste; e que os do Sul crescem de catorze a dezoito pés, sendo a cabeça pouco mais da oitava parte de todo o comprimento. Um viajante refere dos primeiros, que “eles preiam de ordinário de noite, para que se reúnem em bandos, pondo-se á entrada de alguma angra, ou calheta, que os rios fazem, para onde previamente foram empurrando o peixe, e então berram com tal força, que podem ouvir-

se a um milha de distância<sup>1</sup>. Para apanhar o peixe mergulham por baixo do cardume, e tendo um seguro, o trazem à superfície, e o arremessam ao ar, para deitarem fora a água que necessariamente tomaram com ele, e o tornaram a apanhar de novo na queda. Quando conseguem caçar um animal terrestre de tamanho tal, que o não possam engolir de uma vez, o escondem pelos remansos do rio, até que apodreça, e então o arrastam para a praia, e o devoram de seu vagar, porque não tem dentes próprios para cortar e mastigar.” O mesmo diz que a fêmea do aligador só põe uma postura de ovos na mesma estação, quando, segundo a relação de La-Borde, o caimão, ou jacaré de Suriname, e de Caiena, põe em dois ou três diferentes períodos do ano.

Contudo estas diferenças, se existem, e as pouco importantes que se têm reconhecido na configuração destes animais, talvez devidas aos vários climas que habitam, são mais interessantes para os naturalistas de profissão, do que para os curiosos da história da natureza, e por isso não insistimos mais nelas.

---

<sup>1</sup> Bartram diz que a voz deles se parece com o mugido de um touro.

## TASSO

TORQUATO Tasso, o célebre cantor de Godofredo, nasceu em Sorrento, perto de Nápoles, em 1554. Filho de Bernardo Tasso, autor do *Amadigi*, seguiu o pai para Roma, quando as revoltas da sua pátria obrigaram este a deixá-la, tendo Torquato apenas onze anos. Ao cabo de algum tempo Bernardo Tasso se apartou do filho, mandando-o para Bergamo, e indo ele para Urbino, por se arreçar de viver em Roma. Foi o poeta feliz em buscar este asilo; porque o duque de Urbino o escolheu com benignidade; e assim ordenou a seu filho viesse a juntar-se com ele. Aqui seguiu Torquato os seus estudos sendo neles companheiros do próprio filho do duque: mas passados dois anos, a inconstância da fortuna os constrangeu a irem para Veneza. De Veneza o mandou seu pai cursar a faculdade de leis na universidade de Pádua, onde Torquato, dando de mão às *Institutas*, começou a seguir a carreira do seu engenho poético. As suas primeiras obras foram, o poema de cavalaria intitulado *Rinaldo*, e várias poesias líricas. – Diz-se que o poema *Jerusalém Libertada* o começou ele de 19 anos, estando então em Bolonha. – Em 1565 entrou Tasso pela primeira vez na corte de Ferrara, introduzindo nela o cardeal *Luiz d'Este*, irmão do duque Afonso. Deste acontecimento nasceram as desventuras do poeta, e o seu amoroso enleio com a princesa Leonor, irmã segunda do duque. Ao que parece, não foi ela inteiramente esquiva à paixão de um homem que, além do engenho raro, possuía os demais dotes que o podiam fazer amar. Todavia a história lançou sobre este caso um véu misterioso, que nunca se rasgou de todo. É certo, porém, que exceptuando uma visita que Torquato Tasso fez a Paris em 1571, nunca mais saiu de Ferrara, até à conclusão do seu poema. A este tempo já tinha estampado a égloga de - *Aminta* - uma das mais conhecidas e estimadas produções suas.

Desde esta época nunca mais Tasso teve um momento de sossego ou ventura. O grande poeta, cujo renome já enchia o mundo, vagueou na sua mesma pátria, de cidade em cidade, por vários anos, quase como um mendigo, levando-o a este estado um quebrantamento de espírito que nenhuma mudança de situação podia melhorar. Ferrara era contudo o alvo dos seus cuidados, e para onde, apesar de visíveis esforços, seus afectos constantemente se dirigiam. Posto que em tal estado fosse natural que Torquato praticasse atos extravagantes, custa realmente a crer que houvesse motivo razoável para se tomar a atroz medida a que em 1579 recorreu o seu antigo patrono o Duque Afonso, fazendo-o entrar como lunático no Hospital de Sancta Anna. Nesta mansão de infelizes

esteve Torquato encerrado quase sete anos.

A princesa Leonor, que se julga ter sido a causa inocente da sua prisão, faleceu em 1581; - mas nem este acontecimento, nem as solicitações de vários dos seus mais poderosos amigos e admiradores, puderam obter de Afonso a liberdade de Torquato.

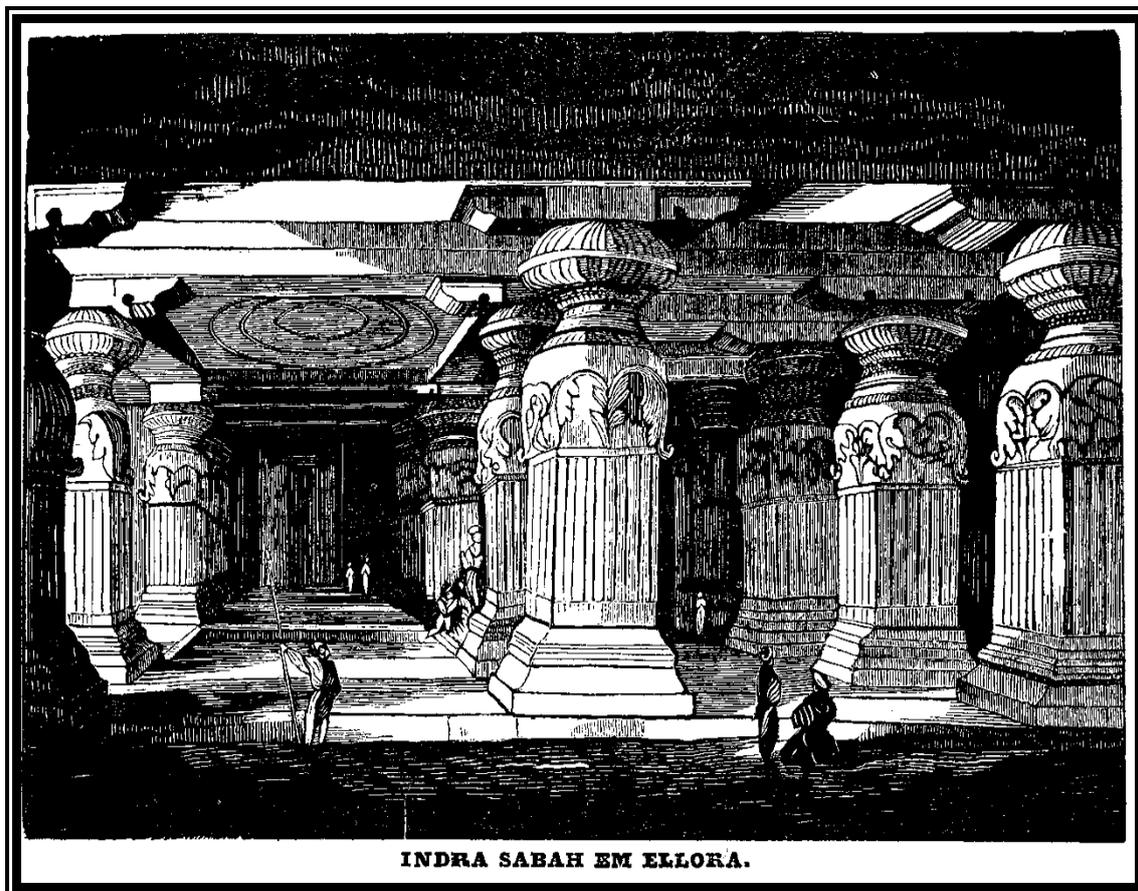
Todavia o suposto lunático havia empregado grande parte do tempo em exercícios literários, compondo muitas obras, assim em prosa como em verso, algumas das quais foram impressas; até que por efeito de ardentes súplicas de D. Vicente Gonzaga, filho do Duque de Mântua, lhe foi dada a liberdade em Julho de 1586, e em Mântua passou o poeta o resto daquele ano.

Torquato nunca mais voltou a Ferrara: Tomando os seus andrajos de peregrino, só com o fim de satisfazer o desejo de correr o mundo, que nele era já uma espécie de mania, lutou com as maiores vicissitudes da fortuna. Hoje atraía Torquato a atenção de esplêndidas cortes, e recebia as maiores distinções dos príncipes: - amanhã vagueava solitário por uma estrada, com passos vagarosos, e bolsa vazia, escasseando de meios, a ponto de viver de empréstimos, ou esmolas: - e assim passou sete anos. Em Novembro de 1594 foi a Roma, onde determinaram que o maior poeta da Itália fosse coroado, bem como 250 anos antes o tinha sido o ilustre *Petrarca*. Porém antes de chegar o dia de tão grande triunfo, foi Tasso atacado de uma doença, que logo se conheceu ser mortal. Por ele mesmo o pedir, o transportaram ao vizinho mosteiro de S. Onesso, onde 30 anos haviam que seu pai falecera. Tasso expirou nos braços do Cardeal Cinthio Aldobrandini, em 25 de Abril de 1595, tendo 52 anos completos. No momento em que o cardeal lhe lançava a bênção do papa, Tasso exclamou - *esta é a coroa com que eu espero ser coroado, não no Capitólio como poeta, mas no Céu como bem-aventurado*. - E daí a pouco o poeta deixou de existir.

Um pedante italiano, e um versejador francês – Salviati e Boileau - procuraram ofuscar a glória do Tasso; mas ela será eterna: será, porventura, acima da de qualquer outro poeta; porque, em qualquer outro dificilmente haverá tanta poesia, como a que brota da alma generosa do cantor de Godofredo: nem custoso nos fora o prová-lo, se os limites deste artigo no-lo permitissem. – Houve na Itália e fora dela grande debate sobre a superioridade relativa de Ariosto e Tasso: Tiraboschi provou que esta questão devia ser não de superioridade, mas de preferência. Quem amar a poesia da vida como ela é, leia Ariosto: porém o que sonhar um mundo ideal – um mundo de inteligências mais sublimes, procure-o na *Jerusalém Libertada*.

## **PRODIGIOSA**

Uma das mais alentadas árvores de que há memória, era um castanheiro que existia na Sicília haverá quarenta anos, e que talvez ainda lá exista. Muitos viajantes falam dele, entre os quais se conta o inglês Brydone, que o viu no meado do século passado. Na aparência pareciam ser cinco árvores distintas. – Diz-se que o espaço entre elas era antigamente todo maciço de madeira, constituindo assim uma só árvore. Brydone, que o refere, assegura que ao princípio não podia conceber como isto fosse possível; porque as cinco árvores abrangiam um espaço de duzentos e quarenta pés de circunferência. Convenceu-se enfim, não só pelo testemunho dos habitantes das vizinhanças, e pelo exame de um naturalista muito entendido, mas também pela observação que fez nas mesmas árvores, nenhuma das quais tinha casca pelas faces interiores, o que bem mostrava serem troncos separados da mesa planta. Este castanheiro era tão afamado, que, segundo narra o mesmo Brydone, estava marcado num antigo mapa da Sicília, publicado haveria cem anos.

**TEMPLOS SUBTERRÂNEOS DA ÍNDIA**

Se quiserdes saber miudamente qual é a religião de um povo; em que consistem seus ritos, as suas superstições, recorrei-lhe os livros sagrados, interrogai-lhe os sacerdotes, assisti às suas cerimónias do culto; mas se quereis conhecer o geral carácter dessa crença, a sua bondade moral, e a ideia fundamental dela, cerrai os livros; não converseis os sacerdotes: - perguntai-o à pedra do templo que julgais muda, e ela vos dirá o que talvez, com largo estudo dos livros e dos homens, tarde ou nunca sabereis.

Os monumentos religiosos de todas as nações são o eco do princípio religioso que em todas reside. O templo aprazível da Grécia, a catedral gótica do cristianismo, o pagode subterrâneo da Índia, são, cada um de *per si*, os símbolos da crença destes diversos povos.

O templo grego parece que sorri, como o risonho politeísmo da antiga Grécia: - a catedral, misteriosa no labirinto das suas arcadas, erguida para o céu, e triste na sua escuridade, é a imagem do cristão que suspira pela pátria celeste, e geme no desterro do mundo: - o pagode subterrâneo da Índia é o simulacro de religiões viciosas, absurdas e

vis, que nas entranhas da terra escondem superstições abjetas, como envergonhadas de as patentear à luz do sol, e aos olhos do género-humano.

Estes pagodes se encontram ainda por várias partes da Índia. Nos últimos tempos os ingleses, senhores de quase todo o Indostão, os têm tornado conhecidos na Europa: nós os portugueses sabíamos da sua existência e das maravilhas da arte, que encerravam, desde os fins do século dezasseis, em que Diogo do Couto escreveu uma notícia miudada de três dos principais deles.

Os mais notáveis destes templos subterrâneos são os da ilha de Salsete, o da ilha do Elefante, e os de Ellora na província de Aurenbad, nas cercanias da cidade do mesmo nome.

Para melhor intelligência do que deles vamos dizer, daremos aqui em resumo uma ideia das crenças dos habitantes da Índia.

Há aí duas seitas principais; a de Brama, e de Buda: segundo a primeira, existem três intelligências – a criadora, a conservadora, e a destrutora – que revestem de corpo, dando-lhes os nomes do Brama, Visnú, e Siva: dizem que as duas últimas incarnaram cá na terra em diferentes séculos, e com várias figuras: cada uma destas encarnações, ou *avatares*, como eles lhe chamam, gerou uma diferente deidade, que tem culto particular; só Brama não tem diversas encarnações, e por isso nunca o seu culto é vario como o dos outros. Além destes três grandes deuses há um tropel de outros inferiores. O sol, a lua, o vento, o mar, qualquer fonte ou rio, é divindade, ou tem alguma que lhe pertença: afora esta chusma, os principais deuses têm grande número de servos e clientes: e no céu há, como na terra, médicos, poetas, bailadeiras.

Como se crê que os deuses em várias das suas encarnações apareceram com muitas cabeças e mãos e outras extravagâncias, as imagens que estão pelos templos apresentam notáveis configurações. Daqui nasce, que na Índia, todos os monstros, todas as figuras, meias de homens meias de feras, toda a soma das mãos e cabeças nas imagens que aí são abordadas, indicam um lugar sagrado pertencente ao bramismo. Por via de regra estes templos têm o teto chato e são geralmente quadrados.

A religião de Buda difere muitíssimo da de Brama: creem os budistas que por diversas vezes têm aparecido na terra homens de excessiva piedade e abnegação de si, os quais foram levados, depois da morte, a um estado de bem-aventurança celestial. Estes santos, ou profetas, havendo reformado o mundo enquanto vivos, ficaram com o poder de fazer prodígios, e exercendo certa influênciã nos homens: são a estes santos que os súbditos adoram, e onde quer que esta religião voga, aí são as suas relíquias

veneradas. Os maiores templos, muitos dos quais são de forma piramidal, ou da figura de uma secção de globo, dizem que encerram um dente, um cabelo, ou outra qualquer relíquia de algum desses santos. Estes templos contêm imagens de pernas encruzadas ou em pé em postura de quem medita: tais são os objetos de veneração dos budistas; e nos pagodes pertencentes a esta seita não se encontram imagens disformes ou monstros de muitos braços e cabeças. O sinal característico de qualquer dos templos, que hoje restam ter pertencido ao budismo, é haver ao pé grande número de celas; porque os sacerdotes de Buda vivem conventualmente, como viviam os nossos frades. O corpo do templo é ordinariamente sustido por fileiras de pilares, com uma nave de cada lado, tem o teto em arco, e é oblongo como as nossas igrejas.

Os pagodes de Salsete parecem ter pertencido a esta seita, e o da ilha do elefante ao culto de Brama; em Ellora uns são templos de Buda, outros da religião de Brama.

Diogo de Couto, depois de descrever Salsete, fala do templo de Canari (que os ingleses escrevem Kenery) como de uma das maravilhas da Índia. A seguinte descrição é extraída deste escritor, que em parte preferimos aos modernos viajantes, não só por [ser] nosso, mas porque examinou a obra no tempo em que não estava tão arruinada como hoje. – “ No meio desta ilha, diz Couto, está aquele admirável pagode do Canari, que se presume ser obra dos canarás; e por isso se chama assim, que está feito ao pé de um arrazoado monte, todo de pedra de cor pardo claro; à entrada dele se faz uma formosa sala; e no pátio de fora da porta, duma e doutra banda dela, estão duas figuras de vulto entalhadas na mesma pedra, tamanhas como duas vezes os gigantes que vão nas procissões da festa do corpo de Deus de Lisboa, tão formosas, tão primas, e tão bem lavradas, que nem em prata se podiam entalhar melhor, nem mais perfeitas. A porta, da banda de fora, tem algumas cisternas feitas da mesma rocha, que recebem a água do Inverno que no verão está tão fria que não há mãos que a sofram. Pela serra acima até ao cume dela, a modo de caracol, fazem-se mais de três mil camarinhas pequenas, a modo de cubículos, cortadas na mesma rocha; e cada uma delas tem à porta uma cisterna da mesma água: e o que é mais de admirar é que há um cano, feito pelo tal artifício, que corre por todas estas três mil camarinhas: este cano recolhe todas as águas vertentes daquela serra, e a reparte por todas as cisternas, que estão às portas das camarinhas”.

Neste templo há varias quadras antes de entrar na principal; na passagem daquelas para estas há duas grandes moles de pedra com cúpulas esféricas, chamadas *dhagopes*, as quais indicam ser o templo consagrado a Buda. Uma destas pedras está

num canto escuro, e cheia de figuras de relevo, das quais a principal é a de Buda em diferentes posturas, e acompanhada de vários emblemas. O exame destas esculturas aclararia muito a antiga história da religião da Índia.

Este templo foi convertido pelos portugueses em igreja com a inovação de S. Miguel: e segundo Couto, na serra em que está entalhado se descobriu uma espécie de caminho subterrâneo, ou labirinto em que alguns curiosos andaram sete dias sem acharem termo. Havia tradição entre os habitantes de Salsete, que este caminho, que passando por baixo do braço do mar, que divide Salsete da terra firme, ia dar a Cambaia: assim a imaginação do povo contribuía para engrandecer esta maravilhosa fábrica.

O pagode de Manapaser, a que hoje chamam caverna de Montpezir, dista do de Canari, obra de duas milhas, e é entalhado como o outro na rocha viva. Este pagode foi também mudado em igreja pelos portugueses, que junto dele fundaram um colégio para ensinarem os filhos dos índios convertidos. – As ruínas deste colégio ainda existem, e os ingleses, que se persuadem de que os portugueses só sabiam edificar conventos, dizem que são as ruínas de um mosteiro de frades, e que o templo serviu, *provavelmente*, de dispensa, o que só mostra a ignorância em que estão acerca das nossas coisas.

A ilha do Elefante, ou como agora lhe chamam, Elefanta, está lançada na entrada do rio de Bombaim, à banda do Sul, e terá de roda obra de meia légua. Diz Couto que tomou este nome de um grande elefante de pedra que se descobria logo ao entrar no rio: este monumento desabou em 1814. É aqui que está um dos mais famosos pagodes da Índia. – Tem o templo oitenta passos de comprimento e sessenta de largura aberto na rocha viva; e todo o cume do teto se sustenta sobre cinquenta colunas, que estão por tal compasso, que fazem sete naves. Cada uma destas colunas até ao meio é quadrada com vinte e dois palmos, e do meio para cima redonda, e tem dezoito palmos de circunferência. Na década sétima da Historia da Índia se acha uma particular notícia do estado deste pagode no tempo de Diogo Couto; mas tendo-se, desde então para cá, arruinado muito aquela obra magnífica, extrairemos alguma coisa do que acerca dela dizem os modernos viajantes ingleses.

O principal objeto que se encontra nesta caverna é um ídolo de três cabeças entalhado com vários ornatos, e representando Siva, a quem o templo, pelos emblemas que tem, parece ser dedicado. Está este vulto no fundo da entrada do centro.

Há pelas paredes vários relevos; mas como no Inverno a água entra para dentro, estão parte aluídos, parte caídos; isto faz com que seja muito difícil explicar o que eles representam.

À entrada da caverna há um templo separado, o qual lhe fica à direita, e tem, pouco mais ou menos, vinte pés em quadro, com entradas pelas quatro faces, ao lado de cada uma das quais estão dois gigantes de quinze pés de alto, um de cada parte. Dentro está esculpido o emblema do poder criador, o *Linga*, o qual ainda hoje os índios costumam ir enfeitar com flores.

O pagode principal está já muito arruinado, e há sítios em que o teto abateu, ficando tudo reduzido a montes de entulho. Os que pretenderam notícia exata sobre o seu antigo estado leiam a descrição de Couto, e acerca do que ainda se conserva, vejam os *Fragmentos de viagens* do Capitão Basílio Hall.

Os templos de Ellora, tanto pelo seu número, como pela riqueza da fábrica, são talvez os mais curiosos subterrâneos de toda a Índia. Estão abertos em um monte de figura de meia-lua, cujo declive em geral, é doce, mas nalgumas partes é de rochedo talhado a pique com altura de vinte, sessenta, e às vezes cem pés. Foi nestas faces que abriram os pagodes, correndo assim um lanço deles no espaço de uma milha. Sobre o alto do monte avulta uma estátua agigantada de Buda, lavrada num rochedo de bálsamo negro. Está toda nua, e assentada em um trono posto sobre elefantes e tigres. Tem a estátua dez pés de alto, as pernas cruzadas e as mãos no colo; coroa-a uma cobra de sete cabeças, cujas roscas servem de encosto ao trono. Estão à volta seis vultos, cinco sentados e um em pé, como que fazendo-lhe oração, e adornados de brincos, rosiclères e braceletes. Esta imagem é semelhante a todas as de Buda, que há pela Índia, chama-se *Parusnath*, e os malabares vão ali em romaria todos os anos.

A caverna mais próxima é a chamada *Indra Sabah* ou templo do senhor do firmamento. Esta caverna divide-se em três corpos, e é a que representa a estampa que precede este artigo. Pertence o pagode à religião de Buda. Os três corpos seguem no fundo uns dos outros, tendo comunicação entre si por umas portas estreitas. O da entrada, representado na imagem, tem sessenta e um pés de comprimento, quarenta e oito de largura, e catorze de altura: a um canto está a estátua de Buda, na mesma postura do *Parusnath* colocado no cimo do monte: à roda da parede há outros ídolos que representam a mesma personagem, uns com as pernas cruzadas, outros sentados ao nosso modo. A segunda caverna parece-se inteiramente, com a primeira. Na terceira há, também, como nas outras uma figura de Buda, e muitas ao redor em nichos, umas em

pé, outras sentadas, com servos atrás, montados em elefantes, tigres e touros. O vulto em pé de Buda está à esquerda do santuário, com duas mulheres de cada lado, e aos pés outras na postura de rezar; de roda estão entalhados ratos, carneiros, uma cobra e um escorpião, como que repousando à sombra dele: o portal é todo lavrado de figurinhas de Buda e dos servos: no topo da quadra há uma varanda em cujas extremidades estão os ídolos chamados Indra e Inderani; aquele sentado sobre um elefante, este sobre um tigre: nasce a cada um no alto da cabeça uma árvore, na qual está pousada uma ave.

Na frente desta caverna de Indra há um pátio talhado no rochedo, com uma capela no centro, em que está um altar com figuras de Buda: de cada lado há um elefante sem cobertura ou ornato e na outra parte está um obelisco levantado.

Estas cavernas são feitas em dois andares; mas o inferior tem-se estragado com a humidade e entulhado, em parte, com a terra que para dentro vai caindo.

Adiante do Indra Sabah, seguem-se no mesmo monte muitos pagodes subterrâneos, uns pertencentes ao bramismo outros ao budismo, de que não faremos menção especial por evitarmos prolixidade e por passarmos a descrever o templo de Keilas, cujo desenho, também, aqui apresentamos. É o pagode de Keilas obra dos sectários de Brama, e está situado no mesmo lugar de Ellora.

## TEMPLO DE KEYLAS



TEMPLO DE KEYLAS.

O primeiro objeto que nele se apresenta aos olhos do viajante é um portal com câmaras por cima e ligados encontros do monte por dois de muros com meias, e, segundo parece, talhados num antigo banco de pedra: por cima deste portal há uma grande multidão de pequenos pagodes e obeliscos, todos avultados na mesma pedra. Entrando para dentro dá-se num extenso terreiro, o qual fica na frente do templo principal, que está assentado sobre elefantes tirados ao natural: é este templo obra espantosa; e parece impossível que uma fábrica, de tão curioso lavor, seja cortada e entalhada na mesma pedra dura e áspera, que por três lados fecha o grande terreiro. Há para este duas aberturas, uma é direita, outras é esquerda, e diante delas estão elefantes de grandeza natural, cingidos com cordas, mas já muito estragados: do pé destes é que se vê bem todo o exterior do grande templo piramidal do meio, que tem cem pés de alto e cujos delicados labores contrastam a aspereza dos rochedos que fecham o terreiro. Andando obra de trinta pés para diante dos elefantes chega-se a dois formosos obeliscos, bem conservados, de trinta e oito pés de alto. O templo principal está a uma banda de terreiro e tem comunicação com os quatro por cima da entrada, por um templo mais apoucado no qual está o boi *Nundi*, que é pequeno e já todo quebrado. Ao lado do templo do meio há outros menores, que assentam sobre vultos de animais, elefantes, leões e monstros imaginários, cinzelados em várias posturas: uns combatendo com os

que tem ao pé; outros com meios corpos saídos da parede, outros tendo de fora só as cabeças. Os leões são aqui desmesurados e da altura dos elefantes, como era necessário para toparem com as costas o pagode que fingem sustentar.

Entre o templo maior e o portal, no muro da cerca, há nove fileiras de figuras lavradas, quase de um pé alto, que representam homens pelejando, com arcos, cacheiras e espadas; alguns em carros tirados por cavalos ou macacos. Na frente do templo há uma escadaria, no cimo da qual é a entrada para a quadra principal. Dentro, a luz baça, as maciças colunas, o silêncio de morte em que tudo está, e as figuras agigantadas que se veem do topo geram um sentimento de pavor. O tamanho da quadra é de cento e três pés de comprido, sessenta e cinco de largo, e só dezassete de alto. Sustem o teto quatro renques de colunas grossíssimas com os fustes cheios de labores, mas os capitéis lisos: a cor da pedra destas colunas está toda afumada das fogueiras que Aureng-zeb mandou fazer ali dentro por escarnecer dos malabares. Em frente, da entrada há uma capela grande, com vultos gigantes aos lados, cujas cabeças vão entestar com o teto: é esta capela o santuário, onde está o *Linga*. De roda corre uma varanda pela parte de fora e aos lados do templo há pórticos cheios de vultos e relevos. Na varanda que cerca o santuário há portas que dão para outras capelas, que são em miniatura o mesmo que a grande quadra.

Há por estes sítios muitos outros pagodes menos conhecidos; e no caminho de Puná para Bombaim se encontra o de Karli que é muito célebre, mas de que se pode fazer ideia pelo que temos descrito. Estes pagodes não igualam por certo os edifícios religiosos da Europa em grandeza e primor; porém excedem-nos no difícil da obra; porque só em Keylas tiveram os que o construíram de cortar talvez três milhões de pés cúbicos do rochedo, para no restante da pedra talhar tão delicados relevos vultos, os quais, ainda que incorretos no desenho, são bem imaginados no todo e de subtil lavor.

## **PARTICULARIDADES RELATIVAS ÀS CORES**

Muitas vezes têm-se suscitado vivíssimas contestações entre os fabricantes de fazendas estampadas e as pessoas que lhas haviam encomendado, por causa das cores dos desenhos, porque pretendendo-se, por exemplo, que fossem negros em chãos vermelhos ou carmesins, em vez de negros eles apareciam verdes. Outras vezes tinham-se encomendado para armações ou forros de quartos debuxos cinzentos em chão verde; e estes parecendo cor-de-rosa, em lugar de cinzentos faziam nascer grandes alterações: - “Guarde lá o senhor a sua obra, eu quero desenhos negros”. - “Aqui tem as suas tapeçarias, e para a outra vez não misture o cinzento com o cor-de-rosa”. - “Mas, senhora, a nossa tinta negra é excelente; eu desafio qualquer fabricante a que mostre um preto de melhor qualidade”. - “A nossa fábrica não começou ontem, e graças a Deus, sempre teve fama de ter melhores cinzentos que todos os fabricantes do reino.” - “Assim será, mas eu não tenho névoas nos olhos, este negro é verde, este pardo cor-de-rosa; apelo para o testemunho de todos”.

Um dos principais químicos franceses, tendo sido escolhido para árbitro, deixou muito confusas as duas partes queixosas, fazendo recortar papéis brancos exatamente pelos padrões dos desenhos, negros ou cinzentos, aplicá-los sobre as fazendas de modo a que ficassem inteiramente tapados os chãos vermelhos ou verdes, e substituídos por um fundo branco. Os debuxos pretos das capas apareceram logo perfeitamente negros, e os cinzentos das armações perderam a cor rosada.

Um dos principais químicos franceses, tendo sido escolhido para árbitro, deixou muito confusas as duas partes queixosas, fazendo recortar papéis brancos exatamente pelos padrões dos desenhos, negros ou cinzentos, aplica-os sobre as fazendas, de modo que ficassem inteiramente tapados os chãos vermelhos ou verdes, e substituídos por um fundo branco. Os debuxos pretos das capas apareceram logo perfeitamente negros, e os cinzentos das armações perderam a cor rosada.

Este fenómeno está ligado à teoria geral da influência que duas cores exercem uma sobre a outra, quando se encontram em justaposição: porém ao ilustrado químico, de quem acabámos de falar, é que se deve uma coleção completa de factos e de princípios relativos a este interessante assunto, de que faremos uma sumária exposição num dos próximos números.

As consequências já muito amplas dos princípios descobertos, são sem dúvida suscetíveis de maior desenvolvimento; portanto a arte de estampar desenhos em estofos de cores, a de aplicar diversas tintas sobre papeis pintados, a arte de iluminar as cartas, a arte do armador, que procura pôr em harmonia as cores dos estofos tanto entre si como com as das madeiras dos móveis, - a pintura dos quadros, dos vidros de cores e especialmente a dos modelos de tapeçaria e de alcatifas, - a distribuição dos canteiros de flores num jardim, em relação ao seu matiz e à época da sua florescência, - a boa combinação das cores dos vestidos, e sua influência nas pessoas que os trajam, os adornos dos teatros, todas estas artes podem tirar úteis noções dos factos que a experiência e a teoria têm descoberto.

## O AVESTRUZ

Esta ave é conhecida desde os tempos mui remotos, e dela fazem menção os livros sagrados. Provavelmente, foi alimento ordinário pelo menos do povo, porque o legislador dos judeus lhes proíbe esta carne como um dos manjares imundos. Heródoto, o pai dos historiadores fala do avestruz, e igualmente os primeiros filósofos, que trataram assuntos de história natural. E com efeito, como podia ser desconhecida uma ave que vive nos climas da África e da Ásia, tão povoados na antiguidade, e muito mais sendo tão considerável pelo tamanho, tão notável pela figura, tão pasmosa pela fecundidade? Verdade é que o avestruz habita os desertos e prefere os lugares mais solitários e mais áridos, onde quase nunca chove, o que parece confirmar o dito dos árabes de que esta ave não bebe. Mas também é verdade que o homem sabe atravessar os desertos. A vida do avestruz deve ser muito penosa em solidões vastas e estéreis, mas ele lá encontra a liberdade e o amor; e que ermo, por tal preço, não seria um lugar de delícias? Para gozar, no seio da natureza, bens tão inestimáveis ele evita a sociedade do homem. Mas o homem, que sabe quanto lhe pode aproveitar, vai procurá-lo nos mais selváticos retiros, e sustenta-se da sua carne, dos seus ovos, e do seu sangue e gordura. Adorna-se com as suas penas, e talvez nutre a esperança de o subjugar completamente e pô-lo no conto dos seus escravos. O avestruz oferece sobejas vantagens ao homem para que ele o deixe viver seguro no centro dos desertos. Povos inteiros mereceram a denominação de *Struthophagos*, comedores de avestruzes, que tantos ou tão poucos devoravam; e estes povos eram vizinhos dos *Elefantófagos*, comedores de elefantes, que por certo não usavam melhor banquete. Apício, o doutor dos cozinheiros romanos, prescreve no seu sexto livro, um molho [com] alguma coisa picante para esta espécie de carne, e julgamos que com muita razão: isto prova-nos o uso que fazia dela o povo conquistador. O imperador Heliogábalo, protótipo dos comilões, banqueteu-se um dia com os miolos de seiscentos avestruzes. É bem sabida a mania deste imperador de comer em cada dia uma só casta de carne, como faisões, porcos, frangos, e o avestruz entrava na conta, preparado sem dúvida à moda de Apício. Ainda hoje os habitantes de alguns distritos de África os criam domésticos, e lhes comem a carne e vendem as penas. Contudo nem gatos, nem cães quiseram ao menos cheirar a de um, que Vallisnieri tinha dissecado, posto que estivesse bem fresca. É verdade que estava excessivamente magro, e além disso podia ser velho: porque o Leão africano, que a provou no próprio país, diz que só comiam os novos, e depois de terem engordado. O

Rabbino Kimchi diz que preferiam as fêmeas; e talvez se possam converter em sofrível manjar submetendo-os à castração.

O avestruz tem de sete a nove pés de altura desde a cabeça até ao chão, e do costado para baixo raras vezes excede três ou quatro pés, porque o restante é o excessivo comprimento do pescoço. A cabeça é muito pequena, comparativamente ao corpo; e tanto ela como a maior parte do pescoço são cobertas unicamente com alguns pelos espalhados; o bico é largo, curto, e abobadado. As penas do corpo são curtas e soltas; as das asas e do rabo são alvíssimas, flutuantes e compridas, e umas por outras com as pontas negras. As asas são armadas de esporões, as coxas nuas, e os pés fortes e da cor pardo-escuro. As asas lhe não servem para voar, mas somente para o auxiliar na carreira, à qual é tão veloz que o não alcança o mais ligeiro cavalo. As pernas mais parecem de quadrúpede que de ave.

Os ardentes e descampados areais da África e da Ásia são os países natais dos avestruzes. Por eles vagam muitas vezes em ranchos tamanhos, que vistos ao longe já têm causado sustos às caravanas, figurando tropéis de cavalaria dos árabes salteadores.

A forma e os hábitos peculiares deste animal são inteiramente diversos dos de toda a mais casta plumigera. E parece que forma um dos anéis intermediários na extensa cadeia dos entes animados, ligando as tribos aladas com os quadrúpedes. As pernas com juntas vigorosas, e (aventuremos esta expressão) armadas de unhas fendidas, são tão azadas para a carreira, como para a defesa: corre velocissimamente, porque o feitio das asas e disposição das penas lhe vedam o voo, o pescoço como o do camelo, é coberto de cabelos, a voz é um certo berro profundo, e lúgubre; pastam como alguns quadrúpedes.

Fazem grande perda aos cultivadores no interior de África meridional, vindo aos bandos às searas e comem as espigas de trigo deixando só o pé. Como o seu corpo é da altura da espiga, e abaixam a cabeça para comer não se conseguem ver; porém, à menor bulha erguem a cabeça e fogem sem que se possa chegar-lhes a tiro.

Quando o avestruz corre tem um aspeto valente e altivo, se na direção que segue bate o vento, batem as asas sempre, e então nem um cavalo o apanha. Mas se faz calma, ou por acidente perde uma asa é muito mais fácil alcançá-lo.

O avestruz macho do sul da África na altura da criação toma por companhia de duas até seis fêmeas. Estas põem todos os ovos juntamente no mesmo ninho que é unicamente uma cova pouco funda escavada no chão com dimensões convenientes para aí caber, durante a incubação, um destes pássaros agigantados. Para pouparem o espaço e ao mesmo tempo darem a todos os ovos igual porção de calor, os colocam dentro do

ninho com a extremidade mais aguda para baixo e com a outra para cima fazendo com a terra que tiram da cova um cerco da parte de fora que os mantém na postura própria. As fêmeas rendem por turnos durante o dia no mister da incubação, e o macho permanece à noite porque se requer a sua força para defender a prole dos ataques dos adibes, leopardos, e outros inimigos. Contam que muitas destas aves na luta ficam mortas ao pé do ninho.

Às vezes se acham ninhos com sessenta ovos mas o número trivial é mais pequeno e a incubação é de ordinário executada por um só casal. Cada fêmea põe de doze a dezasseis ovos. Continuando a por durante a; e até depois de tirados os filhos: os ovos supranumerários são postos da banda de fora à roda do ninho, e destinados ao sustento dos filhos que posto sejam do tamanho de uma franga ao sair da casca, ainda não têm provavelmente força para digerir o alimento duro e acre de que subsistem os velhos. O período de incubação dura de trinta e seis a quarenta dias. Tanto os machos como as fêmeas desamparam os ninhos na maior força do dia porque então basta o calor do sol para chocar os ovos.

Um ovo de avestruz contém tanta substancia como vinte e quatro das galinhas caseiras. Os frescos têm bom paladar e são tidos por alimento sadio. Os hotentotes sabem o melhor modo de os cozinhar: põem-nos sobre cinzas quentes por uma das extremidades e na que fica virada para cima fazem um buraquinho e vão com um bocado de pau mexendo até que fiquem suficientemente assados: então os temperam com sal e pimenta, e sai uma boa *omelete*. São muito bons para embarque porque aturam muito mais que os de galinha, por causa da grossura da casca. No Cabo da Boa-Esperança, se faz muito comércio deles. No Cairo e outras cidades do Egipto, os comem com gosto e se consomem muitos, que os árabes trazem a venda. São enfeite ordinário das mesquitas dos Turcos, onde os dependuram das abóbadas. Nas igrejas dos Coptas<sup>1</sup> reina o mesmo costume e quando um padre desta seita diz missa tem sempre defronte um castiçal aceso entre dois ovos de avestruz como para o advertir de que deve estar atento ao exercício do seu ministério, assim como o avestruz, segundo a tradição vulgar do país nunca desvia os olhos de cima dos ovos.

Uma das maiores cascas destes ovos, que se tem visto existia no gabinete da Academia da Suécia; pesava onze onças e levava cinco quartilhos e meio da medida de França.

---

<sup>1</sup> Cristãos do Egito, da seita dos Jacobitas. Veio-lhes talvez o nome de um antigo idioma do país.

Ainda que estas aves correm mais do que um cavalo, contudo é a cavalo que se caçam e se apanham, para isto é preciso indústria e os árabes que são os mais peritos nesta caça a têm em conta de ciência. Tudo consiste em seguir as aves de longe, sem apertar muito com elas, inquietando-as quanto baste para as não deixar comer, mas nunca com tal excesso que as delibere a fuga precipitada: isto é mais fácil, porque elas nunca seguem em linha reta, mas vão sempre descrevendo uma curva mais ou menos extensa, por consequência os árabes vão descrevendo do lado oposto um círculo concêntrico, interior, conservando-se em conveniente distância, andando porém menos do que elas: quando as tem assim cansado, e esfomeado durante dois, ou mais dias, aproveitam a ocasião, e vão sobre elas a todo o galope, levando-as contra o vento o mais que podem e as matam à bordoadada para que o sangue não manche a belíssima alvura das penas. Estas penas, que são as do rabo, tem grande apreço no comércio, pela aplicação, que lhes dão para enfeites de senhoras, penachos, etc.: são largas e flexíveis e com barbas compridas, finas e macias.

Contam que os avestruzes, vendo-se acoçados sem poderem escapar, escondem a cabeça pensando que não são vistos porque eles também não veem mas talvez a sua intenção, neste caso, seja livrar a cabeça que é a parte mais importante, e ao mesmo tempo a mais fraca. As recentes relações dos viajantes mostram que a estupidez atribuída a estes animais é sumamente exagerada. Em algumas ocasiões, quando ainda lhes restam forças, combatem, e se defendem corajosamente e não é a sua caça tão sem perigo, que não tenham ficado por vezes alguns caçadores com pernas quebradas das pancadas da asa. Os colonos do Cabo tomam estas caçadas por grande divertimento; e além disso tem interesse em os destruírem por causa do estrago horrível que fazem nas searas, deixando campos inteiros de trigo só com a palha. É coisa notável que sendo estes animais tão vigilantes e acautelados contra os caçadores, se não espantem à vista de gente que vai de carroça. Um escritor moderníssimo conta que um Hotentote lhe proporcionou deste modo o meio de ver bem uma ninhada deles já crescidos, começou a andar à roda estreitando cada vez mais os círculos até a distância de tiro de pistola, em que então fugiram.

As penas são a causa principal de guerra geral que lhe fazem; mas os árabes também se servem das peles depois de curtidas. A mesma pele dá um meio de os apanhar, conservando-lhes as penas: cobre-se com elas o caçador, e passando o braço pelo pescoço lhe dá todos os movimentos, que faz de ordinário o abestrúz; e assim se pode facilmente aproximar deles e salteá-los. Deste modo os selvagens americanos se

disfarçam em cabras bravias para apanhar estas.

Sparmann, escritor de crédito, diz que é fácil distinguir o macho da fêmea, ainda que vá correndo, porque o macho tem penas brancas nas asas e rabo e pretas no costado e ventre, e a fêmea só as tem pretas no rabo e nas asas, sendo o restante do corpo todo cinzento.

Sustentam-se principalmente dos olhos das várias espécies de arbustos, que crescem pelos sítios áridos de África; e parece que não precisam de água, porque se encontram nas paragens mais ardentes daquela região, onde não existe outro animal. Engolem substâncias duríssimas; mas é falso dizer que digerem o ferro, como diziam antigamente: e parece que a causa principal desta voracidade procede da capacidade do estômago e da precisão de o encher com volume suficiente.

Não são absolutamente intratáveis, e criam-se e domesticam-se facilmente em seu país natal: mas são incapazes de qualquer serviço regular e o árabe, que amança o cavalo, e subjuga o camelo, nunca pôde tirar vantagem completa do avestruz. Omitindo outros exemplos de domesticidade, referimos o seguinte que traz o célebre naturalista M. Adanson, na *Viagem ao Senegal*.

“ - Criavam-se dois avestruzes havia dois anos na feitoria francesa de Podor, na margem meridional do Níger, e que ainda eram novos, quase igualavam os maiores que eu tinha visto nas tostadas e arenosas campinas à esquerda de Níger: estavam tão domesticados que dois negros pequenos montaram juntamente no maior, que apenas sentiu seu peso deitou a correr com toda a força, e deu umas poucas de voltas em torno da povoação sem ser possível fazê-lo parar, até que lhe taparam a passagem... Para experimentar a força destes animais, mandei um negro de boa estatura montar no mais pequeno e outros dois no maior: a carga não pareceu desproporcionada para o seu vigor: começaram amiudado, e quando os tocaram, alargaram as asas para tomar vento, e desataram em tal velocidade, que parecia mal tocavam no chão. Estou persuadido que deixariam ficar atrás os melhores cavalos ingleses: é verdade que não aguentariam tão longa corrida como estes, mas decerto que poderiam executá-la com mais prontidão. Fui por vezes testemunha deste espetáculo, que pode dar ideia da força prodigiosa de um avestruz, e mostrar de quanto poderia servir, se houvesse meio de o subjugar e instruir como se ensina um cavalo. -”

## CASAMENTOS NA JURA

Logo que um rapaz pretenda casar-se um dos seus amigos se constitui medianeiro das negociações preliminares, e se dirige à casa dos pais da donzela, onde depois de ter feito um elogio enfático dos merecimentos e teres do seu amigo, ouve em troco o panegírico das virtudes e prendas da requestada donzela. Se este primeiro passo faz conceber esperanças de feliz resultado, os pais dos noivos tratam entre si acerca do futuro consórcio, visitam-se, para se assegurarem da veracidade das mútuas informações, e então se faz o pedido com todas as solenidades.

No fim do jantar o mancebo, colocado a par da sua futura noiva, lhe oferece num prato, ou dentro de um copo, um rolo de moedas de ouro ou de prata, proporcionado aos seus recursos pecuniários. Se ela o aceita, coloca estas arras na algibeira e desde esse momento é tida por noiva ou pelo menos fica inibida de quebrar a promessa contraída sem restituir a soma que recebera.

Na véspera da publicação dos banhos os futuros esposos distribuem filhoses ou confeitos a seus pais e às pessoas da sua amizade. Chama-se a esta usança, confirmar os esponsais. No dia em que se lavra a escritura matrimonial, reúne a desposada em sua casa muitas amigas e todas se refugiam para um quarto interior. O noivo, acompanhado pelos seus irmãos e amigos, vem bater a porta da casa reclamando uma ovelha que lhe pertence. Recusam franquear-lhes a entrada; porém eles tanto porfiam que conseguem entrar e concluída uma rigorosa busca reiteram as reclamações à porta do quarto onde se cerraram as raparigas, até que afinal lhes aparece um homem asseverando-lhes que nenhuma ovelha de outro dono se introduziu no seu rebanho. Para prova do que afirma, ele manda desfilar as raparigas uma após outra, na presença do noivo, que as faz dançar sucessivamente, e se acaso não encontra a desposada entre elas, é alvo dos motejos de todos.

Um membro da assembleia, à vista dos vestidos de noivado, que estão patentes, dirige aos futuros esposos uma prática, em que o estado do matrimónio não deixa de levar algumas motejos.

É costume ofertar à noiva um pedaço de pão negro, e depois uma fogaça e vinho, para lhe dar a entender que o seu novo estado traz consigo trabalhos e deleites. Chegada finalmente a hora da ceia vão sentar-se à mesa, onde as mulheres apenas aparecem de fugida; mas os homens, ocupados em beber e cantar à farta, não a deixam toda a noite.

No segundo dia celebra-se na paróquia o casamento; e a noiva, coroada e de

mirto florido, depois de leve resistência, se deixa conduzir à igreja ao som do estampido das armas de fogo, e dos instrumentos de música.

O pai, ou na sua falta o mais próximo parente da futura, lhe dá o braço, e rompe a marcha do cortejo. Seguem na primeira fila os amigos íntimos dos dois jovens, a quem, com os nomes *moço franco* e *moça franca*, toca a fazerem as honras das bodas; e atrás vem o noivo na companhia dos anciãos.

O sacerdote, antes de estender a estola sobre os noivos, benze uma moeda de ouro ou de prata, assim como o anel do mancebo. No momento em que o casado mete esta prenda no dedo de sua mulher, suscita-se uma jocosa alteração; porque se a esposa ambiciona o governo doméstico forceja por impelir para fora da primeira falange o anel que o noivo, levado do desejo de se apoderar do mando, procura introduzir quanto pode pelo dedo adiante.

Finda a cerimonia, o pai do esposo torna a conduzir a esposa para o seu domicílio, ao mesmo tempo que as aclamações dos assistentes, as descargas de mosquetaria e os sons das gaitas-de-foles exprimem de novo o júbilo desse dia festivo.

Quando as duas famílias não habitam na mesma aldeia, as alfaias e o enxoval da casada são postos em cima de carroças puxadas por bois ornados de fitas, onde as mulheres, misturadas com os móveis, e armadas de fusos, vão fiando durante o caminho. Abala o cortejo; porém, se a recém-casada deixa saudades, a mocidade do país retarda-lhe a partida, pejando o caminho, que deve seguir, e à saída da aldeia lhe oferecem um ramalhete.

Ao apresentar-se o par na habitação do mancebo, que está fechada, a mãe deste lhe lança pelas janelas muitos punhados de trigo, favas, ervilhas, etc., símbolos da prosperidade que lhe deseja. Abre-se a porta imediatamente; e a mãe vindo até ao limiar, apresenta à nora um copo de vinho, e um pedaço de pão. A noiva reparte este presente com o seu marido, porque entre eles, tudo vai a ser comum, e passa a ser recebida na casa. Aí a submetem a algumas provas; por exemplo, deixam uma vassoura atravessada à entrada de um quarto. Se ela é diligente, asseada e laboriosa, ergue-a do chão e encosta-a à parede; ou para ficar mais bem-conceituada, varre o quarto na presença dos espectadores. Dão depois uma volta por todas as casas, e vão para a mesa, exceto o casado, que fica de fora servindo a todos; porque as honras são reservadas para a sua mulher. No fim da refeição, mascararam-se os amigos comuns, e vem divertir a companhia, e dirigir os seus cumprimentos aos consortes. Escusado é acrescentar que a dança é um dos mais bem aceites divertimentos em semelhantes festas.

## CABELO DE JUDAS

O P. António Pereira de Figueiredo foi um dos mais célebres homens da Europa dos fins do século 18.º e princípios do 19.º Muito moço entrou em controvérsias com os jesuítas por causa do seu *Novo Método de Gramática Latina*, na qual patenteou os erros que se continham na Gramática do jesuíta Manuel Alvares, usada até então nas escolas do reino. Os frades da companhia lhe fizeram por isso viva guerra, que toda redundou em glória deste grande escritor. Era António Pereira um grande teólogo e muito versado na história da Bíblia, que traduziu e comentou, vulgarizando assim entre nós o conhecimento dos livros fundamentais da religião cristã. Posto que de agradável aspeto e bem-apeçoado, tinha os cabelos ruivos em extremo, o que deu lugar à anedota que vamos referir. Estava certa vez em uma reunião de várias pessoas, onde também se achava um jesuíta. Este, para escarnecer do P. Pereira, travou conversação com ele, e falando acerca de pinturas, perguntou-lhe, com ironia, qual seria a razão por que em todos os quadros em que Judas aparecia, o pintavam sempre com os cabelos ruivos; e acrescentou: V. S.<sup>a</sup> tem lido tanto, e sabe tanto das coisas eclesiásticas, que, sem dúvida, terá achado a origem desta tradição. Não titubeou um instante o P. Pereira, e imediatamente respondeu ao jesuíta nos seguintes termos: Saberá vossa paternidade que muitíssimo tenho estudado as antiguidades da igreja, e havendo encontrado várias notícias acerca dos demais apóstolos, pelo que toca a Judas nada tenho podido descobrir senão o que se lê no Evangelho; isto é, que ele era um dos da *companhia de Jesus*.

## A BULA

O célebre Montesquieu fez uma viagem a Roma, precedido pela reputação de seu nome. O Papa tratou-o, enquanto ele ali se demorou, com toda a afabilidade, e à despedida lhe disse: *“Quero fazer-vos uma graça, meu caro Montesquieu, como prova da minha estimação. Permito-vos, a vós e à vossa família, comerdes carne à sexta-feira”* Agradeceu o filósofo, e ia retirar-se: porém o cardeal camarlengo lhe declarou que era preciso solicitar a competente bula, para entrar na fruição da graça concedida, e conduziu-o à Datária. Lavrou-se o diploma, e antes de o darem a Montesquieu, lhe apresentaram a conta da despesa, soma enorme, que ele entendeu não poder, ou não dever pagar. Então sem hesitar voltou-se para o cardeal, que o tinha conduzido, e lhe disse: *“Eminentíssimo senhor, Deus e o meu cura sabem que o papa é pessoa muitíssimo capaz, e que eu não costumo mentir. Escusam estes senhores de se incomodarem mais; porque gozarei da graça sem escritura de posse, e creio que não haverá novidade a este respeito.”* Dito isto saiu da Datária, e foi-se aviar para partir de Roma.

**R CULTURA  
D NORTE ·**



**mundis**  
ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA